

& FEMINISMOS DEMOCRACIA

ORGANIZADORES

Joana Maria Pedro

Jair Zandoná



FINO TRACO
FT
EDITORA



COLEÇÃO
HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



Laboratório de Estudos de Gênero e História



CAPES



FAPESC
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

& FEMINISMOS DEMOCRACIA

ORGANIZADORES

Joana Maria Pedro

Jair Zandoná



Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Joana Maria Pedro, Jair Zandoná

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F375

Feminismos e democracia / organizadores Joana Maria Pedro, Jair Zandoná. - 2. ed. (Ebook). - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

362 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8054-443-5

1. Feminismo - Brasil - História. I. Pedro, Joana Maria. II. Zandoná, Jair.

19-60958

CDD: 305.420981

DU: 141.72(81)

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO HISTÓRIA

Alexandre Mansur Barata | UFJF

Andréa Lisly Gonçalves | UFOP

Gabriela Pellegrino | USP

Iris Kantor | USP

Junia Ferreira Furtado | UFMG

Marcelo Badaró Mattos | UFF

Paulo Miceli | UniCamp

Rosângela Patriota Ramos | UFU

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Rua Dom Braz Baltazar 209 | Cachoeirinha | CEP 30150-100

Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefone: (31) 3212-9444

finotraçoeditora.com.br

Sumário

FEMINISMOS, FEMINISTAS E DEMOCRACIA: ESTRATÉGIAS (D)E (R)E(S)XISTÊNCIAS.....	9
Joana Maria Pedro Jair Zandoná	
FEMINISMO Y DEMOCRACIA: NOTAS SOBRE SUS VÍNCULOS	19
Dora Barrancos	
ESCOLLOS Y DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS PARA EL FEMINISMO Y LA DEMOCRACIA	37
Olga Grau Duhart	
A “DEMOCRACIA HEDONISTA”: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	53
Roselane Neckel	
A “PRIMAVERA DAS MULHERES” NOS IMPASSES ATUAIS DA DEMOCRACIA NO BRASIL	67
Joana Maria Pedro Luana Borges Lemes	
“A NOSSA CHAMA ESTÁ ACESA”: GÊNERO E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NA OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM SÃO PAULO.....	87
Mariana Joffily Maurício Cardoso	
TEOLOGIA FEMINISTA DA LIBERTAÇÃO E QUEER: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AS RESISTÊNCIAS ÀS EXISTÊNCIAS.....	107
Claudete Beise Ulrich	
“FEMINISMO É REVOLUÇÃO...” O FEMINISMO COMO CONFLITO SOCIAL NO BRASIL SOB DITADURA (1964-1985)	123
Cristina Scheibe Wolff Soraia Carolina de Mello	

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA, UM ARQUIVO DOS FEMINISMOS DAS DITADURAS DO CONE SUL?147

Janine Gomes da Silva

LITERATURA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA: QUANDO O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL.....165

Jair Zandoná

FEMINISMOS EM CURITIBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DOS LARES PARA UM MUNDO DE MULHERES.....183

Lorena Zomer

SOBRE HUMOR FEMINISTA E HISTORIADORAS MULHERES: PELA SUBVERSÃO DA ESCRITA ACADÊMICA.....205

Cintia Lima Crescêncio

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA PIROTÉCNICA: ESBOÇO DE UMA TEORIA-METODOLOGIA EXPLOSIVA223

Elias Ferreira Veras

JOGOS DE GÊNERO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DE UMA PONTA A OUTRA DO TABULEIRO.....239

Ana Rita Fonteles Duarte

OS FEMINISMOS REVOLUCIONAM(RÃO) O DIREITO?: DISCUSSÕES A PARTIR DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NO BRASIL.....255

Claudia Regina Nichnig

O JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: ANÁLISES CRÍTICAS, EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS FEMINISTAS279

Karina Janz Woitowicz

CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM: FEMINISMO, HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE.....295

Silvana Maria Pereira

***DESCOLONIZAR O GÊNERO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA
PARA PROFESSORAS E PROFESSORES DE HISTÓRIA.....321***

Ana Maria Marques

Giseli Origuela Umbelino

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES.....347

ÍNDICE REMISSIVO353

FEMINISMOS, FEMINISTAS E DEMOCRACIA: ESTRATÉGIAS (D)E (R)E(S)XISTÊNCIAS

Joana Maria Pedro
Jair Zandoná

Sabemos o quanto a democracia é frágil e que sua manutenção requer vigilância e atenção. A segunda década do século XXI tem mostrado esta fragilidade em diferentes países e, especialmente, no Brasil. Entre as forças que têm resistido às ameaças à democracia estão as mulheres em geral e os feminismos em particular. Estes estão se tornando uma grande trincheira em defesa da democracia, daí, certamente, a razão para tanta desqualificação e ataques. Neste livro os feminismos e a democracia no Brasil estão em debate, afinal esta foi a chave de leitura que permitiu reunir pesquisadoras e pesquisadores de diferentes lugares do país e do exterior na III Jornadas do LEGH, evento ocorrido entre os dias 20 e 21 de março de 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os capítulos publicados foram selecionados entre os apresentados nas mesas-redondas e conferências do evento. A partir da reflexão de feminismos e democracia, Dora Barrancos (Universidade de Buenos Aires/CONICET) estrutura sua análise por meio da compreensão de que tanto feminismo quanto democracia são processos burilados pelas condições e possibilidades das situações históricas que os sustentam. Para tanto, retoma os diversos e divergentes posicionamentos de

mulheres que reivindicaram o direito ao voto em países da América Latina. A argentina Alicia Moreau defendeu, inicialmente, que apenas as mulheres com certo grau de escolaridade devessem ter o direito ao voto, diferentemente de María Abella Ramírez e Julieta Lanteri que desde logo reivindicavam o direito universal de votar e de serem votadas. Outros exemplos, vindos do Equador e da República Dominicana, são apresentados pela autora para contribuir com sua reflexão e, em seguida, articular o feminismo em contextos de guerra – como o grupo Women’s Social and Political Union (WSPU), o National Union of Women’s Suffrage Societies (NUWSS) e a União Francesa para o Sufrágio das Mulheres (UFSF) – e em contextos ditatoriais – em Cuba (com a atuação de María Callado ou de Amalia Mallén de Ostolaza) e no Paraguai (a Liga Paraguaya Pro Derechos de la Mujer teve como presidentas nesse período Isabel Arrúa Vallejo e Ligia Mora de Stroessner – nomeada presidenta honorária da entidade).

Com relação às identidades trans, Barrancos destaca as atuações de Nadia Echazú, Marlene Wayar e Lohana Berkins e também a criação da Asociación de Lucha por la Identidad Travesti (ALIT) e, depois, da Asociación de Travestis, Transexuales y Transgéneros de Argentina (ATTTA). A partir dessa contextualização, a discussão sobre feministas e democracia na América Latina é aproximada a episódios mais recentes, como o movimento *Ni una menos*, da crescente hostilidade ao governo de Cristina Fernández de Kirchner e da eleição de Macri para a presidência na Argentina, em cuja gestão destaca a perseguição sistemática a Milagro Sala, líder da associação de moradores de Tupac Amaru.

Ainda sobre o contexto latino-americano, Olga Grau Duhart (Universidade do Chile) retoma o conceito de violência de gênero de Rita Segato para pensar os complexos aspectos que permeiam as relações de gênero. Ao discorrer sobre o maio feminista no Chile, na medida em que contestou as práticas sexistas no ensino, mobilizou estudantes feministas, produzindo tensões, contestando e denunciando violências. Daí porque defende que o feminismo contemporâneo exige tanto a elaboração de planos quanto de ações que contemplem um amplo conjunto de variáveis, haja vista que as mudanças devem considerar a vida cotidiana das mulheres e

suas dimensões econômicas, afetivas políticas, sociais, sexuais, bem como a relação com o conhecimento e a produção de distintos saberes. Nesse sentido, Grau afirma que a democracia é sempre algo a ser conquistado e, não obstante, os feminismos são decisivos para que isso seja possível, mesmo – e sobretudo – em contextos conservadores, enfatizando a necessidade de se estabelecer alianças entre os grupos feministas trans, gays, lésbicos, bissexuais, antirracistas, queer, intersex, anticlassistas de maneira que a democracia possa ser garantida.

Roselane Neckel (Universidade Federal de Santa Catarina) realiza discussões teóricas sobre democracia na sociedade contemporânea considerando os debates sobre as relações de gênero, os movimentos feministas, o empoderamento das mulheres e problematiza a participação política dos sujeitos sociais. Conforme aponta, a atual conjuntura brasileira, desde o “escândalo do mensalão em 2005”, da “operação lava jato” e do “golpe parlamentar” de 2016, contribuiu para a desmoralização e para a criminalização da política, de modo intensivo, tanto pelos meios de comunicações quanto por agentes públicos. Isso tem repercutido no alheamento de muitos cidadãos e muitas cidadãs da política, resultado, também de uma sociedade reflexiva e individualista e o decorrente “alheamento em relação à coisa pública” (LIPOVETSKY, 2007:37). Essa crise democrática, conforme explica, tem contribuído para uma crescente retórica antipolítica, contra os partidos de esquerda tradicional, a práticas populistas de combate à corrupção, abrindo caminhos para decisões que colocam em risco direitos e garantias fundamentais.

Também a respeito do contexto brasileiro, Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes (Universidade Federal de Santa Catarina) discutem sobre as lutas pela democracia e o protagonismo das mulheres nesse processo, tal como se evidenciou nas manifestações realizadas em 2015 em diferentes cidades do país, fenômeno que ficou conhecido como a “Primavera das Mulheres”, e, antes disso, como indica a história do movimento de mulheres e feministas no Brasil. As autoras destacam a importância do estado democrático para a atuação feminista, bem como a reação ao avanço conservador e a relação entre atuação nas redes sociais e espaços públicos dos novos movimentos do feminismo.

Dentre as manifestações da Primavera das Mulheres, destacam a Primavera Secundarista, a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras em combate ao racismo. O ano de 2015 também é considerado o ano dos *hashtags* feministas e marca a proeminência do ativismo feminista da Internet no país, com campanhas como #AgoraÉQueSãoElas, #ChegadeFiuFiu, #MeToo, #VamosJuntas, entre outras realizadas naquele ano e nos seguintes como estratégia de resistência aos retrocessos e que diversas vezes movimentaram as mulheres no Brasil.

Com relação à mobilização secundarista, Mariana Joffily (Universidade do Estado de Santa Catarina) e Maurício Cardoso (Universidade de São Paulo) elaboram importantes reflexões acerca do documentário *Lute como uma menina*, produzido em 2016 e dirigido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini, articulando as diversas falas, os temas, as imagens, as tomadas, os enquadramentos, as tentativas de diálogo, as estratégias de resistência narradas pela produção audiovisual. Conforme apontam Joffily e Cardoso, o movimento foi uma resposta contundente ao plano de reorganização do ensino anunciado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e surpreendeu por seu nível de mobilização e organização das estudantes. *Lute como uma menina*, ao veicular apenas as vozes dessas estudantes enfatizando, entre outros aspectos, a participação e liderança femininas no movimento, explicita também o modo como o estado lidou com a mobilização estudantil em termos de guerra. Apesar disso, para as autoras, a ocupação representou tanto uma redescoberta quanto uma reinvenção do espaço escolar ao deixar de ser objeto de políticas públicas de precarização do ensino, transformando-se em espaço de convivência, de acolhimentos, para estreitar as relações afetivas, e proporcionando ações pautadas no trabalho coletivo e partilhado entre meninas e meninos.

No capítulo seguinte, Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida Vitória) discute como, a partir dos movimentos feministas, também as tradições religiosas são questionadas em suas hierarquias, suas relações de poder, seus discursos e suas práticas são igualmente tensionados. Nesse sentido, a teologia feminista está relacionada aos movimentos libertários e à construção de uma democracia de direitos, nascendo como crítica à teologia da libertação que

não incluía em sua reflexão primeira a opressão sofrida pelas mulheres. Com o propósito de buscar novas possibilidades teológicas, a autora lança mão da teoria queer (BUTLER, 2010) para ampliar a visão de Deus, numa perspectiva performativa ao romper, por exemplo, com o binarismo homem-mulher e questionar a heterossexualidade compulsória. Ulrich situa as mobilizações do movimento #Elenão como também carregadas pela teologia feminista da libertação e pela teologia queer, pois eram contra o feminicídio, contra a violência doméstica, contra a homo/lesbo/transfobia, contra o racismo, contra a desigualdade social, contra o entreguismo, contra o fascismo e contra o uso manipulador de discursos religiosos e bíblicos, em prol da democracia, dos direitos humanos.

Cristina Scheibe Wolff (Universidade Federal de Santa Catarina) e Soraia Carolina de Mello (Universidade do Estado de Santa Catarina) discorrem sobre o feminismo como conflito social no Brasil sob ditadura ao retomarem entrevistas realizadas com feministas militantes e sobre seu entendimento e suas percepções a respeito dos significados e das transformações que os feminismos trouxeram para a sociedade brasileira no período ditatorial, partindo da noção de conflito social. O capítulo sintetiza alguns debates empreendidos a partir do projeto Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985), vinculado ao LEGH, a partir de entrevistas realizadas com Amelinha Teles, Clair Castilhos, Eva Alterman Blay, Nilma Lino Gomes e Silvia Pimentel, além de considerar a produção que a historiografia de referência traz sobre o assunto.

Em seguida, Janine Gomes da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina) elabora algumas discussões sobre o acervo que o LEGH tem construído nos últimos anos e pondera se esse conjunto de documentos poderia ser compreendido como um arquivo, na medida em que tem abrigado, produzido e reunido pesquisas e pesquisadoras/es dedicadas/os, especialmente, aos estudos sobre gênero, feminismos e ditaduras em diferentes países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O acervo do LEGH, conforme a autora resumidamente sintetiza, é composto por fotos digitais, fotocópias e documentos originais (geralmente recebidos por meio de doação), de jornais e revistas feministas, jornais e panfletos de

grupos de esquerda, partidos e grupos guerrilheiros, dos diferentes países pesquisados, além de entrevistas realizadas através dos diferentes projetos realizados no e pelo Laboratório – como é o caso do projeto Mulheres de Luta, já mencionado anteriormente.

O texto de Jair Zandoná (Universidade Federal de Santa Catarina) se vincula ao projeto Mulheres de Luta ao retomar a trajetória de Heloneida Studart, em especial a de romancista e a de ensaísta e como sua produção contribuiu para pôr em cena questões prementes nesse e sobre o período ditatorial. Nesse sentido, sua leitura de *O pardal é um pássaro azul* tem o propósito de compreender algumas das perspectivas e estratégias adotadas pela escritora para lidar com o impacto social do regime ditatorial, “tendo em vista as práticas de política do esquecimento, a hegemonia do discurso militarista e as recentes contribuições de pesquisas históricas.” (GINZBURG, 2012:217). Assim, o capítulo tensiona as implicações do processo ditatorial na literatura e como o ficcional pode ser – e é – espaço de resistência, posto que contribui para a construção de outras interpretações e compreensões da História, de sentidos diversos dos discursos hegemônicos e oficiais.

A educação formal para meninas e os feminismos na Curitiba (PR) do início do século XX é cotejada por Lorena Zomer (Universidade Estadual de Ponta Grossa), em especial a atuação e a trajetória da feminista Leonor Castellano (1899-1969). A curitibana se empenhou em escrever sobre Mariana Coelho, Rachel Prado e Maria Falce de Macedo, sobre família, estado, moral cristã, feminismo, entre outros assuntos. Muito embora a educação destinada às meninas curitibanas, incluindo a de Leonor Castellano, tenha perpetuado diversas normas sociais conservadoras, possibilitou que muitas se profissionalizassem, garantindo certa autonomia financeira.

Cintia Lima Crescêncio (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), ao retomar seu percurso como pesquisadora, situa a existência de um caráter subversivo no humor feminista e, a partir disso, propõe o uso do humor como subversão da escrita acadêmica. Conforme aponta, são as historiadoras feministas os sujeitos principais dessa ação, posto que as experiências de vida e acadêmica permitem contestar e desestruturar as injustiças do mundo. Para tanto, a autora discute sobre a construção do

cômico/humor/riso como categoria teórica que culmina em uma definição de humor fundada na crítica e na reflexão. Em seguida, propõe a construção de uma escrita acadêmica que, motivada pelo humor das historiadoras mulheres e feministas, permita-se à reinvenção.

No capítulo de Elias Ferreira Veras (Universidade Federal de Alagoas), o autor defende a realização de uma operação historiográfica pirotécnica e esboça, tal como indica no título, uma teoria-metodologia explosiva. Ao retomar Michel de Certeau, Michel Foucault e a história das mulheres e das relações de gênero, convida para pensarmos uma teoria-metodologia histórica que esteja comprometida em explodir as verdades naturalizadas sobre gênero e sexualidade, construídos sob o alicerce da heteronormatividade, de maneira a contribuir para a explosão dos silêncios de Clio quanto às “sexualidades dissidentes” (FOUCAULT, 2009) e também detonar o estigma travesti, o qual continua operando como dispositivo de poder.

A partir de análises vinculadas aos campos da história da memória e da história política, Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará) desenvolve alguns relatos acerca das contribuições que os estudos de gênero e da abordagem feminista trouxeram para pensar a ditadura civil-militar no Brasil, seja na pesquisa de doutorado sobre as memórias do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, com ênfase em narrativas de ex-integrantes, entre os anos de 1976 e 1979, seja em pesquisas posteriores como as realizadas a partir do projeto Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985), ou ainda em outros projetos. Em suas pesquisas, conforme aponta, busca romper com a dicotomia rígida entre censura política x censura moral, ao compreender que o comportamental, o sexual, também é político e, portanto, gere, limita e permite ou não existências.

Por sua vez, Claudia Regina Nichnig (Universidade Federal da Grande Dourados) aproxima os estudos feministas e de gênero ao campo do direito. Ao passo que permitem pensar outras perspectivas para os estudos das ciências, por criticarem a suposta neutralidade, universalidade e objetividade da ciência tradicional, os estudos feministas e de gênero também contribuem para situar que o direito – compreendido como uma tecnologia que visa

regrar as relações sociais – não é neutro ou imparcial. Nesse sentido, a autora aponta em seu estudo para o fato de que há uma moral generificada, a qual valoriza e posiciona de maneira diferente homens e mulheres.

Karina Janz Woitowicz (Universidade Estadual de Ponta Grossa) articula em seu texto a pesquisa em jornalismo e gênero que, assim como o desenvolvimento de um jornalismo com perspectiva de gênero, não poderia perder de vista a vinculação com a crítica feminista, oferece uma contribuição para pensar o campo do jornalismo a partir da complexidade das questões e perspectivas de gênero. De acordo com a Woitowicz, um dos eixos de investigação mais abordados nos estudos de comunicação e gênero são acerca das representações midiáticas, sendo que diversos estudos apontam para o fato de no campo do jornalismo ainda haver a permanência de certas estruturas ligadas ao patriarcado, os quais tendem a naturalizar os discursos e as práticas sociais. Na busca por alternativas para o desenvolvimento de um jornalismo com enfoque de gênero, nas últimas décadas tem se ampliado as redes de comunicação com participação de mulheres vinculadas às lutas pela igualdade de gênero, possibilitando diferentes estratégias de inserção do debate de gênero na agenda social, com a incorporação gradativa das mídias e, mais recentemente, das redes sociais.

No penúltimo capítulo, de autoria de Silvana Maria Pereira (Universidade Federal de Santa Catarina), a autora descreve, por meio de sua trajetória acadêmica e profissional como enfermeira no HU/UFSC, como estabeleceu um diálogo teórico entre as ciências humanas e as ciências da saúde, numa perspectiva interdisciplinar, sobretudo ao incorporar as teorias feministas e estudos de gênero. Desse processo, realizou sua pesquisa de doutoramento na qual buscou compreender quais são as concepções de corpo que permeiam a formação dos programas de residência médica na área da Ginecologia e Obstetrícia, tendo como objeto dois programas de instituições públicas na Região Sul do Brasil e como – ou eventualmente – dialogam com os estudos feministas contemporâneos. Pereira sintetiza no texto algumas das discussões que empreendeu em sua tese, enfatizando o desafio – e a necessidade – de realizarmos pesquisas feministas.

O livro encerra com as contribuições de Ana Maria Marques (Universidade Federal de Mato Grosso) e Giseli Origuela Umbelino (Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso) que apresentam uma proposta de formação continuada para professores e professoras de História que rompa com práticas discursivas ainda correntes na educação básica, as quais reproduzem uma historiografia consagrada, cuja origem é masculina, europeia, branca e se dedica muito mais a determinadas classes abastadas que às desprivilegiadas. Nesse sentido, as autoras propõem debates teóricos dedicados às categorias mulher, mulheres, gênero, raça, classe, numa perspectiva interseccional e por um viés decolonial.

Feminismos e democracia emerge em 2019 como uma espécie de síntese-soma não apenas dos debates motivados nas III Jornadas, mas dos conflitos cotidianos e das lutas feministas que têm sido – ou que foram – mobilizadas nos diferentes espaços, fazendo uso de diferentes estratégias em que seja possível resistir e existir.

Convidamos, então, todas, todes e todos a lerem e debaterem conosco.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2009.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 199-221, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade da Decepção*. Barueri, SP: Manole, 2007.

FEMINISMO Y DEMOCRACIA: NOTAS SOBRE SUS VÍNCULOS

Dora Barrancos

Para el análisis de las relaciones entre estos dos fenómenos, feminismo y democracia, deberíamos despojarnos de cualquier supuesto absolutizante ya que resulta imprescindible abstenernos de formulaciones ahistóricas, deformadas por axialidades inexorables o por abdicaciones del ejercicio crítico. Democracia y feminismo constituyen procesos burilados por las condiciones de posibilidad de los suelos históricos que los sustentan, por contextos de significación de época que determinan sus alcances y sus interpelaciones. Deseo expresar una circunstancia inicialmente negativa, y es mi convicción acerca de que no es ínsita la relación entre feminismo y democracia. No se trata de un vínculo de constitutividad, pues por lo general los términos se han comportado como líneas asintóticas – relativamente más cercanas o más lejanas –, y sólo a veces se han asimilado. Abrazar la identificación feminista no ha expresado siempre la adhesión al reconocimiento pleno de la soberanía individual sin cortapisas, y mucho menos ha habido en todos los feminismos una apuesta a la redistribución equitativa de la riqueza. En todo caso, me refiero a la falta de coincidencia con la *democracia radical* – en los términos de Chantal Mouffe (1999:20) –, dejando de lado el relativo apego a las “democracias formales”. Permítaseme una digresión ineludible en la actual coyuntura, y es que no sólo la región latinoamericana está dando la

espalda a las democracias de *alta intensidad*, sino que se asiste a una mengua de la formalidad democrática. Estamos frente a una cuasi reposición de los Estados de excepción con prescindencia de golpes militares; los intereses contrarios a las mayorías populares obran mediante ardidescabrosos que utilizan los propios poderes constitucionales, de modo que hasta la democracia formal se encuentra en peligro.

Deberíamos admitir, en primer lugar que la falta de coincidencia entre feminismo y democracia debe reparar en las diversidades históricas planteadas por el feminismo, de modo que resulta ineludible hablar de *feminismos* en plural. Esta pluralidad ha significado históricamente acuerdos transversales sobre algunas cuestiones, pero también puntos de vista que a menudo se tornaron álgidos y separaron dramáticamente a las feministas. Me referiré a algunos ejemplos del pasado más lejano y más reciente en donde ha sido manifiesta la disparidad de juicios entre las feministas:

Divergencias feministas en torno del voto

Hubo bastantes desacuerdos acerca de la calificación del voto femenino vs. universalidad si se examina el curso histórico en América Latina. En Argentina, una de las mayores líderes feministas a partir de la década 1920, Alicia Moreau, sostuvo inicialmente que era necesaria la mayor educación de las mujeres para acceder a esa prerrogativa (BARRANCOS, 2004). Y ciertamente no estaba sola en la defensa del carácter selectivo del voto, aunque pocas se pronunciaron de viva voz. Su preocupación consistía en tener competitividad educativa para el estado de ciudadanía, y promovía, hacia 1910, el voto por etapas – del municipal al voto nacional. Pero María Abella Ramírez y Julieta Lanteri – dos figuras centrales en la lucha por el sufragio en Argentina – desde el inicio de su identidad feminista abogaron por el derecho a sufragar y a ser elegidas en todas las circunstancias. Años más tarde Alicia Moreau cambió completamente su opinión y se tornó una de las emblemáticas luchadoras por el sufragio femenino en igualdad con los varones.

En República Dominicana, la notable líder feminista Consuelo Montalvo de Frías, en la década de 1920, reclamaba el derecho al sufragio, pero sostenía

que no todas las mujeres tendrían igual competencia y además afirmaba – como algunas feministas de su época – que varones y mujeres eran naturalmente desiguales, insinuando que la jerarquización masculina no era antojadiza (Paulino Ramos, 2007). En Ecuador, en los años 1930, hubo tensiones con relación al voto que acababa de ser sancionado – Ecuador fue el primer país en América Latina en otorgarlo, pero se trataba de un sufragio calificado, sólo podían votar las alfabetizadas. Entre las inquietas por las consecuencias de la medida estaban Zoila Rendó, feminista moderada a quien le preocupaba que el voto afectara las características femeninas, y Rosa Borja de Icaza, cuyo liberalismo y reconocimiento de los derechos femeninos no obstaron para que opinara que se imponían límites a ese disfrute. Sus posiciones contendían con las feministas que se entusiasmaban con la ampliación de los derechos políticos, como ocurrió con Hipatia Cárdenas de Bustamente – conocida como “Aspacia”, la primera candidata mujer a la primera magistratura – y Victoria Vásquez Cuví, que propiciaron el reconocimiento pleno en igualdad con los varones en esa década (SALAZAR CORTEZ, 2018).

He ahí planteado algunos pocos ejemplos en los que hubo disonancias sobre el voto femenino pero por cierto hay otras manifestaciones de contrariedad por la universalidad del voto en la historia del feminismo latinoamericano.

Feminismos y guerra

Es bien sabida la dramática división de los movimientos de mujeres a raíz de la Primera Guerra Mundial, una ruptura que tuvo severas consecuencias, pues obtuvo por bastante tiempo los acuerdos internacionales de las diferentes organizaciones femeninas, y también dejó hondas heridas en el plano interno de cada país. La situación vivida por las inglesas resulta paradójica. Resultan bien conocidas las actuaciones de las dos grandes lideresas, Emmeline Pankhurst y Millicent Garrett Fawcett, que sostuvieron contundentes sagas a favor de los derechos de las mujeres desde canteras metodológicas muy encontradas. Recordaré que Emmeline con su grupo, *Women's Social and Political Union* (WSPU) – en el que militaban sus hijas Christabel y Sylvia –, llevó adelante una estrategia de “acción directa” frente a la negativa del

Parlamento en otorgar el sufragio femenino, aunque no faltaban las promesas de que se trataría la cuestión. Fueron conocidos los enfrentamientos de las “sufragetes” con la policía, y la recurrencia de formas más violentas tales como producir incendios en edificios públicos y arrojar bombas. A menudo aquellas militantes fueron a parar a la cárcel, y esto constituía un cálculo pues el objetivo era llamar la atención y presionar de manera heroica para la obtención del derecho a la ciudadanía. En la vereda de enfrente estaba una de las más destacadas referente de la National Union of Women’s Suffrage Societies (NUWSS), Millicent Garrett Fawcett, a quien acompañaba entre otras Lydia Becker. Este conjunto observó una conducta negociadora pues creía que el sufragio se obtendría desde que se convenciera pacientemente a los representantes, y probablemente la NUWSS fuera la más importante organización inglesa a favor del voto femenino. Las hondas diferencias de estrategias de ambos grupos no impidieron que al estallar la guerra en 1914 resultaran asimilados por coincidir a favor de la participación de Inglaterra en la contienda. Pero no faltaron las feministas pacifistas en Gran Bretaña, en el segmento contrario a la guerra se situaron las voces de militantes como Mary Sheepshanks, Mary Sargent Florence y otras representantes de diversos grupos – especialmente galesas y escocesas – que transmitieron su opinión, como pudieron, al Congreso Internacional por la Paz que se reunió en La Haya en abril de 1915 (UBRIC RABANEDA; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2015). Contra la guerra se alinearon las principales feministas que respondían por la Social Democracia en los países continentales, entre ellas Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Luise Saumoneau y Alejandra Kollontay. Esa rebelión de las mujeres socialdemócratas contra los varones – que habían votado los créditos de guerra en Alemania, Francia y Austria – es una página singular pues no les fue fácil ese orden de discrepancias con buena parte de sus respectivas sociedades que había dado su beneplácito a la contienda. Pero no puede olvidarse que abundaron las voces feministas que esos países que apoyaron con entusiasmo la guerra, y basta como ejemplo a las dirigentes de la *Unión Francesa para el Sufragio de las Mujeres* (UFSF), que la consideraban como un deber sagrado y creían que las mujeres debían apoyar de todas maneras los esfuerzos para sostenerla dignamente (RICHARD, 2015).

Feminismos y dictaduras

Si hay una dimensión que explicita de modo taxativo la imposibilidad de asimilar los términos feminismo/democracia es la constatación de que no faltaron las oportunidades de cercanía con gobiernos dictatoriales en la experiencia de América Latina. De manera económica podría decirse que se trató de cauces feministas conservadores, pero habría que indagar cada circunstancia en particular pues efectivamente hay disparidad de épocas al menos. En Cuba había surgido un vigoroso movimiento feminista en las primeras décadas del siglo pasado, movimiento que en líneas generales se apoyaba en posiciones liberales, y hasta se habían conformado partidos feministas, a saber, el *Partido Nacional Feminista* (1912), el *Partido Sufragista* y el *Partido Nacional Sufragista* (1913). En 1925 se hace cargo del gobierno de Cuba el controvertido liberal Gerardo Machado – que había actuado en la guerra de la independencia de la Isla, pero que tenía un soterrado prontuario en el delito de abigeato. Hasta 1929, cuando finalizó su primer mandato, el hostigamiento a las fuerzas opositoras no alcanzó las características completamente exacerbadas que tuvieron entre 1929 y 1933, cuando finalmente fue derrocado. Solía declarar su amplia simpatía por el fascismo y deben recordarse las represiones que sufrieron las organizaciones obreras y estudiantiles hasta su derrocada. Entre los aires de modernidad que le gustaba imprimir a sus expresiones se encontraba su opinión favorable al voto de las mujeres y la promesa de consagrarlo, circunstancia que no ocurrió. Entre las feministas cubanas que se entusiasmaron con las posiciones de Machado se encuentra María Collado – una de las primeras mujeres dedicadas al periodismo –, líder de una de las principales agencias, el *Club Femenino*, aunque su perspectiva central siempre había sido la lucha por el sufragio, de modo que decidió la formación de un partido ad-hoc, el *Partido Demócrata Sufragista* de adhesión al gobierno (STONER, 1991). Pero no fue la única agrupación favorable a la dictadura, ya que se le unieron la *Liga Patriótica Sufragista* y el *Círculo Sufragista Independiente*. Además, con la vieja estructura del *Partido Nacional Feminista*, Amalia Mallén de Ostolaza se unió a este cauce de apoyo a Machado en procura del voto (GONZÁLEZ PAGES, 2010). No deja de llamar la atención que feministas de diversos grupos, sin

duda liberales y opuestas a las posiciones de izquierda, acompañaran a la dictadura de Machado que rendía crímenes y prisiones. Pero es necesario reconocer que María Collado durante la dictadura de Anastasio Somoza fue prácticamente impedida de trabajar como periodista debido a sus posiciones políticas, una inversión completa de sus conductas de los años 1920.

En Paraguay una de las más importantes agencias por los derechos de las mujeres mantuvo larga fidelidad al régimen dictatorial de Alfredo Stroessner. Este país fue especialmente convulsionado por la contienda del Chaco Boreal – guerra que enfrentó a ese país con Bolivia entre 1932 y 1935, rindiendo numerosas víctimas –, y también por sucesivas rupturas del orden constitucional. La dictadura de Stroessner tuvo una larga duración de treinta y cinco años – entre 1954 y 1989 – bajo el extendido paraguas de la Guerra Fría (SOLER, 2012). En efecto, la doctrina de la seguridad nacional que significaba la persecución al comunismo – y a las fuerzas de izquierda en toda la región –, resulta clave para interpretar la larga perdurabilidad del régimen autoritario paraguayo. En 1951 había surgido la *Liga Paraguaya Pro Derechos de la Mujer* en la que participaban mujeres caracterizadas por concepciones políticas conservadoras aunque dispuestas a abogar por los derechos femeninos. No puede sorprender que en su mayoría fueran de clase media y aún más elevada, pues esta ha sido una característica central de los alineamientos en América Latina, y que algunas habían obtenido formación universitaria. La Liga tuvo como presidenta a Isabel Arrúa Vallejo quien se había desempeñado en la diplomacia, y su actuación fue muy complaciente con el régimen de Stroessner – la esposa del mandatario, Ligia Mora de Stroessner fue nombrada presidenta honoraria de la entidad (MORA, 1997). No puede dudarse que esta entidad tuvo relevante actuación para la obtención del voto en 1961 – Paraguay fue el último país latinoamericano en otorgar ese derecho. Pero la Liga se destacó igualmente por su conspicua manifestación anticomunista, por su profesa adhesión a postulados conservadores, y desde luego no fue la única agencia sufragista prevenida contra las posibilidades de derrames más equitativos de derechos.

Las feministas y las dificultades para admitir a las mujeres trans

Me referiré estrictamente a las circunstancias vividas en la Argentina, pero podría conjeturarse que las adversidades de reconocimiento de las personas *transfemeninas*, en el seno de los movimientos feministas, resultaron moneda corriente. La admisión franca de las activistas *trans* demoró considerablemente en la mayoría de los países de América Latina, debido a las prevenciones que objetaban una “auténtica identidad femenina” en esas personas. Tal como he señalado en otro lugar, las identidades *trans* fueron las últimas en procurar reivindicaciones colectivas. Las primeras manifestaciones tuvieron como escenario la ciudad de Buenos Aires a propósito de la inminente sanción de la Constitución de la Ciudad Autónoma en 1996. Persecuciones completamente ilegales habían ocurrido a lo largo de las décadas y hasta se habían consagrado, de manera inconstitucional, en normas policiales que permitían reprimir a quienes alteraban las normas generizadas de vestimenta y que exhibían conductas que suscitaban “escándalo público”. Tales normas de policía regían en la ciudad desde la década de 1930, y aunque inconstitucionales, habilitaban la detención de quienes ponían en evidencia identidades traspuestas de género. Las represiones policiales, a veces, resultaron en crímenes, desde luego mal investigados, y la comunidad *trans* se abroqueló en las denuncias de las persecuciones y demandó el fin de las hostilidades. De modo particular interpeló a las/los constituyentes de la Ciudad de Buenos Aires durante las sesiones de 1996. Entre sus primeras líderes se encuentran Nadia Echazú, Marlene Wayar y Lohana Berkins, esta última en particular desarrolló un activismo de mucha enjundia, con posiciones singulares acerca de la necesidad de no demarcarse de la identidad travesti en oposición a la franca asimilación de género femenino que ha solido evidenciarse en esta expresión de la disidencia (BERKINS; FERNÁNDEZ, 2005, BERKINS, 2005). La creación de la *Asociación de Lucha por la Identidad Travesti* (ALIT) fue uno de los centros de mayor relevancia en la conquista de derechos, y en 1993 se originó la *Asociación de Travestis, Transexuales y Transgéneros de Argentina* (ATTTA). Mientras estas organizaciones se ensanchaban a inicios del nuevo siglo, el rechazo o por lo menos el recelo de las organizaciones feministas se hizo sentir. Fue reiterado no admitir la

participación de *travestis fem* en encuentros sostenidos por feministas, y hasta hubo expulsiones en algunas circunstancias. Resultaba paradójico que por un lado la comunidad feminista – ya notablemente ampliada a inicios del XXI –, bajo ningún aspecto admitía argumentos biologicistas en la interpretación de los fenómenos de la diferencia sexo-genérica, y por el otro reintrodujera ese temperamento segregando a las travestis. Resultaba completamente contradictorio que ciertas voces alegaran contra el determinismo de la naturaleza y fueran renuentes a admitir las opciones de la cultura. Es necesario admitir que tampoco los colectivos masculinos gays aceptaban de buen grado la participación de los conjuntos que exacerbaban el arco de las disidencias. No ha sido una negociación fácil conseguir la unidad de la sigla *LGBTTTI* – con perspectiva abierta a una mayor diáspora – que ha permitido encarar acciones decisivas para alterar el propio orden jurídico en la Argentina, con dos leyes fundamentales, la del matrimonio igualitario que permite el matrimonio de personas del mismo sexo desde 2010, y la ley de identidad de género de 2012. Tengo la impresión de que esta última también fue un quiebre decisivo de los diques que en el feminismo se oponían a la admisión de militantes *trans.fem* en sus filas.

He intentado poner en evidencia al menos cuatro dimensiones en las que determinados cauces feministas latinoamericanos han tenido dificultades para asimilarse a presupuestos democráticos de cierta radicalidad. Pero no escapa que sigue en pie la apuesta fundamental a que feminismo y democracia debieran conjugarse, de la misma manera que hay una solicitud de principio para que el feminismo de desentienda de raíz de aquellas empresas imperialistas que desean enmascararse, de manera abyecta, bajo presuntas cruzadas libertadoras. Nina Power, en *La mujer unidimensional* (2017), reta al feminismo conservador – y de adhesión capitalista e imperial – que justifica las guerras en Medio Oriente con el objetivo de “liberar a las mujeres del yugo patriarcal”. Es inadmisibles que esos crímenes se comentan en “nuestro nombre”, en el de las feministas de cualquier punto del orbe.

Feministas y democracias en América Latina

Desearía desarrollar algunas notas por las que resulta imprescindible la convergencia anti conservadora de los feminismos en la actual coyuntura latinoamericana. En primer lugar deseo manifestar que hay una responsabilidad ineludible de reacción frente a los retrocesos de las fórmulas democráticas que están significando una involución de los derechos conquistados. Las feministas no pueden eludir lo que podríamos llamar *politización agregada* y fórmulas de *partidización* retadoras del orden social general, lo que no quiere decir que sea obligatoria la identificación con una determinada fuerza partidaria. La propuesta radica en que los cauces feministas no pueden desentenderse de las circunstancias amenazantes de sus contextos de actuación, y sobre todo, no pueden abdicar de tomar partido frente a la clausura de derechos de los sectores mayoritarios de nuestras sociedades. Si he mostrado en el punto anterior las adhesiones inconvenientes de algunos feminismos a trazados antidemocráticos, resulta incontestable que también coexistieron con cauces contestatarios – y hasta a veces se imbricaron con manifestaciones radicalizadas. No han faltado, en las experiencias de nuestros feminismos, los trazos vinculares con ideaciones políticas opuestas a las opresiones de clase – por tensionantes que hayan sido esas relaciones, por difíciles que resultaran los lazos con las configuraciones de izquierda y populistas avanzadas. Basta recordar a Julieta Kirkwood (1990) y sus desvelos porque hubiera entrañamiento feminista en las mujeres que adherían a las organizaciones de izquierda, de la misma manera que reclamaba la adopción del punto de vista de las mujeres por parte de aquellas. Resulta incuestionable que las articulaciones entre feminismo y formaciones partidarias han discurrido entre los malentendidos, las negligencias y las deserciones. La cuestión específica de las mujeres ha representado un obstáculo más que un cauce de entendimiento para las orientaciones progresistas, de modo que las feministas – como ha sido reconocido (KIRKWOOD, 1990, HARTMAN, 1987, LOBO, 1987) – debieron replegarse o hacer acuerdos lesionantes. Es bien conocida la posición esquizoide que divide los comportamientos entre las lealtades, al partido o al feminismo. Pero lo cierto es que no faltan en la historia de nuestros feminismos las canteras de sororidad de clase, las

preocupaciones por las congéneres más hostilizadas por la explotación y la segregación, lo que concita de modo unívoco luchas contra el patriarcado y contra la acumulación capitalista. De la misma manera que no han escaseado – sobre todo en la últimas décadas –, las expresiones de sororidad étnica, las insurgencias relacionadas con la necesidad de adoptar puntos de vista intrínsecos a la realidad de las mujeres aborígenes y afrodescendientes, que se han convertido en retos de fuste como lo son las fórmulas de los *feminismos poscoloniales* con los que se puede acordar en mayor o menor grado, pero que expresan rupturas de gran significado en la región. En la mayoría de los países de la región los movimientos de mujeres están produciendo conmociones impensadas hace una década, y no me escapan los ejemplos más recientes de Chile, Perú y Argentina, geografías en donde las manifestaciones femeninas están significando los mayores retos al *establishment*. En Argentina, debido a una concatenación de circunstancias entre las que subrayo la acción del “*Ni una menos*”¹, se ha producido una cadena de movilizaciones de masa protagonizada por mujeres, y son estas las principales protagonistas de las formulaciones resistentes de la actual coyuntura. Las impactantes manifestaciones para conquistar la ley del aborto seguro y gratuito – que ha puesto en la calle a millares de congéneres, donde sobresale de manera notable el abigarrado grupo de las adolescentes entre 13 y 17 años –, constituyen un dato completamente inédito. Hay allí un reverbero de múltiples insubordinaciones, y no sólo a los valores patriarcales, sino a todas las formas de opresión. Creo que es fundamental un acuerdo transversal entre los feminismos y las fuerzas políticas progresistas, desde luego, desde que estas fuerzas revisen sus estructuras y formulaciones patriarcales. En cada uno de nuestros territorios las formaciones políticas orientadas hacia las mayorías populares pueden tener formas particulares, no reconocibles estrictamente en las de los otros países, de modo que eludo la formulación de su complejo mapa en América Latina. Su diseño, sin duda, responde en

1. El movimiento “*Ni una menos*” es una iniciativa de un grupo de mujeres en su mayoría vinculada a los medios de comunicación. Las cifras de feminicidios, y en modo particular el ocurrido con una adolescente a quien su novio ultimó en 2015, llevaron a la constitución del grupo y a su ingeniosa propuesta de movilización en todo el país el 3 de junio de ese año. Fueron millares las manifestantes, con abundante presencia de varones, en todas las plazas públicas del país. De ahí en adelante se ha repetido el llamamiento cada 3 de junio.

las líneas generales a las interpretaciones que debemos a Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, a la intervención en el espeso fenómeno de la hegemonía:

«Hegemonía» hará alusión a una totalidad ausente y a los diversos intentos de recomposición y rearticulación que, superando esta ausencia originaria, permitieran dar un sentido a las luchas y dotar a las fuerzas históricas de una positividad plena. Los contextos de aparición del concepto serán los contextos de una falla (en el sentido geológico), de una grieta que era necesario colmar, de una contingencia que era necesario superar. La «hegemonía» no será el despliegue majestuoso de una identidad, sino la respuesta a una crisis (LACLAU; MOUFFE, 1987:15)

En efecto, en las actuales circunstancias no se trata del “despliegue majestuoso de una identidad”, sin puntos de fuga sino de actuar de modo mancomunado frente a la hondura de la crisis que vuelve a profundizar los diferenciales abismales entre los grupos sociales. Se trata de una negociación por las *equivalencias* por parte de las feministas, que solicitamos retracción de los valores patriarcales, programas igualitarios y garantías de que sólo construirán políticas de equidad en el programa cuyo foco gravitante se sitúa en la oposición a las políticas neoliberales. Pero no me escapan las dificultades para los acuerdos entre las identificaciones feministas y las fuerzas políticas que entrañan principios redistributivos a la luz de las circunstancias vividas en la sociedad argentina – no muy diferentes de las ocurridas en Brasil. Permítase situarme en la Argentina para adentrarme acerca de las dificultades de armonizar los acuerdos entre los feminismos y las estrategias democráticas, las adversidades que deben atravesarse para la construcción de alternativas de alianzas que permitan sortear las aciagas circunstancias del presente.

La llegada al gobierno de una alianza de enorme hostilidad al *populismo* y de ínsita adhesión neoliberal – que en buena medida deseó ocultar fraguando un programa de “cambio” sobre la base de consideraciones electorales estratégicas tales como “pobreza cero”, “lucha contra el narcotráfico”, “unidad de los argentinos” –, también tuvo consecuencias sobre las organizaciones de mujeres. No deja de ser significativo que entre 2007-2015 gobernara la

Argentina una mujer, Cristina Fernández de Kirchner – había sido precedida por su marido, Néstor Kirchner –, cuyo programa central fue redistributivo, a favor del mercado interno, con propulsión de la ciencia y la tecnología y decidido fomento de los acuerdos regionales para integrar a nuestras naciones en un arco común que pudiera enfrentar los efectos de la globalización. Los intereses que jugaron en la alianza que llevó a Mauricio Macri al poder coincidían en la necesidad de interrumpir esas políticas, pero también dispuso de un amplio poder mediático para contrarrestar la adhesión al proyecto “populista” de los Kirchner. Es que la concentración de los medios audiovisuales había originado la ley que determinaba la distribución más equitativa de los espacios, y fue inmediatamente suspendida en sus aspectos gravitantes por el nuevo gobierno. Se ha tratado de una arremetida sistemática contra la experiencia *peronista kirchnerista* y de especial eficacia porque conlleva actos judiciales – en la enorme mayoría de los casos subvirtiendo las normas del procedimiento legal –, bajo el impulso enmascarado de la *anticorrupción*. La sociedad argentina está polarizada en orden a las adhesiones a favor y en contra del kirchnerismo, pero es imprescindible subrayar el particular hostigamiento a Cristina Fernández de Kirchner, toda una configuración de violencia política dadas las fórmulas humillantes de denostación que se le dirigen (BARRANCOS, 2015). En el legado de su presidencia se encuentran los dos hitos ya citados en materia de derechos personalísimos y de género, las ya introducidas leyes de *matrimonio igualitario* y de *identidad de género*, y aunque los feminismos en general han celebrado estas notables modificaciones civiles, no escapa que una parte de las feministas no cambiaron su opinión opositora. Es cierto que ha habido atenuaciones a raíz de las persecuciones de que ha sido objeto la expresidenta, pues ha crecido la inteligibilidad del significado de la imputación de género que caracteriza a esas hostilidades. Tales atenuaciones pueden percibirse en los Encuentros Nacionales de Mujeres² en donde posiciones ultra radicalizadas han ido tomando mayor espacio de interlocución – aunque es difícil sostener que

2. Los *Encuentros Nacionales de Mujeres* tuvieron inicio en 1986, y desde entonces se han realizado año tras año en diferentes lugares del país. Se trata de una convocatoria abierta que convoca a miles de mujeres. Los últimos han sido multitudinarios, se calcula que han asistido más de cincuenta mil mujeres.

haya crecido la demografía representacional. Las configuraciones alineadas con el “trotzquismo” – para establecer un genérico que sin embargo no deja de tener tensiones –, han ido ocupando una plaza significativa en diversas organizaciones de mujeres, y debe decirse que hace bastante tiempo que sus manifestaciones se han impuesto subrayar el carácter combativo antipatriarcal. Pero desde la llegada al poder gubernamental de la alianza neoliberal a fines de 2015, ha habido una atenuación del enfrentamiento con las feministas kirchneristas, frente al nuevo escenario de ajuste estructural, de retroceso de derechos, de envilecimiento de salarios, de desempleo, de coacciones y de escalada de manipulación de la justicia en que se ha empeñado el gobierno Macri. Hay signos claros de suspensión del estado de derecho en la actual coyuntura, y en gran medida por la ilegalidad que se ha seguido en la persecución a quienes de un modo u otro participaron del ciclo kirchnerista, y nuevamente voy a situar puntos de desencuentro entre las feministas.

Entre las perseguidas por el gobierno Macri se encuentra Milagro Sala, una figura singular que encarnó el liderazgo de un vasto movimiento social – la *Tupac Amaru* –, de enorme repercusión y no sólo en la provincia norteña de Jujuy, donde tiene asiento, sino que se ramificó en varios lugares del país (RUSSO, 2011, DUJOVNE ORTIZ, 2017). Milagro es un símbolo resiliente por su triple identidad de mujer, de india y de pobre. Durante el periodo kirchnerista la organización *Tupac Amaru* fue beneficiada con subsidios que se derramaron en más de cinco mil viviendas en la región jujeña, en la creación de varias cooperativas de trabajo, en establecimientos educativos y en servicios de salud (BATTEZZATI, 2014). Hay una circunstancia completamente singular de la *Tupac Amaru* en el orden de nuestras problematizaciones, y es que tal vez ha sido el primer movimiento social que se propuso llevar a cabo acciones antidiscriminatorias con referencia a las disidencias de género y sexualidad. En efecto, desde hacia algunos años, en Jujuy se realizaban las *marchas del orgullo gay* por iniciativa de la organización, y hay que reflexionar sobre el impacto de esta iniciativa en un contexto caracterizado por aguzados valores tradicionales, con notable influencia de la Iglesia, con mayores posibilidades de segregación de *les* diferentes. Entre las manifestaciones iconoclastas de este movimiento se sitúan las marchas, lo que también contribuyó a concitar

la alarma de los poderes del establishment. Hubo una lenta incubadora de profundo rechazo a Milagro, de odio crispado sobre todo en el entorno jujeño, porque ella sintetizaba no sólo emprendimientos concretos para las oportunidades igualitarias, sino porque agregó esta vertiente inusual en los grandes movimientos sociales, la reivindicación de las disidencias sexuales. La alianza que hizo ganador a Macri también llevó al gobierno de la provincia de Jujuy a un viejo enemigo de Milagro Sala, Gerardo Morales, que dispuso todo lo necesario para la persecución judicial de nuestra mujer llevándola a la cárcel desde enero de 2016, con el beneplácito de buena parte de la comunidad nacional. Milagro además, se ha apartado de las notas más estereotipadas, se ha empeñado en una apariencia nada colonizada con las figuraciones arquetípicas de “lo femenino”, tal como he sostenido en otro lugar:

Hay un juego truculento en la opinión condenatoria de Milagro porque se trata de una mujer que al mismo tiempo parece abdicar de la condición femenina del figurín patriarcal, y no sólo porque es insumisa, sino porque sus atributos físicos y su apariencia se apartan del clásico semiológico “lo femenino”. Parece paradójico aunque no lo es tanto: al final esa mujer, que según sus obsesionados opositores contradice la esencia femenina, es más peligrosa, y casi coincide de modo especular con alguna entidad de un arcano siniestro. Una mujer que tiene las condiciones del liderazgo del varón es una inversión de los sentidos esenciales, y lo es más porque se empeña en desentonar con la expectativa del estereotipo (BARRANCOS, 2017).

No escapa que ha habido una cierta fractura entre los cuadros feministas con relación a Milagro Sala, las divisiones tienen ciertamente que ver con las posiciones positivas o negativas que suscita el propio kirchnerismo puesto que el notable desempeño de la *Tupac Amaru* remite a la generosa asistencia del Estado bajo los gobiernos Kirchner. Existe la sospecha – convertida en evidencia por la insistente campaña mediática –, de que hubo una calamitosa corruptela, a pesar de que haya constataciones de que el modo de operar con los recursos que permitieron un gran número de obras, viviendas, edificios, insumos, significaron ingentes ahorros. Sin embargo, las fracciones

feministas más a la izquierda, aunque opuestas al kirchnerismo, se han atrincherado en la defensa de Milagro. El movimiento por la liberación de Milagro y sus compañeras – permanecen detenidas al menos cinco mujeres de la organización –, ha sido una gran convocatoria para resistir la falta de garantías que ostenta la Provincia de Jujuy, donde los aparatos de Justicia se comportan de acuerdo con los designios del Poder Ejecutivo. Ni a Milagro ni a sus compañeras se le ha reconocido la garantía mínima constitucional de gozar del “debido proceso”; se han acumulado arbitrariamente las causas, algunas insostenibles, como haberla hecho responsable de una manifestación que había atacado con huevazos (sí, ataque con huevos!) al actual gobernador Morales cuando era senador, y también organizadora del acampe (pacífico) realizado al momento de asumir como gobernador. Por otra parte, se han atropellado los fueros de Milagro porque justamente en diciembre de 2015 fue electa Diputada por el Parlamento Mercosur³. El movimiento por la libertad de Milagro, si ha significado disgusto de algunas feministas, también ha posibilitado la incorporación de muchas mujeres que hicieron tránsito hacia el feminismo.

Me he demorado en las circunstancias penosas del “caso” Milagro Sala – y de sus compañeras, aunque es evidente que estas mujeres han quedado más opacadas debido a la magnitud de la figura en cuestión –, una vez que permite patentizar las diatribas dentro del feminismo frente a encrucijadas en las que hay riesgo hasta para la democracia formal. He tomado ejemplarmente su acoso como una cristalización de las persecuciones y de los retrocesos que sufre la sociedad argentina. No deja de ser paradójico que el gobierno neoconservador de Macri haya autorizado a sus representantes a que debatan la ley que asegurará el acceso al aborto seguro y gratuito, en una maniobra que se pensó distractiva pero que resultó un reto formidable posibilitando la reunión de todas las vertientes feministas y un efecto extraordinario de movilización de las más jóvenes, como he señalado. La saga de este combate debe apreciarse por la vasta instalación social de la cuestión, por el debate que ha llegado a todas las poblaciones, y que ha permitido visibilizar la

3. El gobierno Macri no ha querido reconocer extipendios a las/los representantes al Parlamento del Mercosur – Parlasur – que sesiona en la ciudad de Montevideo, lo que equivale a un no reconocimiento de esa institución.

hostilidad de las canteras confesionales obstructoras. Frente a la posibilidad de obtener finalmente el beneplácito del Senado, las formaciones “anti derechos”⁴ arreciaron desde muy diversos lugares y con diferentes metodologías, pero fueron remarcables los sermones dominicales desde los púlpitos agigantando los anatemas. Hubo numerosas agresiones, especialmente a representantes del interior del país, y fueron moneda corriente las amenazas virilizadas por las redes sociales. En ese clima, sin embargo hubo singular resistencia por parte de treinta y un senadores/as que votaron favorablemente la histórica medida, pero no alcanzó, pues hubo treinta y siete que se opusieron, y algunos de sus discursos son piezas antológicas del fundamentalismo más protervo. Se calcula que el 8 de agosto de 2018, mientras sesionaba la Cámara de Senadores y pese a la hostilidad medio ambiental – fue un día lluvioso y frío en Buenos Aires –, millares de pañuelos verdes acompañaban los debates, y una estimativa aprecia en casi dos millones a los/les/las movilizadas en distintos lugares del país. En la misma ciudad de Buenos, los debates fueron también acompañados por quienes combatían la ley, y se advirtió una apreciable cantidad de asistentes en su mayoría acicateados por las iglesias evangélicas que han ido reclutando mayor número de acólitos en las barriadas populares, como ocurre también en el resto de los países de América Latina. Se trata de un programa antifeminista, autoritario, y desde luego antidemocrático. En todo caso, un reto para que el feminismo quede definitivamente alineado con las formulaciones democráticas radicalizadas. No puedo omitir la apuesta: que feminismo sea inescindible de democracia.

Referencias

BARRANCOS, Dora. “Esa india”. Revista *Anfibia*, enero 2017. Disponible en: <http://www.revistaanfibia.com/ensayo/esa-india>. Acceso en: 31 ago. 2019.

BARRANCOS, Dora. “Género y populismo en la Argentina: de Evita a Cristina”. In: FERREIRA, Norberto (org.). *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*. Rio de Janeiro, FGV Ed – FAPERJ, 2015, p. 89-112.

4. La Campaña por el aborto, legal, seguro y gratuito, indujo a identificar como “anti derechos” a los grupos autodefinidos como “pro vida”.

BARRANCOS, Dora. Debate sobre el sufragio en la Argentina. 1890-1920. *Debate Feminista*, año 15, v. 29, p. 293-329, 2004.

BATTEZZATI, Santiago. La Túpac Amaru: movilización, organización interna y alianza con el kirchnerismo (2003-2011). *Publicación & Sociedad*, San Miguel de Tucumán, Instituto Superior de Estudios Sociales, v. 21, n. 1, p. 5-32, 2014.

BERKINS, Lohana (comp.). *Cumbia, copeteo y lágrimas. Informe nacional sobre la situación de travestis, transexuales y transgénero*. Buenos Aires, ALIT, 2005.

BERKINS, Lohana; FERNÁNDEZ, Josefina. *La gesta del nombre propio. Informe sobre la situación de la comunidad travesti en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

DUJOVNE ORTIZ, Alicia. *Milagro*. Buenos Aires: Marea, 2017.

GONZÁLEZ PAGES, Julio Cesar. Historia de la mujer en Cuba: Del feminismo liberal a la acción política femenina, *Feminismo en Cuba*, 20 de diciembre de 2010. Disponible en: <http://feminismocuba.blogspot.com.ar/2010/12/historia-de-la-mujer-en-cuba-del.html>. Acceso en: 31 ago. 2019

HARTMAN, Heidy. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo. *Cuadernos del Sur*, 5, Buenos Aires, p. 113-158, 1987.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile. Los nudos de la sabiduría feminista*. Santiago de Chile: Cuarto Propio, 1990.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid, Siglo XXI, 1987.

LOBO, Elizabete Sousa. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 221-229, 1987.

MORA, Marta Isabella. "La liga de las mujeres". In: BAREIRO, Line; SOTO LINE, Clyde (ed.). *Ciudadanas: Una memoria inconstante*. Centro de Documentación y Estudios/Nueva Sociedad, Caracas, 1997, p. 117-124

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político (Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical)*. Buenos Aires / Madrid: Paidós, 1999.

PAULINO RAMOS, Alejandro. *Vida y obra de Ercilia Pepin*. Santo Domingo: Comisión Permanente de Efemérides Patrias-AGN, 2007.

POWER, Nina. *La mujer unidimensional*. Buenos Aires: Cruce Casa Editora, 2017.

RICHARD, Frédéric. El feminismo en Francia durante la Primera Guerra Mundial entre divisiones, rupturas y continuidades. *Histoire, Géographie et Sociales dans le Cône Sud*, p. 1-3, 14/03/2015. Disponible en: <http://www.conesud.com/spip.php?article23>. Acceso en: 31 ago. 2019.

RUSSO, Sandra. *Milagro Sala. Jallalla*. Buenos Aires: Colihue, 2011.

SALAZAR CORTEZ, Tatiana Alejandra. Una lectura a la versátil militancia de la Alianza Femenina Ecuatoriana, 1938-1950. *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*, n. 11, p. 164-186, 2018.

SOLER, Lorena. *Paraguay. La larga invención del golpe. El stronismo y el orden político paraguayo*. Imago Mundi: Buenos Aires, 2012.

STONER, Lynn. *From the house to the streets. The cuban women's movement for legal reform (1898-1940)*. Universidad de Duke, Duke University Press, 1991.

UBRIC RABANEDA, Purificación; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Alba. “El I Congreso Internacional de Mujeres, La Haya, 1915. Un hito para la cultura de la paz cien años después”, *Revista Arenal*, v. 22, n. 1, p. 191-209, enero-junio 2015.

ESCOLLOS Y DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS PARA EL FEMINISMO Y LA DEMOCRACIA¹

Olga Grau Duhart

*[...] el feminismo y las feministas te dan fuerzas, el
saberte parte de un movimiento mundial es algo que da
mucha energía para poder seguir adelante*

Alda Facio

A Pilar Errázuriz²

1. El texto se basa en la ponencia presentada en la mesa: Género e feminismo na construção da democracia na América Latina, en las III Jornadas de LEGH: Feminismo y democracia, en marzo 2018 en la Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Agradezco a Joana Maria Pedro la invitación tanto al evento como a la publicación que recoge la versión final de los trabajos presentados en esa ocasión. Como expresara en mi intervención, valoro el nombre de este espacio de investigación como “Laboratorio”, porque alude a una acción permanente de investigación; un movimiento del pensamiento y de elaboraciones de las experiencias de las relaciones de género a través de la historia distante y reciente en sus diversas complejidades y conformaciones. Mi participación como filósofa en una mesa de historiadoras expresa, por parte de las organizadoras de las Jornadas, un gesto de reafirmar la necesidad de las perspectivas interdisciplinarias para pensar nuestro tiempo del feminismo, con sus escollos y desafíos para construir democracia. Los contenidos expuestos en mi presentación en las Jornadas fueron en parte modificados por la insurgencia del movimiento feminista estudiantil, ocurrida en el mes de mayo, que alteró la fisonomía del paisaje que teníamos.

2. Dedico este texto en homenaje a Pilar Errázuriz, ex-directora del Centro de Estudios de Género y Cultura en América Latina, Universidad de Chile, quien en febrero del 2018 murió de modo repentino; colega apreciada por compañeras del Centro, por académicas y académicos de la Facultad de Filosofía y Humanidades, por sus numerosas y numerosos alumnos dirigidos en sus tesis y por muchas personas que estuvieron en contacto profesional y personal con ella tanto en Chile como en otros países.

En una ocasión, Joana Maria Pedro advertía que las mujeres son homenajeadas de mayor manera después de muertas, lo que consideraba una práctica muy mórbida. Y se preguntaba si sería un beneficio morir, en cuanto es en ese momento en que trayectorias, contribuciones e investigaciones son más ampliamente reconocidas y valorizadas. Señalaba así una triste realidad que aún, yo diría, es más triste si la falta de reconocimiento acontece antes de la

Tomo como punto de partida una enunciación de Rita Segato referida a la violencia de género, problema que ha sido el centro de su trabajo como antropóloga e investigadora feminista: “Es de una fatiga y de una amargura extraordinaria saber que desde entonces solamente el tema crece” (CARBAJAL, 2017).

Rita Segato trazó un mapa preocupante de la violencia de género presente en todo el suelo latinoamericano y que podemos constatar permanentemente en cada uno de nuestros países. Respecto de la cita anterior, quisiera detenerme un momento en las expresiones que utiliza Segato para referirse a tal violencia, expresiones que dan cuenta de un particular estado afectivo que se puede experimentar ante su persistencia. Dice: “fatiga y una amargura extraordinaria”. Estas dos afecciones nombradas por Segato se consideran habitualmente como afecciones negativas y podríamos entenderlas como reversos de la pulsión política emancipatoria, que es afirmativa, energética, optimista por pasión o por voluntad. La “fatiga”, expresaría la desazón que produce la continuidad y permanencia de la violencia de género a pesar de los avances impulsados y ganados por las feministas. Y la “amargura extraordinaria”, sería experimentada por el crecimiento de esta violencia que nos parece ser en la actualidad de mayor extensión y de mayor ensañamiento³. La fatiga se presenta ordinariamente asociada a la debilidad, a una suerte de flojedad de la voluntad que tiende a hacerse más pasiva, envuelta en un tono vital disminuido, con dificultad para activarse, abatida. La amargura se vincula

muerte no sólo por las prácticas de invisibilización por parte de la cultura masculina, sino también la que ocurre entre nosotras las mujeres y, lo que es peor, entre feministas. En esta ocasión en que hago homenaje a Pilar Errázuriz dedicándole este texto, advierto sobre esto, porque pienso que el feminismo, entre sus tareas, debe intentar practicar la complicidad entre mujeres que luchan por un horizonte efectivamente democrático. Las relaciones personales son también políticas.

3. Desde hace más de 20 años existen estudios que permiten dar cuenta del aumento de la violencia de género ejercida por los hombres en contra de las mujeres y que han arrojado resultados que nos enteran de que cada 3 mujeres 1 ha padecido situaciones de violencia de género. Hay quienes asocian más bien los datos del incremento de la violencia a la mayor conciencia y consiguiente declaración de estos hechos por parte de las mujeres; y la percepción del enorme ensañamiento es atribuido a la cobertura mediática más extensa y el carácter más espectacular que estos cobran. Respecto de esto, me fío de los estudios realizados que permiten situarnos en la comprensión de la tensión mayor que adquieren las relaciones entre hombres y mujeres cuando éstas ejercitan su libertad y se posicionan con mayor poder frente a sí mismas y al mundo de dominio masculino.

con la frustración, el resentimiento, con el malestar que se experimenta ante los límites que impone una realidad a nuestra voluntad. Fatiga y amargura señalan ambas pesadumbre, el peso en el cuerpo y también en el ánimo. Ambas quedan relacionadas, en el contexto que estamos considerando, a una suerte de fracaso, al no logro de la emancipación que se desea que permee las prácticas de relacionamientos de hombres y mujeres, produciendo un corte en la reiteración de los eslabones de la violencia.

Habría que pensar si estas afecciones que señalan sentires individuales en determinados contextos, aunque también colectivos, formarían parte de la enunciación de un yo atrapado en medio de un estado de cosas que se presenta en un momento como inmodificable, detenido en el tiempo. Si nos hacemos la pregunta de los posibles efectos políticos que pudieran ser derivables de estas afecciones, podemos advertir que lo son en dos sentidos: considerar un cierto fracaso del proyecto emancipatorio – donde en el sentir fatigado y amargado pareciera haberse involucrado una expectativa humanista que queda desilusionada y derrotada frente a los hechos; o servir a una política contracultural y contraconductual⁴ de aspiraciones emancipatorias personales y colectivas en claves no tan nítidas y que se van elaborando en relaciones de carácter más subterráneo. Esta última dirección nos puede conectar con horizontes de esperanza, que habría que asumir, a mi modo de ver, no en cifra humanista, sino como conjunto de fuerzas de resistencia activadas en un movimiento de empujar el barro, el que va cobrando formas y figuras de carácter más imprevisto. En ese sentido, ambas afecciones señaladas podrían contener una potencialidad política, en sordina, que las subvierte a través de un cambio de signo, en un giro intempestivo movilizador que se origina en condiciones nuevas, generalmente acumulativas, del afuera,

4. Tomo el término de “contraconducta” del filósofo y poeta Roberto Echavarren (2010) que lo diferencia de los gestos de “contracultura”, dándole mayor fuerza al primero por el involucramiento de carácter más personal y subjetivo que se juega en el espacio cotidiano. El término lo toma de Michel Foucault, como lo deja expresado en entrevista “El arte de la contraconducta”, realizada por Carolina Benavente en *Apaga la Tele* (www.elciudadano.cl), que puede verse en <https://www.youtube.com/watch?v=f5zLxAGyEmA>. El concepto de contracultura lo utiliza Foucault en el sentido de lucha en contra de los procedimientos implementados para conducir a otros. Uno de sus desarrollos puede encontrarse en: Foucault, 2006, y puede verse también el concepto contracultura en Roszak, [1968] 1981.

tornándolas en afecciones afirmativas, teniendo por resultado una activación entusiasta y combativa.

Recientemente, en Chile, el movimiento de estudiantes feministas, que ha sido llamado el “Mayo feminista”, puso sorpresivamente en jaque a las instituciones académicas interpelándolas perentoriamente a reconocer y asumir la violencia de género existente en tales espacios y generar las acciones para su eliminación; a producir, asimismo, una educación no sexista tanto en las prácticas como en la comprensión de las disciplinas. Esta emergencia hay que entenderla en el marco de la explosión a nivel mundial de la expresión de intolerancia a los hechos de violencia de género, pero también comprenderla en el contexto de una articulación que se va produciendo con otros movimientos sociales que apuntan críticamente a la estructura capitalista y de cultura neoliberales que son obstaculizadoras de la democratización de la sociedad. Con la movilización estudiantil de mujeres feministas, lo eventualmente fatigado o lo amargo de los sentires se agitaron y fueron trocados en el estallido de un momento intenso insurrecto que ha dado al feminismo nuevos bríos al haberse generado un acontecimiento de alteración del orden de las cosas. La negatividad de las afecciones como zona negra de energía es convulsionada por fuerzas nuevas que tienen su genealogía feminista, pero también sus frotos con otras procedencias de pulsión emancipatoria.

Aludíamos más arriba, con Segato, al fenómeno del crecimiento de la violencia de género que ha sido interpretado desde las posiciones feministas como una respuesta de fuerza de la hegemonía masculina ante el mayor poder que sustentamos hoy día las mujeres en los espacios que habitamos. Los hombres, paulatinamente, se han visto enfrentados a una experiencia de una cierta desestabilización de la configuración tradicional de sus identidades que hace que se perciban ante desafíos inéditos en las relaciones de género. Las denuncias masivas y las organizaciones de mujeres jóvenes que han surgido de no tolerancia al maltrato, al acoso y abuso sexual de mujeres y niñas, y de insistente promoción de los derechos sexuales, de reproducción y de diversidad sexual, instalan un campo problemático, y en cierto sentido nuevo, a dicha hegemonía. Podría afirmarse que lo sexual

se ha ido constituyendo nuevamente en un campo de alta significación política y los cuerpos se reivindican en su dignidad y libertad en tanto son la encarnación de personas conscientes del carácter decisivo que ellos tienen para la conquista de autonomía e independencia. Los acosos, los abusos sexuales, las violaciones, las acciones de violencia homo y transfóbica, traspasan la línea de los delitos y devienen “crímenes del poder” (término de Segato, 2017), abarcando desde el daño físico o psicológico hasta el asesinato. Se elaboran leyes, se perfeccionan las que existen, se sustituyen unas por otras, se consigue el fortalecimiento institucional, pero no se consigue todavía incidir en el modo mayoritario que tienen los hombres de representarse a sí mismos como sujetos *de* y *con* poder con relación a las mujeres y discriminatorios hacia las personas de diversidad sexual. Muchas veces, inconscientes de la composición estructural de la sociedad y la cultura que les otorga la ilusión y la materialidad del poder.

El Estado chileno exhibió recientemente ante el Comité de la ONU sobre la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (CEDAW) los logros relacionados con el gobierno de la ex-presidenta Verónica Michelle Bachelet Jeria que ha terminado su mandato con la aprobación de la ley que despenaliza la interrupción voluntaria del embarazo en tres causales: riesgo de vida de la madre, inviabilidad fetal y violación; un nuevo estatuto familiar igualitario, el Acuerdo de Unión Civil (AUC) que regula las relaciones tanto de parejas heterosexuales como homosexuales; el fortalecimiento de la corresponsabilidad parental y los cambios en las normas aplicables a las trabajadoras de casa particular. Recientemente, se ha logrado que se apruebe en primera instancia la ley de identidad de género y se encuentra en el Congreso un proyecto de ley en contra del acoso sexual callejero. Este último proyecto ya fue aprobado por la Cámara de Diputados y actualmente se encuentra en el Senado a la espera de su aprobación⁵. Esta iniciativa ha sido impulsada por el Observatorio Contra el Acoso Callejero (OCAC) de Chile, que trabaja desde 2013 para volver visible esta realidad. En el nuevo contexto político con un gobierno de derechas, tendremos que ver qué

5. El 3 de mayo del año 2019, la Ley Número 21.153 que modifica el Código Penal para tipificar el delito de acoso sexual en los espacios públicos, fue aprobada por el Senado y publicada en el Diario Oficial de la República, siendo un logro de las mujeres jóvenes que lucharon por ello.

ocurre con lo logrado y con lo que está pendiente en materias de género. Isabel Plá, ex vicepresidenta de uno de los partidos más conservadores, la UDI, quien preside ahora el Ministerio de la Mujer y de Equidad de Género, ya ha afirmado: “Espero que no se confunda acoso con piropo. A la mayoría de las mujeres nos gustan los piropos y no tenemos complejos con la femineidad” (PLÁ JARUFE, 2015). Isabel Plá se opuso terminantemente al aborto, incluso el que pone en riesgo la vida de la madre, dando como razón los avances científicos que superarían los problemas que se pueden presentar a las mujeres en sus difíciles embarazos.

El cuerpo de las mujeres, su sexualidad, sigue siendo un territorio posible de poder que hay que conquistar como territorio y dominio propio, con autonomía y como liberación. Las mujeres indígenas en muchos lugares de Latinoamérica están dando sus luchas con consignas que relacionan sus propios cuerpos con los territorios a preservar o conquistar.

Insertas en el mundo hegemónico masculino y machista, las mujeres feministas, y quienes luchan por sus derechos sexuales, territoriales, económicos, sociales y culturales, podemos encontrarnos en complicidad en propuestas comunes, las que nos aúnan en estos tiempos de disgregación, confrontándonos con los sectores conservadores de la sociedad en que también hay mujeres muy empoderadas que participan en distintas organizaciones y espacios de poder. En el contexto del movimiento estudiantil feminista de mayo y junio del 2018, movimiento social de las niñas y jóvenes inédito en sus contenidos, el término “feminismo” ocupó la escena política y mediática, que llevó a gran parte de la sociedad chilena a tener que considerarlo. Paros, tomas extendidos por gran parte del territorio nacional, los discursos públicos de las voceras estudiantiles denunciando los casos de abuso y acoso sexual, las marchas gigantescas con muchas estudiantes con el torso desnudo, subidas algunas a los monumentos emblemáticos de las casas universitarias, remecieron a la sociedad chilena. Asimismo, hicieron, de manera inevitable, considerar el feminismo en su combate a las formas de violencia contra las niñas y mujeres, expresadas en abusos y acosos sexuales, y también a las formas de discriminación que viven en los espacios educativos y en la sociedad en su conjunto. El feminismo se relacionó también con una crítica a

todo el sistema educativo y de socialización. Curiosamente, en ese contexto, personeros del gobierno de Piñera llegaron a nombrarse a sí mismos como “feministas”, queriendo decir con ello que suscribían el necesario reclamo de igualdad entre hombres y mujeres, y la necesaria erradicación de la violencia hacia niñas y mujeres.

Este punto ofrece un desafío al feminismo en las necesarias distinciones que le corresponde hacer respecto de estas cooptaciones del término y de algunos de los significados que para corrientes tradicionales del feminismo han sido sus banderas de lucha como son las de igualdad entre hombres y mujeres. Para este texto, fui invitada a pensar en el lugar del feminismo en la política para producir mayor democracia y, en ese sentido tendríamos que pensar en los contenidos de nuestros embates, combates y estrategias, en los espacios propios y también en los de la gobernanza, en las confrontaciones irrenunciables, y en las alianzas indispensables, con vistas a la democracia.

Es importante profundizar en la memoria para definir el estado actual en que las feministas nos posicionamos. Pertenezco a una generación en que el feminismo significó un combate abierto a los dispositivos que la dictadura impuso como proyecto cultural de dominación y subordinación de las mujeres, y donde las mujeres establecimos alianzas y desarrollamos acciones de conjunto para enfrentar tal proyecto. La violencia que impuso la dictadura a las mujeres, especialmente de la izquierda política, intentando recomponer su lugar tradicional en la sociedad, tuvo lugar en sus cuerpos, lugar de inscripción del poder, bajo confinamiento, tortura, aniquilación o desaparición. En ese tiempo nos tornamos extremadamente conscientes de que el cuerpo era un instrumento de dominación, pero también de liberación.

En lo actual, me referiré al caso de Chile, pensando en el tipo de democracia inclusivo desde la perspectiva feminista, donde no sólo la presencia de las mujeres y su participación es visible y reconocida, sino también donde estén recogidos y asimilados los contenidos críticos del cambio cultural profundo que los feminismos contemporáneos implican en un contexto neoliberal. Se ha producido en el presente un malentendido con las demandas de igualdad de género y de igualdad de oportunidades que hace muchas veces creer al sentido común que las mujeres tenemos ya

adquiridos globalmente los mismos derechos que los hombres, educación, trabajo, acceso a puestos de poder, derechos que, de acuerdo a ese punto de vista, el tiempo los hará más extensivos de acuerdo a la modernización de la sociedad.

El feminismo contemporáneo nos exige planos de pensamiento y acción que hacen necesario considerar un amplio conjunto de variables a tomar en cuenta para que éste no sea la reiteración de las premisas habituales que parecen agotarse en su repetición. El asunto es complejo, porque lo que acontece en la sociedad y los cambios que hemos impulsado las mujeres parecieran haber ocurrido en cortezas más frágiles que profundas, con pendientes notorios en la vida cotidiana de las mujeres que atraviesa las dimensiones de lo económico, lo afectivo, lo político, lo social, lo cotidiano, lo sexual, la relación con el conocimiento y la producción en los distintos ámbitos del saber y de la creación. Insistir en la profundización de los cambios es algo en lo que no podríamos desistir. Sin embargo, hay múltiples indicios que hacen indispensable repensar las focalizaciones que habitualmente hemos hecho de acuerdo a los nuevos aspectos de la realidad, donde las crecientes migraciones, la globalización extendida, las nuevas tecnologías, los cambios climáticos, la pobreza en sus diversas y nuevas formas, el recrudecimiento de la violencia de género y el maltrato, constituyen una realidad desafiante para la creación democrática. La democracia es siempre algo a conquistar y donde los feminismos son decisivos para ese proceso interminable.

El neoliberalismo, que se ha impuesto de una manera invasiva que penetra todo lo social y lo cultural, constriñe la realización democrática una y otra vez en medio de la mayor accesibilidad de su población a ciertos bienes de consumo, prohibitivos antaño para un sector amplio de la sociedad, que da la apariencia de una democratización de la sociedad, en medio de la segmentación inestable de los colectivos y la individualización de los sujetos que la componen. Las relaciones capitalistas imperan dondequiera y el feminismo junto a la izquierda más radical actúan debilitados en sus fragmentaciones respectivas no logrando incidir y penetrar esa costra sólida y difícil de corroer. De esa manera, los cambios y alteración de los valores tradicionales de género que se dan en la actualidad tienen un componente

de positividad desesperanzada que se logra a momentos socavar, como ocurrió con nuestro “mayo feminista”. El feminismo ha perdido de algún modo su autoconciencia como fuerza política dueña de un proyecto político democrático en sí mismo. La relación feminismo y democracia se realizaba en la medida que se actuaba políticamente de un modo sistemático y de gran convocatoria. Desde la década de los 1990 vivimos en Chile una suerte de ambivalencia política por parte de los gobiernos de la Concertación y de la Nueva Mayoría con respecto a las demandas feministas y a una debilidad frente a la derecha conservadora que actúa de manera más unitaria. Las políticas de consenso y gobernabilidad de tales gobiernos tuvieron un importante costo político para nuestras demandas feministas.

Por otra parte, a modo de comprender el aspecto complejo de las demandas por la igualdad de género, quisiera referirme al hecho de que un porcentaje progresivo de mujeres accede a puestos de presencia pública y dirección política, lo que también es crecientemente valorado en los espacios de la derecha, que ve en la participación de las mujeres un signo de modernización de la política y de expansión de los espacios para la democracia moderna. Con relación a esto, la ministra del Ministerio de la Mujer y Equidad de Género, del gobierno de Sebastián Piñera, Isabel Plá, se ha comprometido a “impulsar una potente hoja de ruta para garantizar igualdad, autonomía y una lucha frontal y sin tregua a la violencia contras las mujeres” (Chile, 2019). Pero... ¿desde dónde se formula este enunciado similar al nuestro? ¿Desde qué convicciones? ¿En qué y para qué contexto? Los enunciados de equidad de género emitidos por sujetos feministas no tienen el mismo campo lingüístico de significación que los que pueden ser enunciados por mujeres que defienden un sistema de discriminaciones múltiples donde destacan las de raza, clase y diversidad sexual. Las mujeres de la derecha conservadora, junto a otros actores, han comenzado a hablar de “ideología de género” como aquella que desorganiza los parámetros del sexo de acuerdo a sus ordenamientos convencionales que encuentran su último fundamento en la biología. La ministra se ha manifestado transfóbica y el proyecto de ley de identidad de género, por tanto, le será problemático.

Hago referencia a todo esto para diferenciarnos como mujeres y distinguir nuestro proyecto feminista de proyectos de modernización neoliberal.

No debemos olvidar que las mujeres conservadoras en Chile han jugado un rol importante en la sociedad chilena como el de ser activas en campañas de terror político apuntando al electorado femenino declarando estar en peligro la feminidad y el lugar social fundamental de las mujeres como madres y esposas. Estas mujeres conservadoras contribuyeron, otrora, también de manera activa al golpe militar, con su Marcha de las cacerolas vacías movilizando a un conjunto amplio de mujeres de clase media y pobres, desabastecidas por el acaparamiento de los sectores oligárquicos. Esta acción marcó en ese tiempo el nacimiento de la agrupación “Poder femenino”⁶ que tenía como objetivos centrales la defensa de sus privilegios de clase y el derrocamiento del presidente Allende. Las mujeres del “Poder femenino” desarrollaron un activismo político recurriendo a las nociones de género tradicionales fuertemente arraigadas en la sociedad chilena; generaron un clima propicio para el golpe militar que dio inicio a la dictadura, que repuso el lugar de las madres y de los “hombres con pantalones”, como componentes estructurantes de lo masculino/femenino. Se restituían de esa manera los lugares “naturales” de la sociedad jerarquizada en sus binarismos y dicotomías de género.

Esas mujeres conservadoras tienen su continuidad liderando las organizaciones de mujeres Provida, participando en las transnacionales de género que luchan por las identidades de género en sus lugares fijos y esquematizados, que afirman que las niñas tienen vagina y los niños pene y que los genitales determinan el destino de las existencias humanas; son

6. En Memoria Chilena (Biblioteca Nacional de Chile, s/d), se lee respecto del Partido Femenino: “Las fundadoras del movimiento fueron Elena Larraín, María Correa, Carmen Saenz y Teresa Maillat. Sus bases se concentraban en la capital, aunque las mujeres conservadoras de provincias buscaban su orientación para organizarse, haciéndose parte de la movilización nacional”. “Al principio, *Poder Femenino* se formó con mujeres de clase alta y media, pero pronto se incorporaron pobladoras al aumentar el malestar popular por el desabastecimiento de artículos básicos desde 1972. Esta integración reforzó la idea de que el movimiento no reparaba en clases ni en política, porque su unión se basaba en el sexo que compartían. El denominador común eran el patriotismo y el sentido maternal que las impulsaba a intentar salvar al país del caos que percibían”. Para mayor información, ver: Power, 2008.

las que combaten la entrega de preservativos y de la píldora del día después en los consultorios, que rechazan los planes de educación sexual y las que se opusieron a la despenalización del aborto en tres causales.

Tenemos entonces maneras muy distintas en que se concibe y se da la participación de las mujeres, y no podemos prescindir del significado del pensamiento y acción de esa participación. Estamos por la participación como elemento indispensable de la democracia, pero es importante tener en cuenta el tipo de sociedad que se pretende construir, el modelo económico que es propicio a la consecución de una efectiva posición de igualdad y del logro de las demandas feministas en los distintos ámbitos de la sociedad. El feminismo es sin duda una oportunidad para todo el conjunto de la sociedad, en términos de justicia, igualdad, libertad, participación, equidad en las relaciones de género que se piensan en la vida cotidiana y en las relaciones institucionales. Como decía Julieta Kirkwood, en *Ser política en Chile* (1986:196), “No hay democracia sin feminismo” aunque, en palabras de Alejandra Ciriza, la democracia se convierte en la utopía actual que ha reemplazado la construcción del socialismo (“Democracia y ciudadanía de mujeres: encrucijadas teóricas y políticas”). Si bien, a su juicio, se han expandido los derechos, la ciudadanía y la democracia, esto “acontece por lo menos bajo un signo ambiguo” (Ciriza, 2001:160). Antiguas y nuevas desigualdades y fracturas sociales recorren nuestras sociedades neoliberales.

En los procesos de democratización, los cambios culturales impulsados por el feminismo, por los feminismos, se han ido instalando de manera lenta, paulatina, todavía superficial en muchos aspectos. Han configurado un sentido de género políticamente correcto, desde una consideración abstracta donde está ausente una “perspectiva interseccional” (CRENSHAW)⁷, que considere las variables de clase, raza, migración, edad, diversidad sexual, capacidades múltiples. La comprensión mayoritaria es todavía patriarcal o de hegemonía masculina, racista, homofóbica y transfóbica y se requiere de

7. Este concepto fue originalmente propuesto por la jurista feminista negra Kimberlé Crenshaw para quien la noción de “interseccionalidad” se refiere a los complejos, variados y variables, además de irreductibles procesos, que ocurren de manera particular en cada contexto, derivados de la interacción de factores sociales, económicos, políticos, culturales y simbólicos. Puede verse un desarrollo de este concepto en Viveros, 2016.

la ampliación de derechos que considere las variables mencionadas. Nuestras propias perspectivas feministas están de pronto muy autocentradas desde posiciones de privilegio.

La democracia no la podemos pensar fuera de su relación con la economía, prescindiendo del contexto del mercado neoliberal, que todo lo absorbe, y de los costos que esto significa para nuestros procesos feministas de democratización que nos hacen muchas veces sentir una impotencia política. En el contexto del mercado neoliberal, la empresa de juguetes Mattel, coincidiendo con la celebración del Día Internacional de la Mujer, lanzó un nuevo modelo de muñeca Barbie, restringido en ejemplares, inspirado en la artista mexicana Frida Khalo. Añadió a su colección a la matemática afroestadounidense Katherine Johnson, que trabajó para la NASA en la primera tripulación a la luna, y a la primera aviadora que cruzó el Atlántico, Amelia Earhardt. La empresa Mattel justificaba la nueva colección como un gesto de honrar a “mujeres que inspiran”. El mercado transfigura a las mujeres en muñecas, las pone en una circulación de objetos de consumo, las deshonra utilizándolas en versiones degradadas de sí mismas. El mercado se apropia de las mujeres para extender sus posibilidades y se disfraza pretendiéndose cercano al feminismo. No nos confundamos dando estas muñecas a nuestras hijas o nietas, ilusionándonos que les entregamos una educación de valoración simbólica feminista o reivindicativa.

Y es en este mismo contexto neoliberal en el que en el Día Internacional de la Mujer ocurre la gran huelga feminista en España donde se produce, como contraparte, un Manifiesto de Mujeres contra la Huelga feminista (La actualidad, comentada, 2018), titulado “No nacemos víctimas”, mujeres que no se consideran ni víctimas ni oprimidas por los hombres, que cuestionan la perspectiva crítica del feminismo respecto de la sociedad heteropatriarcal, que denuncian la “ideología de género”, la que, según sus palabras, victimiza a los hombres, los desmasculiniza virilizando a las mujeres. Los hombres estarían, según tal manifiesto, siendo actualmente discriminados y víctimas de las mujeres que los reducen en su poder. Postulan que: ni feminismo ni machismo, que la violencia no tiene género y polemizan con la “ideología de género” que consideraría a los hombres como enemigos.

Dentro de nuestras próximas tareas, como latinoamericanas, deberíamos organizarnos para hacer una huelga feminista latinoamericana masiva el próximo 8 de marzo⁸ que expresara lo numerosas que somos en medio de nuestra diversidad, que manifestara la fuerza que tenemos y el afán de nuestro proyecto político. Y ponernos en alerta frente a una progresiva y masiva confrontación entre mujeres feministas y “mujeres liberadas”.

Las mujeres vamos tal vez a confrontarnos de mayor manera en el próximo tiempo y tendremos que disputar los significados democráticos del feminismo y discutir los argumentos conservadores y caricaturescos de las mujeres conservadoras empoderadas en el espacio público, en los medios de comunicación, en espacios políticos, en las instituciones de diverso orden que insisten en reponer el poder y hegemonía masculina en una variante perversa de presencia y poder femenino.

La relación feminismo-democracia requiere no sólo la participación de las mujeres, que ya no es un indicador de democracia por sí mismo, sino de un modo de participación que recomponga los sentidos comunes de construcción democrática feminista con las alianzas con grupos feministas trans, gays, lésbicos, bisexuales, antirracistas, queer, intersex, anticlasistas.

La contracultura (ROSZAK, [1968] 1981) y la contraconducta (ECHAVARREN, 2010) se hacen indispensables. Un largo camino por recorrer que pondrá estacas de nuevas esperanzas para lidiar con la fatiga y lo amargo de la crueldad del poder. Más que pesimismo u optimismo requerimos de inteligencia política para la comprensión de nuestro complejo y desafiante presente.

8. El texto fue escrito el año 2018 y la huelga feminista latinoamericana efectivamente ocurrió el 8 de marzo del 2019 con una masividad extraordinaria. En Chile, fue la marcha más grande que haya ocurrido después de la dictadura. Se tenía en la memoria la primera, ocurrida el año 2011, con el movimiento estudiantil, al que se plegaron profesoras y profesores y distintas organizaciones de la sociedad civil.

Referencias

Blog La actualidad, comentada. Manifiesto de Mujeres contra la Huelga Feminista. *La actualidad, comentada*. 09/03/2018. Disponible en: <https://jmoraf.blogspot.com/2018/03/manifiesto-de-mujeres-contra-la-huelga.html>. Acceso en: 31 ago. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. “Poder Femenino”. En: Mujeres y derecha política (1964-1973). *Memoria Chilena*. S/d. Disponible en: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96828.html>. Acceso en: 28 set. 2019.

CHILE. Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género. Ministra Plá expone en Comisión de la ONU sobre la Agenda Mujer que está impulsando el Gobierno de Chile. *Sala Cuna Universal*, 13 de marzo de 2019. Disponible en: <https://www.minmujeryeg.gob.cl/prensa/noticias-prensa/ministra-pla-expone-comision-la-onu-la-agenda-mujer-esta-impulsando-gobierno-chile/>. Acceso en: 27 set. 2019.

CARBAJAL, Mariana. “Con más cárcel no solucionamos el problema”. *Página 12*, 16 de abril de 2017. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/32120-con-mas-carcel-no-solucionamos-el-problema>. Acceso en: 31ago. 2019.

CIRIZA, Alejandra. “Democracia y ciudadanía de mujeres: encrucijadas teóricas y políticas”. En: *Teoría y filosofía política. La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2001, p. 159-174. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100613045003/12ciriza.pdf>. Acceso en: 27 ago. 2019.

DIARIO OFICIAL DE LA REPÚBLICA DE CHILE, 3 de Mayo 2019, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, Ley Número 21.153. Modifica el Código Penal para tipificar el delito de acoso sexual en los espacios públicos.

ECHAVARREN, Roberto. En entrevista. “El arte de la contraconducta”, realizada por Carolina Benavente en: *Apaga la Tele* (www.elciudadano.cl). Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=f5zLxAGyEmA>. Acceso en: 27 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio, población: curso en el Collège de France (1977-1978)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser feminista en Chile. Las feministas y los partidos políticos*. Santiago de Chile: FLACSO, 1986.

PLÁ JARUFE, Isabel. @isabelpla, 16:00, 17 mar. 2015. *Twitter*, Disponible en: <https://twitter.com/isabelpla/status/577907357432356864>. Acceso en: 31 ago. 2019.

ROSZAK, Theodore. *El nacimiento de una Contracultura: Reflexiones sobre la sociedad tecnocrática y su oposición juvenil*. Barcelona: Kairós, [1968] 1981.

VIVEROS, Marta. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*. n. 52, p. 1-17, 2016.

A “DEMOCRACIA HEDONISTA”: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Roselane Neckel

Podemos dividir os que pretendem uma subversão da sociedade entre aqueles que desejam alcançar algo para si e aqueles que desejam para seus filhos e netos. Estes últimos são os mais perigosos; porque têm a fé e a consciência do desinteresse. Os demais podem ser contentados com um osso: a sociedade dominante é rica e inteligente o bastante para isso. O perigo começa quando os objetivos se tornam impessoais; os revolucionários movidos por interesse impessoal podem considerar todos os defensores da ordem vigente como interessados, sentindo-se então superiores a eles.

(NIETZSCHE, 2005: 221-222)

A escolha dessa epígrafe é um ponto de partida para iniciar um longo percurso na produção bibliográfica que mostra como é importante dizer o que precisa ser dito, muitas vezes questionando “verdades” calcificadas. As contribuições de Friedrich Nietzsche, em sua obra *Humano Demasiado Humano*, escrita no século XIX, são importantes para refletir sobre “cultura política” e as “práxis políticas” cotidianas de grupos de extrema direita, direita, esquerda, extrema esquerda ou quaisquer enquadramentos que se impõem às ideias e posicionamentos políticos nos dias atuais.

O objetivo desse texto, em meio a tantos outros, é trazer à reflexão as discussões teóricas sobre “democracia” na sociedade contemporânea, que ocorre permeado pelos debates em torno das relações de gênero, movimentos feministas, empoderamento das mulheres e várias outras temáticas problematizando a participação política de sujeitos sociais na sociedade em que vivem. Em tempos em que se questiona a democracia, buscamos refletir sobre os conceitos de “política” e “político” através de autores e autoras que problematizam temas como a democracia, a participação política, a desmoralização da política, ceticismo e decepção em relação ao modelo liberal de democracia, a cultura política do clientelismo, a criminalização da política e o modelo agonístico da democracia. A democracia agonística é uma possibilidade de confrontar a “decepção” contemporânea com os políticos e a política, bem como analisar as consequências dessa decepção com a política e com os políticos, as quais abrem brechas para discursos xenófobos, nazifascistas e autoritários. Além disso, ao refletir sobre as relações entre o fortalecimento dos princípios do mercado e o reforço da subjetividade, em detrimento da cidadania, conduzindo os seres humanos ao hedonismo, contemplamos de forma ampla a sociedade, a democracia e a cidadania nos dias atuais tanto no Brasil como na América Latina e na Europa. As diversas análises teóricas fortaleceram nossa compreensão de que é necessário ultrapassar o debate sobre a incompatibilidade entre democracia e capitalismo, entre democracia participativa e os modelos de democracia popular. A partir das leituras efetuadas (SANTOS; AVRITZER, 2003, MOUFFE, 2005, BAUMAN, 2008, LIPOVETSKY, 2007, SOUZA, 2017, 2018, CHOMSKY; FOUCAULT, 2006; GALLEGO, 2018, COSTA, 2018) chegamos à conclusão que deveríamos insistir em compreender a constituição da “democracia hedonista”, em que o atendimento dos interesses individuais, ou de seu grupo é o que orienta os interesses dos “indivíduos” pela política no momento presente. Ao sugerir o debate sobre as características da democracia hedonista, cremos que outras questões poderão vir à tona, e talvez outros parâmetros com os quais outra democracia possa ser potencializada, inibindo o fortalecimento das ideias totalitárias, onde os movimentos feministas têm um importante lugar!

Iniciamos com as inquietações de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003) sobre o “cânone democrático”, que são muito pertinentes e importantes para reflexões sobre a democracia contemporânea. No capítulo “Para ampliar o cânone democrático”, problematizam a “questão democrática”, afirmando que “a democracia assumiu um lugar central no campo político durante o século XX. Mas, se “continuará a ocupar esse lugar neste século é uma questão em aberto” (SANTOS; AVRITZER, 2003:35). O século XX, para eles, foi “um século de intensa disputa em torno da questão democrática. Essa disputa, travada no final de cada uma das guerras mundiais e ao longo do período da guerra fria, envolveu dois debates principais” (SANTOS; AVRITZER, 2003:35). Inicialmente, centram a discussão em torno da “desejabilidade da democracia como forma de governo” (SANTOS; AVRITZER, 2003:35). Depois, elaboram um debate intelectual sobre a “incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo” (SANTOS; AVRITZER, 2003:35). Para os autores, foram Barrington Moore e Adam Przeworski que inauguraram esse debate com o intuito de explicar “por que a maior parte dos países não eram democráticos nem poderiam vir a sê-lo senão pela mudança das condições que neles prevaleciam” (SANTOS; AVRITZER, 2003:36). Esse debate destacava “a tensão entre capitalismo e democracia, tensão essa que, uma vez resolvida a favor da democracia colocaria limites à propriedade e implicaria ganhos produtivos para os setores sociais desfavorecidos” (SANTOS; AVRITZER, 2003:36). Neste contexto, destacam a compreensão dos marxistas, de que “essa solução exigia a descaracterização total da democracia, uma vez que nas sociedades capitalistas não era possível democratizar a relação fundamental em que se assentava a produção material – a relação entre o capital e o trabalho” (SANTOS; AVRITZER, 2003:36). Isso porque de um lado está o padrão detentor do capital e dos meios de produção e que nunca aceitaria democratizar, portanto compartilhar, com seus empregados os recursos que detinha a propriedade – eis aí o principal impedimento do emprego da democracia no capitalismo, posto que sua principal matriz de poder não poderia ser compartilhada com aqueles que deteriam apenas a força de trabalho. Apesar do intenso debate sobre a democracia participativa e os modelos de democracia popular nos

países da Europa do Leste e a democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência no pós-guerra, o que se propaga na última década do século XX é o “modelo hegemônico liberal”, no sul da Europa ainda nos anos de 1970, e posteriormente para a América Latina e Europa do Leste. Para Santos e Avritzer, essa realidade tornou as análises de Moore e de Adam Przeworski desatualizadas. No entanto, modifica-se o debate, e uma outra questão vem à tona: “o problema da forma da democracia e da sua variação” (SANTOS; AVRITZER, 2003:37). Com a expansão da democracia liberal, de “baixa intensidade”, constituiu-se uma crise que ficou conhecida como “dupla patologia” (SANTOS; AVRITZER, 2003:37). A “patologia da participação, em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram” (SANTOS; AVRITZER, 2003:37).

Em outro capítulo, da mesma obra, intitulado “Democracia liberal: triunfo e crise”, Emir Sader, ao tratar das iniciativas de democracia participativa que buscam romper com esse “círculo vicioso” resgatando a dimensão pública e cidadã da política, também destaca que um “dos elementos mais significativos da história contemporânea é o contraste entre a generalização dos regimes da democracia liberal e, ao mesmo tempo sua crise” e a desmoralização da política (SADER, 2003:541). Desse contraste resulta, conforme o autor:

A desmoralização da política, o desinteresse por tudo que é público, a privatização exacerbada das relações sociais e do próprio Estado – tudo leva a uma crise política, induzida pela corrosão da estrutura social e da cultura pelas relações mercantis sem contrapeso da ação até um certo momento reguladora do Estado. (SADER, 2003:543).

São os discursos “neoliberais” que preconizam as iniciativas individual e privada contra a ineficiência do Estado e dos “políticos”. Nesse sentido, para Sader, na América Latina,

o liberalismo econômico, ao promover as relações mercantis, desconhece, por definição, os direitos. Por outro lado, as reformas laborais alimentam fortemente a fragmentação social, enfraquecendo a capacidade associativa dos indivíduos, enquanto os governos neoliberais

se enfrentam duramente ao movimento sindical e aos movimentos sociais – alguns de seus principais adversários – com o cruzamento dos dois debilitando a capacidade reivindicativa desses movimentos e promovendo tentativas de soluções individuais – das quais a proliferação de adesões religiosas e da literatura de autoajuda são algumas das expressões. Como correlato, o modelo de comportamento de “sucesso” passou a ser o de grandes empresários, como exemplos de sucesso *nessa busca individualizada da resolução de problemas de cada um*. (SADER, 2003:543-544, grifo nosso)

A “desmoralização da política”, concordando com Sader,

joga a favor do império sem contrapesos da economia, favorecendo a financeirização do Estado, a destruição dos direitos e das formas de regulação estatal. A grande imprensa faz jogar “mercado” contra “política”, aquela como portadora da “racionalidade” enfrentada ao “corporativismo”, à “incompreensão”, à incompetência dos políticos (SADER, 2003:547).

No Brasil, desde o “escândalo do mensalão em 2005”, da “operação lava jato” e do “golpe parlamentar” de 2016 que a desmoralização e a criminalização da política estão sendo realizadas, de modo intensivo pelos meios de comunicações e por agentes públicos que contribuem para disseminar ideias, tanto para o cidadão comum e até mesmo para alguns setores intelectualizados, com discursos que afirmam que o mundo da política e o estado estão carcomidos, motivo pelo qual a solução para essa crise é entregar tudo às leis de mercado, privatizar tudo e se entregar aos arroubos autoritários de quem tiver mais força, mais poder¹.

Sobre o autoritarismo e o patrimonialismo no Brasil merecem destaque as análises de Boaventura de Sousa Santos, no início dos anos 2000, no capítulo intitulado “Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”. Trata-se de um estudo defendendo a democracia participativa apresentando uma pesquisa realizada na década de 1990 sobre as novas práticas de gestão administrativa da prefeitura de Porto Alegre/RS,

1. Sobre essas questões são inspiradores os estudos de Jessé de Souza (2017, 2018).

quando da primeira gestão municipal do Partido dos Trabalhadores naquela cidade. As decisões orçamentárias são decisões políticas fundamentais; no entanto, pontua Santos, “numa sociedade comandada por uma forte tradição autoritária e patrimonialista, como é o caso do Brasil, o orçamento público tem sido menos a expressão do contrato político do que a expressão da sua ausência” (SANTOS, 2003:383-384). Assim, os “critérios tecnoburocráticos prevalecem na definição do orçamento, critérios suficientemente vagos para permitirem a privatização clientelista das decisões públicas que dizem respeito à distribuição dos recursos” (SANTOS, 2003:384). Nesse sentido, aponta que o “jogo político clientelista e os seus mecanismos de troca de favores” definem a distribuição real do orçamento (SANTOS, 2003:384). Quando, em 1989, o Partido dos Trabalhadores assumiu a Prefeitura de Porto Alegre implantou a política do Orçamento Participativo (OP), buscando construir um modelo diferente de definição do orçamento, assumindo a tarefa de fazer um governo diferente do governo “particularista” – que estava alinhada aos “interesses da burguesia” –, preocupado com os “interesses dos trabalhadores” (SANTOS, 2003:415), os quais eram a maioria da população e que sempre esteve à margem da definição das prioridades públicas. A “finalidade era dar poder aos conselhos populares emergentes das organizações comunitárias, de forma que pudessem ser eles a tomar decisões acerca da política municipal, e em particular do orçamento” (SANTOS, 2003:416). Santos apresenta através da fala do vice-prefeito Tarso Genro (1991-1996) uma breve avaliação dessa estratégia política que refletia uma “concepção romântica” da participação popular e estava destinada a falhar por três razões principais:

Em primeiro lugar nem os dirigentes partidários que encabeçavam o executivo, nem os dirigentes das comunidades, tinham qualquer experiência na promoção da participação institucionalizada. Ambos haviam sido socializados na cultura política do confronto e não estavam preparados para ir além do protesto e da confrontação. Esse contexto não permitia a criação de espaços de negociação capazes de articular e de tornar compatível todas as diferentes reivindicações e exigências das diversas regiões, e ainda menos de estabelecer um contrato político e de tomar parte nas mediações institucionais necessárias para efetivar.

Em segundo lugar, tornou-se rapidamente evidente que os líderes das comunidades não só estavam socializados numa cultura política do confronto, mas também numa cultura política do clientelismo, com base na qual canalizavam recursos para a comunidade. [...] A participação popular do tipo não-clientelista vinha, pois, perturbar quer a política tradicional, quer as estruturas de poder das comunidades. (SANTOS, 2003:416)

Portanto, o maior desafio naquele momento era a desconstrução de uma cultura política do “confronto” e de cultura política do “clientelismo”. Para garantir a continuidade da proposta do Orçamento Participativo foram construídas “regras gerais” e “critérios de justiça distributiva”. Para tanto foi realizada:

A seleção de prioridades e de obras incluídas no plano de investimento consegue-se através de critérios objetivos, definidos mediante um processo complexo de negociação que tem lugar nas reuniões intermediárias, nas assembleias regionais, nas plenárias temáticas, e no conselho do OP (SANTOS, 2003).

Segundo Boaventura de Sousa Santos, as metodologias e as inovações introduzidas no OP transformaram a cultura política das organizações comunitárias, que passou de uma cultura do protesto e da confrontação para uma cultura política do conflito e da negociação. No entanto, ao centrar a atenção nas necessidades das classes populares tiveram como resultado a não participação das classes médias no orçamento participativo.

Essas considerações de Boaventura de Sousa Santos, Leonardo Avritzer, Emir Sader merecem destaque, em nosso entendimento, pois vêm ao encontro de outros/as autores/as e das nossas próprias inquietações em torno do comportamento político e da cultura política na sociedade contemporânea, em vários países, não apenas no Brasil ou na América Latina. Sobre essas questões, as discussões elaboradas pela filósofa Chantal Mouffe, cuja obra é instigante ao questionar os atuais modelos de democracia quando apresenta seus conceitos de político e política. Para ela:

Por “o político” refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A “política”, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do “político” [...]. Essa questão, vênha aos racionalistas, não é a de como tentar chegar a um consenso sem exclusão, dado que isso acarretaria a erradicação do político. A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade [...]. (MOUFFE, 2005: 20)

Diante do ceticismo de um crescente número de pessoas em relação ao modelo liberal democrático na sociedade contemporânea, o debate sobre os parâmetros nos quais a democracia pode ser potencializada precisam ser impulsionados. Para tanto, Chantal Mouffe propõe um debate sobre democracia agonística e cidadania democrática radical, tendo como pressuposto, o pluralismo político, trazendo o confronto entre o liberalismo e o republicanismo. Em entrevista concedida a António Guerreiro pondera que:

[...] eu afirmo que é possível pensar numa ordem democrática, mesmo partindo de uma concepção de político como antagonismo, na condição de ver que esse antagonismo pode dar-se de maneiras diferentes. (GUERREIRO, 2017)

Chantal Mouffe propõe que a política consiste, pois, em domar a hostilidade, para que o outro não seja visto como inimigo a ser destruído, mas como um adversário a ser combatido nas suas ideias, sem negar-lhe o direito de defendê-las. Inspirada por Gramsci, para Mouffe (2005) a política é uma luta por hegemonia. Introduzindo a categoria de adversário, a filósofa alerta que “a categoria do ‘adversário’ requer tornar complexa a noção de antagonismos e a distinção de duas formas diferentes mediante as quais ela pode emergir: o antagonismo propriamente dito e o agonismo que representa a luta entre adversários.” (MOUFFE, 2005:21) Chantal Mouffe propõe um “um modelo agonístico” de democracia, problematizando os modelos agregativos

e participativos da democracia, abandonando o ideal de uma sociedade democrática como espaço de harmonia e transparência. A questão que coloca, “não é de como tentar chegar a um consenso sem exclusão, dado que isso acarreta a exclusão do político”, dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, já a “política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um ‘nós’ em oposição a um ‘eles’”, sem perceber os que pensam diferentes como inimigos, a serem destruídos, mas sim como adversários, ou seja pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão” (MOUFFE, 2005:20). Uma “democracia em bom funcionamento demanda um embate intenso de posições políticas. [...] Muita ênfase no consenso e a recusa da confrontação levam à apatia e ao desapareço pela participação política” (MOUFFE, 2005:20).

Portanto, Chantal Mouffe questiona os parâmetros da democracia liberal e apresenta uma proposta de “pluralismo agonístico” onde os conflitos e as paixões não foram excluídos da política e enfatizando “a impossibilidade de estabelecer um consenso sem exclusão” (MOUFFE, 2005:22). Segundo a autora, a proposta questiona a ilusão de que “democracia perfeitamente bem-sucedida possa ser alcançada”, mantendo “viva a contestação democrática” reconhecendo que a sociedade é dividida, onde a coexistência humana é de natureza conflitiva (MOUFFE, 2005:22). As reflexões realizadas por Chantal Mouffe ampliaram nossas perspectivas de análise sobre o alheamento de muitos cidadãos e muitas cidadãs da política, quando amplia as explicações centradas na constituição da sociedade reflexiva e individualista como responsáveis pela “decepção política” de muitas pessoas e aponta caminhos.

Sobre essas interpretações, gostaríamos de lembrar aqui o pensamento de Zygmunt Bauman em sua obra *Sociedade Individualizada*, ao destacar que a ordem do dia dos “indivíduos” na vida contemporânea:

na verdade, é que todos nós – “indivíduos por decreto” – que somos, os “políticos da vida”, mais do que membros de uma “comunidade organizada politicamente” – tendemos a ser contadores de histórias compulsivos e encontramos poucos ou nenhum tópico mais interessante

do que nós mesmos para nossas histórias – nossas emoções, sensações e mais íntimas Erlebnisse (BAUMAN, 2008:13-14).

Também Gilles Lipovetsky, em sua obra a *Sociedade da Decepção*, no capítulo “Consagração e descrédito da democracia” argumenta que “a democracia liberal, em sua própria estrutura, gera a decepção” (LIPOVETSKY, 2007:35). O autor, ao citar Claude Lefort, afirma que “isso se deve à própria indeterminação da democracia, que implica um poder que não é de ninguém, um poder que é objeto de competição cujo resultado depende de eleições” (LIPOVETSKY, 2007:35). E que essa concorrência “*pacífica*” (grifo nosso), pelo exercício do poder pode conduzir tanto a uma mudança de governo quanto à renovação do mandato do mesmo governante. Portanto, “constitucionalmente falando, há vencedores e vencidos. Moral da história: decepção dos últimos” (LIPOVETSKY, 2007:35). Segundo o autor, de “cada quatro franceses, três suspeitam da classe política. Nos últimos vinte anos, em todos os países, a proporção da perda de confiança na classe política só aumenta”. Quanto a esse aspecto, Lipovetsky destaca que:

Essa atmosfera de suspeita diante da responsabilidade dos homens públicos é reforçada pela ideia de que sua conduta é pautada, sobretudo, pela indisfarçável satisfação de seus interesses pessoais, pela ânsia de se reelegerem, pela obsessão em fazer pesquisas de popularidade... Outras tantas formas de conduta alimentam um desencanto pela política, que não cessa de crescer [...]. (LIPOVETSKY, 2007:36)

Essa decepção com os políticos e a política, aliada à incapacidade da classe política de encontrar “soluções viáveis para os constantes problemas do desemprego, da imigração, o poder político é tido como ineficiente, burocrático, alheio às verdadeiras aspirações dos cidadãos” (LIPOVETSKY, 2007:36). Essa atmosfera abre brechas, conforme aponta o autor, para “discursos populistas e xenófobos de extrema direita” (LIPOVETSKY, 2007:36). Além dos votos de protesto o abstencionismo progride:

Desde a década de 1980, o abstencionismo acha-se em franca expansão. Instaurou-se, de fato, como um fenômeno político da vida atual. Há sempre uma porção minoritária de indivíduos que simplesmente

nunca vota, ou quase nunca, ao passo que cada vez mais eleitores votam de forma intermitente, dependendo da natureza da disputa ou dos competidores. [...] Delineia-se assim, um novo perfil de cidadão: alguém que vota com regularidade cada vez menor, que participa e se mobiliza ‘quando quer’. O efeito disso é que o voto-dever sucede o voto à *la carte*: o comportamento consumista invadiu até mesmo o exercício da cidadania (LIPOVETSKY, 2007:37).

Zygmunt Bauman e Boaventura de Sousa Santos, em suas obras, também tratam dos “indivíduos”, tal como aponta Lipovetsky, e seu “alheamento em relação à coisa pública”, e o “grande investimento na satisfação pessoal: quimicamente, essa é a fórmula do individualismo hipermoderno puro” (LIPOVETSKY, 2007:37)². Porém, Santos pontua um aspecto importante sobre a noção de cidadania corrente nos anos de 1990:

A representação democrática perdeu o contato com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos. Com isso os cidadãos alhearam-se da representação sem, no entanto, terem desenvolvido novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas. (SANTOS, 2013:202)

O fortalecimento dos princípios do mercado reforça a subjetividade em detrimento da cidadania. E a “subjetividade sem cidadania conduz ao narcisismo e ao autismo” (SANTOS, 2013:209). No entanto, em sua análise, valoriza o impacto dos Novos Movimentos Sociais (NMSs), que emergiram a partir do final dos anos de 1980, na constituição de um equilíbrio entre subjetividade e cidadania, fazendo da sociedade civil uma sociedade política (SANTOS, 2013:223). Dessa forma, Santos mostra a possibilidade da constituição de diferentes formas de cidadania, que são importantes para pensar o futuro da democracia no Brasil.

Gostaríamos de ser otimista como Boaventura de Souza Santos, de que homens e mulheres continuam na luta política pelos interesses coletivos, pela democracia, para além dos seu próprios interesses, mas não podemos

2. Ver também: LIPOVETSKY (1994), BAUMAN (2001), SANTOS (2013).

esquecer em nossas análises sobre a constituição das subjetividades políticas dos seres humanos a possibilidade do predomínio dos valores consumistas, tal como afirma Gilles Lipovetsky (2004:23): “individualistas do prazer e da felicidade, da satisfação íntima, não mais a entrega a uma causa, a virtude austera, a renúncia a si mesmo [...] mergulhados numa cultura individualista de bem estar, de êxtase do corpo, de sucesso pessoal e autonomia”. Nesse sentido, o que deve continuar nos enfurecendo é a pergunta, parafraseando Michel Foucault, quando uma pessoa não se interessa por política: “Por que não se interessa por política”? (CHOMSKY; FOUCAULT, 2006:22). Ou, nos indignar quando as pessoas se interessam, constituem e exigem – através de suas atitudes e ações – um modelo “democracia hedonista”, no qual prevalece o atendimento a seus interesses e, também, são os interesses de seu grupo é o que orienta seus interesses e práticas pela e na política.

Em 2018, observamos o fortalecimento no Brasil do descaso com a política e os políticos. Para Esther Solano Gallego:

A democracia em crise é uma afirmação que a ninguém mais surpreende. Uma crise multifacetada que tem como consequência o declínio das estruturas representativas tradicionais e um mal-estar geral com o funcionamento democrático atual. Vivemos em tempos nos quais a política nos é apresentada como algo prescindível, inclusive sujo, vergonhoso e é desejável a não profissionalização do político. (GALLEGO, 2018:6)

Assim, no Brasil de 2018, como mostra Esther Solano Gallego, a “crise democrática”, “a crise representativa”, a “crise econômica”, a “incapacidade dos partidos da esquerda tradicional de dar repostas aos cidadãos, aumentos da retórica antipolítica, populismo do combate contra a corrupção, crise da segurança pública” abriram caminho para “posturas antidemocráticas, que colocam em risco o avanço nos direitos e garantias fundamentais” (GALLEGO, 2018:27). Também em sua obra “O Triunfo da Pequena Política”, Homero de Oliveira Costa, ao tratar da criminalização e judicialização da política, dialogando com vários autores nacionais, apresenta a pequena política e o estado de exceção, que ocorre de modo a subsidiar a despolitização da política (COSTA, 2018:41). As posturas messiânicas, com discursos salvacionistas

e que demonizam não só a política como também todos aqueles que não comungam de seus pontos de vista, representam graves ameaças à democracia no Brasil (CASARA, 2015 *apud* COSTA, 2018:43). O tempo presente vive tomado por esta forma de fazer política. Essa característica da “pequena política” deixa marcas profundas no Estado Democrático de Direito. É o que estamos vivenciando em 2019.

Portanto, é necessário que as reflexões e pesquisas em torno da política e da democracia sejam produzidas e divulgadas, pois são essenciais para desconstrução e o combate de uma cultura política autoritária, violenta e conservadora, como a que se tem renunciado em nossos dias.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Sociedade Individualizada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. *La Natureza Humana: justicia versus poder*. Um debate. Buenos Aires: Katz, 2006.

COSTA, Homero de Oliveira. *O triunfo da pequena política*. Curitiba: CRV, 2018.

GALLEGO, Esther Solano. Crise da Democracia e extremismos de direita. *Análise*, São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, n. 42, p. 1-28, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

GUERREIRO, António. Radicalizar a democracia, mobilizar os afectos. *Público.pt*, 21/03/2017 às 8:13. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/03/21/mundo/entrevista/radicalizar-a-democracia-mobilizar-os-afectos-1765872>. Acesso em: 09 ago. 2019.

HAN, Byung-Chul. *A Sociedade do Cansaço*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – Neoliberalismo e Novas técnicas de poder*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade da Decepção*. Barueri, SP: Manole, 2007.

- LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa*. Porto alegre: Sulina, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O Crepúsculo do Dever*. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Coimbra: Gradiva, 1996.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de Democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SADER, Emir. “Para outras democracias”. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 541-563.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 39-69.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*. O Social e o Político na Pós-Modernidade. 9. ed., Revista e Aumentada. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2013.
- SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

A “PRIMAVERA DAS MULHERES” NOS IMPASSES ATUAIS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Joana Maria Pedro
Luana Borges Lemes

Quando, em 2015, começaram a acontecer inúmeras manifestações de mulheres nas ruas de diversas cidades brasileiras, esse fenômeno passou a ser chamado ora de “Primavera das Mulheres”, ora de “Quarta Onda do Feminismo”. Estes acontecimentos têm sido analisados por diferentes autoras e aqui queremos relacioná-lo, também, aos impasses da democracia no Brasil. Para isso, queremos adiantar que, nas lutas por democracia, as mulheres foram protagonistas em diferentes atuações: durante o período da ditadura militar, na redemocratização e, na chamada “maré rosa” (PANIZZA, 2006), souberam ocupar espaços de poder e conquistar leis que reduziram, um pouco, as hierarquias de gênero. Foi certamente por terem a evidência de que sem democracia não há possibilidade de luta por justiça de gênero, que a explosão de manifestações da “primavera feminista” continuou ao longo de 2019.

A história do movimento de mulheres e feministas no Brasil tem seguido, muitas vezes, as chamadas “Ondas Feministas” que, num movimento de

expansão do Norte para o Sul Global¹, tem encontrado correspondência, mas, também, muitas especificidades. A “Primeira Onda”, no Brasil, na luta pelo voto, acompanhou, mais ou menos de perto, o padrão de movimento da Europa e dos Estados Unidos. Lá, como aqui, foi composto por mulheres de elite e de camadas médias urbanas, brancas, em sua maioria, e instruídas. Foi concluída com a conquista do voto para mulheres em 1932, no Brasil. Entretanto, na chamada “Segunda Onda”, esta correspondência não aconteceu.

Enquanto, no Brasil, a sociedade mergulhava numa ditadura militar, a partir da segunda metade dos anos 1960, no Norte Global o chamado Feminismo de “Segunda Onda” ganhava as ruas com grandes manifestações, concretizadas em aprovações de leis e na criação de redes de grupos de consciência. Grande parte dessa movimentação estava ligada à chamada Revolução Sexual, expressa por meios contraceptivos eficientes, mas, também, por livros, filmes, músicas e peças de teatro que colocavam em questão as hierarquias de sexo, a liberdade e a hipocrisia conservadora. No Brasil sob a ditadura (1964-1985) estas mudanças culturais foram vividas de forma comedida, sempre sob ameaça da censura. Neste país, a Revolução Sexual foi vista de longe, como se fosse através da vitrine, como algo que ocorria em outro país. Evidentemente, alguns grupos da elite urbana a viveram. A ditadura associava Revolução Sexual e Feminismo com Comunismo – algo a ser combatido ferozmente. Afinal, a “guerra fria” justificava esta associação. E foi neste ambiente que os primeiros movimentos de mulheres e feministas articularam-se.

Enquanto a ONU – Organização das Nações Unidas –, decretava o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres, os movimentos que se autodenominariam feministas estavam começando a se articular. Outros movimentos de mulheres também passaram a atuar, mas não se diziam feministas. O Movimento de Mulheres pela Anistia, encabeçado por Terezinha Zerbine, foi um destes. Não se identificava com o feminismo e “usava o gênero” – atuaram usando as prerrogativas que as hierarquias de gênero

1. Esta noção de Norte global ou Sul global não tem relação necessária com a geografia. Trata-se de conceito utilizado pelos estudos pós-coloniais como referência aos países ricos e pobres conectados pela colonização.

atribuem às mulheres – como forma de escapar da repressão e atingir seus objetivos, ou seja, obter a liberdade de seus familiares².

Foi desta forma – contra a ditadura militar – que estes movimentos se organizaram. Tiveram, muitas vezes, que, prudentemente, criar pautas de reivindicação que permitissem ampliar o número de aliados. Por isso, a pauta da descriminalização/legalização do aborto – que nos países do Norte Global já se transformava em lei: como nos Estados Unidos em 1973 e na França em 1975 –, foi, muitas vezes reduzida, apequenada. O apoio da Igreja Católica, através da Teologia da Libertação, era muito importante para a luta. A reconquista da democracia tornou este momento do feminismo de Segunda Onda relativamente menos forte do que se viu em outros lugares do Norte Global.

No período chamado de “redemocratização”, especialmente os anos 1980, no Brasil, a atuação do movimento de mulheres e feministas foi crescente nas manifestações de rua, nas atuações públicas e, principalmente, por organização de *lobbys*, por atuação em espaços de poder que foram sendo ocupados: 1) a criação de “Delegacias da Mulher”, nos vários governos que se elegeram pelo PMDB, já no início dos anos 1980; 2) a criação de núcleos de Estudos sobre a Mulher e sobre Gênero nas universidades; 3) a atuação do “lobby do batom” na redação da constituição de 1988, que garantiu, na lei magna, ganhos importantes para a redução das hierarquias de gênero. Estes ganhos, entretanto, não foram acompanhados pelo crescimento da representatividade das mulheres nos espaços públicos. As mulheres continuaram sendo minoria como candidatas e como eleitas nas eleições, mantendo o Brasil em lugares pouco vantajosos em relação aos demais países, neste quesito.

Heloisa Buarque de Hollanda e Marlise Matos observaram, neste momento de redemocratização, a emergência da “Terceira Onda Feminista” no Brasil. Para ambas, a criação de núcleos de estudos formou, nas universidades, toda uma geração de mulheres que passaram a se identificar como feministas. Heloisa Buarque de Hollanda se diz feminista desta “terceira onda” (HOLLANDA, 2018:11), e, ainda, para ela, a “Quarta Onda” teria

2. Ver sobre “usos de gênero” ou também “jogos de gênero”: Duarte, 2012; Capdevila, 2001. Ver também neste volume o capítulo intitulado “Jogos de gênero na ditadura civil-militar brasileira: de uma ponta a outra do tabuleiro” de Ana Rita Fonteles Duarte.

iniciado com os ativismos de rua, e de redes sociais (HOLLANDA, 2018:13), da chamada “Primavera das Mulheres”, especialmente a partir de 2015. Por sua vez, Marlise Matos (2010:68), situa a “Quarta Onda” no Brasil já no início do século XXI.

Para esta reflexão pouco importa se estamos vivendo, no Brasil, a “Quarta Onda” a partir da “Primavera das Mulheres”, ou se desde o início do século XXI. Importa ainda menos se estamos, nos desdobramentos da “Segunda Onda”, como sustenta Nancy Fraser (2007), a partir do protagonismo feminista norte-americano, conforme criticado por Marlise Matos (2010:73-74); para este texto é mais importante apontar quatro questões: 1) a importância do estado democrático, mesmo que frágil, para a atuação feminista, 2) a reação ao avanço conservador, 3) a base desta efervescência feminista, localizada a partir dos anos 1980; 4) a relação entre atuação nas redes sociais e espaços públicos dos novos movimentos do feminismo.

A importância do Estado democrático já foi discutida, ao mostrar como a ditadura militar dificultou, no Brasil, a emergência da “Segunda Onda”. Foi somente com a redemocratização que a luta por melhores condições e por leis que permitiam redução das hierarquias foi possível. Neste caso, o que se pode dizer, ainda, é que esta “Primavera” e/ou “Quarta Onda Feminista”, é uma reação ao avanço conservador, que, em vários países, tem tornado a democracia muito frágil e vem crescendo desde 2010, no Brasil. Convém destacar que o que está ocorrendo no Brasil não é um caso isolado; este avanço conservador vem aparecendo na forma da não aceitação dos imigrantes³, na negação da liberdade de expressão sexual⁴ e dos direitos humanos, em diferentes países da América Latina, Europa e Estados Unidos. Vários autores têm discutido a emergência do movimento contra o que eles chamam de “Ideologia de Gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017) que, de acordo com Sara Garbagnoli e Massimo Prearo (2017), teria sido iniciada em meados de 1990, pelo Vaticano, interessado em combater, naquela época, o prestígio que a “teoria de gênero” estava ganhando. Este movimento é contra o gênero, mas é também contra o feminismo: trata-se de uma “contrarrevolução

3. É o que se observa, especialmente na Hungria.

4. Também observado na Hungria e, principalmente, em vários países da América Latina como Brasil, Colômbia, Peru e Costa Rica.

sexual” (GARBAGNOLI; PREARO, 2017). Estas discussões, iniciadas na Itália, ganharam, logo em seguida, repercussão em diferentes países, e apoio intenso de religiões evangélicas neopentecostais. No Brasil e em outros países da América do Sul, levaram à criação de leis que tentam impedir que a questão de gênero seja discutida na escola.⁵

Não é a primeira vez que mulheres se organizam, seja para reivindicar direitos, seja para impedir a perda dos que foram conquistados. Kate Milet, no livro *Política Sexual*, de 1974, e Susan Faludi no livro *Backlash*, de 2001, já tinham mostrado os vários momentos de avanços e perdas de direitos das mulheres. Kate Milet mostrou o retrocesso dos direitos na Europa e na antiga União Soviética, nos anos 1930, logo após a quebra da bolsa de valores. A emergência dos governos de força como o Nazismo na Alemanha, o Fascismo na Itália, o Salazarismo em Portugal, o Stalinismo na URSS e o Franquismo na Itália, representaram perdas de direitos para as mulheres. Entretanto, nos anos 1970, com a “Segunda Onda” estes foram reconquistados e outros direitos foram concretizados. Os anos 1980, focalizados por Suzan Faludi (2001), trouxeram nova crise, desta vez de cunho neoliberal. Ronald Reagan tornou-se presidente dos Estados Unidos e Margareth Thatcher era a primeira ministra da Inglaterra. Nestes anos ocorreu, ainda, a queda do muro de Berlim, o final da União Soviética e o aparecimento do HIV. Todos estes fatos representaram grande retrocesso para as minorias, dentre estas as mulheres e os homossexuais. A reação a este movimento conservador, protagonizado, principalmente, pelos homossexuais, conseguiu reverter este quadro.

No Brasil, os anos 1980 tiveram outro significado. Era o período de redemocratização, já discutido por várias pesquisadoras. Foi destes anos o início da criação de Núcleos de Estudos da Mulher, do Feminismo, do Gênero e das sexualidades nas universidades. Em 1980, por exemplo, foi criado o Núcleo de Estudos Sobre a Mulher na PUC/SP, por iniciativa de Fanny Tabak (PEDRO, 2005:172). Outras ações importantes vieram fortalecer o conhecimento e dar legitimidade a este: 1) o Programa de Relações de Gênero

5. Como acontece no Brasil, no Peru e especialmente na Hungria, onde as próprias universidades foram proibidas de ter cursos de Estudos de Gênero. A respeito do Brasil, ver os autores: ROSADO-NUNES, 2015; SOUZA, 2014; REIS; EGGGER, 2017.

na Sociedade Brasileira, executado entre 1978 e 1998 pela Fundação Carlos Chagas, com recursos da Fundação Ford (SORJ, 2004); 2) no início do século XXI os concursos realizados pela SPM – Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, junto com o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com recursos para pesquisa; 3) os concursos de redação, e artigos científicos intitulados “Construindo a Igualdade de Gênero”, voltados para estudantes de Ensino Médio, graduação e pós-graduação, também organizados pela SPM⁶; 4) as atuações da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que apoiou cursos de Gênero e Diversidade na Escola, formando especialistas e criando uma grande rede de conhecimento que fortaleceram as pesquisas sobre o feminismo, História das Mulheres, relações de gênero e sexualidades. É possível incluir, ainda, inúmeras outras ações deste período que permitiram a insurgência de um feminismo que se tornou popular, no sentido de encontrar um maior número de mulheres, principalmente de jovens, que passaram a se identificar com o feminismo. Enfim, observou-se especialmente, a partir do início do século XXI, a transformação das discussões de História das Mulheres, feminismo, relações de gênero e sexualidades em questões de conhecimento, estudo e pesquisa. Esta transformação deu legitimidade para estas temáticas. Tornou-se uma questão a ser conhecida e transmitida, permitindo a formação de novas/os pesquisadoras/es neste campo, com repercussão na cultura escolar (SILVA, 2006). Arriscamo-nos a dizer que grande parte do que se viu nas manifestações da “Primavera das Mulheres” foi, também, resultado de todo este trabalho, legitimado pela pesquisa e ensino que vem sendo feito desde os anos 1980 nas universidades. Mas, obviamente, não foi somente isso.

As mulheres, no Brasil, que já vinham atuando nas redes sociais, foram, também, para as ruas. Estes corpos nas ruas têm sido alvo de vários

6. O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/premio-construindo-a-igualdade-de-genero-esta-com-inscricoes-abertas/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

debates. Judith Butler, no livro *Corpos em Aliança* (2018), faz esta relação das redes sociais com as grandes multidões, ocupando espaços na luta contra a precarização induzida da vida. Mostra, também, a forma como as grandes manifestações acabam por servir de referência para outras em outros lugares; por exemplo: as manifestações do Occupy Wall Street, em New York, de novembro de 2011, nos Estados Unidos, diziam ter por referência as multidões da “Primavera Árabe” reunidas na Praça Tahir, no Egito, que, em fevereiro de 2011, exigiam e conseguiram a renúncia de Hosni Mubarak, que governava o país desde 1981. Este “contágio” teve outras repercussões, como, por exemplo, as “Jornadas de Junho”, em 2013, no Brasil. Em todos estes acontecimentos, estiveram presentes a luta contra a precariedade, o uso das redes sociais e a presença nas ruas e praças. Foi o que vimos na “Primavera das Mulheres”, a partir de 2015, no Brasil.

Primavera das Mulheres no Brasil

O fenômeno brasileiro chamado “Primavera das Mulheres” consistiu no conglomerado de movimentos sociais, muitos desses eram feministas e que “floresceram” em resistência, desde 2015, nas mídias sociais⁷ da Internet e nos ambientes públicos. A Primavera das Mulheres é considerada uma renovação dos feminismos contemporâneos no país e mostrou-se em curso ainda em 2019 quando da publicação deste texto, com diversas mulheres organizadas em combate às desigualdades de gênero, como uma “primavera sem fim”: “essa tal primavera faz florescer nas mulheres uma garra e uma coragem que não murcham jamais” (Think Olga, 2015). Debora Martini descreve esse período como “um fenômeno novo, onde feministas brasileiras aproveitam o potencial da Internet e das mídias sociais para denunciar o machismo e exigir respeito” (MARTINI, 2016:3). A autora cita dados pesquisados em 2015 pela ONG Think Olga – disponível on-line em sua página: <http://thinkolga>.

7. Neste trabalho, são abordadas como mídias digitais da Internet: Facebook, uma rede social para conectar amigos, empresas, divulgar ideias e criar eventos e grupos de conversa; Twitter, uma rede social para postagem de micromensagens com até 280 caracteres chamadas de *tweet*; YouTube, uma plataforma para publicar vídeos, que sigam regras de direitos autorais; Instagram, uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários para fins pessoais e profissionais.

com/ – sobre a crescente reflexão feminista nas ruas e na Internet em 2015, que iniciou uma “revolução no feminismo brasileiro” (MARTINI, 2016:08). A pesquisa revela que, entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, as buscas pelos termos feminismo e empoderamento feminino no Google cresceram 86,7% e 354,5%, respectivamente.

Diversos portais de mídia alternativa em atuação no Brasil estão fazendo o reconhecimento das opressões de gênero para combatê-las. Além disso, “uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade” (GRILLO; OLIVEIRA; BUSCATO *et al.*, 2015). Segundo Jessica Gustafson (2018:99), “são exatamente as características contra-hegemônicas das organizações feministas que são potencializadas nas mídias alternativas, figurando como resistência às abordagens tradicionais e produzindo novos sentidos”.

Tais propósitos estão em consonância com a Primavera das Mulheres no Brasil, e os formatos midiáticos que, para Jessica Gustafson, “articulam o jornalismo e o feminismo, entendidos como integrantes de um novo momento político de contestação dos valores e hierarquias sociais e da chamada ‘Primavera das Mulheres’” (2018:99). Nesse modelo de valores contra-hegemônicos e de discurso próprio, que defende o direito à expressão das minorias sociais, conforme Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro, “está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010:3).

O trabalho das mídias digitais independentes no Brasil busca romper com paradigmas tradicionais de *mass media* e de conteúdos voltados às questões de gênero e de raça, bem como aos feminismos, por exemplo os veículos: Portal Catarinas, Revista Azmina, Revista Capitolina, Blogueiras Negras, Blogueiras Feministas, Imprensa Feminista, Geledés Instituto da Mulher Negra, Mídia Ninja, Problematizadores, Quebrando o Tabu, Cientista Que Virou Mãe, Filhas de Frida, Não Me Kahlo, Casa da Mãe Joanna, entre outras.

A Primavera das Mulheres no Brasil ratifica a importância da equidade de gênero discutida internacionalmente, para mensurar o desenvolvimento dos países, como no *Gender Inequality Index*, estudo do Programa de Desenvolvimento da ONU, que analisou dados de 195 países (DEARO, [2014] 2016). A pesquisa avaliou fatores sobre qualidade de vida das mulheres e revelou a Holanda como o país com mais igualdade de gênero no mundo, com quase 40% de parlamentares mulheres. No Brasil, “segundo dados compilados pela Inter-Parliamentary Union – associação dos legislativos nacionais de todo o mundo – no Brasil pouco mais de 10% dos deputados federais são mulheres” (SANTOS, 2017).

Visto isso, o engajamento de mulheres feministas na política evidencia-se na Primavera das Mulheres, para transformar a realidade atual em que há 7.782 mulheres vereadoras em todo o Brasil, contra 49.825 homens (OLIVEIRA, 2016). Áurea Carolina, vereadora de Belo Horizonte eleita em 2016, comenta sobre esse panorama: “os partidos são instituições machistas e racistas há muito anos. E esse poder não vai ser desmontado pela intenção dos homens, são as mulheres ocupando que vão mudar o jogo” (OLIVEIRA, 2016). Nesse contexto, trabalham outras mulheres, como representava Marielle Franco⁸, a vereadora carioca mais votada em 2016, com 46 mil eleitores. Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. A investigação sobre suas mortes revela um crime por motivação política e, apesar da prisão dos responsáveis, ainda não esclareceu a existência dos prováveis mandantes do crime. O trabalho de Marielle Franco em defesa dos direitos humanos e das minorias sociais, bem como a sua morte, podem ser considerados marcos da Primavera das Mulheres, pois geraram comoção e indignação internacional, em protestos e homenagens na Internet. Marielle Franco⁸ está entre as organizadoras do livro *Tem Saída? – Ensaios críticos sobre o Brasil*, lançado em dezembro de 2017 com a parceria entre Editora Zouk e Casa da Mãe Joanna. O livro é o primeiro compêndio sobre política no Brasil escrito exclusivamente

8. Foi uma socióloga, mestra em Administração Pública, ex-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ativista feminista, defendia lutas interseccionadas pelos direitos das mulheres, das mães, do povo negro, dos moradores da favela e das pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros).

por mulheres e representa mais uma produção relevante da Primavera das Mulheres.

A mobilização de campanhas feministas da Primavera das Mulheres é catalisada pela Internet, mas, em contraponto, muitos movimentos antifeministas, masculinistas, entre outros, de cunho conservador, também são amplamente disseminados no meio digital. Considerando essa proporção, Francisco Silva e Lívia Carlos ressaltam que o “ciberespaço faz circular inúmeros discursos na sociedade; assim o espaço da Web é especializado em produzir efeitos de sentidos sobre os sujeitos sociais” (SILVA; CARLOS, 2017:80). Pondera-se a Internet não apenas como um dado na Primavera das Mulheres, mas como um problema, pois é um espaço em que discursos constroem um campo político de disputa de poder. Explorar essa ambivalência nas redes sociais é relevante diante da proliferação de discursos de ódio, notícias falsas e militância de combate ao feminismo, que buscam deslegitimar esse e outros movimentos sociais que defendem igualdade de direitos.

As campanhas feministas na Internet e suas *hashtags* ampliam discussões sobre gênero a um público maior, pois antes se restringiam ao ambiente acadêmico ou aos movimentos feministas. Para Cristina Duarte e Lafayette Melo, a escrita da *hashtag* ou cerquilha (#) junto às palavras ou frases curtas potencializa a divulgação de campanhas e de protestos nas mídias sociais, “devido à facilidade criada pela *hashtag*, essas frases circularam nas redes sociais intensamente, alcançando revistas eletrônicas, bem como a mídia impressa.” (DUARTE; MELO, 2017:280). Josemira Silva Reis tem alertado para o fato de que as *hashtag* causam grande mobilização nos movimentos de mulheres: “ora contribuem para fazer pressão junto ao poder público nos processos de tomada de decisões; ora servem para dar visibilidade às causas da militância; ora se traduzem em campanhas de conscientização no campo das relações de gênero” (REIS, 2017:3-4). As *hashtags* também são citadas pela autora como forma de promover encontros, compartilhamento de experiências e de solidariedade.

O cerne dos protestos na Primavera das Mulheres brasileira, em 2015, segundo Maurício Silva, Giovani Pires e Rogério Pereira, ocorreu contra o conservadorismo do Congresso Nacional, que limitou os direitos das mulheres

nas políticas públicas de saúde, provocando uma nova forma de resistência: “a luta das mulheres nas ruas e nas redes sociais é, antes de tudo, uma luta política feminista contra a dominação masculina, que se estabeleceu historicamente” (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2015:11). As campanhas da Primavera das Mulheres na Internet, muitas vezes, tornaram-se manifestações nas ruas contra essa “onda conservadora” que, para os autores, representa “um retrocesso e ameaça à democracia conquistada a duras penas [...] que se amalgama a cada dia no ponto de vista do chamado ‘ódio de classe’, de raça/etnia (críticas duras às cotas de negros nas universidades), aliado a questões de gênero, como a homofobia e o Projeto 5.069/13” (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2015:7-8)⁹. As ruas configuram-se espaços de arte e de performance na produção feminista, em que, para Vera Gasparetto, “a manifestação representa na sua dinâmica uma ideia de performance coletiva, utilizada nos recursos de fala e de expressão corporal e política que remete a pensar em uma ocupação pública e em uma narrativa coletiva” (GASPARETTO, 2018:536).

Dentre as manifestações da Primavera das Mulheres, destaca-se a Primavera Secundarista¹⁰, que reuniu mais de mil escolas mobilizadas no Brasil, desde novembro de 2015, contra a Medida Provisória 746 de reforma do Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda Constitucional 241 (BENITES, 2016), que congela as despesas do Governo Federal, por até 20 anos, em áreas como educação e saúde. Manifestaram-se, ainda, contra a Lei da Mordaca do Movimento Escola Sem Partido (DURVAL, [2016] 2018), que propõe um ensino mecanicista para minimizar a capacidade de reflexão crítica e política dos jovens. A Primavera Secundarista foi considerada um movimento feminista, por ter muitas jovens à frente da militância estudantil. Estas exigiam igualdade em relação aos rapazes, nas diferentes decisões, fossem cotidianas ou de cunho político, conforme o documentário *Lute Como Uma Menina*, lançado em 2016 e narrado por meninas que participaram da ocupação nas escolas e das manifestações nas ruas.

9. Este projeto, encaminhado pelo então deputado Eduardo Cunha, tipificava como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e previa penas específicas para quem induzisse a gestante à prática de aborto.

10. Sobre esse assunto, ver o capítulo de Mariana Joffily e Maurício Cardoso “A nossa chama está acesa: gênero e práxis revolucionária na ocupação das escolas em São Paulo” neste volume.

Ademais, em 2015 houve a Marcha das Margaridas (SOF, 2015), em Brasília/DF, para expressar as reivindicações das mulheres do campo, como a reforma agrária e a defesa das terras indígenas e, ainda, a Marcha das Mulheres Negras em combate ao racismo, mobilizada através do Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha em 25 de julho. Também, referenciando o dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra –, foram divulgados na Internet através da *hashtag* #NovembroNegro, que, desde 2015, promovia campanhas antirracistas. A Greve Internacional de Mulheres (8M) – <https://www.8mbrasil.com/> –, em 8 de março de 2017 no Brasil, questionou os modos de produção social que desvalorizam as mulheres e o inédito “Mãenifesto 8M” (SENA, 2017), um documento formulado coletivamente por mulheres mães, as quais ocuparam a tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para divulgar o manifesto. Esse momento convergiu a campanha #WomensMarch em diversos países na mesma data. Em agosto de 2017, houve o 13º Congresso Mundos de Mulheres, considerado o maior evento feminista do mundo, realizado pela primeira vez na América Latina e no Brasil, com sede na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, junto ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, dessa instituição. O evento reuniu instituições acadêmicas e movimentos sociais, com mais de 9 mil pessoas inscritas, a fim de fomentar diálogos e fortalecer a diversidade política e cultural em defesa dos direitos das minorias sociais (mulheres, negras/os, indígenas, pessoas LGBTTTQI¹¹, trabalhadoras/es). Sobre esse período foi criado o documentário *Primavera das Mulheres*, lançado em 2017 no canal de televisão GNT e produzido pela roteirista Antonia Pellegrino e pela diretora Isabel Nascimento Silva, que trata dos novos feminismos e das manifestações de mulheres organizadas.

Convergindo com a Primavera das Mulheres, o Exame Nacional Ensino Médio (ENEM), em 2015, abordou igualdade de gênero, com a citação de Simone de Beauvoir e a prova de redação com o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (MARTINELLI, 2015). A prova do ENEM, em 2016 (ROSA, 2016), teve questões sobre estereótipos de gênero e a de 2017 (GONÇALVES; SOARES, 2017) apresentou temas

11. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, *Queer*, Intersex.

como violência doméstica e representação das mulheres na política. Além disso, o vídeo “Não Tira o Batom Vermelho”, do canal Jout Jout Prazer do Youtube, realizado pela jornalista Julia Tolezano (2015), tornou-se um marco dos feminismos na Internet naquele ano, ao alertar sobre relacionamentos abusivos, como violência às mulheres. Outras “youtubers” também contribuem para democratizar temas feministas em seus vídeos, como Luiza Junqueira, do canal Tá Querida, criadora da campanha #TourPeloMeuCorpo, para promover autoaceitação e amor próprio entre as mulheres, que foi replicada por outros canais. Gabi Oliveira trata das opressões de gênero sobre as mulheres negras, Helen Ramos, do canal Hel Mother, trata das questões das mães; Alexandra Gurgel, do canal Alexandrismos, é militante contra a gordofobia e criadora das campanhas #MaratonadoAmorPróprio e #MaratonaBodyPositive na Internet, e lançou o livro *Pare de Se Odiar: porque amar o próprio corpo é um ato revolucionário*, em 2018, pela editora BestSeller.

Na Primavera das Mulheres, considera-se 2015 como “o ano das *hashtags* feministas” (RODRIGUES, 2015) na Internet. Em 2015, foi lançada a campanha #EscrevaLolaEscreva, em apoio à ativista e professora Lola Aronovitch¹², precursora no ativismo feminista da Internet no Brasil com seu blog Escreva Lola Escreva, a qual foi perseguida (ARRAES, 2015) por grupos antifeministas, recebendo mensagens de ódio e de difamação na Internet. Em 2015, a campanha #AgoraÉQueSãoElas foi proposta por Manoela Miklos, para que homens escritores em jornais, revistas, blogs e afins cedessem seus espaços midiáticos para ampliar o espaço de fala das mulheres, durante uma semana, período em que convidadas escreveram sobre direitos das mulheres. Em 2015, o novo partido político feminista Partida foi criado pela filósofa Marcia Tiburi, a fim de promover a participação das mulheres na política. Em 2018, Partida promoveu a campanha #MeuVotoSeráFeminista na Internet, com intuito de estimular o voto em candidatas que apresentem propostas em defesa das mulheres e das minorias sociais.

12. Escreva Lola Escreva. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2017. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira, Lola é pedagoga e professora na Universidade Federal do Ceará, onde pesquisa sobre literatura inglesa, cinema e questões de gênero.

O tema do assédio às mulheres é muito abordado nas campanhas feministas da Primavera das Mulheres. No meio artístico brasileiro, destacaram-se as campanhas #MexeuComUmaMexeuComTodas e #ChegadeAssédio lançadas em 2017 na Internet, ambas promovidos por atrizes, jornalistas, diretoras e demais funcionárias da Rede Globo, após o ator José Mayer ter sido acusado de assédio sexual no ambiente de trabalho. Tal ação uniu-se às mobilizações internacionais de celebridades na Internet contra o assédio às mulheres, como #AskHerMore (“pergunte mais a ela”), em 2015, #MeToo (“eu também”), em 2016, e #TimesUp (“acabou o tempo”), em 2018. A organização Think Olga lançou, em 2015, as campanhas brasileiras #ChegadeFiuFiu – disponível on-line em <http://chegadefiuuiu.com.br/> –, com um aplicativo de mapeamento em combate ao assédio às mulheres em lugares públicos, #MeuPrimeiroAssédio, com relatos de mulheres sobre casos em que foram assediadas, o que resultou no aumento de 40% de queixas de violência contra mulheres no disque denúncia à polícia (Revista Fórum, 2015), e #MeuAmigoSecreto, com publicações sobre comportamentos machistas no formato do discurso de amigo secreto em festas de final de ano.

A campanha #VamosJuntas, criada pela jornalista Babi Souza, em 2015, propagou a ideia de união e proteção entre mulheres contra o assédio sexual nos ambientes públicos. Em 2016, o deputado Jair Bolsonaro declarou (RAMALHO, 2016) publicamente que a deputada Maria do Rosário “não merecia ser estuprada” e, por isso, foi condenado por danos morais na justiça, pois relativizou o estupro como questão de merecimento.¹³ Em 2016, foi criado o aplicativo Mete a Colher, que oferece apoio psicológico e jurídico às mulheres que sofreram violência doméstica. A campanha #MeteAColher estimula a ideia de romper a tradição popular de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Em 2017, as campanhas do Coletivo AzMina: utilizando os números nas camisetas dos jogadores do clube de futebol Cruzeiro, de Minas Gerais, divulgaram dados como “3 em cada 10 mulheres já foram beijadas à força” (ALBERTI, 2017) e #MaisQue70 na Internet com o apoio de cantoras brasileiras, as quais cederam 30% do tempo de suas

13. Teve que pagar uma indenização de R\$ 10.000,00 e se retratar publicamente (GUERRA, 2019).

músicas para protestar sobre as mulheres receberem no Brasil, em média, 30% a menos do salário dos homens, exercendo o mesmo trabalho.

A campanha da Internet #NãoéNão, em 2018, também reivindicou respeito às mulheres no carnaval e em todas as épocas do ano. No mesmo ano, mulheres jornalistas de todo o país mobilizaram-se contra os assédios moral e sexual sofridos por elas na profissão, com as campanhas #DeixaElaTrabalhar e #ChegaDeMachismoCacau. Essa segunda, foi lançada pelo coletivo Jornalismo Sem Machismo da UFSC ao denunciar Cacau Menezes, colunista do programa Jornal do Almoço de Santa Catarina.

Em 2018, um movimento se propagou no *Facebook*, próximo das eleições, encabeçado por mulheres para demonstrar a rejeição ao então candidato Jair Bolsonaro, criando o grupo Mulheres Contra Bolsonaro, com mais de dois milhões de participantes, e a hashtag #EleNão, que foi amplamente publicada na Internet. A partir destas atividades no mundo virtual, foi organizada uma manifestação em 29 de setembro desse mesmo ano, levando às ruas das principais cidades do Brasil milhares de mulheres.

As resistências aos retrocessos diversas vezes movimentaram as mulheres no Brasil. A forma destes movimentos tem variado através do tempo. Os suportes da expressão da indignação acompanharam as mudanças tecnológicas. Na “Primeira Onda”, as mulheres brasileiras – em sua maioria de elite e camadas médias altas –, usaram periódicos, panfletos, aviões para espalhar panfletos pela cidade e muito lobby junto aos parlamentares – muitos deles seus familiares –, para conquistar o direito ao voto (HAHNER, 2003). As mulheres da “Segunda Onda” utilizaram-se, principalmente, de periódicos e de reuniões – nos grupos de consciência, além de manifestações de rua, pichação de muros, e encontros. As de “Terceira Onda” utilizaram livros e revistas acadêmicas, fundamentando, teoricamente, o campo de conhecimento. As de “Quarta Onda” tornaram-se especialista em redes sociais da Internet e a utilizam para divulgar suas propostas e protestos, e convocar todas para gigantescas manifestações de rua. As alianças que fizeram e poderão fazer dar, certamente, o tom das possíveis conquistas: mais arrojadas ou mais comedidas? A democracia em vigência será muito importante nestas possibilidades.

Referências

8M BRASIL. Disponível em: <https://www.8mbrasil.com/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ALBERTI, Gabriela. Campanhas feministas do coletivo AzMina são premiadas em Cannes, o maior festival de criatividade do mundo. *Hypeness*, 2017. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2017/06/campanhas-feministas-do-coletivo-azmina-sao-premiadas-em-cannes-o-maior-festival-de-criatividade-do-mundo/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ARRAES, Jarid. Lola Aronovich: “Calar não é uma opção”. *Revista Fórum*. 10/01/2015 às 19:11. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/01/10/lola-aronovich-calar-nao-e-uma-opcao/>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BENITES, Afonso. Temer intensifica ofensiva para aprovar PEC 241, que cria teto de gastos. *El País*. 07/10/2016 às 14:32. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/07/politica/1475799055_443075.html. Acesso em: 19 nov. 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Notas pra uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civil et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, 103-128, 2001.

CHEGA DE FIUFU. Disponível em: <http://chegadefiufu.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DEARO, Guilherme. Os 20 países com mais igualdade de gênero no mundo. *Exame*. Atualizado em 13/09/2016 às 15h19 e publicado em 30/01/2014 às 11h44. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/os-20-paises-com-mais-igualdade-de-genero-no-mundo/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUARTE, Cristina Rothier; MELO, Lafayette Batista. Aforizações e feminismo na internet: estudo de frases curtas empregadas no movimento primavera das mulheres. *Revista do Gel*, v. 14, n. 1, p. 269-287, 2017.

DURVAL, Ângelo. Escola Sem Partido: a lei da mordação. *Brasil 247*. 01/08/2016 às 20:35 e atualizado em 29/07/2018 às 16:04. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/escola-sem-partido-a-lei-da-mordaca>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FALUDI, Susan. *Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Massimo. *La croisade "anti-genre": Du Vatican aux manifs pour tous*. Paris: Éditions Textuel, 2017.

GASPARETTO, Vera Fátima. A rua como um lugar de luta política, arte e performance. In: *Anais da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2018, p. 530-540.

GONÇALVES, Gabriela; SOARES, Will. Enem 2017 tem iluminismo, futurismo, Belo Monte, Aristóteles e participação da mulher na política. *G1*, 05/11/2017 às 15h48. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/enem-2017-tem-iluminismo-futurismo-aristoteles-e-participacao-da-mulher-na-politica.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GRILLO, Cristina; OLIVEIRA, Grazielle; BUSCATO, Marcela *et al.* A primavera das mulheres: Uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. *Revista Época*. 07/11/2015 às 00h17 e atualizado em 22/12/2015 às 17h01. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>. Acesso em: 06 nov. 2019.

GUERRA, Rayanderson. Justiça determina que Bolsonaro pague indenização a Maria do Rosário em até 15 dias. *O Globo*, 23/05/2019 às 20:47 e atualizado em 24/05/2019 às 08:17. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618>. Acesso em: 24 nov. 2019.

GUSTAFSON, Jessica. Abordagens de gênero e raça no jornalismo feminista independente. In: *Anais da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2018, p. 93-105.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz/RS: Edunisc, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUTE COMO UMA MENINA. Lute como uma menina! *YouTube*. 09/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MARTINELLI, Andréa. 6 provas de que o Enem 2015 foi o mais libertário e feminista de todos. *Huffpost Brasil*, 26/10/2015 às 12:40 e atualizado em 27/01/2017 às 00:31. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/26/6-provas-de-que-o-enem-2015-foi-o-mais-libertario-e-feminista-de_a_21694389/. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARTINI, Debora. *Brazilian Feminism on the Rise: A case study on Brazilian feminist cyberactivism*. Linköping University, Department of Thematic Studies, The Department of Gender Studies, 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MILLETT, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano Campana . “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-744, 2017.

OLIVEIRA, Tory. A primavera feminista chega às Câmaras. *Carta Capital*. 10/10/2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-feminista-chega-a-camara>. Acesso em: 14 dez. 2017.

PANIZZA, Francisco. “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 8, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. *História*, Unisinos, v. 9, n. 3, p. 170-176, set.-dez. 2005.

PRIMAVERA DAS MULHERES [Documentário]. Dirigido por Antonia Pellegrino, Isabel Nascimento e Silva, 2017.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. *G1*, 21/06/2016 às 15h55 e atualizado em 22/06/2016 às 14h. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 24 nov. 2017.

REIS, Josemira Silva. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, 2017. p. 01-13. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503731675_ARQUIVO_josemirareis_fazendogenerov2.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

REIS, Toni; EGGER, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar. 2017.

REVISTA FÓRUM. Campanhas feministas na internet aumentam número de denúncias no 180. *Revista Fórum*, 30/11/2015 às 17:05. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/11/30/campanhas-feministas-na-internet-aumentam-numero-de-denuncias-no-180/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

RODRIGUES, Marjorie. 2015: o ano das hashtags feministas. *Revista AZmina*, 21/11/2015. Disponível em: <http://azmina.com.br/2015/12/2015-o-ano-das-hashtags-feministas/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ROSA, Cristiano. Questões de gênero no ENEM. *Jornal NH*, 07/11/2016 às 12:38 e atualizado às 13:14. Disponível em: http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2016/11/blogs/cotidiano/questao_de_genero/2023487-questoes-de-genero-no-enem.html. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SANTOS, Bruno Carazza dos. 5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira. *Polítize*. 17/03/2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SENA, Ligia Moreiras. Mães têm voz e precisam ser ouvidas - Mãenifesto 8M Santa Catarina. *Cientista que virou mãe*. 10/03/2017. Disponível em:

<http://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/mes-tm-voz-e-precisam-ser-ouvidas-menifesto-8m-santa-catarina>. Acesso 21 nov. 2017.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, Francisco Vieira da; CARLOS, Livia Alves Monteiro. A irrupção de discursos antifeministas no Facebook: uma análise da página Mulheres contra o feminismo. *Discursividades*. v. 1, n. 1, p. 68-90, 2017.

SILVA, Maurício R.; PIRES, Giovani de L.; PEREIRA, Rogério S. O Congresso Nacional, a mídia e as questões de gênero no limiar da “Primavera das Mulheres”. Florianópolis. *Motrivivência*, v. 27, n. 46, p. 6-14, 2015.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Marcha das Margaridas se encerra com novas conquistas e mostra a força das mulheres organizadas. SOF. 15/08/2015 às 14:08. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/08/15/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-novas-conquistas-e-mostra-a-forca-das-mulheres-organizadas/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SORJ, Bila. “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; MARTINS, Angela Maria; FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140

SOUZA, Sandra Duarte de Souza. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul.-dez. 2014.

THINK OLGA. Disponível em: <http://thinkolga.com/>. Acesso em: 14 nov. 2017.

THINK OLGA. Uma primavera sem fim. *Olga*. 18/12/2015. Disponível em: <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acesso em: 29 jan. 2018.

TOLEZANO, Julia. Não Tira o Batom Vermelho. *YouTube*. 26/02/2015. 8’33” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>. Acesso em: 22 nov. 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, 2010, p. 1-10.

“A NOSSA CHAMA ESTÁ ACESA”: GÊNERO E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NA OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM SÃO PAULO¹

Mariana Joffily
Maurício Cardoso

De São Paulo para o mundo
A rua é nossa
Você tem sede do quê?
Eu quero outra escola
(Ocupar e resistir, 2015)

“Lutar como uma garota para mim agora é um sinônimo de força”. Essa é uma das falas que abre o documentário *Lute como uma menina*, produzido em 2016 e dirigido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini, com imagens de Caio Castor. O filme, construído com cenas registradas pelas diretoras² ou cedidas pelas estudantes em um mês e meio de movimento, acompanha 12 escolas ocupadas e as manifestações de rua. Ele articula entrevistas com 33 meninas que participaram das ocupações com cenas do cotidiano escolar e dos enfrentamentos com a polícia e as autoridades civis. A ideia para a

1. Esse artigo foi desenvolvido a partir de uma fala preparada para a mesa *Gênero e feminismo na construção da democracia na América*, nas III Jornadas do LEGH, 20 e 21 de março de 2018, UFSC.

2. Por sugestão bem-vinda do editor Jair Zandoná, a quem agradecemos, considerando a temática do artigo, substituímos o genérico plural masculino pelo genérico plural feminino. Com isso não queremos invisibilizar os meninos que participaram do movimento de ocupação das escolas, ou outros atores masculinos – posto que estão incluídos nesse plural genérico –, e sim dar destaque ao componente feminino.

produção do audiovisual partiu de Beatriz Alonso, 24 anos, que se identificou com o que viu nas escolas paulistas: “A escola estava ocupada havia três dias. Fui aluna de escola pública e sei do que aquela moçada estava falando. Fiquei entusiasmada com a organização e encantada com a bravura das meninas. Numa sociedade em que há pouco espaço para as vozes femininas, até nos movimentos e na política, aquilo me tocou” (ALONSO *apud* SILVA, 2016).

O movimento, que surpreendeu por seu nível de mobilização e organização estudantis, foi uma resposta contundente ao plano de reorganização do ensino anunciado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em 23 de setembro de 2015. Esse projeto, denunciado por diversas autoras por ter sido uma ação unilateral e antidemocrática, manejada como uma questão de caráter meramente técnico e burocrático (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:4), representou um intento de precarização do ensino público, com vistas à sua privatização (CATINI; MELLO, 2016:1181). A proposta de “racionalização”, segundo moldes empresariais, do sistema educacional do estado alegadamente decorreu de uma diminuição da demanda por vagas no ensino público e tinha por meta a melhoria do ensino trazida pelo reagrupamento das escolas por ciclos. Contudo, teria por consequência o remanejamento de estudantes de 754 escolas, bem como o fechamento de 94 unidades educacionais³.

A reação estudantil foi inesperada, massiva e incisiva:

Os argumentos “pedagógicos” dados pela Secretaria de Educação não encontraram ressonância nenhuma entre os alunos que, a partir da sua própria experiência, tiravam conclusões bem diferentes. Diante da superlotação das salas e falta de infraestrutura nas escolas, a “reorganização” simplesmente não faz sentido algum enquanto política pública com fins de melhora da qualidade da educação; seria um contrassenso. (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:8)

Ficou evidente para as estudantes, como aparece nas falas iniciais de *Lute como uma menina*, que o intuito da Secretaria consistia em diminuir postos de trabalho e cortar despesas, (ALONSO; COLOMBINI, 2016:3’10). Com

3. Sobre o teor da reforma, suas justificativas e inconsistências e o processo de organização do movimento de ocupação das escolas ver Januário; Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016.

início em novembro de 2015, o movimento incluiu a ocupação de mais de 200 escolas, cobrindo 60 municípios, na capital e no interior, manifestações públicas e atos de trancamento de ruas⁴.

Oferecendo uma entrada a esse universo a partir do olhar feminino, as narrativas de *Lute como uma menina* não se restringem à dimensão de gênero. Organizadas por temas, mantêm um percurso cronológico: dos diagnósticos iniciais sobre a reforma imposta pela Secretaria de Educação, às manifestações públicas e a articulação das primeiras ocupações. Então, passa-se às conquistas e dilemas do cotidiano das escolas ocupadas para finalizar com o balanço sobre o papel da luta na própria formação política das estudantes. Resulta, assim, uma tensão entre a fala das meninas e o ordenamento temático que costura a matéria fílmica, impondo um constante deslocamento de significados: ora, mais próximo à lógica das ocupações e seus enfrentamentos (com a direção das escolas, com mães e pais, com a polícia, com a imprensa, com a população contrária à mobilização), ora, aderindo ao olhar das cineastas que reiteram a importância das mulheres na constituição do movimento.

As falas diversas, porém convergentes das meninas, e as cenas de cartazes e faixas que compõem um texto paralelo, predominam sobre outros materiais e definem o eixo fundamental do filme: os episódios narrados são frequentemente acompanhados de cenas ilustrativas que registraram as ocupações no calor da hora, refletindo a adesão sem ressalvas das diretoras do documentário não apenas ao movimento, mas aos significados construídos por suas entrevistadas. Assim, por exemplo, quando uma estudante relembra a agressão policial, as imagens revelam a veracidade da agressão, graças aos inúmeros celulares que gravaram a cena. Além disso, não há voz *over*, as diretoras não aparecem em cena, há poucas inserções de imagens externas ao movimento das secundaristas, à exceção de algumas fotos de manchetes de artigos da imprensa e de uma cartela de texto ao final, informando que a Justiça proibiu o Governo do Estado a implementar a reforma em 2016. Entretanto, Beatriz Alonso e Flavio Colombini conferem forte caráter interpretativo à obra, pela escolha dos temas e pela montagem das entrevistas

4. Ver Mapa das escolas estaduais ocupadas em São Paulo. G1, 2015b.

numa certa ordem e ritmo. Elas dirigem, ao longo do documentário algumas perguntas (ocultas, mas deduzidas), que estruturam a narrativa. Vê-se, assim, que as entrevistas foram construídas num diálogo constante entre as pessoas envolvidas, marcada por relatos espontâneos, elaborados no percurso da rememoração e estimulados por indagações das cineastas, cuja perspectiva não era apenas reunir narrativas sobre o movimento, mas definir um significado mais amplo sobre o caráter fortemente feminino das próprias ocupações. Por seus recortes e abordagens, as autoras conduzem a um olhar extremamente sensível sobre a atuação das estudantes nas ocupações e o protagonismo das adolescentes na construção de um movimento social novo e original, sem, contudo, desvalorizar o debate sobre educação e a crise da escola pública, ou sobre os diversos aspectos contidos na mobilização estudantil em São Paulo.

Outros dois documentários dedicados ao movimento de ocupação das escolas de São Paulo – *Escolas em luta* (CONSONNI; MARQUES; TAMBELLI, 2017) e *Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile* (PRONZATO, 2016) – tratam de pontos essenciais desse movimento, tais como as reações das estudantes diante da proposta de reorganização imposta de cima para baixo, a mobilização da resistência, a auto-organização das estudantes secundaristas, o cotidiano das ocupações, os apoios recebidos, os enfrentamentos com a polícia e outras autoridades do estado. Porém, *Lute como uma menina* agrega como elemento central um aspecto presente de maneira marginal nos outros dois filmes: o protagonismo feminino e a questão de gênero. Por isso elegemos essa obra, em particular as falas das meninas que participaram do movimento, como uma espécie de janela de acesso a essa recente experiência de rebelião estudantil, sem com isso desconsiderar o enquadramento que essa “janela” nos oferece acerca dos acontecimentos tratados. Nosso intuito é discutir três aspectos desse movimento: o protagonismo feminino e seus reflexos nas relações de gênero durante as ocupações, as novas experiências de sociabilidade e de cultura escolar, com destaque a seu caráter pedagógico e, por fim, a despeito da alegada inexperiência das ativistas, a influência de uma tradição revolucionária sobre o movimento secundarista paulista.

Minas de luta

Ao optarem por entrevistar exclusivamente estudantes meninas, Beatriz Alonso e Flávio Colombini valorizam evidentemente o olhar feminino sobre os eventos, criando condições para que se ressalte a perspectiva de gênero que pautou a luta das meninas, ao lado de outros temas. Em lugar de destaque, como o título e as falas que abrem o documentário indicam, em resposta à pergunta em *off* sobre o que significa “lutar como uma menina”, a noção de que lutar como uma menina é promover uma mudança social de grande porte. Em primeiro lugar, pelo empoderamento daquelas que, conforme uma das falas, estão se colocando “no lugar em elas que sempre tinham de ter estado” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:10”). Em segundo, por uma redefinição do que é importante em um movimento social. Coragem, resistência, disposição para a luta, perseverança são atributos associados pelas entrevistadas a uma potência descoberta no âmbito da mobilização, que supera em muito a mera força física. Essa introdução termina com o pedido de uma das ativistas que parece traduzir o intuito do documentário: “Pô, mostra para elas que elas são muito mais do que esses caras acham que elas são.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:1’02)

A dimensão de gênero, mencionada marginalmente nos outros dois documentários, em *Lute como uma menina* adquire um lugar central na escolha de veicular apenas as vozes das estudantes. Essa estratégia é extremamente bem sucedida na medida em que mesmo quando o assunto orienta-se para a descrição das diversas etapas do movimento, nas quais a questão de gênero muitas vezes está ausente, o fato de apenas as meninas falarem, traz o foco de forma permanente à participação feminina. Do ponto de vista das relações de gênero, destaca-se uma passagem em que uma das ativistas descreve os conflitos dela com o namorado, decorrentes de sua participação no movimento. Ao ultimato que ele lhe fez, para que escolhesse entre a ocupação e o relacionamento, ela responde: “Eu escolhi a ocupação. Porque um homem que não apoia uma mulher de luta, não serve para namorar uma mulher de luta.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:29’30)

Outro ponto estrutural é o da divisão de tarefas: cozinha, limpeza, comunicação externa, segurança. (ALONSO; COLOMBINI, 2016:34’). A

divisão das tarefas foi voluntária, rotativa e rapidamente decidiu-se por uma paridade de gênero em todas as comissões. O processo não se deu sem debate, mas seu teor conflitivo não parece ter sido elevado. Há aí um aspecto pedagógico, que encontraremos igualmente em outros temas dos quais trataremos adiante: as meninas recusaram-se a exercer apenas as funções supostamente “femininas” e explicaram aos meninos a importância de uma divisão equitativa. Joana Noffs, da Escola Estadual Alves Cruz, narra um episódio no qual os meninos, diante da entrada de um estranho na escola, que assediara algumas das estudantes, resolveram trancá-las em um quarto, alegando que era para sua proteção. Elas tiveram que explicar o absurdo da situação, que estavam lá para resistir e não para serem supostamente “protegidas”. (ALONSO; COLOMBINI, 2016:35’47) A ideia, explica outra ativista, não é punir os meninos por suas atitudes machistas, mas explicar a eles os motivos pelos quais não estavam corretas, como as meninas se sentiam diante dessas atitudes e como queriam ser tratadas (ALONSO; COLOMBINI, 2016:36’42).

Uma expressão que aparece com frequência, é “desconstruir”, o que demonstra inequivocamente que as discussões travadas pela pesquisa acadêmica chegam de alguma maneira às escolas. Percebe-se que o debate da equidade de gênero se faz já em um patamar mais sofisticado: o que está em disputa não é o direito delas de participarem do movimento. São questões mais sutis: a maneira de se dirigir às meninas, as expressões utilizadas, as interrupções nas assembleias, na disputa por voz. Trata-se de mostrar que alguns comportamentos aos quais os meninos estavam acostumados não deveriam ser tolerados e precisavam ser alterados.

Uma das formas de anunciar isso é demonstrado por meio do protagonismo feminino nas ocupações: “Por que expulsar os meninos da ocupação não é o que a gente quer, né? A gente quer ensinar os meninos a como tratar as meninas, entendeu? E é por isso que a gente deixa eles continuarem aqui. A gente precisa desconstruir, conversar com eles, explicar como funciona. Como uma mulher quer ser tratada, como ela deve ser tratada.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:36’42). O enunciado evidencia que, em primeiro lugar, as meninas estavam na liderança da mobilização e,

em segundo, a compreensão de que o movimento feminista se faz com os homens e não contra eles. Percebe-se um nítido salto de patamar da questão de gênero nessa formulação, porque pressupõe que os meninos não se dão conta de como algumas de suas ações são carregadas de machismo, muitas vezes involuntário, e que cabe às meninas, que sofrem na pele o preconceito de gênero, conscientizá-los a respeito do que é desejável ou não nas relações entre eles.

O feminismo é definido, pelas entrevistadas, em termos de liberdade e de igualdade radical. Há uma compreensão sofisticada de que a sociedade patriarcal também vitimiza os meninos, na medida em que pressupõe um único modelo de masculinidade e impõe uma sociedade opressiva: “Todo o mundo sofre com o machismo, todo o mundo sofre com o padrão estético, todo o mundo sofre com a repressão. Até quem reprime, sabe?” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:38’37) O feminismo é associado a empoderamento, força, coragem e autoestima, além de um questionamento sobre os padrões estabelecidos, o que conduz a uma abertura à pluralidade – racial, sexual, de gênero, de aparência, de comportamento. Na defesa de um debate sobre gênero, na escola, nota-se outra intrusão da academia, mas não como algo vindo de fora e sim como um elemento constitutivo da concepção de mundo dessas meninas, indicando a profundidade da mudança social operada nas últimas décadas nas concepções da divisão dos papéis sociais entre mulheres e homens. Como observou Fernando Seffner no tocante às ocupações ocorridas no Rio Grande do Sul, ainda que as pautas de gênero e sexualidade estivessem ausentes dos grandes atos públicos dos estudantes,

[...] as questões de gênero e sexualidade estiveram fortemente presentes na organização do seu cotidiano de vida nas escolas ocupadas [...]. Gênero e sexualidade disseram mais respeito aos modos como alunos e alunas se produziram enquanto jovens vivendo nas escolas ocupadas, um traço importante das culturas juvenis que ali se expressaram, do que se colocaram como bandeiras de reivindicação. (SEFFNER, 2016:1)

Embora a estratégia narrativa do documentário impeça que conheçamos a maneira pela qual os meninos lidaram com esse esforço de pedagogia feminista, as entrelinhas das falas das estudantes, bem como as imagens

do cotidiano das ocupações, indicam um nível elevado de aceitação e incorporação dessa ética nas relações. As imagens selecionadas, da maioria das escolas e das manifestações de rua, conferem grande protagonismo às meninas, nas linhas de frente, ao gritar palavras de ordem e mesmo no enfrentamento direto com a tropa de choque. Mesmo assim, elas dividem a cena com outros meninos, às vezes, com alguma equivalência numérica. A seleção das entrevistadas dirige o olhar não apenas para o que se explicita na tela, mas também para o que ficou fora dela, de modo que o filme poderia ser visto como um balanço específico das jovens estudantes sobre a ocupação.

Na costura de temas, as diretoras parecem sugerir que as ocupações não apenas tiveram uma forte presença feminina nos papéis de liderança do movimento, como também foi intensamente marcado pela perspectiva das mulheres, cujo traço fundamental foi a compreensão de que estava em jogo uma nova sociabilidade, a ser construída contra todas as formas de opressão. Assim, se havia a luta contra a reorganização imposta pela Secretaria de Educação, havia também um fundo crítico contra a escola atual, burocrática e autoritária, havia a descoberta da autonomia em relação aos pais e mães, o confronto diante das autoridades masculinas e, por outro lado, o convite para que todas, meninos e meninas, estivessem juntas na escola ocupada e reinventada.

A experiência na ação: a práxis revolucionária

A montagem das mais de trinta entrevistas com as estudantes secundaristas em *Lute como uma menina* oferece um ângulo privilegiado para observar como o movimento secundarista de ocupação das escolas em São Paulo pôs em cena um processo de conscientização e emancipação que nos remete às concepções da filósofa e ativista polaco-alemã Rosa Luxemburgo sobre a *práxis* revolucionária. No início do século XX, em acérrima polêmica com Lênin, que defendia a direção do movimento por uma vanguarda bem treinada e teoricamente preparada para liderar o movimento operário, Luxemburgo defendia a concepção de que a única maneira que as classes dominadas possuíam de emancipar-se passava pela experiência na ação, passível de modificar tanto as relações entre os homens, quanto a consciência

de seu papel histórico e potencial de transformação social e política. Para ela, era justamente no processo de mobilização e de luta contra a opressão que a classe trabalhadora adquiria de fato a compreensão necessária para transformar a sociedade, de modo que “organização, conscientização e combate não são fases distintas, mecanicamente separadas no tempo [...] mas apenas aspectos diversos de um único e mesmo processo” (LÖWY, 2011). Ou seja, a formação política deveria advir da experiência prática dos combates com os adversários e das formas coletivas encontradas para superar os obstáculos e organizar a luta pela emancipação.

Nas ocupações, essa conscientização inicia-se com a reação de diversas direções de escolas e sua recusa em reconhecer as estudantes como atores políticos e interlocutoras legítimas. A estudante de uma das escolas de Diadema, Evelyn Dias, relata que a diretora pulou o muro, depois que as estudantes trancaram o portão, ligou para a Secretaria de Ensino e alegou estar sendo vítima de cárcere privado, inclusive para mães e pais que estavam do lado de fora da escola (ALONSO; COLOMBINI, 2016:9’14). Em outra cena, após a entrada das estudantes em um estabelecimento de ensino, ouvimos distintamente a funcionária insistir: “Eu não quero conversar com vocês!”. Em seguida, a diretora, dirigindo-se às estudantes, diz: “Eu acho que todo o movimento no Brasil se perde, justamente por causa de pessoas desinformadas como vocês.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:11’34) A indisposição para o diálogo das autoridades contrasta com o esforço das estudantes em explicar as razões de seu movimento, inclusive em páginas do *Facebook*, criadas especificamente com esse intuito⁵.

A Secretaria de Educação do estado, de forma emblemática, tratou a mobilização estudantil em termos de guerra. O site Jornalistas Livres divulgou o áudio da reunião de 29 de dezembro de 2015, reproduzido em parte no documentário, na qual o chefe de gabinete do Secretário de Educação, Fernando Padula, afirmava textualmente: “A ação política, nós vamos brigar, até o fim e vamos ganhar. E vamos tentar e vamos desmoralizar e desqualificar o movimento. Na guerra de guerrilha a gente tem de pegar os instrumentos

5. “[...] dentre as 219 escolas com ocupações mapeadas no levantamento do Centro de Mídia Independente de São Paulo, 50 (23%) preocuparam-se em elaborar uma página do *Facebook* relacionada ao movimento.” (ROMANCINI; CASTILHO, 2017:100)

para também guerrear.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:25’29) A eloquência de suas assertivas é cristalina na demonstração da recusa radical do governo em abrir espaço às estudantes para participar da definição de políticas públicas das quais eram os maiores interessados.

Fernando Padula, no mesmo áudio, conclama a imprensa a somar forças no sentido do dismantelamento da mobilização estudantil: “Nessas questões de manipular tem uma estratégia, tem método. O que vocês precisam fazer é informar, fazer a guerra de informação, porque isso que desmobiliza o pessoal” (G1, 2015a). As estudantes entrevistadas no documentário identificam claramente o papel desempenhado pela grande imprensa ao longo do processo, evidenciando em diversas situações, o contraste entre os acontecimentos e a maneira pelo qual estavam sendo divulgados. Paula Nunes, da Escola Estadual Alves Cruz, descreve uma cena na qual foi agredida por um motorista descontente com a atividade de trancamento da via realizado pelas estudantes. Após levar um soco, sem ter sido socorrida por nenhum dos policiais que presenciaram o acontecimento, a estudante reagiu chutando o carro. Foi essa a cena, descontextualizada, que a imprensa elegeu para registrar e divulgar sobre o movimento (ALONSO; COLOMBINI, 2016:62’16). “A mídia está pegando os nossos fatos e distorcendo a favor deles, dos interesses deles”, afirma uma das ativistas (ALONSO; COLOMBINI, 2016:67’57). Outra descreve um policial concedendo uma entrevista a um jornalista, na qual argumentava que tiveram de usar de violência porque sua integridade estava sendo ameaçada pelas estudantes (ALONSO; COLOMBINI, 2016:68’11). O contraste evidente entre essa fala e a realidade de umas poucas estudantes sentadas, pacificamente protestando, diante de policiais armados, é uma eloquente peça apresentada pelo documentário sobre o papel da mídia hegemônica nos confrontos sociais.

O combate não foi apenas midiático. Os enfrentamentos com a polícia paulista mostraram claramente a truculência das autoridades públicas e sua indisposição em escutar as reivindicações dos secundaristas, desvelando de forma brutal o caráter antidemocrático do governo do estado. Lilith Cristina descreve a invasão da Escola Estadual Maria José por policiais: “A gente estava em doze, eles estavam em cinquenta pessoas. Era muito

covarde, muito.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:25’40). Outra ativista, após narrar a violência policial da qual ela e seus companheiros foram alvo, pergunta: “Eu não consigo entender: será que a gente é o inimigo deles [dos policiais]? Será que não é o próprio Estado o inimigo deles?” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:50’15) Três cenas emblemáticas da repressão às estudantes demonstram a iniquidade do tratamento do Estado em relação às ativistas. Em uma delas, bastante breve, Andreza Delgado, universitária, apoiadora do movimento, é jogada violentamente dentro de uma viatura por diversos policiais, quando se escuta de um fio de voz: “Eu tenho direitos!” (Alonso; COLOMBINI, 2016:52’22). Na sequência, ela relata uma série de ilegalidades: a falta de informações, os procedimentos não ortodoxos de qualificação, a ausência de policiais femininas para as revistas e agressões verbais de cunho fortemente racista e machista. A outra cena é verdadeiramente de guerra (ALONSO; COLOMBINI, 2016:52’32): policiais avançando em direção às estudantes, batendo seus cassetetes nos escudos, apontando armas contra as manifestantes e lançando bombas de gás lacrimogêneo. Enquanto era forçada a entrar em uma viatura, Camila Rodrigues, da Escola Estadual Fernão Dias, de cabeça erguida, gritava a plenos pulmões: “Que vergonha, que vergonha deve ser, oprimir o estudante, para ter o que comer!” Uma foto que capturou o momento, mostra a estudante dentro da viatura apontando para uma inscrição em seu peito: “lute” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:58’49). A terceira cena, também registrada em foto e narrada pela protagonista, foi a tentativa de um policial militar de arrancar a cadeira da escola que ela havia levado à manifestação. O amigo que foi ajudá-la, levou um soco de uma policial. E ela reagiu: “Meu Deus, o que é isso? Vocês estão batendo em adolescente que está lutando pela educação!”. Com a chegada de reforço policial, a ativista perde a disputa pela cadeira e grita ao agente, que ia jogar a cadeira no chão: “Não, a cadeira é da escola. Vai quebrar!”. O policial, descontrolado, lançou a cadeira assim mesmo. O comentário da estudante, após narrar a cena: “Eu que estava depredando o patrimônio público? Eu? Acho que não.” (ALONSO; COLOMBINI, 2016:59’)

Se os confrontos inevitáveis da luta social e política conscientizam sobre a natureza dos inimigos, para Rosa Luxemburgo, “a centelha da consciência

e da vontade revolucionária se acende no combate, na ação de massas” (LÖWY, 2011). Essas concepções ressoam, como se promovessem uma dobra no tempo, em um insólito encontro histórico, no movimento de ocupação das escolas; em particular em uma bela passagem do documentário, na qual Renata Letícia, estudante da Escola Estadual João XXIII, tece a seguinte reflexão a respeito da incompreensão da população sobre a importância do movimento:

Pena que o trabalhador não entende, não entendeu que esse tipo de travamento de rua não é para atrapalhar. É para mostrar pro governador a insatisfação geral. A nossa esperança é que eles descessem dos carros e dos ônibus e viessem questionar a gente, mas não da forma que eles vêm, conservador. Eles vêm para falar, não para ouvir. A gente pode até argumentar, mas eles não querem ouvir. E isso entristece um pouco, mas não quer dizer que faz a luta morrer dentro de nós. A nossa chama está acesa, e com nosso fogo, a gente quer contagiar a palha deles, que se apagou ao longo do tempo. (ALONSO; COLOMBINI, 2016:64’29)

O acúmulo dos movimentos sociais

Lute como uma menina capta com competência um elemento distintivo do movimento de ocupação das escolas paulistas: a criação de um microcosmos social de experimentação e concretização de uma série de princípios que norteavam os atores. Entre eles, a autogestão, a horizontalidade, a igualdade de gênero, a democracia direta na tomada de decisões. Do ponto de vista de sua filiação histórica, esse modelo organizativo remete às estratégias dos movimentos de ocupação, como forte reação à onda neoliberal. Nesse registro, encontram-se a mobilização do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México nos anos 1990, ou iniciativas como o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, ou do *Movimiento de los Indignados* na Espanha, nos anos 2010 (ROMANCINI; CASTILHO, 2017:98, PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016:26). Janice Sousa (2004), em texto bastante anterior ao fenômeno de ocupação das escolas, identificava as seguintes características desses movimentos: uso de tecnologia para mobilização, comunicação e coordenação; recusa à

violência, porém defesa diante das ações repressivas da polícia; organização de atividades culturais em diálogo com a comunidade; projeto global com atuação local; recurso a ações diretas; horizontalidade na tomada de decisões; autonomia de organização; o anticapitalismo. A diversidade constitui outro ponto em comum: “A ideia central é criar um movimento que envolva a todos e permita um coletivo que seja a *expressão e o resultado* de uma *conjunção de interesses diversos*, uma exigência dos protestos contemporâneos.” (SOUSA, 2004:459-650, grifos da autora)⁶ E complementa:

Dentro dessa perspectiva organizativa sem fixidez, esses jovens vinculam o presente à sociedade que querem para o futuro. Na organização das ações de protesto, procuram expressar o mundo que estão pretendendo criar no futuro, dentro do princípio de que os objetivos e modos de organizar um movimento não devem ser diferentes, têm que ser totalmente relacionados. O ânimo da participação parece recompor nestes limites o valor de uso da política, num presente que se revoluciona como um cotidiano rebelde, não repetitivo e com perspectivas. (SOUSA, 2004:561)

No documentário, a clareza sobre o significado do projeto de reforma imposto pelo alto, possivelmente sedimentada ao longo do próprio movimento de resistência, contrasta com a inexperiência organizativa. Rafaela Boani, estudante da Escola Estadual Diadema, relata o despreparo das colegas (ALONSO; COLOMBINI, 2016:4’02): “Não sabia o que levar porque... Como ia para a rua? Era tipo pesquisar no *Google*, como fazer uma manifestação?”. *Lute como uma menina*, como seus congêneres, insiste na autonomia do movimento em relação a partidos e outras entidades políticas e na crítica à representação política, mecanismo cada vez mais esvaziado nas democracias formais. Porém, confluem em apontar a influência da Revolta dos Pinguins, movimento secundarista de grandes proporções ocorrido no Chile em 2006 e 2011, contra a privatização do sistema educacional

6. Para Sousa, esses movimentos antissistêmicos, por sua vez, inspiraram-se no “projeto político libertário” de 1968, que questionavam o papel das vanguardas e preconizavam uma revolução que ultrapassasse o âmbito do político para realizar-se também nas esferas dos costumes, da cultura e das relações pessoais (SOUSA, 2004:456).

promovido pelo governo Pinochet nos anos 1970. Esse aspecto transnacional do movimento secundarista merece pesquisas mais aprofundadas, sobretudo em sua dimensão latino-americana. Há um dado material muito concreto na inspiração de um movimento ao outro: a cartilha *Como ocupar um colégio?*, composta por trechos traduzidos pelo coletivo O Mal Educado a partir do material escrito por membros da seção argentina da Frente de Estudantes Libertários, em 2012, baseados em sua própria luta, assim como no movimento chileno (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:12). A experiência chilena foi clara e repetidamente referenciada na palavra de ordem “Acabou a paz! Isso daqui vai virar o Chile!”

As grandes ondas de mobilização estudantil coincidiram, no plano temporal, com a chamada “onda rosa” latino-americana, inaugurada pelo governo de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1988, e seguida por diversos presidentes de esquerda na região⁷, sendo três delas mulheres, que contribuíram para a abertura do debate público a questões relacionadas à justiça social e distribuição de renda, por um lado, e, por outro, favoreceram um maior intercâmbio comercial e político entre os países latino-americanos. No âmbito nacional, podemos apontar para um fenômeno ainda mais recente, que teria tido grande importância na mobilização secundarista: as jornadas de junho de 2013, em sua vertente inicial, relacionada à luta contra o aumento das tarifas de ônibus, liderada pelo Movimento do Passe Livre (MPL). Algumas autoras indicam conexões significativas, como formas de mobilização, em especial de ações diretas, modos de organização horizontais e autônomos, comunicação pelas redes sociais, a experiência de manifestação juvenil e a atuação e circulação de ativistas em coletivos como o MPL e O mal-educado (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016:6, JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:20 e seguintes). Outra referência ainda mais recente e muito significativa teria sido a participação de estudantes nos protestos das professoras, organizados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), entre março e junho de

7. Entre os quais Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil; Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, no Chile; Rafael Correa, no Equador; Manuel Zelaya, em Honduras; Fernando Lugo, no Paraguai; Ollanta Humala no Peru; Tabaré Vázquez e José Pepe Mujica, no Uruguai.

2015, por aumento salarial, mas também pela melhoria das condições de ensino (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:24).

Assim, apesar de sua novidade, as estudantes paulistas provêm de toda uma linhagem de movimentos sociais que permitiram um acúmulo de experiências de luta. Ademais, os repertórios utilizados incluem uma série de estratégias tradicionais como manifestações de rua, uso de faixas e cartazes, composições de músicas próprias do movimento e mesmo palavras de ordem clássicas como o “Não passarão!”.

A autonomia organizativa e a recusa em aceitar lideranças externas ao movimento não impediram uma série de apoios que foram cruciais para seu êxito. Mães, pais, professoras, comunidade e entidades estudantis e sindicais forneceram alimentos e apoio logístico. A imprensa alternativa acompanhou o passo a passo do movimento, garantindo uma cobertura que, se não impediu a violência policial, ao menos a registrou em diversas situações, possivelmente contribuindo para contê-la. Artistas e professoras responderam ao chamado das estudantes para desenvolver atividades nas escolas, ou realizar shows e oficinas. O Ministério Público e a Defensoria Pública de São Paulo entraram com uma ação civil pública contra o projeto do governo do Estado de “reorganização” escolar (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:19).

Aprendendo e ensinando

Ao adotar a autonomia e a horizontalidade como pilares de sua ação transformadora, as estudantes secundaristas buscaram colocar em prática uma escola que aprenderam a transformar. A despeito de todas as críticas a uma escola hierarquizada, desinteressante, superlotada, com infraestrutura precária e assemelhada a uma prisão, impressiona ao longo de todo o documentário a reivindicação radical e aguerrida da escola, materializada em faixas e cartazes nos quais se lê: “A escola é nossa”. Para Januário *et alli*,

Grande parte da recusa dos alunos em aceitar a “reorganização” foi seu apego pela escola, pelo que ela significa enquanto parte de sua história e memória, e enquanto parte da comunidade e lugar da construção de laços sociais. Esse apego se mostrou presente tanto nas escolas com

melhores condições quanto nas escolas mais precarizadas. Independente de qualquer insatisfação, os estudantes mostraram que tinham a escola como um lugar social central em suas vidas. (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:7)

A ocupação representou uma redescoberta e, ao mesmo tempo, uma reinvenção: a escola deixou de ser mero objeto de políticas públicas de precarização do ensino, para tornar-se um espaço transformado de convivência. As cenas de *Lute como uma menina* mostram de maneira muito vívida o sentimento de pertencimento e de apropriação do espaço, o aprofundamento das relações afetivas, o tempo para o lazer, o afeto e a arte que passa a circular na escola organizada pelas estudantes, o tempo do trabalho coletivo, partilhado de forma horizontal entre meninos e meninas. A escola desejada torna-se livre, democrática, plural, aberta à comunidade e interligada aos outros estabelecimentos de ensino.

O potencial transformador do movimento foi considerável. Nesse sentido, o caráter pedagógico já mencionado na relação das meninas e dos meninos pode ser também identificado no processo de conscientização de mães e pais, que no início quiseram impedir a participação das filhas e filhos, temerosos por sua segurança (ALONSO; COLOMBINI, 2016:28'04). Particularmente significativo, foi o relato de Taynah Hentringer, estudante da Escola Estadual Maria Petrolina. Ela conta que seu pai, sindicalista e professor, proibiu que ela e seu irmão tomassem parte das ocupações. Chocado em um primeiro momento, ao ser informado que a filha já estava na escola e se recusava a voltar para a casa, depois ficou extremamente orgulhoso, “espalhando a notícia” para todos os amigos (ALONSO; COLOMBINI, 2016:28'36). Postos diante de um fato consumado, já que a participação das estudantes não era ponto a ser debatido, mães e pais, em muitos casos, acabaram acompanhando e apoiando o movimento. Ao longo do documentário pode-se observar, ainda, uma disposição notável ao diálogo, expressa nos esforços frequentes das estudantes em explicar as razões de sua mobilização à população, à imprensa, às funcionárias das escolas, a mães e pais e mesmo aos policiais.

No que concerne à vivência, o aprendizado teve várias dimensões. Em primeiro lugar, a experiência da democracia direta, ou seja, a tomada de

decisões em assembleias nas quais todas tinham o mesmo direito de voz, algo muito inovador em uma democracia restritiva como a brasileira. A rotatividade na participação das diversas comissões também parece ter tido um papel fundamental no conhecimento das diversas tarefas necessárias à manutenção do movimento. Ocupar a escola, limpá-la, protegê-la, torná-la um ambiente agradável para o convívio, exige esforço e dedicação que se convertem em uma apropriação concreta do espaço físico. A convivência, as relações afetivas, as novas atividades e situações de sociabilidade permitiram a construção de novos laços afetivos com o espaço que as estudantes fizeram seu, com ressignificação das regras, uma vez que estabelecidas horizontalmente e em resposta a necessidades concretas. Elemento central nessa apropriação foi a possibilidade de vivenciar, no espaço escolar, uma prática incomum no cotidiano das estudantes:

A questão da liberdade para se expressar e poder interferir nos rumos do movimento nas decisões coletivas tomadas em assembleias, permitiu que os estudantes vivenciassem, em certo sentido, uma experiência de autogestão, contrária ao modelo burocrático heterogerido e disciplinar das escolas, ou do modelo gerencial da SEE. Os estudantes puderam vivenciar nas ocupações uma experiência como sujeitos autônomos dentro da escola, participando das tarefas, organizando e propondo atividades. Foram sujeitos ativos na organização do tempo, do espaço, do currículo e da gestão da escola. (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016:29)

Para as estudantes, o saldo foi a consciência de seu potencial de transformação, da possibilidade e importância de se fazer ouvir e de uma nova compreensão do verdadeiro significado da política, muito além das instâncias burocráticas e de representação restrita que nossa democracia oferece. A oportunidade de refletir conjuntamente sobre como querem que seja a escola, debater, tomar decisões legítimas, porque deliberadas de modo aberto, em votação direta e colocar em prática o que foi acordado. Como afirmam Corti *et alli*, “As ações desencadeadas por esses jovens no espaço da escola podem ser concebidas como atos políticos no sentido mais amplo do termo, pois recolocam a dimensão da cidadania no espaço escolar.” (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016:1170)

* * *

Lute como uma menina articula, enfim, as diversas falas em uma ampla narrativa que compõe algo maior do que a soma das partes. Esse procedimento confere ao movimento um caráter provavelmente menos fragmentário e variado do que realmente teve, de certo modo contrariando as próprias falas, que expressam as incertezas, dificuldades concretas e precariedades da ocupação das escolas⁸. As cenas de manifestações de rua e do cotidiano dentro das escolas, somadas ao uso de músicas do movimento como pano de fundo, constroem uma visão que, se por um lado ressalta a beleza da mobilização, por outro se mostra romantizada, imprimindo-lhe uma coerência construída pela própria narrativa documental. O resultado é potente no sentido de mostrar o protagonismo e a capacidade política e organizativa dos jovens estudantes em geral e das meninas em particular e muito sensível às formas de expressão juvenis, presentes nas músicas, nos cartazes, nos gestos e, evidentemente, nas falas.

O ineditismo de algumas das práticas organizacionais do movimento mostradas no documentário não impede a identificação de todo um acúmulo de lutas sociais do qual esse movimento é ao mesmo tempo produto e novo contribuinte, uma vez que a experiência foi replicada em outros estados e marcou uma geração de secundaristas. O saldo mais significativo do movimento, muito bem delineado em *Lute como uma menina*, foi uma ampliação sem precedentes nos horizontes de expectativas das estudantes, que puderam exercer efetivamente novas formas de organização social e de sociabilidade, vivenciar uma experiência concreta da possibilidade de um novo mundo, que comporte formas mais inclusivas e abrangentes de democracia, no qual meninas e meninos estejam lado a lado e as decisões possam ser tomadas de forma coletiva, sem fechar as portas à pluralidade. Uma geração muito jovem que aprendeu que pode ter voz e está nos ensinando que lutar como uma menina é um sinônimo de força. Que essa centelha se acenda!

8. “É impossível dar conta de toda riqueza e complexidade vividas nas ocupações durante esse período. Se fosse possível colocar em palavras, cada ocupação representaria um microuniverso particular, com circunstâncias tão singulares que, num primeiro momento, seria possível dizer cada ocupação é *completamente diferente* da outra. E, no entanto, ocorreram várias experiências similares.” (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016:17, grifo das autoras).

Referências

- ALONSO, Beatriz; COLOMBINI, Flávio. Lute como uma menina. *YouTube*, vídeo 76', Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out.-dez. 2016.
- CONSONNI, Eduardo; MARQUES, Rodrigo; TAMBELLI, Tiago. *Escolas de luta*. Vídeo 77', Brasil, 2017.
- CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes Paulistas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out.-dez. 2016.
- G1. Governo de SP fala em 'ações de guerra' contra ocupações em escolas. *G1*, 30/11/2015 às 13h03 e atualizado em 02/12/2015a às 15h22. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/governo-de-sp-diz-que-prepara-acoes-de-guerra-contra-ocupacoes-em-escolas.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- G1. Mapa das escolas estaduais ocupadas em São Paulo. *G1*, publicado em 25/11/2015 e atualizado em 27/11/2015b. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/2015/escolas-ocupadas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antônia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Fevereiro*, São Paulo, v. 9, p. 1-26, 2016.
- LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Margem Esquerda*, n. 15, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Publicado no Blog da Boitempo em 5 mar. 2015.
- O MAL-EDUCADO. *Como ocupar um colégio?*: manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

OCUPARE RESISTIR. Letra: Koka e Fabrício Ramos. *YouTube*, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PqiHEhly6U>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*. Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan.-jun. 2016.

PRONZATO, Carlos. Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em SP. *YouTube*, Vídeo 60', Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9RizprfNw&t=226s>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na *Internet*”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom - RBCC*. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 93-110, mai.-ago. 2017.

SANTOS, Ana Paula dos; MIRANDA, Cynthia Mara. Lute como uma menina: questões de gênero nas ocupações das escolas em São Paulo em 2016. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 6, p. 417-444, out.-dez. 2017.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Reunião Científica Regional da ANPED*. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 24 a 27 de julho de 2016 UFPR, Curitiba, PR, p. 1-17.

SILVA, Rose. Lute como uma menina. Ameaças de retrocessos dão gás ao feminismo. *Revista do Brasil*, 13/07/2016 às 14:01. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2016/07/lute-como-uma-menina-ameacas-de-retrocessos-dao-gas-ao-feminismo-6595/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 451-470, jul.-dez. 2004.

TEOLOGIA FEMINISTA DA LIBERTAÇÃO E QUEER: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AS RESISTÊNCIAS ÀS EXISTÊNCIAS

Claudete Beise Ulrich

A partir dos movimentos feministas também as tradições religiosas são questionadas em suas hierarquias, bem como as relações de poder, os discursos e as práticas são colocados sob suspeita. Nesse sentido, em sintonia com o feminismo do século XX é que se difunde a teologia feminista (DEIFELT, 2004:171). Seu nascedouro está intimamente ligado aos movimentos libertários e à construção de uma democracia de direitos também na área da teologia e da religião.

Essa perspectiva se faz importante pois, conforme pondera Clifford Geertz, uma religião “é um sistema de símbolos” e “nunca é apenas metafísica” (GEERTZ, 2008:93). A religião afirma o “ethos de um povo” (GEERTZ, 2008:93), delineando “o tom, o caráter e qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 2008:93).

Por sua vez, a teologia é feita de palavras, pois, segundo Wanda Deifelt, as “[...] palavras sempre foram o material de trabalho da teologia. Aliás, a religião, de modo geral, serve-se de ritos e palavras, trabalhando o imaginário simbólico e traduzindo-o para dentro de um universo específico de palavras” (DEIFELT, 1996:7).

Na medida em que a teologia fala de Deus, cabe o questionamento: mas de que Deus ela fala? Esta é uma questão fundamental. Deus é apresentado, geralmente, a partir de palavras e símbolos masculinos, como pai, senhor, poderoso, aquele que provê. “Essa masculinização de Deus extremamente acentuada no cristianismo – como se expressa na linguagem puramente androcêntrica – sempre anda de mãos dadas com o endeusamento do homem” (SÖLLE, 1999:23). A religião se serve da teologia que através do seu falar fortalece relações de poder, masculinas, hierárquicas e violentas. Como romper com este ethos religioso e teológico que endeusa e desumaniza os homens e justifica a violência e a morte cotidiana das mulheres e de pessoas que se identificam queer¹?

Este modelo masculino endeusado, hierarquizado e violento tem sido questionado e criticado pelas vozes que emergem das margens, especialmente, dos movimentos sociais das mulheres camponesas, negras, indígenas, quilombolas, feministas de diferentes gerações e orientações sexuais. No entanto, essa construção da crítica e a proposta de novas relações igualitárias elaboradas pelas mulheres em movimento não têm sido recebidas de forma pacífica. Os feminicídios têm aumentado de forma assustadora no Brasil e na América Latina. A construção de novos paradigmas teológicos e religiosos libertários e emancipatórios, além da reflexão teórica, necessitam se tornar prática cotidiana. Nesse sentido, este capítulo pretende refletir sobre a contribuição da teologia feminista da libertação e da teologia queer para as mobilizações que ocorreram no Brasil sobretudo em 2018.

Teologia feminista da libertação: desconstruir e democratizar discursos e práticas religiosas

A teologia feminista da libertação nasceu como crítica à teologia da libertação que não incluiu em sua reflexão primeira a opressão sofrida pelas mulheres (ULRICH, 2006:85). De acordo com Dorothee Sölle:

1. Queer é um termo inglês que se refere a pessoas que estão fora do padrão heteronormativo. As pessoas se identificam como Queer, isto é diferentes, daquilo que é padrão na sociedade.

Teologia feminista surge – como toda teologia da libertação – a partir de um ferimento sofrido; ela cresce a partir da destruição causada à vida das mulheres, seja ela econômica, política, social, física, intelectual ou psíquica. Ela surge no meio de mulheres que percebem sua situação e caminham em conjunto em direção à mudança, rompendo com as convenções e formas da teologia dominante e seus acordos com o poder. (SÖLLE, 1999:34)

Silvana Suaiden, em “Questões contemporâneas para a teologia: provocações sob a ótica de gênero”, afirma que: “É no processo de revisão crítica e autocrítica da teologia da libertação que a teologia feminista na América Latina encontra um espaço novo de possibilidades e desafios para o presente e o futuro da prática teológica no continente” (SUAIDEN, 2004:148). Segundo Ivone Gebara (2009): “A teologia feminista é parte de uma revolução cultural que ainda está em seus primeiros passos”. É, portanto, uma teologia que está viva. É plural. Está em processo. Ela está sempre em movimento, pois está ligada ao movimento por vida e igualdade. Não é uma teologia acabada. É contextual e crítica aos próprios movimentos de libertação. A teologia feminista da libertação é uma teologia contextual e crítica. É uma contribuição para repensar, reler e reconstruir as imagens do que nominamos Deus/a, os dogmas, as linguagens, as palavras, as leituras, as hermenêuticas, as tradições, os símbolos, as relações de poder, a história de evangelização e catequese que marca o continente latino-americano, desde a sua conquista.

Deifelt enfatiza que na América Latina adotou-se oficialmente o termo Teologia Feminista da Libertação em dezembro de 1993 durante a realização do Encontro Regional das Teólogas da Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (ASETT/EATWOT), no Rio de Janeiro. Ao empregarem “o termo feminista, as teólogas reunidas assumiram gênero como uma categoria de análise (assim como já haviam utilizado classe e raça/etnia), dentro de um princípio metodológico de desconstrução e reconstrução” (DEIFELT, 2004:172). A teologia feminista da libertação aponta para novas possibilidades teológicas, assumindo um posicionamento político a partir da teoria feminista e da categoria gênero questionando, criticando as naturalizações nas relações de poder. Este processo teve consequências

metodológicas no pensar e fazer teológico e pastoral. Na releitura ou interpretação bíblica promovida na América Latina, impulsionada e, ao mesmo tempo, impulsionadora da teologia da libertação, o critério da experiência já era conhecido e aplicado. A teologia feminista propõe como critério hermenêutico, não qualquer experiência, mas a experiência das mulheres, que transita entre opressão e alienação até libertação e emancipação. Segundo Rosemary R. Ruether:

A experiência humana é o ponto de partida e de chegada do círculo hermenêutico. [...] A singularidade da Teologia Feminista não reside em seu uso do critério da experiência, mas antes, em seu uso da experiência das mulheres, que no passado foi quase que inteiramente excluída da reflexão teológica. Portanto, o uso da experiência das mulheres na teologia feminista explode como uma força crítica, revelando que a teologia clássica, incluindo suas tradições codificadas, baseia-se na experiência masculina, e não na experiência humana universal. (RUETHER, 1993:18)

Se a experiência das mulheres é um conceito-chave para a teologia feminista, isto significa que é necessário dar nome à experiência, pois “todo conhecimento é contingente, situado, localizado e temporal, não universalizado e toda a experiência constitui-se não apenas como interpretação da realidade, mas constituinte da mesma” (STRÖHER, 2005:122). O ponto de partida da teologia feminista é a experiência das mulheres, as questões, preocupações, as marcas no corpo e como a experiência religiosa oprime ou liberta a vida cotidiana das mulheres. De acordo com Deifelt,

a teologia feminista surge como um passo metodológico importante, afirmando que a experiência das mulheres – incluindo também suas experiências de fé – é o ponto de partida da reflexão teológica. A partir desse olhar novas conexões são possíveis se a experiência humana é analisada a partir das marcas deixadas em nossos corpos e mentes pelo sexismo, pelo classismo, pelo racismo, pelo militarismo ou pelo sectarismo religioso. A superação desses condicionamentos é que permite forjar uma nova realidade. (DEIFELT, 2004:172)

As experiências de violência, opressão, discriminação e desigualdade que as mulheres enfrentam, bem como suas lutas por processos de libertação não significam homogeneidade. Nem todas as mulheres compartilham das mesmas experiências todo o tempo, embora o patriarcado forneça elementos de experiências comuns. Tendo como ponto de partida a experiência das mulheres, a teologia feminista procura evitar generalizações, insistindo que a particularidade seja reconhecida. É necessário dar nome às experiências de opressão e de libertação. As experiências nomeadas são chaves epistemológicas de reflexão e de propostas metodológicas de transformação. As questões consideradas pessoais e privadas passam a ser entendidas como públicas e políticas, próximo ao que definem Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2003:8): “Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, ‘objetiva’”. O cotidiano, portanto, necessita ser historicizado e politizado (HELLER, 1972:20), porquanto é nele que as dimensões da “justiça de gênero e a corporeidade passam a ser critérios éticos e teológicos” (STRÖHER, 2005:122). Em outras palavras, de acordo com Ivoni R. Reimer,

Uma importante porta de entrada para a leitura bíblica e reflexão teológica é o nosso cotidiano, nosso dia a dia, marcado também pela fé e espiritualidade. Alegria, dor, sofrimento, esperança, morte, angústia, prazer... vão marcando a realidade de nossas vidas... fazem parte da história de nossos corpos em relação com outros corpos. Somos pessoas inseridas num contexto maior, marcado por crises generalizadas, por desgovernos, onde a prática da injustiça impera sobre a justiça, a corrupção se exalta sobre a retidão, a impunidade anda solta, a miséria e o empobrecimento clamam aos céus e aos nossos corações! Vendo toda essa realidade, somos igualmente pessoas que buscam se organizar para resistir, propor e vivenciar alternativas. (REIMER, 2000:16)

Elisabeth Schüssler-Fiorenza afirma que “[...] o silêncio e a invisibilidade das mulheres são geradas pelas estruturas patriarcais da igreja e sustentadas pela teologia androcêntrica, isto é, masculina” (SCHÜSSLER-FIORENZA,

1985/6:10)². Ao lado do silêncio e da invisibilidade, está a linguagem sexista e genérica através da qual a história da mulher é esquecida e deturpada³. Além disso, pondera que “Obediência religiosa, dependência econômica e controle sexual são a força que sustenta o patriarcado eclesiástico” (SCHÜSSLER-FIORENZA, 1985/6:14). A partir dessas reflexões, Schüssler-Fiorenza (1992:83) argumenta que “as igrejas cristãs superarão suas tradições patriarcais e opressivas do passado e suas ideologias do presente, apenas quando a própria base e função dessas tradições forem modificadas”. A autora alerta que a “articulação de uma teologia feminista constitui não somente uma intervenção intelectual como também política e religiosa” (SCHÜSSLER-FIORENZA, 2002:1).

Tirar o véu do silêncio, do ocultamento, do silenciamento foi e continua sendo uma ação subversiva cidadã, pois significa fazer ressoar e vibrar a potência das vozes das mulheres, considerando sua diversidade, em espaços outrora proibidos. Significou e significa descobrir os papéis de protagonistas das mulheres na Bíblia, na história da igreja, na Teologia e nas tradições religiosas. Mesmo que as mulheres sejam a maioria nas tradições religiosas, elas ainda ocupam poucos espaços de poder, de fala, de tomada de decisões.

A teologia feminista da libertação não é uma teologia de mulheres para mulheres. É uma teologia feita e elaborado por mulheres e homens, que buscam relações de justiça e de igualdade, onde também as diferenças são respeitadas. Ela é uma teologia subversiva, pois questiona o *status quo* das teologias tradicionais e das instituições eclesiais. A teologia feminista da libertação traduz também a competência teológica das mulheres, suas experiências de vida, crença e fé em ação política, que busca transformações na sociedade e nas religiões. A espiritualidade cultivada a partir da teologia

2. Por androcentrismo ou dualismo androcêntrico a autora entende a “[...] cosmovisão de linguagem, mentalidade ou ideologia que legitima o patriarcado, enquanto sexismo, racismo e classismo são componentes estruturais de um sistema social patriarcal de dominação e exploração.” (SCHÜSSLER-FIORENZA, 1985/6:10)

3. “Na medida em que os meninos e meninas aprendem a se exprimir e a definir o mundo numa linguagem genérica gramaticalmente masculina que inclui a mulher sob a denominação ‘homem’ e ‘ele’, aprendem a entender-se em termos de superordenação e subordinação patriarcal, de estarem no centro ou na margem. [...] Além disso, essa linguagem androcêntrica torna duplamente invisível a mulher pobre, a mulher de cor, ou a mulher colonizada.” (SCHÜSSLER-FIORENZA, 1985/6:18-19)

feminista da libertação se concentra na vida e nas experiências das mulheres – sempre múltiplas e plurais. A teologia feminista da libertação se constrói na interseccionalidade (DEIFELT, 2015:14) de classe social, raça/etnia, gênero, geração, orientação sexual, identidade de gênero. As experiências de vida são diferentes e as opressões sofridas também não são iguais. A teologia feminista da libertação tem cheiros, cores, sabores, saberes diversificados, mas tem em comum a luta pela autonomia, pela libertação e pela emancipação das mulheres nos mais diferentes contextos locais e globais.

Neste sentido, Marga Ströher acentua o objetivo democrático da teologia feminista que é o alcance da cidadania eclesial, apontado também por Ivone Gebara:

Mulheres não podem e não querem apenas ser incluídas ou anexadas na construção do conhecimento e na organização da sociedade, mas serem reconhecidas como sujeitos sociais e políticos, como sujeitos éticos e do conhecimento. Na teologia as mulheres querem ainda ser reconhecidas e capacitadas como sujeitos do conhecimento e da elaboração teológica, ou seja, ter reconhecida, na expressão de Ivone Gebara, a sua cidadania teológica. (STRÖHER, 2005:119)

A teologia feminista detecta as tradições libertadoras das mulheres, envolvendo todos os sentidos da existência. É uma teologia contextual e plural, trazendo à consciência os antecedentes sociais, políticos e históricos. As “doutrinas” tradicionais e “verdades” são questionadas e os fundamentos da fé desconstruídos, promovendo metáforas mais vivas e plurais de Deus/a. A hierarquia da Trindade precisa ser colocada sob suspeita. As metáforas de Deus, pai, todo poderoso, senhor dos exércitos precisam ser questionadas, pois afirmam a hierarquia masculina. Necessita-se retomar o poder de nomear Deus de formas que tenha a ver com as experiências da vida sejam de alegria, de sofrimento, de dor, de esperança. Necessário se faz retomar a palavra Espírito que no hebraico é feminina *Ruah* e significa Espírito da vida, sopro da sabedoria, movimento, de ação transformadora (MOLTMANN, 2010:50-51).

Sobre os sacerdotes e os teólogos, Sölle (1999:35) afirma que: “Eles falaram tanto tempo [...] até que emudecemos. Eles encarceraram Deus na

Bíblia e na liturgia, ao invés de utilizar a Bíblia e a liturgia como óculos para a compreensão do nosso dia a dia.” A Bíblia tem sido usada para legitimar hierarquias, desigualdades, discriminações e violências de gênero. Phyllis Trible (1984) denuncia que há muitos textos de terror na Bíblia, que necessitam ser desconstruídos. É necessário e urgente des-sacralizar a Bíblia, pois ela não é a Palavra de Deus, somente contém a mesma. Isto significa que a Bíblia, livro sagrado das cristãs e dos cristãos contém experiências cotidianas e históricas de mulheres e homens com Deus, Jesus Cristo e o sopro do Espírito. Neste sentido, a hermenêutica da suspeita se torna uma ferramenta fundamental para a teologia feminista da libertação (DEIFELT, 2003:174). Os textos bíblicos necessitam ser colocadas sob suspeita, isto significa que não podem ser lidos de forma fundamentalista, como uma verdade única. É necessário suspeitar das narrativas, de quem as escreveu, do porquê elas se encontram no texto canônico. Cada texto bíblico necessita ser localizado no contexto histórico, interpretado e contextualizado para o tempo presente. Além do mais, o texto bíblico em português passou por diferentes processos de tradução e de interpretação, motivo pelo qual é importante sempre de novo recorrer aos textos escritos no original, isto é, no hebraico e no grego. Toda fala e registro sobre Deus é sempre humana e limitada, que necessita ser localizada historicamente.

Por esse viés, com o propósito de buscar novas perspectivas teológicas, a teoria queer (BUTLER, 2010:196) possibilita ampliar a visão de Deus, numa perspectiva performativa e apresenta questionamentos para a teologia feminista da libertação, ao romper, por exemplo, com o binarismo homem-mulher e ao questionar a heterossexualidade (BUTLER, 2010:23). Uma das pioneiras em aplicar a teoria queer à teologia foi Marcella Althaus-Reid. Quando, em 2004, esteve no Brasil foi entrevistada pela jornalista Eliane Brum para a Revista Época. Na oportunidade, uma das perguntas da entrevista foi: Como é um Deus Queer? Althaus-Reid assim respondeu:

É um Deus que não está terminado. Temos Deus saindo do armário ao dizer “não posso ser Deus, tenho outra identidade, preciso ser homem”. Não é um gesto de doação aos homens, mas uma necessidade de Deus de revelar-se. Dizer: “Sou frágil, sou humano”. Sair desse armário lhe

custou caro. Essa é uma interpretação nova de Deus, a partir de outra maneira de se relacionar com a divindade. Essas metáforas do Deus perfeito, da sabedoria suprema, do terminado vêm de uma maneira de pensar pré-moderna. Eu trabalho com o pós-moderno. O Deus Queer é um Deus inacabado. Em processo, ambíguo, de múltiplas identidades, que nunca terminamos de conhecer porque, quando o abarcamos, escapa, há mais. Não quero um Deus do centro hegemônico, um rei que vem te visitar na favela, te dá a mão e diz: “Eu sou Deus, tenho um reino e sou tão bom que venho te visitar. Mas, agora, dá licença que tenho de voltar ao Reino dos Céus”. Falo de um Deus que abre seu armário e diverte seus amigos, dizendo: “Agora sou Marlene Dietrich”. (BRUM, 2004).

Falar de Deus, portanto, é falar de um Deus inacabado, em construção, assim como inacabada é a vida humana. É falar de um Deus que se apresenta de forma diversa, muito além de qualquer definição humana. Paulo Freire (1996:55) lembra “onde há vida há inacabamento.” Neste sentido, também a teologia feminista da libertação não é uma teologia acabada. Ela também é questionada pela teologia queer, que acentua a multiplicidade de identidades, a ambiguidade, o contraditório. A teologia queer também está em construção. Também não está acabada. As metáforas que se reportam às divindades/deuses/deusas necessitam sempre de novo apresentar aspectos da dimensão da diversidade e da incompletude do ser humano. O fundamental é que as diferentes vozes sejam ouvidas, por meio de uma escuta sensível, e a luta por direitos pautada na pluralidade seja respeitada. A religião também necessita se libertar de teologias que colonizam o corpo ao binarismo homem e mulher. As imagens sobre Deus/a são construções humanas e elas necessitam incluir as experiências humanas. Deus/a pode ser visto/a de forma performativa. Portanto, a teologia feminista da libertação e a teologia queer são teologias emancipadoras e propositivas, apontando para relações igualitárias, dignas e justas não só na religião como também na sociedade.

Concluindo

A teologia feminista da libertação e a teologia queer não são teologias prontas, acabadas, mas são abertas e plurais. Estas estão trabalhando de forma colaborativa, propositiva, interdisciplinar, ecumênica e inter-religiosa. Nesse processo, promovem o movimento da vida, o bem viver para todas as pessoas e toda a natureza. As relações de gênero e seus efeitos teóricos e práticos nas questões de fé, na igreja e na sociedade são discutidas e novas relações são propostas, a partir de releituras bíblicas e da tradição religiosa. Retirar o manto de invisibilidade, do esquecimento, do ocultamento que cobre as mulheres, em sua pluralidade, tem sido um processo longo na história da tradição do cristianismo. É necessário revelar o protagonismo das mulheres, em sua diversidade, não para estimular simplesmente uma meritocracia, mas para que seus lugares de fala sejam ocupados de forma digna e justa.

A teologia feminista da libertação e a teologia queer estão em um processo provocativo para mobilizar ações transformadoras nos diferentes espaços sociais e culturais que visam a cidadania e a emancipação teológica das mulheres e pessoas que se identificam queer. Estas teologias se colocam junto nos movimentos sociais por uma democracia igualitária, que respeite as diferenças. Ela se firma no espírito de sabedoria e coragem do movimento da Ruah para a construção de sociedades plurais, movidas pela alegria e esperança.

No dia 29 de setembro de 2018, a força da Ruah rompeu de forma colorida, organizada e alegre. Mulheres, homens, crianças de todas as cores, classes sociais, gênero, orientação sexual, gerações disseram não ao fascismo no Brasil e no mundo. O movimento #Elenão foi também carregado pela teologia feminista da libertação e a teologia queer, pois se afirmou nas bandeiras que se colocam contra o feminicídio, a violência doméstica, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, o racismo, a desigualdade social, o entreguismo, o fascismo, o uso manipulador de discursos religiosos e bíblicos. Este movimento ecoou com grande esperança na proposição de relações mais solidárias, amorosas e justas.

Antes disso, Marielle Franco (mulher, negra, mãe, lésbica, vereadora, feminista, militante, dos direitos humanos, socióloga, da periferia da Maré)

em seu último discurso proferido no dia 08 de março de 2018 – significativo dia Internacional da Mulher – chamou a atenção para os intrincados processos de luta das mulheres negras dentro da chamada democracia brasileira (Mídia Livre, 2018). Ela foi assassinada justamente porque lutava contra todos os tipos de opressão que sofrem as mulheres e sua morte tem mobilizado atos e ações por todo o mundo.

Como resistência e subversão ao modelo patriarcal, misógino, sexista, capitalista, militarista e, segundo Maria Jane Carvalho (2002:222), “A teoria feminista, como crítica ao patriarcado, endereça-se à democracia na perspectiva das mulheres”, cabe, portanto, aos feminismos atuais valorizar a diferença, lutar pela igualdade da educação para meninos e meninas, pela igualdade dos salários para homens e mulheres, pela superação da violência doméstica, contra os feminicídios, por mais mulheres nos espaços de decisão, pela educação infantil, por saúde e segurança públicas, por alimentação sem agrotóxicos, pelo direito à palavra, entre outros. Estas lutas estão em curso e elas estão articuladas à luta das mulheres negras, quilombolas, indígenas, agricultoras, operárias, entre outras.

Desde a primavera feminista e queer de outubro de 2015⁴ têm se potencializado vozes historicamente reprimidas e silenciadas, fazendo-se resistência ao longo de 2019. Suas marcas continuam sendo uma linda conspiração subversiva pela vida em sua pluralidade. Ela não tardará e as/os invisibilizadas/os florescerão. Ainda referente aos eventos de 2018, a voz de Priscilla, mulher, poeta, dramaturga, estudante de teologia emergiu em meio aos movimentos históricos de luta por #Mariellevive e #Elenão. Declara poética e profeticamente que a vida de mulheres pretas, lésbicas, se faz teologia primaveril.

4. Sobre esse debate, ver neste volume o capítulo “A ‘primavera das mulheres’ nos impasses atuais da democracia no Brasil”, de Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes.

Teologia Feminista Lésbica Preta da Libertação

Mulher!

Preta!

Lésbica!

Mas que afronta!!!

Aonde ela pensa que vai? O que ela está fazendo aqui?

Vim buscar conhecimento, [...]

A senzala vai subir

[...]

Não sirvo a Moloque

Nem ao seu Javé, meu sacerdote

O meu Deus é o amor

Direitos humanos, minha fé

[...]

Neste teu deus eu posso cuspir

Façamos outro para ressignificar

Um que se pareça com o Cristo

Que ensinou o que era amar

[...]

Satanás não tá no meu sexo

Ele tá no seu olhar

Ele não tá na minha pele

Ele tá no seu discurso

O diabo não tem chifre

Ele tem homens brancos de toga

Dizendo quem e o que condenar

[...]

Voz que clama no deserto

Século XXI.

Tem que ser muito mulher pra enfrentar e resistir

[...]

Por Marielle.

Por nossas filhas e filhos

Homens e Mulheres

Quilombolas

Indígenas

De todas as crenças

De todas as cores

De todos os sexos

Por nossa dignidade

Sim! Lutemos até o fim!
A ditadura nunca mais nos calará
Vocês prenderam uma rosa
Mas não poderão impedir
A primavera de chegar.⁵

Referências

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRUM, Eliane. Entrevista com Marcella Althaus-Reid. Teologia indecente. Polêmica e provocadora, a professora de Ética Cristã da Universidade de Edimburgo reivindica um Cristo bissexual. *Revista Época*, ed. n. 329, 03. Set. 2004. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/o,,EDG66302-6060,00-TEOLOGIA+INDECENTE.html>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, Marie Jane. “Qual cidadania desejamos?” In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de; EGGERT, Edla. *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 221-236.
- DEIFELT, Wanda. “Temas e metodologias da teologia feminista”. In: SOTER (org.). *Gênero e teologia: interpretações e perspectivas*. São Paulo; Belo Horizonte: Paulinas; Loyola; Soter, 2004. p.171-186.
- DEIFELT, Wanda. A luta continua: Interseccionalidade como Lente Epistemológica. *Coisas do Gênero*, v. 1, n. 1, p. 05-20, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2478S>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- DEIFELT, Wanda. Palavras e outras palavras: a teologia, as mulheres e o poder. *Estudos Teológicos*, v. 36, n. 1, p. 7-16, 1996. Disponível em: <http://>

5. Priscilla Gomes, poeta, escritora, dramaturga, mulher, negra, lésbica, graduanda em Teologia, na Faculdade Unida de Vitória, estado do Espírito Santo. Ela escreveu esta poesia e a declamou no dia 31 de agosto de 2018, por ocasião do 1º Colóquio do Grupo de pesquisa REGEVI – Religião, Gênero, Violências: Direitos Humanos na Faculdade Unida de Vitória.

periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/808/738.
Acesso em: 10 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEBARA, Ivone. Teologia, feminismo e filosofia. *Revista Cult*, 2009.
Disponível em: <https://bit.ly/2IJ5KZx>. Acesso em: 20 mai. 2018.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HUFFPOST. Mulheres contra Bolsonaro: Movimento #EleNão e #EleNunca cresce após grupo ser atacado nas redes sociais. *Huffpost*. 17/09/2018 às 13:13 e atualizado em 28/09/2018 às 23:39. Disponível em: <https://bit.ly/2Oy8BYI>. Acesso em: 17 set. 2018.

MÍDIA LIVRE. Último pronunciamento de Marielle Franco antes de ser executada no Rio de Janeiro. *YouTUBE*, 15/03/2018. Disponível em: <https://youtu.be/Da7dqCqEJmA>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MOLTMANN, Jürgen. *O Espírito da Vida: uma pneumatologia integral*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2010.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. Trad. de Walter Altmann e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. Deus (G*d) [*] trabalha em meio a nós; de uma política de identidade para uma política de luta. Trad. de Neusa Steinert. *Revista de Estudos da Religião*, n. 1, p. 56-77, 2002. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2002/p_fioren.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. Quebrando o silêncio: a mulher se torna visível. *Concilium*, Petrópolis, n. 202, p. 8(618)-23(633), 1985/6.

SÖLLE, Dorothee. *Deve haver algo mais: reflexões sobre Deus*. Trad. de Hans Alfred Trein. Petrópolis: Vozes, 1999.

STRÖHER, Marga J. A história de uma história – o protagonismo das mulheres na teologia feminista. *História UNISINOS*, v. 9, n. 2, p. 116-123, 2005.

SUAIDEN, Silvana. “Questões contemporâneas para a teologia: provocações sob a ótica de gênero”. In: SOTER (org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo; Belo Horizonte: Paulinas; Loyola; Soter, 2004. p. 143-152.

TRIBLE, Phyllis Trible. *Texts of Terror*. Philadelphia: Fortress Press, 1984.

ULRICH, Claudete Beise. Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana. São Leopoldo: Faculdades EST, 2006.

“FEMINISMO É REVOLUÇÃO...” O FEMINISMO COMO CONFLITO SOCIAL NO BRASIL SOB DITADURA (1964-1985)¹

Cristina Scheibe Wolff
Soraia Carolina de Mello

Uma história é feita de palavras, e no caso deste texto, a grande palavra é conflito. Conflito tem origem no latim *confligere*: con – junto, coletivo; *fligere* – golpear. Quando falamos de conflito, portanto, estamos falando de luta, enfrentamento, no coletivo. Conflito social tem esse sentido, de um enfrentamento, uma luta que acontece no campo do social, entre grupos sociais, e que pode assumir formas mais ou menos violentas. Nas teorias dos movimentos sociais, o termo conflito aparece muito recorrentemente para caracterizar tipos de movimento ou para descrever esses movimentos (GOHN, 1997). Mas é uma palavra que nem sempre é associada ao feminismo. Tanto por aqueles que não o consideram como algo sério o suficiente para ser um conflito social, ou mesmo porque conflito lembra uma luta e um conteúdo de violência política que nem todas as feministas gostariam de ver associado ao conceito de feminismo.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O projeto “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”², em vigência entre 2017 e 2019 tem, entre outras frentes de pesquisa, indagado militantes feministas deste período, através de entrevistas, sobre seu entendimento e suas percepções a respeito dos significados e das transformações que os feminismos trouxeram para a sociedade brasileira no período da ditadura, partindo da noção de conflito social. Este é o recorte do projeto que propomos para este capítulo. O projeto, de caráter interdisciplinar e interinstitucional envolve, além do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), além da colaboração de alunas e professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da University of Nottingham e da Université de Rennes 2³.

O projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” é uma proposta de pesquisa elaborada para o Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais da CAPES, que foi lançado em 2015 justamente para apoiar

2. Este projeto foi contemplado pelo Edital 12/2015 CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), do Programa “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”, Processo 88887.130836/2016-00, sob coordenação geral de Cristina Scheibe Wolff.

3. Participaram do Projeto: Cristina Scheibe Wolff, como coordenadora geral; Karina Janz Woitowicz e Ana Rita Fonteles Duarte, como integrantes das instituições associadas, orientando as bolsistas de Iniciação Científica Barbara Maria Popadiuk, Luana Magalhães de Paula (2017) e Elyssan Frota dos Santos (2018). Participam também as mestrandas bolsistas Luísa Dornelles Briggmann e Binah Irê Vieira Marcellino, além dos bolsistas de pós-doutorado Soraia Carolina de Mello (2017) e Jair Zandoná (2018). O projeto contou ainda, como integrantes, com as professoras Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva, Cláudia Regina Nichnig, Cintia Lima Crescêncio, Jaqueline Zarbatto, Erica Dantas Brasil, Maise Caroline Zucco, Maria Helena Lenzi, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Juliana Salles Machado Bueno. Estudantes de pós-graduação do Laboratório de Estudos de Gênero e História trabalharam intensamente para o projeto, como é o caso de Elaine Schmitt, Luana Balieiro Cosme e Monique Malcher de Carvalho. Colaboraram, ainda, transcrevendo entrevistas e em outras funções, as estudantes de graduação e pós-graduação: Alina Nunes, Isa Maria Moreira Liz, Isabele Soares Parente, Glenda Lunardi, Gabriel Simon Machado, Jeferson Ramos, Lara Lucena Zacchi, Luiz Augusto Possamai Borges, Maria Adaíza Lima Gomes e Valéria Machado. Colaboraram também Tauana Olívia Gomes Silva Colaboraram, também, Tauana Olívia Gomes Silva, Gleidiane Ferreira, Luciana Geroleti, Juno Nedel e Marina Moros.

projetos que enfocassem “processos e episódios [...] que, ao longo da história brasileira do período republicano, tenham sido expressão da conflitividade social e significativos para o entendimento da construção do Estado e da sociedade brasileira, com valorização de episódios pouco estudados da história brasileira”⁴. Podemos pensar que somente o fato de o projeto ter sido apoiado pela CAPES, passando por um concurso que envolveu muitas outras propostas e sendo avaliado por uma comissão de especialistas em história, já implica uma certa legitimidade do que estamos propondo, uma interpretação histórica do feminismo como um conflito social que marcou a sociedade brasileira no período da ditadura. O projeto nasceu também a partir das pesquisas do LEGH que, desde 2005, tem pesquisado o período da ditadura brasileira e desde 2007 das ditaduras dos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Estas pesquisas se deram a partir de uma perspectiva de gênero, buscando compreender a participação das mulheres nos movimentos de resistência, os usos do gênero nos discursos da resistência, os movimentos feministas e suas relações com a resistência e a esquerda, a partir do que chamamos de projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”⁵.

O objetivo geral do projeto “Mulheres de luta...” é analisar o feminismo, percebendo a especificidade da sua constituição enquanto movimento social e conjunto de ideias no Brasil no período da ditadura civil-militar e suas interfaces com as organizações e movimentos de enfrentamento da ditadura: partidos, organizações armadas, movimentos de familiares de presos e desaparecidos, grupos de exiladas/os, entre outros movimentos. A pesquisa problematiza a história do feminismo chamado “de segunda onda” no Brasil, nos anos da ditadura, investigando como as mulheres que protagonizaram essas lutas estiveram ligadas a movimentos e grupos da esquerda e da resistência de maneira ampla, buscando dados quantitativos e qualitativos sobre essa interação e analisando as trajetórias pessoais e

4. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Edital 12/2015*. Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/2972015-edital-12-2015-MEMoRIAS-BRASILEIRAS-Conflitos-Sociais.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

5. Sobre a trajetória desta pesquisa ver, entre outros, Pedro; Wolff; Veiga, 2011; Pedro; Wolff, 2010.

políticas de mulheres e de grupos de mulheres, na sua construção enquanto feministas (WOLFF, 2015).

Para o texto aqui apresentado elencamos duas principais questões a serem desenvolvidas:

a. O que nossas entrevistadas, mulheres que foram reconhecidas como feministas durante o período da ditadura, entendem por conflito e o que entendem por feminismo (a partir da atualidade, quando realizamos as entrevistas, mas pensando desde o passado que é nosso objeto de estudo)? e

b. O que a historiografia de referência na temática entende por feminismo? Seria visto como movimento social, como conflito, ou associado apenas a questões individuais, privadas? Em quais sentidos os debates sobre o público e o privado se inserem na percepção que a historiografia construiu sobre feminismo?

Essas são questões de central importância não apenas para compreendermos as tensões e disputas nas quais os feminismos estudados emergem e se constituem, nas décadas de 1960 e 1970, mas também para nos ajudar a compreender as complexas relações imbricadas nos discursos feministas e nos discursos sobre os feminismos da atualidade. Partindo da percepção de que olhamos, analisamos e indagamos o passado com questões do presente, é importante destacar que é em um contexto de profunda polarização política, de ataque às instituições democráticas e de proliferação de ideais conservadores que este texto é construído, em um esforço de diálogo que foi promovido, de maneira coletiva, pelos debates realizados durante as III Jornadas do LEGH.

Você associaria o feminismo com a noção de conflito social?

Nosso subtítulo é também a pergunta número treze, de um total de quinze perguntas, utilizadas como roteiro das entrevistas que realizamos para o projeto nos anos de 2017 e 2018. Apesar de termos um modelo de roteiro para todas as entrevistas, os roteiros foram adaptados conforme a atuação e história de vida de cada uma das entrevistadas. Também foram adaptados no andamento das próprias entrevistas que, em concordância com bibliografia sobre história oral (ALBERTI, 2004; PEDRO; WOLFF, 2011; JELIN, 2002; OBERTI, 2006) e nossa própria percepção, resultante de anos

de pesquisas utilizando essa metodologia no LEGH, “tomam vida própria” conforme a pessoa entrevistada elabora suas memórias e a entrevistadora desperta determinadas questões ou debates, ou mesmo resistências e silêncios.

A noção de conflito social varia bastante entre as entrevistadas. Algumas delas afirmam que sim, que o feminismo é um conflito social, e para elas sobressai o conteúdo contestador do feminismo tanto enquanto movimento social, como também na vida pessoal das mulheres que adotam ideias e comportamentos associados com o feminismo. É o caso de Clair Castilhos Coelho, nascida no interior do Rio Grande do Sul, e que é hoje professora aposentada do Departamento de Saúde Pública da UFSC. Nascida em 1945, segundo suas palavras (COELHO, s/d) foi jovem, cristã, existencialista e comunista nos anos 1960, e viveu as transições e avanços que esse período trouxe. Seguindo a trajetória dos estudantes da época, fez faculdade em Porto Alegre, participou do movimento estudantil contra a ditadura militar, e se formou na véspera do AI-5. Foi para São Paulo trabalhar, sendo a primeira chefe da Farmácia do Hospital Heliópolis do INPS. Mudou-se para Florianópolis/SC na década de 1970 em função do casamento.

Clair Castilhos é uma figura muito atuante nos movimentos feministas de articulação local, nacional e internacional, secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Clair foi a primeira mulher a ser eleita vereadora de Florianópolis, pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em 1982. Em 1989 foi reeleita vereadora titular, agora pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Propôs em 1987 a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina, que passou a existir a partir de 1989 (LOLLATO, 2016:40). Desde 1995, é filiada e atuante no PCdoB (Partido Comunista do Brasil)⁶.

Olha, eu pessoalmente não cheguei a colocar assim como conflito social, mas a realidade colocou como conflito social, porque a gente

6. Podemos ainda destacar em sua trajetória, conforme nos traz Simone Lollato, que Clair Castilhos foi uma das fundadoras da Casa da Mulher Catarina, integrou o Conselho Nacional de Saúde (1997-2003) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1994-2003). Também fez parte da delegação brasileira na Conferência Mundial da Mulher da ONU (Organização das Nações Unidas) em Beijing em 1995. Ela é colaboradora do Comitê Acadêmico da RSMLAC – Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe.

passava a ser combatida. Não nos termos, como eu falei, da repressão dos golpes, mas a gente passou a ter enfrentamentos sim, com movimentos fundamentalistas, que não eram tão intensos como é hoje, mas já tinha, e aparecia conflito sim, principalmente da questão da liberdade da mulher, do direito da escolha sobre a questão do aborto, mais ainda antes da tua sexualidade livre, sem precisar casar pra dar, o que era mais importante, sabe? Isso nos anos setenta, isso era o óbvio. Eu sempre digo, o grande drama da minha geração [...] era isso, vamos transar ou não transar antes de casar? Isso nos anos sessenta, que era no início da encrenca cultural que se avizinhava, então a gente tinha esses enfrentamentos, isso não deixava de ser um conflito. Porque dava conflito familiar, dava encrencas com filhos dentro de casa enfrentando o poder patriarcal. Então... imagina a célula da sociedade sendo corroída internamente pelos filhotes rebeldes e libertários, isso era complicado. (COELHO, 2017:19)

Para Clair, com sua fala bem humorada, o conflito se dava porque havia resistência ao que as mulheres estavam reivindicando como feministas: maior autonomia, direitos reprodutivos, liberdade sexual. Tanto nos níveis coletivo e social, através dos ataques daqueles que ela chama de fundamentalistas, quanto na esfera do privado, nas famílias, onde as moças e mulheres tinham que enfrentar o que ela chama de “poder patriarcal”. E podemos mesmo interpretar ao que ela fala ser um conflito interno e que acontecia nas próprias mentes das mulheres, entre os padrões patriarcais e sua vontade de autonomia e liberdade, “a encrenca cultural”, “transar ou não transar antes de casar”. Ou seja, essa ideia de conflito atravessa as esferas do público e do privado. A própria maneira de expressão de Clair, desafiadora, provocativa, bem humorada, mostra um “lugar de fala” feminista, que é uma tomada de partido nas relações de poder que atravessam nossa sociedade⁷.

Como coloca Susan Okin (2008), esta questão do público e do privado é muito importante para os estudos feministas e de gênero, pois tudo que diz respeito às mulheres foi considerado por longo tempo na cultura ocidental como relativo ao privado e, portanto, como algo que estaria fora da política. O feminismo fez essa operação de borrar tais fronteiras, afirmando-as como

7. Sobre isso ver RIBEIRO, 2017.

fantasiosas, como fronteiras artificiais (TODARO, 2004), ao trazer questões vistas como “privadas” para a cena pública, percebendo as intensas ligações entre as formas de exercício do poder no campo social e as relações de gênero (OKIN, 2008). Assim, a questão “transar ou não transar antes do casamento” relaciona-se com a autonomia das mulheres, com as políticas públicas sobre os direitos reprodutivos, com as formas de violência exercidas contra as mulheres no âmbito do “privado” – chamada de “violência doméstica”, que no fundo são permissões públicas para o exercício da violência contra as mulheres.

Outras entrevistadas pensam conflito social como algo amplo, que envolve também as questões de classe social, e colocam o feminismo como parte de uma proposta de Revolução. Lembramos da palavra de ordem de tantas manifestações feministas: *Feminismo é Revolução*⁸. É isso que nos conta Maria Amélia Teles:

Olha, não é o feminismo que é um conflito social. O conflito social tá aí. [...] Eu acho que o feminismo é um movimento revolucionário, no meu modo de ver. Ele é um movimento que defende mais da metade da humanidade, que as mulheres são a maioria da humanidade. Agora, como o poder tá na mão dos homens, eles é que criam o conflito, porque o que nós reivindicamos é o nosso direito. Só. (TELES, 2017:19)

É preciso contextualizar as trajetórias e os espaços ocupados pelas mulheres que entrevistamos. Maria Amélia, mais conhecida como Amelinha, nasceu em 1944 e foi militante do PCdoB durante o período da Ditadura, quando este partido defendia inclusive a luta armada para a revolução. Foi presa em dezembro de 1972 e torturada repetidas vezes. Após sua saída da prisão, em junho de 1973, retomou⁹ seu engajamento com grupos de familiares de presos políticos, tornando-se uma militante dos Direitos Humanos, denunciando os abusos da Ditadura. Também envolveu-se desde os anos 1970 com o movimento feminista, sendo uma das fundadoras da União das

8. Para ver o uso dessa palavra de ordem, assista ao vídeo da Marcha das Vadias em Florianópolis, publicado pelo Coletivo Maruim em de 17 de agosto de 2015.

9. Já fazia parte da Comissão de Familiares de Presos Políticos na década e 1960, quando da prisão de seu pai, Jofre de Almeida. Informação disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPDL0054-1996.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Mulheres Brasileiras – UMB, onde atua até hoje. Participou, na década de 1970, da editoria dos jornais *Brasil Mulher* e *Movimento*. Participou também da coordenação dos Congressos da Mulher Paulista (1979, 1980 e 1981) e do Movimento de Luta por Creche. Publicou vários trabalhos sobre feminismo e o contexto da Ditadura (TELES; LEITE, 2013; TELES 2017, entre outros).

Para Amelinha, o feminismo somente tem sentido na construção da transformação social, da revolução, e, se isso traz conflito, é uma consequência esperada da reivindicação de direitos que afrontam o “poder que tá na mão dos homens” (TELES, 2017:19). Os direitos das mulheres implicam, assim, uma “perda” de poder para os homens, que são a minoria da humanidade. Amelinha não entra na questão do privado durante a entrevista concedida à equipe do LEGH; para ela, essa questão é coletiva, é pública, é uma questão de direito, de cidadania.

Para além das intersecções com os conflitos de classe, destacados por Amelinha, o potencial revolucionário do feminismo também diz respeito ao combate ao racismo. Esse conflito que atravessa a sociedade brasileira, inclusive o próprio feminismo, mas de dentro. Nilma Lino Gomes explica como o movimento de mulheres negras traz à tona mais esse conflito, como tensiona o debate político em todos os níveis:

Então eu aprendi isso com o movimento de mulheres negras, questionando o movimento negro, e os homens do movimento negro, e questionando o movimento feminista, e as mulheres brancas do movimento feminista. Porque também não havia espaço para a discussão racial, e nem, tampouco, espaço para a presença e liderança de mulheres negras no movimento feminista. Isso já tem estudos escritos, agora na prática é isso mesmo. É isso que acontecia, é isso que aconteceu, e esse movimento de mulheres negras, ele é... tensionava, ele tensionou, e até hoje tensiona. O movimento feminista e o movimento negro. (GOMES, 2017)

Nilma Lino Gomes é educadora, pedagoga, nascida em 1961, professora da UFMG, com destacada posição de combate ao racismo no Brasil. Suas pesquisas de mestrado e doutorado foram sobre mulheres negras. Ela foi a primeira mulher negra a comandar uma universidade pública Federal no

país, quando nomeada reitora da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) em 2013. Foi nomeada em 2015 Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) que, em decorrência da reforma administrativa em setembro daquele ano, foi incorporada ao novo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos¹⁰. Nilma permaneceu no cargo até o dia do afastamento de Dilma pelo Senado Federal, em decorrência do golpe em 2016. Além de publicações acadêmicas e reportagens em portais, também é autora de literatura infantojuvenil.

A partir de sua posição destacada em espaços institucionais, Nilma indica o espaço fulcral dos debates que entendemos como interseccionais. Ela, por sua vez, quando atuava no Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, ocupou espaço privilegiado para pensar e estabelecer esses diálogos, e pensar a importância das questões de gênero nas relações de poder no Estado. Conseguimos perceber o caráter conflituoso da misoginia mobilizada pelo golpe de 2016, conflito que envolve diretamente as lutas e teorias feministas, em sua entrevista:

Quando fui para a SEPPIR e, depois, o novo Ministério, que foi a junção: Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos. Então, nas relações de poder a questão do feminismo, a questão de gênero apareceu com muito mais força pra mim, associada à discussão racial. Por que aí quem é você, que lugar é esse? Participar do mandato da presidenta Dilma e viver o que a presidenta Dilma sofria de misoginia, dentro das relações de poder, na esquerda, na direita, no centro, ou seja, no lugar que ela estava, no Congresso, depois viveu o golpe, e viver todo aquele processo de misoginia do golpe... Isso para mim tem sido nos últimos anos da minha maturidade um intenso aprendizado. E com isso eu busco mais, leio mais, me aproximei mais da teoria feminista, do universo feminista, até mesmo por função de ofício. (GOMES, 2017)

Não temos aqui espaço para explorar essa questão de maneira mais abrangente, mas é certo que o feminismo negro trouxe para o debate

10. Que passa por outra reorganização e é incorporada em 2017 ao Ministério dos Direitos Humanos, já sem destinação de recursos para continuidade de suas ações.

feminista um outro conflito, que se incorporou e deu ainda mais potencial transformador ao feminismo brasileiro¹¹.

A partir de outra perspectiva bastante institucional, mas sem foco tão evidente nas interseccionalidades, a advogada Silvia Pimentel também percebe a centralidade das relações de gênero nas relações de poder, e entende o movimento feminista com um potencial transformador: “[...] *eu sempre vi o movimento feminista muito engajado com as lutas, muito crítico, um movimento de esquerda propriamente dito, no melhor sentido da palavra. Muito antenado.*” (PIMENTEL, 2017). *Silvia, nascida em 1940, professora da PUC-SP desde 1973, teve importância destacada nos anos 1980, em todo o processo de construção da redemocratização do país e de conquistas de espaços institucionais para as mulheres. No período entre 2005 e 2016 foi representante do Brasil no Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, da Organização das Nações Unidas (CEDAW/ONU), e em 2011/2012 presidiu o Comitê. No Brasil, na década de 1980, foi conselheira (SANTOS, 2006) do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo, fundado em 1986 (COMEGNO, 2003)¹², e fazia parte do grupo feminista do PMDB. É fundadora e membro do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM – 1987), e também fundadora e membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR – desde 1992). Silvia é, ainda, coordenadora do Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade da PUC-SP. Sua inserção bastante institucionalizada, como podemos perceber, não afasta sua concepção de feminismo de um movimento engajado com as lutas, crítico, transformador; quer dizer, político. Características que associamos, no projeto, com a noção de conflito social.*

Para outras militantes feministas atuantes nas esferas da política institucional, contudo, pontos de vista diversos sobre o feminismo se apresentam. Para Eva Alterman Blay por exemplo, que não associa o conceito de movimento social necessariamente com conflito, o feminismo não foi conflito:

11. Sobre alguns dos conflitos que envolvem o feminismo negro no contexto brasileiro e latino-americano, ver Gonzalez, 2011.

12. Eva Alterman Blay data a fundação do CECF de São Paulo em 1985 em Blay, 2013.

Eu entendo que o feminismo era um movimento social, não era conflito. Era um movimento de construção. É assim que eu entendo. Conflito no meu dicionário, na minha linguagem, é alguma coisa a qual você se contrapõe, até fisicamente. Mas não é isso. O movimento feminista é um movimento de propostas, claro, você vai para a rua, você coleta assinaturas, você dialoga. Mas não era conflito, que conflito? (BLAY, 2017)

Eva Alterman Blay é professora titular sênior da Universidade de São Paulo (USP) da área de Ciências Sociais. Nascida em 1937, foi eleita em 1986 primeira suplente do senador Fernando Henrique Cardoso, substituindo-o quando ele foi Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e Ministro da Fazenda (1993-1994) no governo Itamar Franco. Vitorioso no pleito de 1994, o titular renunciou ao mandato para assumir a Presidência da República. Assim, ela foi efetivada senadora pelo estado de São Paulo, completando o mandato que se encerraria em janeiro de 1995. Nunca mais concorreu a cargo eletivo. Sua atuação como senadora foi bastante focada na saúde das mulheres, planejamento familiar e no debate de tópicos como o aborto. Eva Blay tem uma trajetória muito atuante no âmbito institucional. Fundou o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da USP, e foi a primeira Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de Paulo (1983-85). Hoje coordena o USP MULHERES/ONU¹³.

Talvez por não estar ligada a partidos de esquerda, embora tenha se posicionado claramente contra a Ditadura, a palavra conflito para ela parecia incomodar e negar um conteúdo construtivo e dialógico do feminismo. Seria uma perspectiva do feminismo mais ligada aos aparelhos estatais, um movimento focado em ações como pedir assinaturas para leis, e não concentrado em afrontar ou confrontar. Esse feminismo que fez o “lobby do batom”¹⁴ na Constituinte de 1988, e que se aliou aos feminismos de cunho mais populares, teve também grande importância no período estudado e

13. Informações retiradas do sítio da FAPESP <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87380/eva-alterman-blay/> e da página do CPDOC FGV <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/blay-eva>. Acessos em: 07 jul. 2018.

14. Liandra Lima Carvalho (2017:136) define o “Lobby do Batom” da seguinte forma: “toda uma articulação realizada entre o movimento feminista brasileiro e a banda feminina do Congresso Nacional, que tinha como meta: a participação junto ao processo constituinte para que a Constituição Federal de 1988, ratificasse a cidadania às mulheres brasileiras.”

obteve importantes conquistas para as mulheres como sujeito político. O fato de várias feministas não entenderem sua prática política em termos de conflito, não tira, porém, o conteúdo revolucionário do feminismo, quando percebemos em diferentes frentes de luta seu potencial de transformação social.

O feminismo contemporâneo na historiografia recente no Brasil

A partir dessas interpretações sobre o(s) feminismo(s), pensamos em procurar o que estudiosas que têm trabalhado e escrito sobre esse movimento social contemporâneo pensam sobre essa noção de conflito social, de como o feminismo abala estruturas sociais e transforma relações sociais, instituições, culturas e crenças. Abordamos aqui apenas algumas das obras sobre a temática, esforço que deve ser expandido em outra oportunidade. Trata-se de uma história do presente, de uma história que está sendo aos poucos construída e reinterpretada, numa espécie de feminismo acadêmico na busca por incluir as mulheres como protagonistas em uma história que quase sempre as excluiu. Como diz Margareth Rago (1995/1996:15-18):

E o feminismo? Por que a história e a memória do feminismo? Certamente, o feminismo coloca o dedo nesta ferida, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações. Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes. O feminismo denuncia e critica. Logo, deve ser pensado e lembrado.

Se formos olhar os livros de história do Brasil, com raríssimas exceções, quase nunca se referem ao feminismo como movimento social importante no contexto do período da Ditadura iniciada em 1964 e que se estende até 1985. Há, porém, uma historiografia feminista que analisa especificamente os movimentos de mulheres, as questões de gênero e sexualidades, e o próprio movimento feminista neste período. É deste conjunto de obras que estamos tratando aqui.

Um dos primeiros livros a apresentar uma proposta de “história do feminismo brasileiro”, que incluisse o feminismo dos anos 1960, 70 e 80, foi o livro de Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve História do Feminismo no Brasil*, publicado significativamente na Coleção “Tudo é História” da Editora Brasiliense¹⁵. Para essa autora, que também foi entrevistada em nossa pesquisa, pois é uma conhecida militante feminista:

Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. (TELES, 1999 [1993]:10)¹⁶

Ou seja, mesmo que ela não utilize a palavra “conflito”, para Maria Amélia, o feminismo é um movimento de transformação radical da sociedade, o que interpretamos que implica uma “contraposição radical” ao poder patriarcal. No livro, a autora coloca na história do feminismo as rebeldias de mulheres desde o Brasil Colônia, as lutas pelo voto, a luta de resistência à ditadura, contra a carestia, os grupos e jornais feministas que se organizaram nos anos 1970 e 80. Para ela, não havia, aparentemente, naquele momento, uma distinção fundamental entre movimento de mulheres e feminismo, como aliás é uma das características do feminismo latino-americano, segundo Sonia Alvarez (1998).

Uma outra síntese foi empreendida por Céli Regina Pinto, historiadora e cientista política, professora da UFRGS, em seu *Uma história do feminismo no Brasil* (2003). Essa autora estabelece dois momentos fundamentais para o feminismo, o momento de busca pela cidadania, de finais do século XIX

15. Segundo informações disponíveis na Wikipédia (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cole%C3%A7%C3%A3o_Tudo_%C3%A9_Hist%C3%B3ria Acesso em: 08 set. 2019), “A coleção *Tudo É História* é uma série de livros de formato de bolso lançada e editada pela Editora Brasiliense desde a década de 1980. Desde então, formou-se um farto acervo de obras sobre História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil (Colônia, Império e República) e da América, além de pré-História, escritas por importantes historiadores brasileiros.” No sítio da editora (disponível em <http://www.editorabrasiliense.com.br/cat-colecao-tudo-historia.php> Acesso em: 08 set. 2019) estão disponíveis 80 títulos da coleção, inclusive *Breve história do feminismo no Brasil* de Maria Amélia de Almeida Teles.

16. Este livro foi reeditado, junto com outros ensaios em 2017.

a 1932, com a conquista do voto feminino, e um segundo momento que se inicia em plena ditadura militar. Céli Pinto chama atenção especialmente para esse “segundo momento”, narrando de forma sintética, mas de maneira articulada, as conquistas e as transformações de um movimento que vem da ditadura e que aos poucos ganha espaço institucional através de ONGs, da luta por espaço político junto aos governos e na Constituinte de 1988. Apesar de seu conteúdo transformador, essa narrativa de institucionalização parece levar a uma visão deste feminismo como algo que vai perdendo seu caráter de conflito social, bem como seu potencial revolucionário.

Ana Alice Alcântara Costa, em texto publicado em 2009, percebe a trajetória do feminismo brasileiro durante o regime militar calcada em seu “enfrentamento com o autoritarismo de um Estado repressor bem como o conservadorismo e sectarismo das organizações vinculadas a um pensamento de esquerda” (COSTA, 2009). Quer dizer, em sua percepção, o conflito não apenas estava presente, como era múltiplo e envolvia não só o inimigo óbvio, direto, que seria o Estado, como também as próprias organizações de luta contra a Ditadura nas quais as militantes feministas estavam também engajadas. Assim, a autora tenta, de certa maneira, resgatar esse caráter revolucionário do feminismo. Ana Alice Costa, cientista política, era professora na UFBA e uma das coordenadoras e fundadoras do NEIM, Núcleo de Estudos e Informação Mulher, em Salvador/BA.

Em “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”, Joana Maria Pedro mostra como a própria historiografia sobre o feminismo brasileiro está inserida em conflitos e disputas:

Há uma narrativa de ‘origem’ do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Fala de poderes e conflitos. (PEDRO, 2006:250)

A própria noção de “renascimento” do movimento feminista, implica, por um lado, uma continuidade com relação a um feminismo sufragista anterior a um momento de “esfriamento” do movimento, que seria o momento após a conquista do voto, e, por outro, essa ruptura ou “congelamento” das lutas feministas, pode ser também bastante controversa. Estudos recentes mostram a atuação de feministas brasileiras após 1932 e antes de 1975, e também a atuação política de mulheres (não necessariamente feministas) que existiu durante todo este período. Estas são questões que não poderemos explorar aqui, mas que lançamos para o debate.

Algumas considerações

Os feminismos de nossa geração, aqueles que poderiam ser classificados como herdeiros dos feminismos reconhecidos como de “segunda onda”¹⁷, aqueles que nas palavras de nossa entrevistada Maria Amélia de Almeida Teles (2017:20) “vieram para ficar”, reivindicando pautas que são hoje ainda de uma atualidade assombrosa, se organizam como movimento social, político e filosófico em um momento de profundas transformações (MELLO; NOVAIS, 1998) no âmbito cultural brasileiro¹⁸.

Os debates e o ideário feministas, reunidos na noção de emancipação das mulheres, circularam para muito além das militantes feministas, inclusive entre mulheres que não se declaravam feministas. Às vezes se declaravam, inclusive, antifeministas. Anette Goldberg relata, sobre sua experiência de retorno ao Brasil após o exílio, um estranhamento ao perceber que as “novas mulheres”, aquelas que aderiam a práticas e costumes associados ao feminismo fora do Brasil, não se consideravam feministas: “[...] várias das que eu apressadamente tendia a etiquetar como ‘feministas’ se referiam ao feminismo como ‘coisa de sapatão’ ou como movimento de esquerda fechado

17. Sobre a noção de ondas para a discussão do movimento feminista brasileiro, ver; Crescêncio; Pedro, 2016.

18. Essas transformações nos costumes das famílias, os questionamentos sobre as expectativas de gênero e os novos pontos de vista que jovens traziam sobre as convenções sociais foram muito abordadas no período pela colunista feminista da *Revista Claudia*, Carmen da Silva. Exemplo de artigo nesse sentido pode ser encontrado em “As santas prisioneiras do amor” (SILVA, 1974:143-145). Para pensar no conjunto dos escritos da colunista, recomendamos a leitura de Duarte, 2005.

e careta.” (GOLDBERG, 1989:1-2)¹⁹. Contudo, as reverberações do feminismo na vida de muitas mulheres brasileiras (inclusas aí algumas autodeclaradas antifeministas) parecia para ela, em seu retorno ao país, muito evidente.

Então temos um cenário, por exemplo entre o final da década de 1970 e começo da de 1980, em que o feminismo era tão bem aceito como sinônimo de avanço e de modernidade, que era possível termos na televisão uma protagonista de minissérie, mãe de família, declaradamente feminista²⁰, ou ainda um programa como o *TV Mulher*, voltado a questões específicas das mulheres, ambos transmitidos pelo canal de televisão de maior audiência no país. Esse contexto não durou tanto tempo e, no âmbito da cultura, no decorrer da década de 1980 e entrando na de 1990, o feminismo foi cada vez mais aceito como algo antigo, ultrapassado, radical e desnecessário (MELLO, 2019). Nos discursos da cultura de massa e da grande mídia, o ideário feminista parecia ter perdido seu sentido. Isso ocorreu apesar de sua crescente inserção dentro dos aparelhos do Estado no processo de democratização, da institucionalização em ONGs, do crescimento da ciência feminista nas universidades e da proliferação de ações ligadas às Nações Unidas com foco nas especificidades das mulheres. Foi apenas quando dos acontecimentos que ficaram marcados como Primavera das Mulheres²¹, a partir de 2015, que pudemos observar novamente uma popularidade tão

19. Debate semelhante é encontrado em outubro de 1976 em artigo de Carmen da Silva, intitulado “Porque sou feminista”. Nele, ela demonstra compreensão para com as mulheres emancipadas ou preocupadas com a igualdade que não se diziam feministas, porque se colocar como feminista não era uma situação tranquila ou bem-quista em 1976. Entretanto, é interessante que ela aponta essas mulheres como feministas, independente do fato de não se declaram abertamente assim (SILVA, 1976:169-175).

20. *Malu Mulher* foi uma série de televisão brasileira apresentada pela Rede Globo de 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980, criada e dirigida por Daniel Filho. Segundo o sítio da Globo, “Retratava a condição da mulher brasileira no final dos anos 1970 através do cotidiano de Malu, uma socióloga paulista, divorciada e mãe de uma menina de 12 anos.” O seriado foi ao ar em anos em que os feminismos estavam em pauta nos meios de comunicação no país e, a identificação da protagonista como feminista, assim como a abordagem complexa de temáticas polêmicas como o aborto, fazem da série ainda hoje uma das mais importantes referências da televisão aberta brasileira quando se pensa em tópicos feministas. Para mais informações sobre a série, pode-se acessar o sítio da Rede Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

21. O primeiro capítulo da dissertação de Luana Borges Lemes (2018), traz um importante apanhado sobre a Primavera das Mulheres.

premente das reivindicações feministas no país, como se vê no capítulo “A primavera das mulheres’ nos impasses atuais da democracia no Brasil”, neste volume.

Contudo, apesar dessa resistência aos feminismos na cultura popular, bastante evidente nos anos 1990 e 2000, importantes avanços em suas pautas podem ser observados, quando analisamos dados estatísticos, desde as décadas de 1960 e 1970. Quer dizer, nossa perspectiva da presença do feminismo no Brasil durante a Ditadura civil-militar como foco de importante e significativo conflito social está embasada, também, em dados estatísticos. Através deles podemos observar importante crescimento, a partir exatamente das décadas de 1960 e 1970, da participação das mulheres na chamada esfera pública, em espaços anteriormente bastante inacessíveis a elas, principalmente àquelas casadas.

Por exemplo, entre 1970 e 2000, as mulheres brasileiras passam de 25,6% da população total com nível universitário para 52,8%, ultrapassando os homens (GUEDES, 2008:124). A taxa de participação das mulheres na população economicamente ativa, segundo o Censo (PINHEIRO, 2012), sobe de 11,68% em 1960 para 44,58% em 2010²². Acompanhando o crescimento da participação das mulheres no trabalho na esfera pública, temos uma queda na taxa de fecundidade, de 1970 para 2010, de 5,8 para 1,8 filhos em média por mulher brasileira (PINHEIRO, 2012:39). A proporção de mulheres chefes de família cresce, entre 1980 e 2010, de 17% para 35% (PINHEIRO, 2012:49).

Apesar disso, em 2018, as mulheres brasileiras ainda dedicavam 18,1 horas semanais a fazeres domésticos, enquanto os homens somente 10,5. As mulheres ainda têm rendimentos em média quase R\$ 600,00 menores que os dos homens, elas são apenas 10,5% (contra uma taxa mundial de 23.6%) da representação política e ocupam apenas 39,1% dos cargos gerenciais (IBGE, 2018:1), apesar de possuírem maior escolaridade (23,5% contra 20,7% deles com ensino superior). Elas são também a maioria de desempregados, com índice de 13,4%, contra 10,5% entre os homens. Os dados da violência são

22. Precisamos considerar problemas na própria geração desses dados: as perguntas feitas, os pressupostos culturais e o treinamento das pessoas que trabalharam nos Censos, que são históricos e tendiam, mais no passado do que na atualidade, a invisibilizar o trabalho das mulheres. Ainda assim, são dados chocantes (PINHEIRO, 2012:32).

absolutamente alarmantes. Segundo levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado em 2015, a taxa de feminicídios no Brasil era a quinta maior do mundo (ONU, 2016).

Além das permanências, temos ainda problemas com as invisibilidades, com violências não nomeadas ou não entendidas pelas vítimas como violências, e com carência de dados sobre muitos aspectos das vidas das mulheres. Apesar disso, os feminismos conquistaram importantes avanços no que se refere a políticas públicas desde a década de 1960 no Brasil, como o Estatuto da Mulher Casada (1962), a Lei do Divórcio (1977), a inclusão dos debates de gênero na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (1996), a Lei Maria da Penha (2006), e uma série de políticas públicas voltadas à saúde das mulheres ou, então, políticas públicas voltadas à distribuição de renda e ao bem-estar familiar que agregaram qualidade de vida diretamente às mulheres, por serem elas as responsabilizadas, tradicionalmente, pelos cuidados com a família.

Em muitos sentidos esses próprios avanços, que estão em setores seletivos (não são generalizados, não temos avanços em todas as frentes de luta) serviram de justificativa para a percepção de que o feminismo era uma preocupação antiga, e que as mulheres já haviam alcançado a igualdade. Os setores nos quais percebemos profundas permanências, como a violência, a divisão de tarefas no lar, o estigma do emprego doméstico (que intersecciona gênero, classe e raça), o direito ao próprio corpo e ao aborto, a representatividade política e outras pautas com ínfimos avanços ou mesmo com retrocessos que poderiam ser elencadas, são um lembrete vivo da importância das lutas e reivindicações feministas. A (re)emergência do conservadorismo, dos ideais de família tradicional e a força de grupos religiosos fundamentalistas tensionam ainda mais, em nossos dias, e com maior potência após o Golpe de 2016 (por esses grupos se sentirem, agora, legitimados), as demandas feministas e a própria existência do feminismo como filosofia e movimento legítimo perante a lei. É, portanto, em um contexto de profundas ameaças a todas as instituições democráticas que não podemos negar a proeminência dos feminismos como foco de conflito social no Brasil contemporâneo.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-285, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 06 jul. 2018.
- BLAY, Eva. 50 anos de feminismo no Brasil: reflexões sobre uma história pessoal e coletiva. *Labrys, Estudos Feministas*, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys23/libre/eva.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- BLAY, Eva. Entrevista concedida a Claudia Regina Nichnig. Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 02/08/2017. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Alina Nunes. Revisada por Laura Carvalheira. 13p.
- CARVALHO, Liandra Lima. A influência do “Lobby do Batom” na construção da Constituição Federativa de 1988. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades UNIGRANRIO*, v. 18, n. 44, p. 136-150, 2017.
- COELHO, Clair Castilhos. “Quem é esta criatura?”. Clair Castilhos: A tarefa é transformar, palavra de mulher! [Blog]. s/d. Disponível em: <https://claircastilhos.wordpress.com/quemsou/>. Acesso em: 06 jul. 2018.
- COELHO, Clair Castilhos. Entrevista concedida a Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, SC, Brasil, 02/10/2017. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Glenda Lunardi. Revisada por Laura Carvalheira. 21 p.
- COLETIVO MARUIM. Na Marcha das Vadias, mulheres reivindicam o direito ao próprio corpo [Florianópolis, SC, Brasil]. *YouTube*. 17/08/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Y7V_xj5tx4. Acesso em: 23 set. 2018.
- COMEGNO, Maria Cecília. SPMulheres em dados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 91-103, dez. 2003.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *Labrys, Estudos Feministas*, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: Idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo 'bom para o Brasil'. In: *Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero – USP, 1989, p. 1-2.
- GOMES, Nilma Lino. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello e Binah Ire. Florianópolis, SC, Brasil, 02/08/2017. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Adaiza Gomes.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011.
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, 2008.
- IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. [Informações atualizadas em 08.06.2018] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.
- JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.
- LEMES, Luana Borges. *Novas práticas de maternagem e o feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe*, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.
- LOLLATO, Simone. *Mulheres na Política: Trajetórias das Vereadoras Titulares de Florianópolis/SC (Brasil)*. 2016. Tese (Doutorado Interdisciplinar em

Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

MELLO, Soraia Carolina de. Claudia nas décadas de 1970-1980 – Feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e51203, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-026X2019000200208&lng=pt&rm=iso. Acesso em: 19 ago. 2019.

MELLO; João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

OBERTI, Alejandra. “La memoria y sus sombras”. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana (comp.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006, p. 73-110.

ONU. Nações Unidas Brasil. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. *nacoesunidas.org*. Publicado em 09/04/2016, atualizado em 12/04/2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em 07 jul. 2018.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/So104-026X2008000200002>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, v. 15, p. 398-405, 2011.

- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- PIMENTEL, Sílvia. Entrevista concedida a Claudia Regina Nichnig. Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 31/07/2017. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Gabriel Simon Machado. Revisada por Isadora Durgante Korzen. 20 p.
- PINHEIRO, Joel Carrion. *Trabalho feminino no Brasil: análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS, 2012.
- PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth L. Adeus ao feminismo. Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 1-33, 1995/1996.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 401-426, dez. 2006.
- SILVA, Carmen da. As santas prisioneiras do amor. *Claudia*. São Paulo, Ano XIII, n. 148, p. 143-145, jan. 1974.
- SILVA, Carmen da. Porque sou feminista. *Claudia*. São Paulo, Ano XVI, n. 181, p. 169-175, out. 1976.
- TELES, Maria Amélia Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1993].
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Cintia Lima Crescêncio, Luísa Dornelles Briggmann e Elaine Schmitt. Florianópolis, SC,

Brasil, 03/08/2017. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Elaine Schmitt. 23p.

TODARO, Rosalba. Introducción general – Ampliar la mirada: trabajo y reproducción social. In: TODARO, Rosalba; YÁÑEZ, Sonia. *El trabajo se transforma: relaciones de producción y relaciones de género*. Santiago: CEM, 2004, p. 15-32. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/47315/1/9567023131.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Projeto de pesquisa. CAPES: Edital 12/2015, Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe; CRESCÊNCIO, Cintia Lima; PEDRO, Joana Maria. “Ondas, mitos e contradições: feminismo em tempos de ditaduras no Cone Sul”. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte (org.). *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 53-69.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA, UM ARQUIVO DOS FEMINISMOS DAS DITADURAS DO CONE SUL?

Janine Gomes da Silva

Início este texto com as mesmas questões que formulei ao participar das III Jornadas do LEGH, intitulada “Feminismo e Democracia”. Seria possível dizer que o acervo abrigado no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) pode ser caracterizado como um Arquivo? E, ainda, que a partir do seu *corpus* documental poderíamos compará-lo a um arquivo dos feminismos das ditaduras do Cone Sul? Seria muito ambicioso perspectivá-lo deste modo? Estas questões me inquietam desde que passei a integrar a equipe deste Laboratório, principalmente, a partir do momento que passei a me interessar pela organização das diferentes fontes de pesquisa que, ao longo dos anos, foram guardadas na sala do laboratório. Assim, ao mesmo tempo que desenvolvo pesquisas relacionadas ao Cone Sul¹ e participo das atividades do Laboratório², também procuro me dedicar a pensar o LEGH como um acervo³.

1. Projeto de pesquisa “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina)”, financiado pelo CNPq.

2. Sobre as atividades do LEGH, ver: <http://www.legh.cfh.ufsc.br>

3. Neste sentido, salienta-se que algumas reflexões presentes neste texto foram publicadas anteriormente, ver: Silva; Pedro; Wolff, 2018; e Ire; Silva, 2019.

Já adianto que a documentação sobre a qual vou falar não caracteriza um modelo clássico de arquivo e está muito mais próxima da discussão de acervos acadêmicos de pesquisa ou de centros de documentação e pesquisa. Mas, a ideia de pensar o LEGH como um “arquivo” é tentadora. Embora nos últimos anos a discussão conceitual no campo dos arquivos tenha se ampliado, segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, o arquivo, entendido como um fundo documental é um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Arquivo Nacional, 2005:27). Neste sentido, como poderemos ver mais adiante, a maior parte de nossa documentação – exceto o acervo de entrevistas orais – não foi produzida pelo LEGH. Mas, ousou dizer, tornou-se um arquivo importante para pesquisadoras/es dedicadas/os, especialmente, aos estudos sobre gênero, feminismos e ditaduras em diferentes países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Uma história do LEGH

Desde março de 2004, uma equipe de pesquisadoras/es do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC⁴ vem desenvolvendo junto ao LEGH, pesquisas que tematizam o período das ditaduras civis-militares no Cone Sul a partir de perspectivas de gênero. Estas pesquisas, inicialmente, procuraram constituir uma narrativa histórica sobre o período de ressurgimento do movimento feminista no Brasil, chamado de “Segunda Onda”, a partir de meados dos anos 1970, focalizando a maneira como, apesar da ditadura e dos preconceitos antifeministas, muitas mulheres e alguns homens começaram a se pensar como feministas no período de 1964 a 1985. Para tanto, mapearam a maneira como estas ideias circularam; perceberam como foi o contato com a circulação de ideias do feminismo

4. No início, integravam a equipe as professoras Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro e Roselane Neckel (até 2017), juntamente com bolsistas de Iniciação Científica, mestrandas/os, doutorandas/os e pós-doutorandas/os. E, a partir de 2011, também começou a fazer parte da equipe a professora Janine Gomes da Silva.

a nível nacional e internacional; observaram os livros que o estavam divulgando; perceberam a participação em movimentos sociais e o contato com pessoas que influenciaram no sentido de constituir uma identificação com o feminismo. Também problematizaram a participação das mulheres e os usos do gênero e das emoções na resistência às ditaduras, seja em movimentos de luta armada, seja em organizações de direitos humanos, no Cone Sul. Todo o material coletado sobre o feminismo no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, a partir de diferentes pesquisas⁵, vem propiciando várias análises, possibilitando um estudo comparativo com outros países, em especial aqueles do Cone Sul, que, como o Brasil, viveram períodos de ditaduras. Nesta comparação, observam-se como se constituíram os vários grupos feministas, como atuaram, suas relações com as ditaduras e os movimentos de resistência a estas, seus processos de constituição de identificação e de diferença, entre outros temas.

Trabalhamos com uma perspectiva de história cruzada ou comparada (HAUPT, 1998) e, apesar de a maioria de nossas pesquisas viajar por todo o Cone Sul, nosso ponto de partida é a ditadura civil-militar brasileira instaurada em 1964 e que marcou profundamente a história do país no século XX. Assim, é bom lembrar, que mesmo antes das novas abordagens transnacionais, as/os pesquisadoras/es do LEGH, ao se dedicarem às ditaduras destes diferentes países, já trabalhavam com esta perspectiva de história e, muitas vezes, trabalhar de maneira comparativa não é fácil. Como lidar com movimentos diferentes? Como problematizar movimentos de esquerdas que se constituíram de maneira diferente em seus países distintos? E como as

5. Entre outros, destacam-se os seguintes projetos: Movimentos de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989); Do feminismo ao gênero – circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008); Gênero, feminismo, mulher e mulheres: apropriações no Cone Sul (1960-2008); e, Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008), coordenados por Joana Maria Pedro. O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989; Lágrimas como bandeira: emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul; Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas (1964-1985); e, Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul, coordenados por Cristina Scheibe Wolff. E, Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re) significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai); e Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina), coordenados por Janine Gomes da Silva. Estes projetos tiveram apoio do CNPq.

experiências de clandestinidade e exílio atuou naquilo que seria característica de um ou outro país? Várias foram as dissertações e teses produzidas por integrantes do LEGH nestes últimos anos que cotejaram fatos e documentos de um ou mais países do Cone Sul e, de certo modo, nos lembram as palavras de Jürgen Kocka (2014:279): “comparação em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente com respeito a suas similaridades e diferenças de modo a alcançar certos objetivos intelectuais”. E é esta maneira de trabalhar articulando histórias de países diferentes, mas que tiveram as ditaduras como um marco comum, que possibilitou ao nosso Laboratório o acúmulo de um acervo documental tão rico e diversificado. Possivelmente, mais uma contribuição desta perspectiva de trabalhar com a história, pois, ainda de acordo com Jürgen Kocka (2014:281), “a comparação pode ter um efeito de ‘desprovincialização’, uma liberação, um efeito de abrir os olhos, com consequências para a atmosfera e o estilo da profissão”. Evidentemente, temos acervos riquíssimos nos diferentes países do Cone Sul que pesquisamos, mas no LEGH, juntamos um pouquinho de vários. Em nossas visitas, em diferentes espaços de memória – arquivos, museus e centros de documentação e pesquisa, no Brasil, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, na Bolívia e no Chile, fomos, aos poucos, selecionando documentos de diferentes momentos, desde os golpes militares até os respectivos períodos de redemocratização. Na tabela abaixo, podemos visualizar as datas das ditaduras e o final destas.

Tabela 1. Períodos das ditaduras nos países do Cone Sul

Países	Golpe militar	Redemocratização
Argentina	1966 e em 1976	1973 e em 1983, respectivamente.
Brasil	1964	1985
Chile	1973	1988 (1990?)
Paraguai	1954	1989
Uruguai	1973	1985
Bolívia	1964	1982 (com interrupções).

Fonte: Dados extraídos de SADER; JINKINGS, 2006.

Falar desta perspectiva comparativa é importante, pois nossas pesquisas mostraram que esta unidade de conjuntura foi marcada pela circulação de pessoas (militantes da resistência e simpatizantes dos regimes) e a existência de relações entre os dirigentes destes países, evidenciados pelo chamado Plano ou “Operação Condor”⁶.

Neste longo período da história do Cone Sul, de meados da década de 1950 ao final da década de 1980, o medo fez parte das experiências de diferentes homens e mulheres que ousaram resistir às ditaduras. Em mais de 10 anos de pesquisa, as referências ao “medo”, tangenciam muitas narrativas e se expressam em muitas fontes documentais, pois, a “cultura do medo” (BAUER, 2012:31), fez parte da estratégia de “implantação do terror” impetradas pelas diferentes ditaduras. As estratégias usadas pelo terrorismo de Estado foram variadas e, de acordo com Caroline Silveira Bauer (2012:31),

Por “estratégia de implantação do terror” entende-se o conjunto das práticas de sequestro, tortura, morte e desaparecimento, assim como a censura e a desinformação e suas conseqüências, principalmente a formação da “cultura do medo”. Essa estratégia pode ser entendida como “projetos”, em seu sentido consciente e racional, pois o terror, como forma de dominação política, foi uma “opção” dos civis e militares responsáveis pelas ditaduras e não uma “fatalidade” ou “imposição” conjunturais.

Estima-se que no período que o terrorismo de estado assolou o Cone Sul, “desapareceram aproximadamente 90 mil pessoas, entre argentinos, chilenos, uruguaios e brasileiros” (BAUER, 2012:29). No Brasil, oficialmente foram 434 casos de mortos e desaparecidos políticos, segundo os resultados apresentados pela Comissão Nacional da Verdade – CNV⁷. Sobre o período da ditadura brasileira, as mais diferentes temáticas vêm sendo pesquisadas e os resultados apresentados pela Comissão podem motivar novas pesquisas⁸.

6. Operação de Inteligência criada no Chile com o apoio da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai que perseguia militantes de esquerda oriundos de qualquer um destes países, onde estivessem. Cf: VERA, 2002:107.

7. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

8. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 e tem por finalidade “apurar graves violações de Direitos Humanos

Para além das informações do mencionado relatório e das inúmeras pesquisas sobre este período da história brasileira, uma vasta documentação poderá ser acessada, possibilitando futuras pesquisas. No Brasil, diferente de alguns países do Cone Sul, os arquivos da ditadura não estão reunidos em um fundo específico⁹. Também, nos últimos anos, uma série de Comissões de Memória e Verdade foram criadas, em diferentes instituições, nos mais diferentes estados do país. Diferentes universidades também buscaram conhecer suas histórias do tempo da ditadura, como por exemplo a UFSC¹⁰. Mas, desde 2004, o LEGH vem contribuindo com a problematização de diferentes histórias das ditaduras no Cone Sul, utilizando-se das mais variadas fontes documentais e a partir de diferentes abordagens metodológicas.

Muitas das pesquisas realizadas no LEGH já foram publicadas e despertam interesse de outras/os pesquisadoras/es para acessar as fontes que coletamos. Com a publicação de vários trabalhos¹¹, esta equipe vem contribuindo com diferentes reflexões sobre o período das ditaduras militares no Cone Sul e, ao mesmo tempo, acumulando um extenso acervo (coleção de documentos, periódicos, entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral, fotografias, entre outros). Neste momento, a documentação pesquisada pela equipe do LEGH apresenta uma mostra de diferentes tipos documentais que foram produzidos pelas ditaduras do Cone Sul. E, a partir de 2011, além de trabalhar com as questões de gênero presentes na pesquisa¹², a diversidade da documentação abrigada no LEGH despertou o interesse em problematizar como estas fontes, de diferentes maneiras, podem contribuir para uma reflexão no campo da memória e do patrimônio, especialmente documental. Deste interesse, emergiu a preocupação em não tratar apenas das Coleções formadas pela pesquisa referentes aos acervos das ditaduras

ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988". Lei n. 12.528, de 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/56-conheca-a-lei-que-criou-a-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em: 07 set. 2019.

9. Especialmente sobre os arquivos da ditadura. Cf.: RODRIGUES, 2015:31-52.

10. Sobre a Comissão da Memória e Verdade/UFSC, ver: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/edada7bc0543da17722b82511ae93e8.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

11. Além de artigos e capítulos de livros, destaca-se as coletâneas publicadas pelo laboratório: PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; WOLFF; VEIGA, , 2011; e, CRESCÊNCIO; SILVA; BRISTOT, 2017.

12. Sobre gênero e feminismos no Cone Sul, ver: PEDRO, 2010:115-137.

do Cone Sul, mas perspectivar a forma como diferentes acervos possibilitam narrativas para o tema das ditaduras ocorridas na América do Sul. Nesse sentido, também começamos a organizar a documentação com vistas a disponibilizá-la no Repositório Institucional da UFSC¹³.

Sobre o acervo do LEGH podemos, resumidamente, dizer que é composto por fotos digitais, fotocópias e documentos originais (geralmente recebidos por meio de doação), de jornais feministas, revistas feministas, jornais e panfletos de grupos de esquerda, partidos e grupos guerrilheiros, dos diferentes países pesquisados. Sobre a imprensa alternativa de esquerda, por exemplo, temos uma coleção de periódicos (nem sempre completa), com exemplares da Argentina (*Izquierda e Estrela Roja*), do Chile (*Compañero*) e do Uruguai (*Vanguardia, Tupamaros, Marcha e Combate*); e, sobre a imprensa feminista da Argentina (*Brujas, Todas, Persona, Mujeres: por fin nosotras*), da Bolívia (*La Escoba*), do Chile (*El Rebelde*), do Paraguai (*La Microfona e Enfoques de Mujer*), do Uruguai (*Ser Mujer, La Cacerola e Cotidiano Mujer*) e do Brasil (*Nosotras, Nós Mulheres, Chanacomchana, Mulherio*). Ainda no Brasil a equipe do LEGH pesquisou em diferentes arquivos e ou centros de documentação, como por exemplo, o Centro da Informação da Mulher (CIM), a União de Mulheres de São Paulo (UM-SP), Centro de Documentação e Memória da UNESP, Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC/PUC-SP) e Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp).

A partir de diferentes viagens de pesquisa, fomos ampliando nosso interesse pelas fontes abrigadas em outros acervos e, aos poucos, copiando diferentes documentos, incluindo-os em nosso acervo. Salienta-se ainda a riqueza de informações presentes em um conjunto documental formado por folhetos, livretos, panfletos e informativos em geral, que inferem sobre diferentes temas, tais como: Políticas públicas para mulheres; Direitos das Mulheres; Enfrentamento à violência contra as mulheres; Mulheres e Meio

13. No momento estamos trabalhando na organização de toda a documentação para disponibilizar no Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem como missão “armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso a produção científica e institucional da UFSC”. Disponível em: <http://www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 25 mai. 2017.

Ambiente; Representação política das mulheres; População e Meio Ambiente; População e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Organização política – trabalhadores rurais; Organização política – Mulheres Camponesas; Organização política – organizações de esquerda; Educação inclusiva; e, Movimentos e ações por memória, verdade e justiça. Também temos no acervo documentos de arquivos policiais, como as cópias do Brasil Nunca Mais, do Arquivo do Terror do Paraguai e do Arquivo de La Plata, na Argentina, ou de arquivos como o da Anistia Internacional. E, ainda, cópias de documentos semelhantes ao Relatório Brasil Nunca Mais, mas dos outros países do Cone Sul, bem como fôlderes diversos sobre direitos da mulheres e eventos relacionados, no Brasil e no exterior. Dos diferentes países pesquisados, ao longo dos anos, trouxemos cópias de uma riqueza de documentos que inferem sobre grupos de trabalho de Direitos Humanos, como por exemplo, do Chile: Centro de Documentação do Arcebispo de Santiago, Comité de cooperación para la paz en Chile, Comisión Interamericana de Derechos humanos, Agrupación Nacional de Familiares de Detenidos-desaparecidos.

Um outro destaque para o nosso acervo é a biblioteca que fomos criando, aos poucos, para dar conta das pesquisas. A necessidade de conhecer as histórias e as particularidades dos diferentes países do Cone Sul que pesquisávamos nos levava a bibliotecas e livrarias. Atualmente, o LEGH conta com uma biblioteca de cerca de 1.700 livros, a maioria originais, com temáticas variadas que incluem as organizações e partidos de esquerda, a história destes países, história das mulheres, sexualidades, relações de gênero, história política, aspectos socioeconômicos, autobiografias e biografias de militantes, coletâneas de entrevistas e testemunhos, literatura relacionada ao período.

Mas, além de uma biblioteca especializada sobre a região estudada e dos documentos (originais e cópias), que compõem nosso acervo acadêmico de pesquisa¹⁴, uma outra coleção que destacamos é a de entrevistas orais. Atualmente, temos um acervo com mais de 230 entrevistas realizadas com

14. Segundo Ana Maria Veiga, “acervos acadêmicos de pesquisa podem ser tomados como arquivos de materiais justificadores da constituição de um ‘saber’ em nível universitário, que reivindica para si um lugar na esfera de ‘poder’ intelectual, transcendendo, ou não, os limites da academia” (VEIGA, 2014:71).

mulheres que foram militantes de esquerda ou feministas de todos estes países nos anos 1960, 1970 e 1980. A coleção também conta com algumas entrevistas realizadas com homens, mas bem poucas, pois as memórias que buscamos “salvaguardar” no LEGH, são das mulheres.

Destacamos a coleção de entrevistas orais pois, de certa forma, podemos dizer, é esta a coleção que possibilita o LEGH se constituir como um “arquivo”, entendido como um conjunto de documentos produzidos e acumulados. E, se a noção de arquivo vem se ampliando, o alcance do acervo de entrevistas do nosso Laboratório também. Atualmente, as entrevistas realizadas nos diferentes países do Cone Sul estão sendo transcritas e organizadas. Observa-se, como já mencionei, que a maioria das entrevistas foi realizada com mulheres e, no caso do Brasil, o acervo aumentou significativamente com as realizadas para o projeto “Mulheres de Luta”¹⁵. Convém ressaltar que, com raras exceções, as entrevistas podem ser consultadas no espaço do Laboratório. Aos poucos, estamos trabalhando na organização para que, futuramente, pelo menos a maioria seja disponibilizada no Repositório da UFSC. Abaixo apresentamos o quadro atualizado de entrevistas do acervo, distribuídas da seguinte forma por países do Cone Sul:

15. “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, projeto de pesquisa coordenado por Cristina Scheibe Wolff, financiado pela CAPES através do Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais.

Quadro 2. Número de entrevistas por países

País	Número de entrevistas
Argentina	23
Bolívia	31
Brasil	102
Chile	29
Paraguai	34
Uruguai	19
TOTAL	238

Fonte: Ire; Silva, 2019.

As entrevistas do acervo do LEGH inferem sobre diferentes temas: militância, resistência, movimentos e organizações de esquerda, feminismos, clandestinidade, tortura, prisões, exílio, maternidade, juventude, trajetórias de vida, associações de familiares de desaparecidos, asilos políticos, sindicatos, movimentos cristãos, leituras feministas, feministas marxistas, marxismo, leituras revolucionárias, periódicos, guerrilha e guerrilheiros, entre outros.

Trabalhar com a metodologia da história oral é também estar atenta/o à subjetividade para poder compreender os discursos que emergem a cada entrevista, pois, como lembra Alessandro Portelli (1996:60), “recordar e contar já é interpretar”. É por meio da subjetividade que os significados são construídos e/ou atribuídos. Diferentes histórias das ditaduras do Cone Sul podem ser conhecidas a partir das entrevistas abrigadas no LEGH. Buscar problematizar gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul também é uma maneira de buscar compreender a história a partir das lembranças e estar sempre ciente da presença do/a narrador/a, embora ele/a não esteja só no seu trabalho de lembrar, pois de uma forma muito concreta, a presença do/a pesquisador/a, exerce um papel importante na utilização da narrativa para uma possível explicação histórica. Trata-se do que Alessandro Portelli (2001:10) chama de “natureza dialógica” do discurso produzido a partir do

trabalho com a história oral, porque ela é criada “não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material”. Desta forma, este discurso dialógico produzido é um dos componentes da complexidade da história oral (PORTELLI, 2001:13).

Mas, é bom lembrar, é a perspectiva feminista que está na base das pesquisas do LEGH para tematizar gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul, pois, gênero para nós é uma categoria teórica central e é, podemos dizer, a abordagem de gênero que a torna rica, que traz outras especificidades para as histórias das ditaduras que estudamos e que interliga as outras categorias metodológicas utilizadas. Entendemos gênero como categoria relacional e construção histórico-cultural, bem como prática discursiva e performativa que conforma subjetividades no contexto das relações sociais, políticas e culturais (SCOTT, 1990; PEDRO, 2005; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2003). Deste modo, são estas reflexões teóricas que permeiam nossas pesquisas, inclusive na elaboração dos instrumentos de pesquisa para a realização das entrevistas orais. Ainda, destaca-se a perspectiva de uma memória gendrada. Ou seja, podemos dizer que a experiência de “ser mulher no movimento” também contribui para “genderizar” as memórias sobre as ditaduras, pois, de acordo com Luiza Passerini (2011:101), “Outra mudança para a qual a história oral contribuiu foi a necessidade de combinar, com maior frequência e atenção, o gênero como categoria de análise histórica com outras categorias de diferença”. As reflexões desta autora são importantes para pensarmos no caráter gendrado das memórias¹⁶ e, deste modo, perspectivar as entrevistas que realizamos, pois, cabe lembrar as observações de Alessandro Portelli quando pondera que as modificações presentes nas fontes orais “revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico” (PORTELLI, 1997:33).

Em nossas pesquisas já buscávamos fontes que não apenas dessem visibilidade às lutas das mulheres no período da ditadura, mas que

16. Sobre como trabalhamos com esta perspectiva em nossas pesquisas no LEGH, ver: WOLFF; PEDRO; SILVA, 2017.

problematizassem seus diferentes papéis, pois entendemos que a noção de gênero é um dos aspectos das relações sociais, as quais implicam especialmente hierarquias e relações de poder (SCOTT, 1990). Deste modo a metodologia da história oral tornou-se fundamental para nos tornarmos mais atentas às diferentes experiências vivenciadas nos vários países do Cone Sul onde realizamos pesquisa.

Um arquivo dos feminismos das ditaduras do Cone Sul?

Se nossas pesquisas, de maneira geral, tematizam as ditaduras, é, da mesma maneira, a perspectiva feminista que nos conduz. Sobre a história dos feminismos no Brasil e em diferentes países, no LEGH nos dedicamos à leitura de textos de diferentes abordagens teóricas visando aprofundar nossa compreensão sobre o que é ser feminista e como, desta forma, fazemos escolhas: de temas, de abordagens e de metodologias. Aos poucos, produzimos narrativas históricas sobre estes países, mas também problematizamos a forma como os feminismos afetaram – ou foram afetados, pelas diferentes ditaduras. Um fazer história, de certa maneira, muito próximo do que explica Céli Regina Jardim Pinto ao relacionar “feminismo, história e poder”, quando infere que é possível “conhecer o feminismos a partir de duas vertentes: ‘da história do feminismo [...] e da produção teórica feminista [...]’” (PINTO, 2010:15). Ainda, segundo esta autora, essa “dupla característica”, provoca “um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral” (PINTO, 2010:15). Um olhar feminista para o problema de pesquisa, para como tratar os acervos, as fontes, os roteiros de entrevistas, os contatos. Enfim, é compreender que não há neutralidade na história, tampouco nas histórias que pretendemos narrar. Identificação com os feminismos acabou fazendo parte de nossas pesquisas e, de certa forma, foi nos colocando em contato com pesquisadoras e acervos de outros países que, assim, como nós, feministas preocupadas com a historicidade da importância dos feminismos na conjuntura das lutas empreendidas contra as ditaduras no Cone Sul, além de nos receberem em diferentes acervos e nos disponibilizar documentos para fazermos cópias, também aceitaram conceder entrevistas, contribuindo

com a construção de outras histórias sobre as ditaduras e, ao mesmo tempo, apresentando suas narrativas sobre os feminismos de seus países. Ao Paraguai, por exemplo, diferentes pesquisadoras do LEGH foram diversas vezes. E, além de conseguirmos fotocopiar inúmeros documentos que subsidiaram e subsidiam diferentes pesquisas, especialmente no Arquivo do Terror, também tivemos a oportunidade de entrevistar muitas pessoas e pesquisadoras¹⁷. Foi no Paraguai que a cientista política Line Bareiro (2008), ao ser entrevista por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, historicizou o seu engajamento com a luta de mulheres e feministas durante o regime stronista. Assim como Line Bareiro, nos diferentes países que pesquisamos, entrevistamos homens e mulheres que se dispuseram, além de nos apresentar acervos de arquivos, museus e centros de documentação, contar um pouco sobre suas experiências do período das ditaduras.

Esta entrevista, bem como todas as outras realizadas nos diferentes países do Cone Sul, compõe o acervo mais original do LEGH – o que nos levou, nos últimos anos, a intensificar nossas ações de tratamento deste acervo, especialmente no que tange à preservação dos áudios, à transcrição das entrevistas, à conferência de assinaturas e informações nos termos de cessão assinados. São entrevistas que nos apresentam diferentes versões para a história recente destes países durante as ditaduras. Assim, trazer estas histórias para nossos escritos é uma maneira de contribuirmos com uma historiografia que vem aprofundando as análises no campo dos estudos da memória e da metodologia da história oral.

Assim, falar do LEGH como um “arquivo” dos feminismos das ditaduras do Cone Sul é uma forma de registrar a riqueza de suas fontes e sua importância como um acervo acadêmico de pesquisa, num momento em que as pesquisas acadêmicas no Brasil estão sendo atacadas. Não se trata de um arquivo clássico, mas pensamos que a chamada virada arquivística (COOK, 1998:129-149) pode nos ajudar a pensar qual a melhor maneira de tratar este acervo,

17. Chamado de Archivo del Terror, desde que foi descoberto em 22 de dezembro de 1992, o hoje Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, que funciona junto ao Museo de la Justicia, apresenta-se como um espaço de memória da ditadura que o país viveu de 1954 a 1989, sob o comando de Alfredo Stroessner, e procura “promover a recuperação da memória histórica cidadã” (Corte Suprema de Justicia, 2010).

visando contribuir com a memória dos feminismos e das ditaduras do Cone Sul. Neste sentido, as referências no campo da história e da arquivologia estão nos auxiliando (HEYMANN, 2009; CAMARGO, 2009; PROCHASSON, 1998). E, as experiências de outros arquivos feministas, como o *Archives du féminisme*¹⁸, na França, nos inspiram.... Sobre os arquivos franceses, Marine Rouch (2017) chama a atenção que “Les premières ‘archivistes féministes’ ont laissé un héritage exploité à la fois dans les mouvements féministes contemporains et les milieux universitaires”¹⁹.

Nos aproximar de outras experiências no campo dos arquivos, de arquivos feministas, de arquivos sobre ditaduras, é um desafio! Mas, não seria este um momento importante para marcarmos nosso acervo como um espaço de memória? Estas inquietações, além das pesquisas realizadas no LEGH marcam esta relação: da memória, das questões de gênero, dos feminismos e das ditaduras do Cone Sul.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BAREIRO, Line. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff*. Assunção, Paraguai, 21/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARGO, Ana Maria. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, n. 21, p. 129-149, 1998.

18. O *Archive du féminisme* foi criado em 2000 na cidade de Angers, França. Disponível em: <https://www.archivesdufeminisme.fr>.

19. Tradução minha: “Os primeiros ‘arquivistas feministas’ deixaram um legado explorado tanto nos movimentos feministas contemporâneos quanto na academia”.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Catálogo*. Asunción, 2010.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Schneider (org.). *Histórias de gênero*. São Paulo: Verona, 2017.

HAUPT, Heinz-Gerhard. “O lento surgimento de uma história comparada”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.

HEYMANN, Luciana. O Indivíduo Fora do Lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul-dez. 2009.

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. “O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH: pesquisas e histórias feministas”. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. *Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p279/28471>. Acesso em: 07 set. 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, Florianópolis, p. 9-41, 2000.

PASSERINI, Luiza. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 07 set. 2019.

- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- PROCHASSON, Christophe. 'Atenção: verdade!' Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>. Acesso em: 07 set. 2019.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. Les archives de la dictature militaire: les limites de la transition politique au Brésil. In: CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme Fromageau (org.). *Archives des dictatures: enjeux juridiques, archivistiques et institutionnels*. Paris: L'Harmattan, 2015, p. 31-52.
- ROUCH, Marine. Les féministes et leurs archives. *Hal – archives-ouvertes.fr*, 2017. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01616971/document>. Acesso em: 07 set. 2019.
- SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) *Latinoamericana*. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.
- SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 71, p. 193-210, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00193.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.
- VEIGA, Ana Maria. Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades e desafios. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 68-85, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p68>. Acesso em: 09 jul. 2019.
- VERA, Myrian Gonzáles. "Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión". In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth

(org.). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 85-114.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; SILVA, Janine Gomes da. “Memórias ‘gendradas’ nas narrativas de mulheres do Cone Sul”. In: MAIOR, Paulo Souto; LEITE, Juçara Luzia (org.). *Flexões de gênero: história, sensibilidades e narrativas*. Jundiaí/SP: Paco, 2017, p. 55-76.

LITERATURA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA: QUANDO O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL¹

Jair Zandoná

Meu mundo era o *pesadelo unânime* de que falava João. Nele, os meninos comiam barro, os rapazes obstinados apodreciam no fundo das prisões por afirmar que os pardais são pássaros azuis. (STUDART, 1981:16)

A temática geral da terceira edição das Jornadas do LEGH – feminismo e democracia – convida à reflexão sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil. Para tanto, proponho pensar a partir da trajetória de Heloneida Studart, em especial a de romancista e a de ensaísta, como sua produção contribui(u) para pôr em cena questões prementes nesse e sobre esse período. Nesse sentido, minha leitura tem como ponto de partida os estudos literários e vai ao encontro do que afirma Jaime Ginzburg, em “O narrador na literatura contemporânea”, sobre o fato de que:

Há muito a ser compreendido em termos das perspectivas adotadas pelos escritores para lidar com o impacto social do processo ditatorial, tendo em vista as práticas de política do esquecimento, a hegemonia do

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

discurso militarista e as recentes contribuições de pesquisas históricas.
(GINZBURG, 2012:217)

O “pesadelo unânime”, mencionado na epígrafe deste texto pela personagem-narradora de *O pardal é um pássaro azul*, diz respeito a um mundo repleto de lugares sem esperança, habitado por meninos pobres e por obstinados rapazes presos sem haver nenhum procedimento judicial. O pesadelo unânime parece sintetizar bem sobre as implicações do processo ditatorial na literatura e como o ficcional pode ser – e é – espaço de resistência, posto que contribuiu para a construção de outras interpretações e compreensões da História, de sentidos diversos dos discursos hegemônicos/oficiais.

Para fins de contexto quanto à trajetória de Heloneida Studart, é oportuno recorrer a uma entrevista que a autora concedeu a Marieta de Moraes Ferreira e a Américo Freire, em 1999, quando cumpria mandato como deputada estadual. Na ocasião, foi questionada sobre suas origens, família, atuação no sindicato, prisão – pouco depois da promulgação do AI-5 –, sua atuação no movimento feminista, a criação do Centro da Mulher Brasileira, em 1975, e seu ingresso na política, em 1978. A narrativa em primeira pessoa construída por meio das perguntas elaboradas é bastante significativa:

fui criada, como qualquer moça das velhas famílias, para ser mãe de família e dona de casa. Todas as manifestações de que eu ia ser escritora e jornalista – porque eu sempre quis ser escritora e jornalista, como sou – eram levadas na brincadeira. Eram vistas como veleidades de menina: “Quando você crescer, quando arranjar o primeiro namoradinho, isso passa...” Não passou. (STUDART, 2003:57)

Tanto nessa entrevista como na concedida a Roselane Neckel em 2005 para o LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC – recuperam sua trajetória como jornalista, envolvida na fundação do Sindicato das Entidades Culturais (SENAMBRA)², do qual foi presidenta de 1966 até sua

2. O sindicato englobava o “pessoal do Sesi, Sesc, Senai e Senac, LBA, Clube de Engenharia, Academia Brasileira de Letras... Entidades assim. Eu e o José Cândido fomos levando o sindicato, até que em 64 veio o golpe. Nessa ocasião o sindicato teve um trabalho muito relevante, porque, como era uma entidade nova, não tinha feito grandes campanhas, não foi muito visado. Não era um sindicato de classe operária, era mais de camadas médias, e

destituição do cargo em março de 1969 pelo AI-5, destacando-se sua militância política como feminista e como parlamentar. No cargo de deputada³, por exemplo, conseguiu garantir a aprovação da lei para a realização do teste de DNA gratuito e também para a realização de exame de mama para mulheres de baixa renda.

Como ensaísta, é autora do best-seller *Mulher objeto de cama e mesa* (1974)⁴ – e de outros como *A mulher, brinquedo do homem?* (1969) e *Mulher, a quem pertence teu corpo?* (1990)⁵ – lançado pela Editora Vozes e que passou a ser leitura obrigatória para a militância do movimento feminista. É interessante situar a importância dessa editora na década de 1970, posto que Rose Marie Muraro era editora da Vozes e que lançou em 1971 a tradução do livro *Mística Feminina*, da feminista norte-americana Betty Friedan, em cujo volume traz como texto de abertura o contundente “A mulher brasileira e a sociedade de consumo”, de Muraro. *Mulher objeto de cama e mesa* integra a coleção “Cosmovisão”, a qual tinha como propósito oferecer ao leitor uma nova visão do “nosso” tempo, na medida em que se entende

foi não digo nem preservado, mas esquecido. Enquanto isso, o Sindicato dos Têxteis era invadido, sofria intervenção, o Sindicato dos Bancários era destroçado – até o gabinete dentário foi destruído –, Hércules Correia era procurado vivo ou morto, Palhano também. Nos sindicatos poderosos, houve uma repressão violentíssima em cima das entidades e dos dirigentes: muitos foram presos, outros se exilaram, e nós ficamos. Era rigorosamente proibido pela ditadura reunir num sindicato categorias diferentes. Só se podia se reunir bancário com bancário, têxtil com têxtil, porque de outra maneira era encarado como subversão. Mas eu disse: “Zé Cândido, vamos romper com isso, não vamos aceitar isso, não. O governo já decretou o arrocho salarial, os trabalhadores vão ficar sem aumento... Vamos reunir aqui, no nosso sindicato que é pequeno, que não está dando na vista, as categorias mais diferentes, mesmo ao arrepio da lei deles – porque a lei deles não é a lei, é a lei deles.” (STUDART, 2003:59-60)

3. Em 1978, com 60 mil votos, foi eleita deputada estadual do Rio de Janeiro, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reelegendo-se em 1982, novamente pelo PMDB, atuando como vice-líder da bancada de 1979 a 1988, ano em que deixou o Partido. Participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No ano seguinte, saiu do PSDB e entrou no Partido dos Trabalhadores (PT).

4. Na homenagem publicada a Heloneida Studart da Revista Estudos Feministas, em 2008, pouco tempo após o falecimento da escritora, há, sobre o livro, o seguinte: “Em 1974, Heloneida Studart, a convite da Editora Vozes, lançou o pequeno livro *Mulher, objeto de cama e mesa*. Essa publicação de 53 páginas, composta de textos concisos, geralmente frases bem chocantes, em forma de colagens, tornou-se um sucesso editorial ao longo dos anos e, atualmente, já está na 27ª edição com quase 300 mil exemplares vendidos.” (CUNHA, 2008:271)

5. Igualmente lançados pela Editora Vozes.

que o “mundo não é nenhuma máquina de precisão, em que cada parte age no todo de maneira determinada, única, perpétua, imutável. [...]”; pelo contrário, entende-se que “cada fenômeno se estrutura num conjunto de relações onde tudo interage, tudo influencia e sofre influência, nada é estático nem constituído uma vez por todas.” (STUDART, 1980).

O ensaio em primeira pessoa delinea o caráter reflexivo e combativo quanto às diferenças entre homens e mulheres. O início do texto é significativo, pois a autora situa sua escrita a partir do ano de 1969, não apenas pelo fato de ser a virada da década e de quando publicou *A mulher, brinquedo do homem?*, mas também pelo fato de que se encontrava, pela primeira vez, desempregada “por motivo de força maior” (STUDART, 1980:7), saiu de seu emprego e passou a conviver “no mundo gelatinoso e povoado de ninharias em que vive a maioria das mulheres que não trabalha.” Parte, então, desse universo para elaborar sua reflexão: “vivi como qualquer dona de casa, como a mulher doméstica comum, de classe média. Conversei com dezenas de moças na pracinha onde elas e eu levávamos os nossos filhos. Troquei receitas de bolos com as vizinhas. Fui a chás e pequenas reuniões femininas.” (STUDART, 1980:8). No ano seguinte, retorna ao jornalismo como redatora da *Manchete*⁶, cujos assuntos – graficamente destacado no volume – centravam-se em: “como prender um homem para toda a vida; a melhor maneira de aproveitar os vestidos do ano passado, além do teste: Você se considera bonita?” (STUDART, 1980:8). A provocação está justamente no fato de que enquanto as mulheres eram estimuladas a dedicarem seu tempo à moda, à beleza e ao casamento, os homens iam à lua, mandavam sonda a marte, os cientistas pesquisavam sobre a reprodução in vitro... tais temas não ocupavam as páginas das revistas femininas. Às mulheres deveria

6. Sobre isso, vale a pena conferir o artigo de Marlene de Fáveri: “Na época em que Heloneida escrevia seus artigos e comentários, modelos prescritos para o feminino e para o masculino estavam sendo questionados. As reivindicações que se manifestavam na cena pública articulavam as narrativas sobre a crescente visibilidade das mulheres e suas lutas contra a violência e os preconceitos. Abria-se o debate acerca dos ditos ‘papéis femininos’ tradicionais e as novas subjetividades. Acontecimentos e temas como a aprovação da lei do divórcio; a afirmação do movimento feminista; o assassinato de Ângela Diniz; a contracultura; o aborto; a contestação de normas e modos de vida; a denúncia da opressão sobre as mulheres; a popularização da pílula anticoncepcional, dentre outros, são temas presentes em reportagens da *Manchete*.” (FÁVERI, 2014:105).

importar assuntos sobre: “como prender o marido para toda a vida e quais as 10 melhores maneiras de conquistar um homem?” (STUDART, 1980:9).

No que se diz respeito à sua carreira literária, iniciou ainda em Fortaleza com o romance *A primeira pedra*, quando decidiu, segundo conta, mudar-se para o Rio de Janeiro com o intuito de conseguir publicar seu inédito e para tornar-se jornalista, como desejava desde menina. No Rio tinha um tio, Osvaldo Studart, que na época era deputado pelo Partido Social Democrático (PSD). O livro foi publicado pela Saraiva em 1952. Três anos depois lançou *Diz-me o teu nome*, romance que recebeu prêmio Júlia Lopes de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, e também o Orlando Dantas, organizado pelo *Diário de Notícias*⁷. Em 1964, publicou *A Culpa* e, em 1968, *Deus não Paga em dólar* (livro que foi retirado das livrarias durante a repressão)⁸.

No tocante à produção literária das décadas de 1960 e 70, o brasilianista Malcolm Silverman, em *Protesto e o novo romance brasileiro*, pondera em sua extensa pesquisa publicada na década de 1990, que “a influência do escritor sobre a opinião pública era minguada e insignificante.” (SILVERMAN, 2000:32). Segundo ele, isso se devia ao fato do baixo número de leitores de ficção somado à queda do poder aquisitivo. Por esse motivo, afirma que não surpreendia que a literatura socialmente engajada – exceto o teatro – notadamente permanecesse isenta de censura, mesmo após a promulgação do AI-5. Entretanto, pesquisas mais recentes nos arquivos do DCDP – Departamento de Censura de Diversões Públicas – indicam que há três figuras importantes que tinham seus livros sistematicamente censurados pelos órgãos responsáveis: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e, posteriormente, Plínio Marcos – todos publicados pela Global Editora. Eram escritores “malditos” que “abordavam temas considerados tabus e imorais, como sexo,

7. “O livro seguinte, de 55, foi um romance chamado *Diz-me o teu nome* e logo de saída tirou dois prêmios, o da Academia Brasileira de Letras e o Orlando Dantas. Sendo que ao prêmio Orlando Dantas, que era organizado pelo *Diário de Notícias*, concorriam Gerardo Mello Mourão, que é um tremendo escritor – o povo não gosta dele porque diz que é de direita, mas é um tremendo escritor –, e outro que naquele tempo fazia muito sucesso, cujo nome não me ocorre agora. Mas o meu livro, que era um livro de estreante, de uma jovem nordestina desconhecida, tirou esses dois prêmios. E quem fez o prefácio foi Alceu Amoroso Lima, que prognosticava para mim uma excelente carreira.” (STUDART, 2003:57).

8. Cf. a “Cronologia da Vida de Heloneida Studart” (SOUZA, 2014:142-144).

lesbianismo, miséria e marginalidade” (MAUÉS, 2016:42)⁹. Interessa, de Silverman, a observação que faz sobre a escrita de romances naquele período:

Desde a ditadura de Vargas, o romance jamais serviria tanto de veículo para disseminar a realidade nua e cruel na qual estava imerso o país, e onde buscava sua inspiração. Nisto reside sua importância, pois o romance se desenvolveu de forma vertiginosa, enquanto os meios convencionais de comunicação estavam bloqueados; ele apresentava um *outro* Brasil, através de duro realismo, autobiografia semificcionalizada, tratamento cômico dos costumes urbanos, introspecção constrangida, épicos desmistificados, paródia, alegoria, sátira flagrante e surrealismo. (SILVERMAN, 2000:33)

É, portanto, no espaço da ficção que localizamos muito do que não podia ser dito de outra forma que não pela literatura – porque envolvido pelo “faz-de-conta” – embora *Deus não paga em dólar* tenha sido proibido de circular, bem como outros textos de outros escritores e escritoras mencionados acima. Nesse sentido, não por acaso é que os romances *O pardal é um pássaro azul* (1975), *O estandarte da agonia* (1981) e *O torturador em romaria* (1986) foram, após o período de redemocratização, provocativamente nomeados, quando relançados, como “Trilogia da tortura”. Sobre *O estandarte da agonia*, Heloneida, na entrevista de 1999, ao falar sobre o período de sua prisão¹⁰ e como, já trabalhando na revista *Manchete*, conheceu Zuzu Angel, que estava em busca de seu filho desaparecido¹¹. Conforme menciona, sua jornada

9. Cf. também: Reimão, 2014; Portal *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/literatura/index.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

10. Sobre o período em que esteve presa, Heloneida menciona que: “Fui presa, no presídio São Judas Tadeu, onde tinha estado ali o Márcio Sodré [...] e houve até aquele episódio muito interessante, em que a roupeira da prisão disse ‘Ah, quando a doutora Niomara [...] Sodré veio aqui, deram pra ela o uniforme das presas, e ela caiu desmaiada.’ E eu respondi pra ela, ‘ela está desmaiada porque ela se veste em Paris, mas como eu me visto na Mesbla, eu não vou cair desmaiada, pode me dar o uniforme’. Lá no presídio, eu vi coisas que me habitaram pelo resto da vida. Na convivência com eles. Na convivência no presídio. Inclusive dessa minha convivência com essas mulheres, eu escrevi dois roteiros para a TV Globo, um se chama ‘Eu quero meu filho’, que era a história de uma das presidiárias, a [...] e a outra era o ‘Não roubarás’, sobre a história [...]. Todos os dois episódios foram levados pela Globo, exibidos, naqueles ‘Casos Verdades’, e fizeram muito sucesso.” (STUDART, 2005:4).

11. Sobre essa questão, Wikileaks tornou público documentos da embaixada dos EUA em Brasília. O destinado aos escritórios de Assuntos Interamericanos do Departamento de

na tentativa de encontrá-lo “teve uma grande força na minha vida, tanto que [o segundo romance da trilogia] é inspirado nela, na mãe que um dia espera o filho para jantar e o filho não vem. Esse romance foi até cogitado para virar uma minissérie na Globo, mas depois disseram que ainda não era tempo. Quer dizer, não vai chegar o tempo nunca. Há quanto tempo a ditadura acabou?” (STUDART, 2003:67), questiona seus entrevistadores em fins de 1999.

Pobre, negro e mulher não tem que querer...

Quando Norma Telles, ao retomar Virgínia Wolff, enfatiza a necessidade de girar o caleidoscópio para novas paisagens (literárias), pois a escrita “por mulheres é, em certo sentido, um palimpsesto” uma vez que “o desenho de superfície esconde ou obscurece um nível de significado mais profundo, menos acessível ou menos aceitável socialmente.” (TELLES, 1992:46), pensar a literatura produzida por Heloneida Studart, em especial a publicada durante a ditadura civil-militar, possibilita e exige um exercício de compreensão de/ sobre o fora, o ex-cêntrico, o invisibilizado que resiste/existe no literário¹².

Norma Telles sintetiza bem, em “Autor + a”, que o “Gênero pode ou não importar para mim e para os outros; em nosso meio sociocultural, importa sempre.” (TELLES, 1992:50). Soma-se a essa assertiva as palavras de Chimamanda Adichie proferidas durante a conhecida conferência em 2012: “O gênero é importante. Homens e mulheres vivenciam o mundo de forma diferente. O gênero permeia a forma como vivenciamos o mundo.” É, então, o exercício de reflexão que proponho sobre o universo de personagens do romance, tendo como eixo a personagem-narradora Marina.

Estado dos EUA, em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de 14/03/1973, trata sobre o assassinato do militante Stuart Edgart Angel Jones, filho de Zuzu Angel e do norte-americano Norman Jones, o qual teria sido absolvido pela Suprema Corte Militar dois anos após sua morte da acusação por haver cometido contravenção ao Ato de Segurança Nacional. O telegrama é assinado por [William Manning] Rountree, embaixador dos EUA no Brasil: “As department is aware, Jones was reported detained at Galeão Airport (Rio) in 1971 and subsequently murdered by air force security agents.” Disponível em: https://www.wikileaks.org/plusd/cables/1973BRASIL01393_b.html. Acesso em: 10 ago. 2018.

12. Vale um adendo importante: Heloneida Studart e Rose Marie Muraro escreveram juntas a provocativa peça *Homem não entra* (1975).

A narrativa em primeira pessoa retrata os (des)rumos de sua abastada família, os Carvalhais Medeiros. Parece-me que o romance corresponde à hipótese de Ginzburg sobre uma certa presença recorrente de narradores descentrados na literatura brasileira contemporânea, especialmente a partir da década de 1960. Apesar de o seu *corpus* de análise ser outro, é possível filiar sua análise ao romance da escritora cearense uma vez que, conforme o pesquisador, o centro:

é entendido como um conjunto de campos dominantes na história social – a política conservadora, a cultura patriarcal, o autoritarismo de Estado, a repressão continuada, a defesa de ideologias voltadas para o machismo, o racismo, a pureza étnica, a heteronormatividade, a desigualdade econômica, entre outros. O descentramento seria compreendido como um conjunto de forças voltadas contra a exclusão social, política e econômica. (GINZBURG, 2012:201)

Por esse viés, é interessante notar que muito embora Marina tenha nascido em um bairro pobre, pois sua mãe se casara com um funcionário dos correios, sendo deserdada por isso, foi apenas quando, após a morte do pai, seguida da mudança para a casa da avó materna (Mãe Menina), é que passa a compreender, com a ajuda do primo João (filho bastardo de Guiomar¹³, irmã de sua mãe), a cidade, a parte antiga, as ruas pobres – ambientes muito diferentes do que estava acostumada com o casarão onde morava: “só há os pobres e os ricos” (STUDART, 1981:7), dizia: o primo “[e]xplicava-me minuciosamente que os pobres pagam por tudo. Não se compra uma joia, um carro último tipo, não se adquire passagem para a Europa, que eles não recebam a conta. Pagam tudo: da vela dos altares aos vestidos assinados.” (STUDART, 1981:10-11). Não por acaso o romance aborda de maneira pungente a questão de classe. Luis Felipe Miguel (2014:29), ao elaborar um panorama sobre o feminismo e sua imbricada relação com a política no Brasil, relaciona o pensamento de Heloneida Studart ao marxismo. Não

13. Conforme conta a narradora, sua tia Guiomar foi internada no asilo do Bom Pastor, para sempre, por ter desonrado a família. Lá, morreu oito meses depois, “de parto desastrado”. Para ocultar a vergonha do neto bastardo, “Vó Menina recolheu o menino João, pondo-o no quarto de engomados aos cuidados de Meméia; e aos seis anos ele foi internado no Colégio dos Maristas, de onde só saía nas férias.” (STUDART, 1981:5).

será apenas em seu trabalho como ensaísta que questões sociais prementes estarão em evidência. Sua produção literária, igualmente, mobiliza um conjunto de forças contra a exclusão – se retomarmos Ginzburg – de modo a reverberar na narradora as implicações sobre o fato de que apenas há os pobres e os ricos.

Nesse mesmo sentido, reforçando as desigualdades, o episódio de flagelo que acometeu novamente Jaçanã – “terras de praia e coqueirais de vó Menina” – cujos habitantes já “estavam acostumados a enfrentar a cólera do mar e a fúria do vento” (STUDART, 1981:42-43). Há 50 anos, a região já havia padecido que, segundo as crenças locais, era em decorrência de uma praga rogada por um franciscano ao Carvalhais de Medeiros¹⁴. Entretanto, conforme a narradora, a carta do capataz das terras de sua avó informava que “nas duas últimas semanas os jangadeiros só tinham conseguido retirar do mar um budião: peixe verde e insignificante. As ondas cuspiam algas podres, cisco, baba, e a maré tratava de virar os barcos.” (STUDART, 1981:43) Para Meméia, era desgraça trazida por Pablo, o peregrino que apareceu na casa, sem pronunciar palavra e que fora acolhido pela avó como caridade. Pablo será peça-chave para que Marina tenha outra percepção do que está acontecendo com seu primo. Por conta da situação em Jaçanã, a narradora e sua irmã são enviadas para averiguar a situação do local: “Tínhamos chegado em Jaçanã no escuro mais denso... Aquela era a prova da penúria do povoado: já não restava mais querosene em nenhuma lamparina de asa torcida. Imersa na treva, Jaçanã dormia o pesado sono da miséria.” (STUDART, 1981:54). O cenário de pobreza extrema repercute a exploração a que as pessoas pobres são submetidas e relegadas ao abandono. A resolução de Marina em prol do povoado resulta de sua tomada de consciência quanto à exploração. Tenta conscientizar, a partir do mestre Messias, responsável pelos barcos, de que a falta de peixes não era resultado de alguma nova maldição sobre a família Carvalhais Medeiros, mas advinha da própria poluição. Acrescenta, ainda,

14. A narradora, a partir dos relatos de Meméia, conta que “nunca acontecera como naquele ano em que tinha escondido todos os peixes. Os pescadores exaustos acabaram por não ter mais força para empurrar os paus da jangada até a onda, com os braços esmorecidos de fome. As mulheres não podiam tocar os bilros, e as crianças que não morreram, desaprenderam a andar e voltaram para o fundo das tipóias. Meméia contava que o governo teve que intervir, mandando caminhão de mantimentos.” (STUDART, 1981:43)

que apresentaria a situação à sua avó para que mandasse um caminhão com comida, roupa e remédios. Em sua fala, adverte: “E não deixe ninguém agradecer, seu Messias. Chega. João diz que os pobres já pagaram e continuam pagando por tudo.” (STUDART, 1981:58)

Quanto à mudança de percepção do mundo por parte de Marina, vale fazer um adendo, pois se transforma ainda mais radicalmente na medida em que percebe desejar João e o quanto ficava angustiada caso ele, ou outra pessoa, descobrisse seus sentimentos: “Nos primeiros meses da paixão minhas coxas arredondaram, os seios [i]ntumesceram e eu temia que neles aparecesse uma crosta açucarada, como acontecia com as mangas em janeiro. Eu não sabia por onde meu corpo ia deixar escorrer o seu mel acumulado.” (STUDART, 1981:12). Mas foi com a cruel revelação feita por sua mãe, Luciana, de que o primo é gay – e a narradora achava que sua própria mãe não poderia mais, depois de tantos desgostos e decepções afetivas, ser ainda capaz de atingi-la mortalmente – é que Marina precisou lidar (e construir estratégias para superar) com as opressões e práticas conservadoras familiares, com o desejo desesperado da mãe em ser aceita novamente na família dos Carvalhais Medeiros e, ainda, lidar com o modo autoritário como a avó decidia o que deveria (ou não) acontecer. Exemplo disso é quando decide iniciar um curso superior:

Quando eu quis ingressar na Faculdade para fazer o curso de Biblioteconomia, mamãe me suplicou, com lágrimas nos olhos: – minha filha, não vá estudar, roçando perna com home... Afaste de mim esse cálice. Mãe Menina nos deserdaria.

E eu mandei cancelar minha matrícula na esperança de que ela me desse uma migalha de afeto. Mas não me deu nada. (STUDART, 1981:16)

A ideia de estudar – e nisso Marina destoava de sua irmã, por exemplo, pois Dalva tinha um jeito de ser “frívolo e desatento” (STUDART, 1981:16) – é abandonada. A cena provocativamente remete ao seu conhecido ensaio *Mulher Objeto de cama e mesa*: “Deixa para os machos a Medicina, a Geofísica,

a Astronáutica, a Matemática Pura, a Arte. Vai ser Rainha do Lar” (STUDART, 1980:11), escreve Heloneida¹⁵.

Depois da prisão de João, detido, por questões políticas, “na cadeia velha da cidade, por pichar em todos os muros que o pardal é um pássaro azul” (STUDART, 1981:9) e da chegada de Pablo à casa – ficaremos sabendo, mais adiante na narrativa de que era paraguaio e estava sendo procurado pela polícia política, pois fazia parte do movimento, “perseguido em todos os cantos [pelo] *pesadelo unânime*” (STUDART, 1981:48) e se encontrava na cidade rumo a outro esconderijo. A presença do desconhecido, bem como a crueldade mordaz da mãe e da vó – para quem pobre, negro e mulher não tem que querer (STUDART, 1981:51) – acabam contribuindo para que Marina comece a usar de estratégias na tentativa de liberar o primo do cativo e livrá-lo das torturas.

A narradora visitava semanalmente o primo na cadeia e fica sabendo que o “tratamento carcerário” estava mais intenso. Fica sabendo por Agenor, o carcereiro, os motivos disso:

– Parece que chegou na cidade e está amoitado por aí um homem que é foco de muito aborrecimento. Seu João já foi interrogado duas vezes nesta semana. Ele não padece de frouxidão, tem que receber o tratamento e preceito. E, por último apareceu a aranha.

Gegê contou que o delegado mesmo a comprara num feirante que vende esses animalejos; cobras em caixas, lacraias e escorpiões e estojos. Era uma caranguejeira enorme, quatrolhos, das que arrastam passarinho do ninho e tem veneno igual ao de cascavel. Soltara-a na cela de João, para que o picasse, ou para que ele – na tarefa de vigiá-la – não dormisse mais e morresse. (STUDART, 1981:48)

15. É interessante apontar que a circulação dessa publicação foi registrada pelo Serviço Nacional de Informações, Agência do Rio de Janeiro, conforme é possível verificar na Informação nº 223/19/75/ARI/SNI, de 04 de novembro, no assunto “Problemas da mulher brasileira” ao apresentar os registros de cobertura da Agência sobre as conferências realizadas no Diretório Regional do MDB/RJ em 25 de agosto de 1975. Nesse documento, encontra-se anexa uma cópia de *Mulher objeto de cama e mesa*, cujos exemplares estavam sendo vendidos na ocasião. Cf. Sistema de Informações do Arquivo Nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75089344.

Com as visitas, descobre que os interrogatórios se tornam ainda mais truculentos. Depois de Marina aceitar ajudar na fuga de Pablo, tenta a todo custo – e fazendo uso do poderoso nome familiar – libertar o primo. Mas, tal qual os outros, como que deflagrando a ruína de uma tradição, desaparecem: “Só te encontrei morto, João, meu amor. Da incomunicabilidade para a morte. Que caíste na mão dos fetiches, eu bem vi pelas marcas do teu corpo estendido na mesa nua do necrotério. O sangue se coagulara na ponta dos teus dedos – ali onde tinham sido as unhas.” (STUDART, 1981:127)

Na medida em que João fica incapacitado de contar suas próprias experiências de tortura no cárcere, Marina, na condição de testemunha, toma para si a responsabilidade de contar o inenarrável das dilacerações do trauma. O testemunho do primo é impossível de ser dado posto que a violência impede-o de sobreviver. Contar – e fazer uso da memória – é um modo de sobreviver, mesmo que ficcionalmente. Como observa Jaime Ginzburg em, “Ditadura e estética do trauma: exílio e fantasmagoria”, ao ponderar sobre as “reflexões históricas e culturais sobre a ditadura militar no Brasil” e as repercussões sobre a “experiência autoritária nas gerações posteriores” (GINZBURG, 2004:53) quanto ao impacto que a violência do Estado, a qual ultrapassou o período ditatorial e ressoa até os dias atuais, faz com que as produções culturais (literatura, cinema, música) sejam mobilizadas no sentido de tecer suas reflexões e compreensões acerca da estética do trauma. O pesquisador pondera que a “produção cultural marcada pelo trauma é frequentemente assinalada pelo abalo das delimitações convencionais do trabalho da memória e da percepção da realidade. A dor provoca um estado coletivo de transtorno e instabilidade.” (GINZBURG, 2004:54). Nessa medida, a personagem-narradora, ademais de compartilhar os laços familiares com o primo, acaba também por sofrer essa experiência traumática de João. Ginzburg, ao retomar o conceito de trauma sequencial proposto por Sven Kramer, explica que “uma experiência histórica de violência não atinge apenas os que estão imediatamente vinculados a ela.” (GINZBURG, 2004:55). Mesmo que o restante de sua família tenha ignorado a ausência de João, afinal, escândalos eram abafados para preservar o imponente nome dos Carvalhais Medeiros – e suas marcas na casa desapareciam como se ele

não existisse, ou nunca tivesse existido, tal como aconteceu com Guiomar (mãe de João), tio Lucas, tia Nini... –, Marina tenta construir estratégias para resgatar o primo, tirá-lo de onde oficialmente não está.

O desfecho do romance, como resposta às intolerâncias familiares, calcadas na tradição patriarcal-conservadora, ao herdar a fortuna da família, a narradora decide dissipar com todas as posses, rompendo, desse modo, com o poder perpetrado e secularmente centrado pelos Carvalhais Medeiros. A cena é bastante significativa:

Da fortuna dos Carvalhais Medeiros não restará mais nada e terão todos que ganhar a vida eles que sempre viveram do trabalho dos outros. Mamãe – que tirou os vestidos sombrios, está ligeiramente pintada – será governanta na casa de algum novo-rico. Uma governanta que saiba falar francês e toque piano com as pontas das unhas, não é isso que eles querem?

Dalva irá para o bairro das rameiras, na praia, só terá direito de circular pela cidade às segundas-feiras, de olhos baixos. As famílias não admitirão que ela cruze com as mulheres honestas nas lojas de fazenda e nos armarinhos.

Vó Menina será recolhida a um asilo de velhas – o que tem isso? Não colocou Guiomar e tia Nini em asilos? Vamos entregá-la à caridade das freirinhas, verá como são boas e doces com os fracos. (STUDART, 1981:132-133)

O modo como Marina reage e decide, após herdar a fortuna da família, desmantelá-lo, vai, ficcionalmente, ao encontro da produção crítica/feminista de Heloneida Studart. Está na palavra a força para romper com opressões, exploração, violências...

Algumas considerações finais

Para além do espaço ficcional a trajetória de Heloneida Studart – “Jornalista, radialista, escritora, feminista, ex-deputada, mãe (seis filhos do sexo masculino e uma filha adotiva), ela faleceu, aos 82 anos, vítima de

parada cardíaca, na manhã do dia 3 de dezembro de 2007 no Rio de Janeiro.” (CUNHA, 2008:275) – vai na esteira da afirmação de Jude Kelly (2016) de que as mulheres devem contar a história da humanidade. Nesse caso, trata-se de contar, via literatura, sobre as violências, as torturas, as repressões, as perseguições, os traumas, os sofrimentos – o *pesadelo unânime* – que a ditadura impingiu não apenas àqueles e àquelas que viveram no corpo a dor da tortura como às pessoas que estavam próximas a essas pessoas. Não por acaso o foco narrativo está situado em Marina – narradora-personagem – que em primeira pessoa faz com que o/a leitor/a experimente uma proximidade maior com a trama. O discurso literário que se constrói vai contra o apagamento, ou tentativa de banalização e de esquecimento da memória coletiva tal como enunciada em *O pardal é um pássaro azul*, acentuando, portanto, a importância da literatura para a tomada de consciência social¹⁶, não apenas sobre o período ditatorial no Brasil, mas também quanto às questões de gênero, às desigualdades, no intuito de romper com os discursos conservadores e as práticas discriminatórias. Rebatendo vó Menina: pobre, negro e mulher tem, sim, que querer...

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. *TEDxEuston*, dez. 2012. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists#t-595572. Acesso em: 09 jun. 2018.
- ALMEIDA, Agassiz. *A ditadura dos generais: estado militar na América Latina: o calvário na prisão*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

16. Aqui, à guisa de conclusão, partilho da reflexão de Jaime Ginzburg (2001:145) sobre a importância da literatura dedicada ao contexto ditatorial para a consciência social, “A leitura de textos literários voltados para o tema pode contribuir para evitar a banalização” e esquecimento da memória coletiva.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 271-276, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100028>. Acesso em 09 jun. 2018.

FÁVERI, Marlene de. “O mundo é das mulheres” – Heloneida Studart e o feminismo na revista Manchete. *Revista Ártemis*, v. XVIII, n. 1; p. 103-115, jul-dez 2014.

GINZBURG, Jaime. “Ditadura e estética do trauma: exílio e fantasmagoria”. In: CORREIA, Francisco José Gomes. (org.). *O rosto escuro de Narciso*. Ensaios sobre literatura e melancolia. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 53-62.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 3, Universidad de Aarhus, Aarhus, Latinoamericanistas, p. 131-146, 2001.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 199-221, 2012.

KELLY, Jude. Por que as mulheres devem contar a história da humanidade. *TEDWomen* 2016. Disponível em: https://www.ted.com/talks/jude_kelly_why_women_should_tell_the_stories_of_humanity?language=pt-br. Acesso em: 09 jun. 2018.

MAUÉS, Flamaurion. “Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na Década de 1970”. In.: REIMÃO, Sandra (org.) *Livros e subversão: seus estudos*. Cotia/ST: Ateliê Editorial, 2016, p. 35-65.

MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. In.: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-29.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008>. Acesso em: 12 jun. 2018.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2011. 127f. Tese (Livre Docência em Comunicação Social) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Trad. de Carlos Araújo. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. *De feminino a feminista: a transformação na escrita literária dos romances de Heloneida Studart*. 2014. 172f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. O autoritarismo em “O Pardal é um pássaro azul” de Heloneida Studart. II Jornada Discente do PPHPBC (CPDOC/FGV), 2010, Rio de Janeiro. *Anais da II Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV*: Rio de Janeiro: Escola de Ciências Sociais – FGV/CPDOC, 2010, p. 1-11. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/trabalhos/Mesa_4_Verena_Alberti_Ioneide_de_Souza.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

STUDART, Heloneida. *A culpa*. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

STUDART, Heloneida. *A mulher, brinquedo do homem?*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1969.

STUDART, Heloneida. *A primeira pedra*. São Paulo: Saraiva 1953.

STUDART, Heloneida. “Heloneida Studart (depoimento, 1999)”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo. *Vozes de oposição*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003, p. 55-93.

STUDART, Heloneida. *Deus não paga em dólar*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, s./d.

STUDART, Heloneida. Entrevista concedida a Roselane Neckel (1 fita cassete). Rio de Janeiro, Brasil, 16/02/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

STUDART, Heloneida. *Mulher, a quem pertence teu corpo?: uma reflexão sobre a sexualidade feminina* Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. 12ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

STUDART, Heloneida. *O estandarte da agonia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

STUDART, Heloneida. *O pardal é um pássaro azul*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

STUDART, Heloneida. *O pardal é um pássaro azul*. São Paulo: Círculo do Livro, 198?.

STUDART, Heloneida. *O torturador em romaria*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

STUDART, Heloneida. *Selos das despedidas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000.

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Problemas da mulher brasileira*. Código de Referência. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75089344

TELLES, Norma. “Autor+a”. In.: JOBIN, José Luis (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 45-63.

FEMINISMOS EM CURITIBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DOS LARES PARA UM MUNDO DE MULHERES

Lorena Zomer

Poderiam as mulheres escrever sobre si e seu contexto se eram ensinadas a ser prioritariamente donas de casa? Poderiam as mulheres narrar as próprias representações acerca de si mesmas? Poderíamos aceitar que uma escrita de homens sobre mulheres sempre nos represente, mesmo quando nos diminui? Ser feminista é também defender as diversas estratégias de representações sobre nós mesmas, defender esses espaços de escrita também como *nossos*. Igualmente, é entender como algumas mulheres, embora não tivessem à sua disposição meios propícios a essa conquista e autonomia, mesmo assim, reivindicaram lugares dentro de uma sociedade brasileira conservadora e machista ao longo do século XX. Assim, a partir dessa inspiração foi escrito este capítulo.

Nesse sentido, para compreender a escrita e as representações de mulheres são analisadas algumas das produções literárias da curitibana Leonor Castellano (1899-1969)¹. A feminista trabalhou na Secretaria da Fazenda do Paraná na década de 1920, aposentando-se como funcionária

1. Esse capítulo é parte de uma pesquisa desenvolvida em nível de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e apoiada pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Cf. Zomer, 2011.

da Biblioteca Pública do Paraná nos anos de 1950. Em homenagens após seu falecimento, é descrita como uma pessoa que costumava dirigir seu carro, que viajava todos os anos sozinha de férias para Minas Gerais e participava de diversos clubes literários em Curitiba e de outros distribuídos pelo Brasil. Dentre esses grupos, os mais importantes para sua atuação em Curitiba foram o Centro Paranaense Feminino de Cultura² e o Centro de Letras do Paraná³, locais onde Leonor Castellano escreveu e publicou sobre Mariana Coelho⁴, Rachel Prado⁵ e Maria Falce de Macedo⁶.

Essas mulheres representam uma elite curitibana intelectualizada do período. São mulheres que puderam estudar no início do século XX – como poucas puderam até aquele período –, perspectiva que permite pensar a relação da educação recebida por algumas delas e suas participações sociais, inclusive nos centros literários onde também publicaram suas produções. Leonor Castellano teve sua trajetória marcada por uma educação em parte conservadora, visto que praticar atividades destinadas às mulheres, como cozinhar e praticar a costura eram comuns nas escolas frequentadas por elas. Porém, essas escolas também permitiram o desenvolvimento de uma prática de escrita. Foi como escritora e funcionária pública que pôde defender os lugares ocupados na sociedade pelas mulheres – e que nem sempre

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2. O Centro Paranaense Feminino de Cultura foi fundado por mulheres em 1933 com o objetivo de ser um espaço de encontros, de atuação e de publicação literária de mulheres.

3. O Centro de Letras do Paraná foi criado em 1912, por ocasião da comemoração do aniversário de 59 anos da emancipação do Paraná. O objetivo era desenvolver e discutir sobre uma literatura e uma “identidade” próprias ao paranaense. Cf. Bandeira, 1958:15.

4. Mariana Coelho, nascida em 1857, era portuguesa. Chegou em Curitiba em 1892 para trabalhar como educadora, escritora e jornalista. Fundou o Colégio Santos Dumont e a Escola Profissional Feminina República Argentina, ambos em Curitiba. A intelectual e professora também escreveu em diversos jornais sobre temas destinados às mulheres ou sobre elas, assim como os livros *Emancipação do Sexo Feminino* e *o Paraná Mental* (NICOLAS, 1977:66-69).

5. Virgília Stella da Silva Cruz era jornalista e atuava no jornal de seu pai *A República*. Também escreveu em periódicos dos Estados Unidos, da Itália e para revistas como *O Cruzeiro*, *Fon-fon*, *O Globo* e os jornais *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo*. Em Curitiba fundou a primeira Editora dirigida por uma mulher na cidade chamada Ravaro, em 1931 (MUZART, 2009:1041-1055).

6. Maria Falce, primeira médica paranaense, foi professora catedrática da Universidade Federal do Paraná, desde o período em que a instituição ainda tinha o nome de Universidade do Paraná.

permaneceram em seus lares, mesmo quando eram donas de casa, esposas e mães. Com base na escrita de Castellano, torna-se importante compreender o espaço literário como um reduto de e para mulheres, tanto para possibilitar comportamentos para além do escrutínio patriarcal, como para ser analisado dentro dos âmbitos de discussões da História das Mulheres – neste caso, no contexto da primeira onda feminista no Brasil.

A educação recebida por essas mulheres no início do século XX em Curitiba representa parte do vivenciado e destinado às mulheres que tiveram acesso à educação formal no período. Os princípios educacionais, defendidos por educadoras/es do período, visavam dar às crianças, de acordo com o seu sexo, o conhecimento adequado para que pudessem participar do que entendiam como progresso do país. Nessas circunstâncias, mulheres que tiveram a oportunidade de estudar ocuparam profissões de destaque, como também puderam fazer parte dos centros literários do período, cujos espaços permitiram reivindicar novas conquistas, como possibilidade de escreverem e de serem lidas. Castellano, ao estudar e, conseqüentemente, entrar para os clubes literários, pôde escrever homenagens a mulheres, como Mariana Coelho, Rachel Prado e Maria Falce de Macedo, conforme mencionado anteriormente. Essas homenagens, embora contextuais, permitem entender o que aquelas mulheres estavam reivindicando e conquistando e como seus espaços profissionais e sociais estavam sendo demarcados. As lutas e conquistas dessas mulheres no início do século XX, em Curitiba, em um período ainda bastante conservador, contribuiu para que mais mulheres tivessem acessos aos bancos escolares e universitários (ainda que poucos), ao sufrágio, a alguns direitos trabalhistas e, conseqüentemente, inserção maior no mercado de trabalho. É importante ressaltar que essas lutas e manifestações que estavam acontecendo em Curitiba naquele momento, também ocorriam em diversos lugares do país⁷.

Para este texto, primeiramente me preocupo em debater a respeito do contexto educacional curitibano da primeira metade do século XX e, depois, sobre lugares ocupados por algumas mulheres, com base nas publicações de Leonor Castellano. Ressalto ainda que muitas dessas “novas funções”,

7. Cf. Pedro; Pinsky, 2012.

propostas ou perspectivas direcionadas às mulheres – e que estavam presentes na educação e/ou nos escritos de Castellano – colaboraram na conquista de um lugar *todo nosso*.

Educação curitibana em princípios do século XX

O ensino escolar de centros educacionais destinado às mulheres de classes mais abastadas ou mais favorecidas oferecia, nos primeiros anos escolares do século XX, aulas de línguas, de afazeres domésticos e ciências gerais. Este era o caso do Grupo Escolar Tiradentes, regido pela professora Júlia Wanderley, escola tradicional localizada no centro de Curitiba onde também estudou Leonor Castellano (NICOLAS, 1977:66-69). As escolas primárias – como eram chamadas – do início da República no Brasil, embora fossem públicas, acabavam beneficiando apenas parte da sociedade. Isso ocorria devido às direções dessas instituições, de um modo geral, serem de professoras renomadas, como Mariana Coelho e Júlia Wanderley, fazendo com que crianças das famílias mais tradicionais, ricas ou intelectualizadas ocupassem a maioria dos bancos escolares. Por outro lado, crianças de classes menos favorecidas não eram incentivadas a estudarem, visto que muitas, ainda na primeira década de vida, precisavam desde cedo colaborar com a renda familiar. Ao mesmo tempo, famílias mais simples contavam com a ajuda das/os filhas/os na renda do lar, inibindo qualquer possibilidade de acesso dessas crianças às escolas.

O ensino escolar recebido pelas mulheres estava vinculado aos princípios de formação nacional do período. A educação escolar, laica ou religiosa, incentivava o estudo da História e da Geografia da Nação, da língua portuguesa, estabelecendo uma relação entre essas disciplinas com princípios de uma educação moral e cívica. Nesse caso, características ligadas a uma exaltação da natureza brasileira, das produções literárias e da memória nacional, como se, desse modo, essas crianças se percebessem e se sentissem pertencentes a uma identidade nacional.

Além desses aspectos, na escola primária de Castellano, os trabalhos manuais de sábado eram comuns às meninas com o propósito de oferecer um ensino prático “feminino” a elas, já que as expectativas referentes às meninas

eram de que se tornariam esposas, donas de casa e, conseqüentemente, mães, ou seja, suas formações estavam voltadas para dentro do lar. Ao mesmo tempo, os meninos tinham aulas sobre os ofícios e, principalmente, eram privilegiados com mais aulas de Ciências Exatas e Biológicas (TRINDADE, 1996:53-61). Essa diferenciação era pautada na perspectiva de que eles, como futuros maridos e responsáveis pela manutenção financeira de uma casa, deveriam desde a tenra idade ter o seu mundo direcionado às profissões desempenhadas fora do lar – diferentemente das meninas. A historiadora Fúlvia Romemberg (2012:333-337) reforça a separação comum às aulas de meninas e meninos desde o início da República, mesmo sob influência positivista, afirmando que tal prática foi comum ainda até os anos de 1940.

Dessa forma, as aulas citadas reforçavam a diversidade no comportamento esperado com base nas diferenciações culturais nas relações de gênero. Um dos reforços a esse sentido analisado no ensino direcionado às crianças daquele período pode ser observado na fala da professora Júlia Wanderley:

Aos sábados, sob direção competente, as internas consertam as próprias roupas e há horas reservadas ao ensino de bordado e outros trabalhos finos de agulha. As alunas têm uma aula de corte, onde aprendem a fazer vestidos e outras peças de vestuário e há tempo reservado às sextas-feiras para aprenderem a fazer “doces” (WANDERLEY, 1906:21).

Alunas, como era o caso de Leonor Castellano, poderiam ter aos sábados algumas aulas sobre ensinamentos ligados à costura, à cozinha, espaços de atuação destinados a muitas delas; esses métodos reforçavam que o lugar dessas futuras mulheres seria (de fato) o “lar”. Assim sendo, todas as aulas de sábados eram voltadas à perspectiva de como ser uma boa “dona de casa”, um destino baseado na coerção desde os primeiros gestos infantis, em que a “individualidade” é gerida pela diferença sexual, a qual é determinante nas características culturais direcionadas àquelas meninas. A missão de mãe, o sexo frágil e a inteligência apontada como limitada eram argumentos para diferenciação na educação entre os sexos (ROMEMBERG, 2012:333-337).

Júlia Wanderley acreditava que a escola era o espaço em que a moral da criança seria moldada, sendo a do menino “[...] como um homem para família, o indivíduo para a sociedade e o cidadão para a pátria [...]” (WANDERLEY,

1906:31). Por sua vez, a menina era vista como responsável pela unidade familiar e, caso estivesse fora do lar, também representaria os interesses da sociedade e da Nação. Na escola de Júlia Wanderley – e de outros grupos escolares de Curitiba –, o ensino era um instrumento de legitimação de regras. Nesse caso, mesmo que as mulheres tenham passado a ocupar um número maior de carteiras nas escolas, muito embora em sua maioria de classes mais abastadas, elas igualmente perpetuavam e tinham reforçada a sua função naturalizada de mãe-esposa, em vista da impossibilidade de terem uma outra profissão ou outro destino que não esse. Júlia Wanderley, por sua vez, havia lutado para se tornar uma professora, ao pedir pessoalmente ao governador do Estado para adentrar a Escola Normal (TRINDADE, 1996:53-62). No entanto, a sua participação no magistério corroborava outra ideia, a de que as mulheres como mães e donas de casa colaborariam ao educar suas futuras filhas e filhos.

Mariana Coelho – portuguesa radicada no Brasil – era feminista e escritora, tendo sua atuação como professora reconhecida em virtude de seu trabalho na Escola Americana e na Escola Santos Dumont, ainda nas primeiras décadas de 1900. Mariana Coelho tinha, em sua imagem, os exemplos esperados das mulheres intelectualizadas do início do século XX, isto é, mulheres que mantinham suas funções nos lares, mas estavam engajadas em defender novos lugares de atuação para as mulheres, como pode ser observado na seguinte afirmação da autora “[...] o sexo feminino, da mesma forma que o masculino pode, socialmente falando, subir a escada do progresso até onde as próprias forças intelectuais lhe permitam, sem jamais abandonar o seu primordial e simpático papel, que sempre representará, vitorioso, no lar [...]” (COELHO, 1901:1). Nesse sentido, Mariana Coelho, tal como Júlia Wanderley, acreditava que com a educação intelectual/cívica direcionada às meninas e aos meninos de suas escolas, juntamente à predisposição das mulheres aos papéis de mãe/esposa, a Nação atingiria o progresso e teria a participação política de ambos os sexos.

A ideia de que as mulheres deveriam ser vistas como educadoras dos homens que fariam o país progredir era incentivada também pelo Positivismo (TRINDADE, 1997:70-76). Nesse sentido, Auguste Comte julgava que as

mulheres eram as responsáveis por manter uma moral adequada para uma família, qualidade que deveria ser uma das diretrizes para se estabelecer uma Pátria com “Ordem e Progresso”. Para isso ocorrer, a sociedade deveria esquivar-se de seus direitos individuais em prol do bem coletivo. O positivismo influenciou veladamente as relações de gênero vigentes (STEPHANOU; BASTOS, 2005:166-178), pois, na escola em que Castellano deu continuidade a seus estudos, havia a disciplina de Economia Doméstica, prática escolar que sugere a coerção sentida por muitas mulheres do contexto que, conquanto pudessem estudar, encontravam nesses espaços a permanência de princípios bastante conservadores.

Além da Economia Doméstica e Cívica, o Positivismo defendia o magistério às mulheres, pois nesses casos, mesmo estando fora do lar, ainda estariam ao lado dos/as filhos/as, desempenhando atividades próximas às de suas características “femininas” (TRINDADE, 1996:43-59). Portanto, não havia um incentivo direto para investir em outras profissões, sendo estas apenas possíveis consequências, alinhado a um modelo conservador proposto às mulheres. Sobre o contexto, Etelvina Trindade (1996:43-59) esclarece que a República precisava da mão de obra feminina e o próprio feminismo de primeira onda defendia o sufrágio e a participação das mulheres em diversos setores da sociedade. Dessa forma, mesmo em um contexto bastante controverso, é possível entender que os espaços escolares abertos às mulheres acabaram por desencadear desdobramentos nem sempre esperados – e muito menos estimulados – pela sociedade mais conservadora.

Castellano concluiu o Intermediário na Escola Americana de Curitiba, educandário particular pertencente à rede American Foreign Board. Algumas características de seu projeto pedagógico são importantes, pois cada aluno/a possuía sua lousa e livros didáticos, o que demonstra o incentivo ao estudo. O ensino de línguas era bastante variado, incluindo espanhol, inglês e francês, além de haver o estudo de gramática, das ciências naturais, de aulas de música e o incentivo à leitura de clássicos da literatura ocidental. A escola possuía uma vasta biblioteca, com várias revistas e livros do país e estrangeiros. Era uma escola que oferecia às mulheres um conhecimento intelectualizado, ao mesmo tempo em que mantinha um ensino voltado às características do

lar, por meio da Economia Doméstica e de etiqueta (ABREU, 2004). Tanto na concepção de ensino do Grupo Escolar Tiradentes, quanto na da Escola Americana, o ideal “ordem e progresso”, vinculado à bandeira do país, seria alcançado por meio da transmissão da moral altruísta da sociedade e do conhecimento das ciências naturais, físicas e sociais.

As normativas do Estado⁸ também se referiam aos nomes importantes para a História, proporcionando uma educação cívica, moral e patriótica, assim como enfatizava a Geografia por meio de mapas, entre outros. Nas escolas, o hasteamento das bandeiras (de Curitiba, do Paraná e do Brasil), os hinos cantados e as datas cívicas escolhidas demonstram a relação da ideia de identidade da Nação concernente ao idealizado pela República. Nesses momentos, meninas e meninos eram reunidas/os sem distinção de gênero, um ato que pretendia mostrar uma união cívica em torno da Pátria, ao mesmo tempo em que obliterava as diferentes regras para que estivessem ambas/os naquela solenidade, ou seja, embora reunidas/os, suas funções para essa Nação que se esboçava eram rigidamente demarcadas.

Sobre essas diferentes regras, de acordo com Júlia Wanderley, não havia distinções de ensino, com exceção das aulas de artes. Entretanto, ao contextualizar o cotidiano das escolas no ano de 1906, alegou que aulas de ciências/saúde eram ministradas às meninas quando havia tempo ocioso. Por conseguinte, apesar de esse ensino científico transparecer uma mudança no ensino escolar, do mesmo modo, revela que tais conhecimentos eram direcionados uma vez ou outra às meninas, o que sugere que ensinar ciência a elas não era uma norma escolar. Ainda sobre o contexto, segundo Trindade (1996:32), havia incentivo às práticas do Exército no que se refere à educação física, à disciplina e aos tipos de exercícios direcionados para a saúde e submissão de meninas e meninos, isto é, tratava-se de normativas que direcionavam os comportamentos dos/das estudantes, com base em diferenças de gênero. Tal atitude tinha, ainda, a intenção de que tivessem boa saúde e, no caso das meninas, pudessem gerar filhos e filhas saudáveis e, além disso, a prática de exercícios contribuiria para a diminuição de problemas com a saúde para o Estado. O adestramento físico, os hábitos de

8. Conferir Código de Ensino do Estado do Paraná (1917:19).

higiene e a regularização de normas a fim de que a sociedade se tornasse limpa e saudável estavam relacionados à disciplina e à lógica esperada da população numa época em que se buscava também a regeneração da raça (SILVA, 2013). Sobre esse aspecto, é possível apontar que havia nesse período no Brasil intenções/tendências em educar crianças como cidadãos/ãos do futuro da nação.

Com relação à educação, Bourdieu defende que as escolas possuem uma cultura arbitrária, em que o seu poder de dissimular os ideais é repassado como neutro relativamente às diferenças sociais, por meio do discurso de que o acesso a uma escola (pública, no caso) é para todas/os sem distinção de classe e cultura⁹. No caso do contexto aqui discutido, ressalto que o processo educacional era em geral laico, mas a própria moral cristã era vista por muitos intelectuais – como é o caso de Euclides Bandeira¹⁰, por exemplo – como sendo uma boa influência por intermédio da qual a sociedade reforçaria os lugares adequados a homens e a mulheres. Segundo Bandeira: “[...] a educação feminina deve convergir [...]. Ela é a pedra angular sobre que repousa a perfeição humana, e dela emanam a felicidade da família, o engrandecimento e a prosperidade dos Povos [...]” (*apud* TRINDADE, 1996:34). Nesse sentido, Bandeira defende que as mulheres seriam educadas para assumirem seu fim ideal: a maternidade e como educadoras de crianças. Por esse motivo, o conhecimento nas escolas deveria ser ampliado por meio de estudos científicos, como também deveriam ser aplicadas noções de higiene sanitária, de cuidados alimentares e de organização social, não se restringindo à educação dos meninos.

De acordo com Etelvina Trindade, algumas escolas curitibanas acataram essas mudanças e influências republicanas também no que diz respeito à educação das meninas. Exemplos disso são: os horários organizados às idas ao banheiro e os horários do intervalo, que, embora fossem um “recreio” em relação à vigilância dos/as professores/as, também era controlado por outras

9. O conhecimento trazido pelo/a aluno/a, ou seja, o modo como foi ensinado/a em casa e no espaço ocupado da escola, dentro da hierarquia escolar, desenvolve-se mediado pelas influências sociais, culturais e econômicas (com as quais convive) (BOURDIEU, 2005).

10. Euclides da Motta Bandeira e Silva era maçom e fazia campanhas anticlericais. Seu espaço de atuação era o Centro de Letras (MOREIRA, 1957:577).

inspetoras e secretárias. As notas, as advertências, os boletins, a frequência, ou mesmo as ementas definidas pelo Estado eram elementos que demonstram uma determinada disciplina e organização na educação das crianças. A partir do momento em que essas crianças, consideradas do “mesmo” grupo social, recebiam ensinamentos e ênfases diferentes, poderiam desempenhar e ter lugares diversos destinados entre eles, não por sua capacidade de atuação, mas por diferenças culturais com base também em questões de gênero. Essas diferenças se davam tanto no que diz respeito aos lares, quanto às profissões que poderiam desenvolver.

A educação destinada às meninas curitibanas, incluindo a de Leonor Castellano, perpetuou diversas normas sociais conservadoras; porém, em contrapartida, possibilitou que se tornassem profissionais, garantindo certa autonomia financeira. Após a conquista dos espaços escolares, muitas mais delas, independentemente de questões de classe, etnia ou raça, começariam a frequentar as salas de aula, escrever seu próprio nome e definir o seu significado de “ser mulher” nas sociedades nas quais estavam inseridas. Mulheres como Castellano ou Mariana Coelho, mesmo se reproduzissem estereótipos e comportamentos socialmente esperados, foram também exemplos de atuação profissional que até um século atrás eram raros. O acesso às escolas foi somente o primeiro passo para a Educação Superior, para a conquista do voto e para não serem mais somente “do lar”.

Mulheres nem tão recatadas e a “Primeira Onda Feminista”

Mulheres intelectuais, como Leonor Castellano, ao terem desde muito cedo a oportunidade de estudar, de ler e de ter acesso a livros, puderam escrever sobre outras mulheres. Suas produções oferecem a possibilidade de apreender a respeito das representações de seu contexto. A médica Maria Falce de Macedo foi uma das mulheres evidenciadas por Castellano (1964:3-13). A médica, no ano de 1913, tornou-se a primeira aluna do curso de medicina do Paraná e a primeira catedrática da UFPR (CASTELLANO, 1964:10). Irede Cardoso (1981), ao frisar a atuação de mulheres nos meios acadêmicos no início do século XX, pontua que poucas conseguiram transpor as barreiras impostas a elas, o que demonstra que a realização de Maria Falce Macedo

era rara e foi um importante marco. Falce foi a única mulher a se formar em meio a diversos homens, um limite imposto daquele período, além de ser repleto de preconceitos e de estereótipos.

Sobre o período da conquista de Maria Falce Macedo, Castellano menciona o seguinte: “[...] no Brasil, como em diversos países civilizados, a fatalidade da lei biológica, que fazia a divisão de trabalho, estabelecia a diferença de deveres entre os sexos [...]” (CASTELLANO, 1968:10), sugerindo que Maria Falce Macedo conseguiu impor sua vontade e permaneceu em um curso “destinado” a homens. Tal afirmação demonstra o quanto a escritora carregava em sua escrita princípios ligados a uma ideia de formação de Nação, com base na diferença entre os sexos.

Com relação à atuação de Maria Falce, foi também nesse período que conheceu um colega de profissão, o qual veio a se tornar seu marido e com quem inaugurou uma organização para ajudar a pessoas mais carentes, fazendo exames gratuitos no laboratório de análises clínicas da Santa Casa de Misericórdia, ainda na década de 1930. Essa preocupação em ajudar as outras pessoas pode ser aproximada ao ideal de sensibilidade, de ajuda e de proteção, muitas vezes direcionadas às mulheres.

O tempo de Maria Falce Macedo é também o da – que se convencionou designar – primeira onda feminista. Conforme Branca Moreira Alves, os anos de 1920 foram marcados por “[...] um feminismo que se colocava com cautela, mostrando os tributos femininos de altruísmo e caridade” (ALVES, 1980:101), em outras palavras, é um tempo de luta pelo sufrágio, pelo direito ao Ensino Superior, mas que se manifestava de modo pacifista e altruísta. Entretanto, é preciso considerar que muitas mulheres faziam uso dessas estratégias de modo bastante consciente, pois assim poderiam acompanhar as oportunidades que o século XX começava a oferecer.

Embora a produção de Leonor Castellano traga ideias que legitimam hierarquias e conflitos em relação aos lugares das mulheres, como os aspectos de “mãe e esposa”, a escritora conhecia as novidades que cercavam os ares brasileiros e os de Curitiba. De acordo com Etelvina Trindade (1996:110), o movimento feminista defendido por Bertha Lutz chegou a Curitiba na virada do século, promovendo debates sobre o tema, muitas vezes conduzidos por

Mariana Coelho, Leonor Castellano e Elvira Paraná. Mariana Coelho não era apenas uma entusiasta, mas uma “delegada” da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – liga criada por Bertha Lutz para divulgar seus ideais sufragistas – participando dos congressos e dos encontros na residência de Castellano (TRINDADE, 1996:110).

Na concepção de Céli Pinto (2003:17-18), mulheres feministas como Bertha Lutz ganharam evidência por causa de seu destaque na intelectualidade e na defesa de suas ideias. Em virtude dessa proeminência, no que tange ao feminismo de Lutz, foram comuns em suas reivindicações pedidos de direito ao sufrágio e ao acesso ao Ensino Superior, por acreditar que, desse modo, as mulheres também ganhariam espaço de atuação político. Esse feminismo era diverso das exigências defendidas por outra feminista, Maria Lacerda de Moura, para quem era crucial debater sobre os direitos trabalhistas, sobre os direitos do corpo, o amor livre, sobre creches.

De qualquer modo, todas eram/são mulheres, com vidas tangenciadas por diversos estereótipos e preconceitos, vivendo angústias comuns, mobilizadas em defesa de pautas muitas vezes mal compreendidas, sendo vistas, por conta disso, como “loucas” ou fora do padrão (SCOTT, 2002:18-32). Lutz e Maria Lacerda fazem parte das lutas feministas, demonstrando ao mesmo tempo as contradições de feminismos com interesses que nem sempre convergiam, devido às questões de classe, etnia e raça. Apenas em um segundo momento feminista, a partir da década de 1970, é que esses feminismos começaram a concentrar suas atenções em uma perspectiva de igualdade construída a partir das diferenças culturais entre os sexos.

O paradoxo das ações dessas mulheres não está nas reivindicações defendidas por elas, mas no ato de condenar a ideia de universalidade representada na imagem dos homens, ao mesmo tempo em que apontavam a diferença sexual como a origem das diferenciações. Segundo elas, a diferença sexual não era natural, mas era a partir dessa perspectiva que todas as diferenças sociais/culturais/políticas eram reafirmadas e legitimadas. Nesse caso, a divisão sexual era o que permitia toda exclusão: o problema, porém, estava nas construções sociais/culturais referentes ao sexo, ideia bastante problematizada debatida no feminismo de segunda onda (1960-1980).

Mariana Coelho, professora e colega de Leonor Castellano, reafirmava que a inferioridade das funções impostas às mulheres fez com que elas fossem costumeiramente apontadas como mais frágeis em relação aos homens (KAMITA, 2004:51). O comportamento da feminista Mariana Coelho demonstra como as diversas imposições conservadoras e patriarcais comuns às mulheres se tornaram importantes nas construções históricas sobre as relações de gênero, princípios morais que estiveram no caminho trilhado por Mariana Coelho

Qualquer menção a novos comportamentos de mulheres, em geral, estava relacionada a instituições tradicionais, como a família, o Estado e a religião. Esse posicionamento é perceptível no modo como Castellano definiu sua concepção de feminismo, em 1924: “[...] o fim primordial do Feminismo não é apregoar a guerra, o ódio, a tirania. É uma manifestação contra os desarranjos e as barafundas sociais; é pugnar contra os poderes da destruição e ruína; e lutar em favor da crença, da raça, da família [...]” (CASTELLANO, 1924, n. 1489). Nesse trecho, Castellano expõe muitas influências do período, como de um feminismo menos libertário, como o de Bertha Lutz. Além disso, fica evidente, ao citar a ideia de raça, que Castellano, assim como outras de sua época, faz parte de um discurso de formação nacional em que mulheres tinham lugares já destinados.

Leonor Castellano relaciona diretamente as ideias sobre família e Estado, como envoltas por uma moral cristã. Segundo a historiadora Céli Pinto, essa característica era peculiar a um feminismo visto como “bom” (PINTO, 2003:38). Mais especificamente, Castellano ainda nesse contexto afirma que: “[...] a mulher [...] implantará nas almas jovens os deveres sagrados de patriotas e cristãos e a sua pena será como espada flamejante que pelejará tanto em defesa da causa arduamente combatida, como em favor da Pátria estremecida e amada [...]” (CASTELLANO, 1924, n. 1489). Nesse sentido, retomo a ideia de que essas mulheres, como profissionais, professoras e pertencente a clubes literários, reafirmavam ações já comuns a elas, como ser “mãe e esposa”. Entretanto, isso não diminui a importância de muitas delas, porque, ao ocuparem, em especial, lugares nos espaços escolares e clubes literários, estavam rompendo os próprios limites impostos a elas,

como também estimulando com que outras pudessem seguir esses mesmos caminhos.

Nesse sentido, sobre ocupar um lugar além do socialmente estipulado, duas mulheres foram mencionadas por Leonor Castellano em sua produção: Rachel Prado (1942) e Mariana Coelho (1947). Rachel Prado era o pseudônimo de Virgília Stella da Silva Cruz e, de acordo com Zahidé Muzart (2009:1041-1055), a jornalista foi responsável pela criação do Clube das Mulheres Jornalistas, além de incentivar políticas referentes às condições de maternidades e de reintegração de menores abandonados.

A jornalista foi caracterizada por Castellano como uma representante incentivadora de caminhos poucos conhecidos pelas mulheres até aquele período, por meio de ações que estavam “[...] combatendo sempre, livre, só, dependência de ninguém, e com a franca lealdade ingênua dos verdadeiros predestinados, que ela aprendeu ser, o que muita gente não saberia ser, nos maiores tranfes da vida, uma Heroína [...]” (CASTELLANO, 1956:19). A passagem evidencia a liberdade de escolhas e independência de Rachel Prado, uma mulher que teria ela própria decidido o que desempenharia em sua vida. Desse contexto, é perceptível que essas mulheres, como Rachel Prado, embora reafirmem lugares comuns quanto à maternidade e o cuidado com crianças, também estavam sendo vistas de forma diferente com base em suas escolhas ou desempenho profissional. As colunas de jornais, a primeira gráfica dirigida por uma mulher, a liberdade de escrever, práticas que, no caso da jornalista, não impediram também de ser casada e mãe.

Mariana Coelho foi uma das feministas paranaenses mais importantes do início do século XX e além de professora de Leonor Castellano, a feminista foi também sua colega no Centro de Letras do Paraná. Esta destacou Mariana Coelho como “[...] educadora, defensora intrépida dos direitos da mulher, cultora elegantíssima dos torneios florais da linguagem e propagadora dos ideais pacifistas [...]” (CASTELLANO, 1956:53). Nesse sentido, a pesquisadora Zahidé Muzart também classifica Mariana Coelho como a *Beauvior tupiniquim* (MUZART, 2000, BRANDÃO; MUZART, 2003), cujo ápice teria sido com a publicação de seu livro *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*, publicado em 1933, considerada como uma obra:

Literatura histórica, científica e humana sobre a mulher que trabalha, luta, sofre, sobre a mulher que pensa e valoriza o seu destino na comunhão universal dos seres. “A Evolução do Feminismo” retraza a História do movimento feminino através das épocas e dos povos e foi elaborado por Mariana Coelho para ir em auxílio das suas companheiras de todo o mundo, para que a mulher se coloque no lugar que lhe compete entre a comunidade. (CASTELLANO, 1956:53-54)

O trecho é uma representação de um feminismo pacifista pelo qual ficou reconhecida Mariana Coelho, uma vez que incentivava que as mulheres tomassem o seu lugar na sociedade, por direito, ou seja, o “lugar que lhes competia”. A citação sugere, também, uma ideia de luta ao longo do tempo, cujo século XX seria um dos períodos de maior consciência e avanços das mulheres contra todos os limites impostos a elas. Vale também lembrar que o capitalismo permitiu que muitas tivessem seu trabalho fora do “lar” reconhecido, mesmo que em condições desiguais. Do mesmo modo, a Primeira Guerra Mundial proporcionou a ocupação em profissões marcadamente direcionadas a homens, já que saíram para as lutas, permitindo que muitas passassem a reivindicar por essas profissões de forma contínua nas décadas seguintes. A escolha e a conquista de algumas dessas mulheres em continuarem a atuar no espaço público após ao fim da Primeira Guerra Mundial, mesmo que se esperasse o retorno delas “aos lares”, representa uma vitória diante dos argumentos que permitiram suas saídas, em decorrência da falta dos homens em casa, da necessidade de sustentar o lar, ou mesmo, para produzir nas fábricas na ausência de homens.

As resistências que se seguiram na luta por melhores condições sociais e de trabalho fizeram com que muitas feministas fossem desqualificadas, isto é, algumas ocupações por elas desempenhadas eram aceitas pela moral vigente, mas nem todas – como muitas feministas passaram a defender. Desse modo, uma maneira de desqualificar a luta de diversas feministas era chamá-las de *sufraettes*, o que as caracterizava como uma mulher, cujo comportamento não representava o que se esperava no tocante ao cuidado com o lar acima de todos os aspectos (KAMITA, 2004:45-54).

Nesse caso, o feminismo pacifista almejava se desvincular de qualquer sentido pejorativo que tinha o termo *sufragette*, por exemplo. E, por isso, mulheres como Mariana Coelho e Leonor Castellano defendiam o feminismo, evidenciando, contudo, ações próximas às do lar. Nesse contexto, a feminista Mariana Coelho era representante de Bertha Lutz e próxima a diversos intelectuais curitibanos, como Dario Velloso e Rocha Pombo, o que dava destaque e circularidade às suas ideias. Mariana Coelho, Rachel Prado, Leonor Castellano, entre tantas, estavam rompendo limites como representantes ainda de seus contextos (KAMITA, 2004:45-54).

Mariana Coelho, no contexto de 1920-1940, muitas vezes, mostrou-se como uma feminista essencialista (PEDRO, 2005:81), pois defendia a supremacia das mulheres em relação aos homens. Já, em outros momentos, demonstrou um desejo de uma pretensa igualdade entre homens e mulheres. Como mencionado anteriormente, a autora afirmava que a intelectualidade feminina só era considerada inferior à masculina devido às diferenças culturais existentes ao longo da história e não biológicas (KAMITA, 2004:50) ideia evidenciada como na seguinte citação: “[...] conclui-se da convicção de Lamarck que, desde que a verdadeira educação não impulsionava o cérebro feminino, não podia ser criado o órgão funcional da hereditariedade intelectual da mulher – dando o fato, como resultante, a sua inferioridade secular na ciência e na arte [...]” (COELHO, 2002:39). Mariana Coelho atribui à cultura os significados dos sexos, dos órgãos, entendendo que o seu significante não poderia naturalizado.

Castellano frisou o fato de Mariana Coelho ter sido uma importante educadora para Curitiba. Uma mulher que por 62 anos demonstrou “[...] ser uma intrépida sentinela dos direitos e deveres da mulher, cultora elegante e castiça em torneios linguísticos [...]” (CASTELLANO, 1956:65), não obstante, os tons altruístas quanto às qualidades de Mariana Coelho são apontados como vindos do feminismo e do seu próprio tempo: “[...] preocupada com o futuro dos povos preconiza antes de mais nada a paz. Daí que seu feminismo estar profundamente entranhado com esta causa, ao lê-la, conclui-se que a paz não pode vir senão pela procura da felicidade de todos [...]” (MUZART, 2002:11-18). Castellano parece concordar com o feminismo pacífico de

Mariana Coelho, pois as conquistas atribuídas à feminista foram lembradas como algo que todas as mulheres deveriam prezar.

Mariana Coelho defendeu a Primeira Guerra como uma causa que serviu para que várias mulheres conquistassem novos espaços, os quais teriam sido impossíveis de serem acessados sem a existência de um evento como esse. Tal fato foi lembrado por Castellano nos artigos da *Página Literária* em 1924¹¹, em que ressaltou os exemplos ruins vindos de homens no poder, os quais, segundo ela, não seriam comuns se as mulheres tivessem a mesma representação política que os homens, enfatizando os estereótipos de “mais delicada” e “mais paciente” que seriam próprios das mulheres. De qualquer forma, a Primeira Grande Guerra forneceu às mulheres oportunidades até então escassas, pois os homens, ao saírem para os campos de guerra, deixaram seus lugares vagos e mesmo após o retorno deles, alguns desses espaços já eram parte da conquista de mulheres.

Considerações finais

Considero que, nas primeiras décadas do século XX (DUARTE, 2003:9), as manifestações feministas que desejavam um aumento do campo de trabalho, no comércio, na indústria e nas repartições tornaram-se intensas. E, nesse sentido, posso compreender que tanto a primeira quanto a segunda guerras deixaram marcas profundas nos hábitos familiares, alterando a divisão das tarefas por sexo, na sociedade e em vários aspectos da vida das mulheres. Assim sendo, tanto Castellano quanto Mariana Coelho discutiram sobre feminismo (em especial a última). Ambas, cada uma ao seu modo, testemunharam situações em que as mulheres poderiam conquistar novas profissões, porém, que se restringisse àquelas mais próximas às desempenhadas no lar. Como aponta Danda Prado, as duas guerras geraram novas opções, apesar de que em seus fins, a muitas mulheres foi destinado novamente o “reinado do lar” e em muitas das profissões que puderam seguir não deveriam abandonar a ocupação de donas de casa (PRADO, 1979:95-100).

11. Colunas de Leonor Castellano publicadas em 1924, em que estabelecia uma discussão sobre o “seu” feminismo, alegando não ser “baderneira”.

Leonor Castellano e as outras mulheres aqui mencionadas representam aquelas que obtiveram conquistas em meados do século XX, mas que não deixaram de reproduzir alguns dos mesmos ideais que as suas sociedades determinavam. O contexto de conquistas não afastava as mulheres da moral vigente. Muito embora a elas era permitido o Ensino Superior em vários cursos, preferencialmente os que estavam ligados ao magistério e poderiam ocupar um emprego público, essas atividades não poderiam comprometer suas funções e responsabilidades como mães e esposas. Dessa forma, além de conquistarem novos espaços com suas pautas e reivindicações, também colaboravam com o futuro da Pátria idealizado em princípios do século XX. Nesse sentido, Mariana Coelho, Rachel Prado, Maria Falce de Macedo, Júlia Wanderley ou mesmo Leonor Castellano foram mulheres que, ao receberem uma educação conservadora, utilizaram esse espaço para expandirem seus horizontes e contribuíram para ampliar o de outras mulheres, para desbravarem caminhos até então cerceados.

Espaços literários como o Centro de Letras do Paraná e o Centro Paranaense Feminino de Cultura foram importantes para a atuação de Castellano e a de muitas outras mulheres. A partir destes lugares, só acessados porque essas mulheres puderam ocupar os bancos escolares, Castellano e outras reivindicaram e vivenciaram conquistas das mulheres no século XX, como também puderam alterar outros comportamentos engessados comuns ao seu tempo. Ainda sobre a escritora, lembro que ela não se casou, não teve filhos e era independente em sua vida financeira, aspectos que demonstram que ela não cedeu e produziu estratégias para resistir ao conservadorismo persistente na vida das mulheres de seu tempo. Ser mãe ou dona de casa também não impede uma mulher de se reconhecer feminista; porém, naquele período, poderia ser assustador uma mulher pensar e defender ideais diversos ao pensamento patriarcal e conservador corrente era, sem dúvida, revolucionário.

Ideias feministas como as do tempo de Castellano permitem-nos que nós – feministas no século XXI – entendamos que nossa luta é longa, complexa. Resulta de angústias, de lutas, de mobilizações de operárias, de prostitutas, de donas de casa, bem como de senhoras que ocuparam os primeiros bancos

escolares, que discursavam em festas e que não se contentaram em ser – obrigatoriamente – somente belas, recatadas e do lar.

Fontes

CASTELLANO, Leonor. *Figuras de ontem e hoje*. Curitiba: Centro de Letras, 1953.

CASTELLANO, Leonor. Página Literária. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, mês 1 n. 1489, v. 1, 1924.

CASTELLANO, Leonor. Página Literária. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, mês 1 n. 1489, v. 2, 1924.

CASTELLANO, Leonor. *Revista do Centro de Letras do Paraná*. N. 15, 1956.

CASTELLANO, Leonor. *Revista do Centro Feminino de Cultura*. Curitiba: CPFC, 1964.

COELHO, Mariana. *Chronica da moda*. Curitiba: Diário da Tarde, 1901.

CÓDIGO DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 17. *Da organização geral do ensino primário*. Curitiba: Typ. d'A República, 1917.

WANDERLEY, Júlia. *Relatórios*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1906.

Referências

ABREU, Geysa S. Alcoforado. *O ensino regular da caligrafia: a experiência da Escola Americana de Curitiba no final do século XIX e início do século XX*. III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/321.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

ALVES, Branca M. *Ideologia e Feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BANDEIRA, Gláucio *et all*. *Centro de Letras do Paraná*. Curitiba: Centro de Letras, 1958, volume LXV.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé Lupinacci. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- CARDOSO, Irede. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1981. (Coleção História Popular, n. 2)
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DUARTE, Constância L. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- KAMITA, Rosana Cassia. *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*. 2004. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NICOLAS, Maria. *Pioneiras do Brasil*, estado do Paraná. Curitiba: [s.l.], 1977.
- MOREIRA, Júlio Estrella. *Dicionário bibliográfico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1957.
- MUZART, Zahidé L. *Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia* (v. 3). Florianópolis: Ed. Mulheres: CNPq, 2009.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “A cidade das mulheres – Mariana Coelho uma feminista brasileira”. In: COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo*. Subsídios para a sua história, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRADO, Danda. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense: 1979.
- ROMEMBERG, Fúlvia. “Mulheres educadas e a educação de mulheres”. In.: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. (org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-337.

- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- SILVA, Mozart Linhares. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). *Revista Ibero-Americana de estudos em Educação*. Araraquara: UNESP, v. 8, n. 4, p. 900-922, 2013.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, v. 2.
- TRINDADE, Etelvina Maria de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- TRINDADE, Etelvina Maria de C. “Augusto Comte e a mulher: o feminino na Primeira República”. In: TRINDADE, Etelvina Maria de C.; MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.
- ZOMER, Lorena. *História de uma boa feminista: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

SOBRE HUMOR FEMINISTA E HISTORIADORAS MULHERES: PELA SUBVERSÃO DA ESCRITA ACADÊMICA

Cintia Lima Crescêncio

Em dezembro de 2015, retornando do doutorado sanduíche no exterior e prestes a defender minha tese, participei da I Jornadas do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, intitulada Gênero, Poder e Subjetividades, na Universidade Federal de Santa Catarina. Foram dias de discussões proveitosas e, na mesa de encerramento, minha querida orientadora, Cristina Scheibe Wolff, leu um texto muito emocionado em homenagem à professora Joana Maria Pedro, intitulado “Casa da Mãe Joana”. Uma forma de mostrar todo o afeto do LEGH a uma historiadora que marcou e marca todas nós. Entre afetos e memórias, Cristina também apresentou um panorama dos projetos coordenados por ela naquele momento e fez uma piada com o fato de as pesquisas do LEGH, voltadas para o Cone Sul, terem deixado o Peru “de fora”, uma vez que foram priorizados Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile. Ainda recordo o som das gargalhadas que tomou conta do auditório. O riso que ecoou entre graduandas, mestras, doutoras, professoras universitárias e pós-doutoras marcou minha memória e, apesar de não ser considerado comum às mulheres, e menos ainda ao ambiente acadêmico, é sobre ele, e seu catalisador – o humor – que pretendo debruçar-me neste capítulo.

Bonnie Smith, em livro que deveria ser leitura obrigatória de todo programa de teoria da história, ao comentar o trabalho das historiadoras amadoras do século XIX, afirmou:

[...] o riso e as piadas impediam o avanço rumo ao sentido pleno do choque traumático do passado com o presente. As piadas, de certa forma, não levavam a lugar algum e ao mesmo tempo sinalizavam uma sacudida na narrativa, repetindo de forma aceitável um momento chocante fora do significado e revelando para nós, leitores de hoje, a força do trauma (SMITH, 2003:127).

Dissertando sobre o nascimento da história amadora, protagonizada por mulheres, em oposição à produção da história enquanto ciência, Smith explora temas, técnicas e métodos que atravessavam o trabalho das amadoras que, mesmo antes dos manuais e seminários que visavam ensinar como fazer história, buscavam, através da escrita, registrar e analisar uma era de revoluções. De acordo com a autora, um dos recursos utilizados para “sacudir a narrativa” era, exatamente, o humor. Ainda distante no tempo de uma história dita profissional que recusava o que fosse considerado doméstico ou da ordem do afeto (SMITH, 2003:157), a história amadora permitia-se um fazer criativo que a história ciência rejeitou. A história, nesse sentido, construiu-se como ciência a partir da negação do amadorismo e, ainda, do que era considerado feminino, tendo, ela própria, um gênero: o masculino! Objetividade, racionalidade, virilidade e o domínio do ambiente público/político eram elementos fundamentais para o historiador profissional. Esse caminho não afetou apenas os temas tratados pela história, como também seu método e seu produto: a escrita! Emoções, afeto, “superficialidades” e domínio do ambiente privado/pessoal não eram, em definitivo, características consideradas valorosas para a ciência.

O espaço de criação e criatividade da forma como a ciência história se comunica com o mundo foi, portanto, reduzido. O pânico causado por historiadores como Hayden White (1992) na comunidade histórica é bom exemplo disso. Ao propor uma reflexão profunda sobre o papel da narrativa na história aproximando-a da literatura – já na segunda metade do século XX – White atacou (in)diretamente um modelo de ciência que vem sendo

construído cuidadosamente desde o século XIX. Fundada em binômios, portanto, a história ciência tem se mantido: público/privado, político/pessoal, masculino/feminino, sério/cômico. Diante desse cenário, há lugar para o humor como forma de subversão da escrita acadêmica? Se sim, qual o papel das mulheres historiadoras e, ainda, das historiadoras feministas?

Tal reflexão é resultado de pesquisas que venho realizando nos últimos anos. No mestrado (2010-2012), em dissertação intitulada *Veja o feminismo em páginas (re)viradas* (1968-1989) acabei sendo conquistada por Millôr Fernandes que dedicava boa parte do seu talento humorístico a ridicularizar mulheres e feministas. No doutorado (2012-2016), em tese intitulada *Quem ri por último ri melhor: humor gráfico feminista* (Cone Sul, 1975-1988), construí um conceito de humor, baseado no modo feminista de fazer humor gráfico, que pode ser caracterizado como contra-hegemônico, na medida em que não é baseado no ridículo e na desqualificação do outro. Em estágio pós-doutoral (2016-2018) intitulado *Uma história do humor gráfico feminista no Brasil* (1975-1988), trabalhando com história oral e depoimentos de mulheres que viveram a ditadura, observei como o humor gráfico feminista foi, no geral, esquecido pelas mulheres que o consumiam via imprensa alternativa, tendo prevalecido memórias “sérias” desse período. Depois dessas experiências com humor gráfico e história oral, venho tentando me debruçar sobre uma discussão histórica/teórica que considere o próprio humor como estratégia narrativa. Ao concluir a existência de um caráter subversivo no humor feminista¹ sugiro, então, uma reflexão que proponha o uso do humor como subversão da escrita acadêmica e aponto as historiadoras feministas como sujeitos principais dessa ação, na medida que suas/nossas experiências de vida e acadêmicas permitem a desestruturação das dicotomias – público/privado, político/pessoal, masculino/feminino, sério/cômico – anteriormente mencionadas e que sustentam as injustiças do mundo. Esse texto é um convite às historiadoras mulheres e, especialmente, feministas a explorarem um humor eminentemente revolucionário no seu ofício de historiadoras,

1. Considero humor feminista o humor produzido por mulheres com perspectiva feminista que não tenha a autodepreciação como instrumento de riso. Faço a ressalva que, sendo o humor uma construção masculina, é fundamental a compreensão de que ser sujeito do humor – como produtora e não como alvo – é por si só um gesto feminista.

mais especificamente no processo de escrita, uma vez que, como já sabemos, o Peru “de fora” é apenas o começo de uma longa história do humor e do riso feminista.

Nesse sentido, este capítulo está dividido em duas partes. Começo discutindo a construção do cômico/humor/riso como categoria teórica que culmina em uma definição de humor fundada na crítica e na reflexão. Em um segundo momento proponho a construção de uma escrita acadêmica que, motivada pelo humor das historiadoras mulheres e feministas, permita-se a reinvenção.

No Brasil do começo do século XX um humorista fez questão de ter título de nobre, era Barão de Itararé que afirmava: “Os homens nascem iguais, mas no dia seguinte já são diferentes” (BENEDITO, 2007). Nesse mesmo período eram vastas as piadas, publicadas principalmente na imprensa, que ridicularizavam as mulheres e as mulheres que lutavam pelo direito ao voto. Ana Luiza Timm Soares, em pesquisa sobre o jornal gaúcho *O Tempo*, cita um texto no qual à natureza da mulher é atribuída a reunião de características de diferentes animais: vaidade do pavão e tagarelice do papagaio são exemplos (SOARES, 2010). Que rumos tomaria a política institucional se fosse protagonizada por vaidade e verborragia? Também as sufragistas eram ridicularizadas por lutarem por direitos civis iguais aos dos homens. Erma Bombeck, humorista estadunidense, ironizando as investidas dos homens contra o direito ao voto das mulheres, argumentou que não queria que os homens votassem, porque lugar de homem é no exército (BARRECA, 1996). Apropriando-se do mesmo tipo de humor explorado por eles, a escritora e humorista fazia uso da desqualificação para provocar o riso.

Na segunda metade do século XX, a partir dos anos 1960, o feminismo se organizou em torno do lema “o pessoal é político”. No Brasil, sob as amarras da ditadura que assolou o país por 21 anos, entre 1964 e 1985, o feminismo emergiu com a “cara” das esquerdas. Em meio à luta armada, à clandestinidade, ao exílio e à imprensa alternativa, uma geração de mulheres fez uso do humor e do riso, principalmente através da publicação de humor gráfico feminista na imprensa alternativa com perspectiva feminista da época. Esse humor, diferente do humor que ridiculariza a origem da “inferioridade”

das mulheres, e distante do humor de Bombeck que “envia” os homens ao exército, construiu-se como um humor contra-hegemônico que resultava e ainda resulta em um riso revolucionário. O humor feminista é, nesse sentido, uma reinvenção do cômico e do humor costumeiramente dominado por homens e que, em muitos casos, baseia-se em uma estrutura convencional e hierárquica exploradora do ridículo e de estereótipos. A categoria de humor feminista alia humor e visão feminista de mundo, propondo novas formas de fazer rir e de rir.

Sírio Possenti aponta que, diante de debates repetidos sobre humor, o que faltaria dizer dele é que se trata de um campo, assim como proposto por Bourdieu (POSSENTI, 2014). Sou levada a concordar e a discordar do autor. Definitivamente, compreender o humor como vasto campo regido por conjunto de regras é ação fundamental. Os estudos no campo do humor, assim como muitos outros, tendem a acreditar que sempre estão a inventar a roda, quando muitos outros estudos já “rodaram” muito antes. Entretanto, preciso discordar do fato que os estudos do humor chegaram ao seu fim em termos de novidade, uma vez que há toda uma produção humorística de autoria de mulheres que foi ignorada em termos de objeto de estudo que pode, inclusive e principalmente, fazer com que a teoria seja revisitada. Como poderiam os estudos sobre o humor sinalizar seu fim se seus aspectos epistemológicos não foram confrontados com a produção humorística de escritoras e cartunistas, por exemplo, que desestabilizam as fronteiras entre pessoal e político, privado e público?

Humor é categoria de difícil definição, exatamente porque compõe esse vasto campo lembrado por Possenti. Nesse sentido, coaduno com a proposta de Alba Valéria Tinoco Alves da Silva (2015) que aponta o campo do humor sendo composto pelo chiste, a ironia, a comédia, a paródia, a piada e correlatos. A filosofia, a psicanálise, a sociologia, a antropologia e a história há séculos procuram entender e explicar o humor. Sigmund Freud destacou o humor como dom precioso e raro, ao mesmo tempo que teimoso e rebelde. Atentando às diferenças de humor entre homens e mulheres, o pai da psicanálise também insinuou uma inabilidade delas para fazer humor em função de uma falha no superego (FREUD, 1976). Quentin Skinner, em

Thomas Hobbes e a Teoria Clássica do Riso (2002), pontua que o humor é um instrumento que serve ao insulto e à destruição de causas. Henri Bergson, no livro *O Riso*, ressalta o riso como gesto com significação e alcance social que, em última análise, serve como castigo ao se estabelecer por meio da humilhação. Para ele, o riso é resultado da insensibilidade, sendo a comicidade produzida apenas na indiferença, na rejeição da empatia (BERGSON, 1978). Mikhael Bakhtin (2002) propôs o riso como forma de conceber o mundo, tão valoroso como o modo sério.

Os clássicos, portanto, alertam para alguns elementos importantes para a compreensão do humor: seu potencial destrutivo é inegável, seja para rir de alguém ou de algo; há uma permanente relação com o riso, que seria a resposta ao chiste, à piada, à ironia, à paródia etc.; o humor é histórico, social, relaciona-se diretamente com seu tempo e comunidade. Fazer rir e rir no medievo não é o mesmo que fazer rir e rir na era das revoluções, e ambas não se assemelham ao humor/riso contemporâneo. Essa historicidade articula-se à premissa que humor e riso são vivos e demasiadamente humanos.

Allan Deligne, ao articular o gesto de rir à subjetividade, aponta um elemento importante a ser considerado.

[...] podemos rir de tudo, mas não em qualquer lugar, nem a qualquer hora, nem com qualquer pessoa. É preciso, portanto, conhecer bem a situação e o que convém [...] não haveria riso justificável, sem uma adequação às circunstâncias. A qualificação é moral, pois haveria um mérito sem dar limites, já que a pessoa que ri ou faz rir estaria sempre tentada a não respeitar nada [...] parece-nos que o fato de se considerar o circunstancial aumenta a responsabilidade do produtor do riso. A capacidade de fazer rir torna-se valor ao se preocupar com as consequências previsíveis. Para julgar até que ponto a produção do riso é livre, não é preciso abordá-lo em primeiro lugar como um *poiesis* (domínio da estética), mas devemos considerá-lo inicialmente como uma *praxis* inserida num contexto (domínio da ética e da retórica) [...] (DELIGNE, 2011:31-32).

Questionando o problema dos limites do humor, e do riso, o autor ressalta a importância de conhecermos situação e contexto para a construção

de um humor e de um riso justificáveis, isto é, adequado às circunstâncias. Contar e rir de uma piada machista em meio às mulheres, por exemplo, não seria adequado. Não apenas porque é algo condenável, mas porque seria ineficaz. A citação de Deligne, mais do que discorrer sobre a carga conceitual do riso, informa-nos sobre a atualidade do riso. As teorias clássicas do riso necessitam ser colocadas à prova de novos tempos, novos sujeitos e novas formas de fazer humor e de rir. As premissas da antiguidade, do medievo e do renascimento devem ser confrontadas com experiências que rejeitam o ridículo, o insulto, a hierarquia. Esse confronto, se aliado a uma perspectiva feminista, ocasiona, ainda, uma necessidade de revisão da própria ideia de humor e de riso, historicamente construído em um paradigma masculino. Elevando essa articulação ao universo acadêmico, atingimos o auge do embate: há lugar para o humor na escrita acadêmica?

O humor que ocupa variados espaços no teatro, na televisão, no cinema, na literatura, nos shows de *stand up comedy*, no cotidiano, articula-se a uma modalidade de riso que remonta à definição de comédia clássica, sempre baseada na superioridade e no distanciamento em relação à dor do outro. Para Pirandello (1960), para passar do cômico ao humorístico é necessário renunciar a isso. Umberto Eco afirma que “[...] se o cômico animaliza o humano, o humorístico pode até humanizar o animal, ou fazer-nos sorrir e chorar a respeito de um animal como se fôssemos ele” (ECO, 2006:74). Apesar de discussões sobre o riso de animais, especialmente cachorros e macacos, mobilizarem biólogos e zoologistas, não é sobre a vida animal que Eco se refere. O autor, ao afirmar que o cômico animaliza o humano, pontua, por exemplo, o efeito de uma queda desastrada e dolorosa em um público sádico ansioso pelo triste destino de alguém. Desejosos do riso, podemos permitir que ele tome conta de nós diante da tragédia do outro. Não há espaço para análise de circunstâncias. Em um movimento adiante, o humor pode ter efeito contrário. Na humanização, a queda desastrada e dolorosa provoca empatia, mesmo que ela seja protagonizada por um diferente de nós. Nesse sentido, o humor tem um caminho duplo que pode, sim, escapar da destruição, do ridículo e da dor. O humor feminista reside exatamente nessa outra possibilidade conceitual. Nesse humor contra-hegemônico é a experiência compartilhada que permite que outro caminho seja traçado.

Essa experiência compartilhada não é baseada na identidade de um grupo que divide os mesmos preconceitos: brancos que riem de uma piada sobre negros, por exemplo. No humor contra-hegemônico, isto é, no humor feminista, a experiência compartilhada é atravessada pelas expectativas de feminilidade e de gênero. Nesse humor, ri-se da misoginia; ri-se da indústria da beleza; ri-se do mito do amor materno; ri-se das tentativas de controle da sexualidade das mulheres. Nancy Walker (1988), citando Naomi Weisstein, sonda motivos pelos quais as mulheres não teriam criado uma identidade de grupo focada na produção do humor como aconteceu com judeus e negros nos Estados Unidos. A autora disserta sobre a criação de um senso de pertencimento, a partir da identificação da opressão, que ocasionou o fortalecimento de uma identidade coletiva que resultou na produção humorística dessas minorias políticas. As mulheres, contudo, dividem suas vidas com os homens e teriam sido “escondidas” de outras mulheres, das possibilidades do humor e mesmo de suas habilidades de fazer rir. Para Walker, é a própria negação do senso de humor das mulheres que negou a elas a possibilidade de construção dessa identidade de grupo a partir do humor (WALKER, 1988). O feminismo, ao propiciar a construção de uma identidade coletiva para as mulheres, seria, portanto, uma das vias para a desestruturação dos modelos de humor até então vigentes. Regina Barreca (1991), avançando nessa discussão, aponta o humor como dependente de uma base de experiências compartilhadas que, mesmo sendo publicamente negado às mulheres, tem vazão em espaços privados. Ao discutir sobre a experiência das mulheres, marcada por um riso alto, coletivo e livre, um riso entre-mulheres (BARRECA, 1991), a autora informa-nos sobre a natureza do riso delas, o espaço privado, aquele que pouco tem valor para a vida ou para a história. Walker (1988) afirma que o humor delas começa na cozinha. Sem esforço, podemos lançar a reflexão de Walker e Barreca ao Brasil.

Observando o caso do Brasil, é relevante citar a questão do silenciamento da produção humorística de mulheres. Alba Valéria Tinoco Alves Silva (2015), em pesquisa sobre escritoras mulheres que utilizam o humor, conclui que ninguém parece saber o que fazer com o humor das mulheres. Ouso dizer que essa aparente confusão em relação ao humor das mulheres é extremamente calculada, uma vez que dar destino a ele inclui uma revisão teórica/histórica

que revolucionaria os estudos sobre humor. Ação da mesma natureza poderia revolucionar diferentes campos. Uma revisão sincera da história a partir da história das mulheres, dos estudos de gênero e feministas faria não apenas com que milhares de outras páginas fossem escritas, obrigaria também que a espinha dorsal da ciência fosse questionada. Além disso, é relevante pontuar que o “feminino” sempre foi elemento de desqualificação: arte feminina, escrita feminina, humor feminino/doméstico. O feminino – ligado ao privado, ao menor e à especificidade das mulheres – é imposto como oposição à arte, à escrita, ao humor – esses sem o qualificante universal masculino.

O humor feminista, ao contrário do proposto pelas teorias clássicas, não tem como premissa a ideia de destruir ou ridicularizar o outro; pelo contrário, funciona exatamente nas fissuras das estruturas pelas quais as sociedades são fundadas. Critica o machismo, o sexismo e a misoginia ao visibilizar sua incoerência e injustiça. O humor feminista não lança o riso sobre pessoas e grupos, mas sobre sistemas e estruturas viciadas, para isso se constrói de maneira diversa. De acordo com Barreca, o humor das mulheres²: conta uma história, não apenas uma piada; pretende comunicar, dividir experiências; é menos agressivo; tende mais a autodepreciação do que a depreciação do outro; foca sua crítica no que é hierarquicamente superior e não inferior; baseia-se frequentemente na empatia; expressa certa frustração (Barreca, 1991:150-151). Trata-se de um outro modelo de humor que cada vez mais busca afastar-se da definição tradicional de humor que preza pela hierarquia, pela violência, que nada subverte e nada questiona. O humor e o riso feminista subvertem, desde a origem, ao mudar seu sujeito de ação e seu alvo de ataque. Seu potencial, portanto, é revolucionário e libertador, ao mesmo tempo que traz consigo as marcas generificadas da experiência, não sendo um gesto social vazio de significado. Tal gesto é acompanhado de tristeza. Diante de uma charge que ironiza um parlamento de homens brancos decidindo sobre a legalização do aborto; diante de uma tirinha que satiriza o monopólio do trabalho doméstico; diante de uma piada que acusa a religião de definir o destino das mulheres; não é apenas o riso desestruturador que emerge, é também a tristeza da percepção das amarras. Para Umberto Eco,

2. Regina Barreca considera todo humor feito por mulheres um humor feminista, uma vez que a habilidade de elas fazerem humor sempre lhes foi negada.

há tristeza em um riso genuinamente destruturador: “Nós sorrimos porque nos sentimos tristes por termos descobertos, por apenas um momento, a verdade” (ECO, 2011:8, tradução nossa).

O humor feminista, com bases transformadoras e revolucionárias, sugere a construção de uma cultura do riso que não se baseia na violência simbólica e opressora, seu princípio fundador não é o ataque, mas a mudança, a revolução. No humor feminista, as verdades são colocadas em suspenso, os preconceitos são rejeitados e o alvo é a lei, a norma. O humor feminista desafia quem merece e precisa ser desafiado: o sistema, a cultura, a história. Para Regina Barreca (1991), é esse tipo de humor que ameaça a autoridade, porque ele contorna e confronta os limites. Praticamente todos os estudos de humor apontam a violência como um fundamento essencial, mas isso vale apenas para o humor feito por homens (WALKER; DRESNER, 1998). O humor feminista ri da própria desigualdade de gênero pontuando o absurdo do sistema que sustenta a desigualdade (WALKER, 1988).

Os estudos sobre humor, apesar de pouco visíveis em diferentes campos, avançam há séculos através de teorias sofisticadas e eruditas. Até mesmo seu fim foi declarado, uma vez que não poderia existir nada de novo e excitante a ser dito. Arrisco afirmar que são elas, as “vorazes tagarelas”, a novidade – ou a antiguidade ignorada – que o humor precisa. Capazes de pensar o caráter político, formativo e educativo do humor feminista, são as mulheres os novos sujeitos do campo do humor no século XXI. Conscientes que o humor feminista é uma arma revolucionária, é tempo de renovar o domínio do coldre.

“O humor das mulheres origina-se do poder das mulheres, e a ideia das mulheres terem poder é irritante para muitos homens” (BARRECA, 1991:62, tradução nossa). Fazer humor é ter poder, é controlar a versão da história, é sair da condição de alvo da narrativa para sujeito da narrativa. “O homem que teme o riso das mulheres é o homem que teme o poder das mulheres” (BARRECA, 1991:130, tradução nossa). Regina Barreca informa que humor e riso estão relacionados com o poder e se os homens temem tanto o riso das mulheres, quanto o humor das mulheres, é porque eles temem a perda do controle. Esse medo aproxima-se ao cultivado contra as historiadoras amadoras que, com outros modos de fazer história, eram consideradas uma

ameaça à história científica que se buscava construir. No século XIX, a história iniciou uma luta para se libertar do cotidiano e, conseqüentemente, de tudo que pudesse ter relação com a feminilidade (SMITH, 2003).

A luta pela narrativa, neste capítulo, portanto, alia-se à luta pelo protagonismo no humor. Trata-se de um duplo desafio que empresta à história e ao humor uma possibilidade de revolta narrativa e textual. Isso porque o humor feminista oferece uma possibilidade de transformação na escrita de historiadoras, especialmente, feministas. Não cogito aqui a inserção de situações cômicas em dissertações, teses, artigos e livros que versam sobre educação de mulheres, violência doméstica, história dos feminismos, mas sim de reviravoltas textuais através do humor. Umberto Eco aponta a possibilidade de catarse diante da passagem do cômico no texto para o cômico do texto, não sendo necessária a representação de um evento cômico: “O texto faz rir por si” (ECO, 2006:72). Pensando que a materialização do ofício histórico se dá via escrita, pode ser estratégico para historiadoras feministas explorarem o humor feminista no texto acadêmico como forma de subverter um modelo de ciência fundado na negação do que é considerado feminino.

Larrosa afirma que “A escrita acadêmica é alérgica ao riso, à subjetividade e à paixão” (LARROSA, 2003:110). Não poderíamos negar essa afirmação e, com um olhar de gênero, também não podemos deixar de notar que riso – ligado ao irracional –, subjetividade e paixão são características negadas pela história dita profissional desde sua emergência até hoje. A história amadora foi vinculada a um estilo de escrita feminino, subjetivo, apaixonado, articulado à ideia de superficialidade, ambos pautados em hierarquias concebidas pelo posterior desenvolvimento do profissionalismo, profissionalismo configurado por ideais de masculinidade empreendidos nos Liceus, arquivos e seminários, lugares cuja entrada de mulheres era proibida, confirmando-se o amadorismo como persistente lugar de alteridade (SMITH, 2003). A sugestão de Larrosa, embora pertinente, no caso da escrita da história remonta à sua emergência, pautada na negação de características que, atualmente, muitos estudiosos apontam como fundamentais e revolucionárias. Rever a escrita acadêmica, no caso da história, tem relação direta com retomar e analisar o gênero da história. O humor feminista, nesse sentido, pode exercer um movimento duplo: de revisão e crítica dos modos tradicionais de fazer humor e de rir

e de reconfiguração da narrativa histórica. Os dois movimentos resultam na desestabilização do humor e da história como campo de conhecimento e disputa construídos no masculino, com uma consequente “sacudida” nas dicotomias que sustentam ambos: público/privado, político/pessoal, masculino/feminino, sério/cômico.

É interessante observar que, apesar do riso ser considerado por muitos pesquisadores algo do domínio das paixões, também ele foi negado às mulheres. Há uma série de teóricos que questionam a habilidade das mulheres de fazerem rir, afirmação que é confirmada pelos números já que elas são minoria na produção de cartuns e na arte da palhaçaria, por exemplo. Alba Valéria Tinoco Alves Silva (2015) cita inúmeros escritores que insistem em afirmar que as mulheres não sabem fazer rir. Entretanto, como sabemos, os números apenas expressam a rejeição às mulheres em certos campos e pouco falam sobre suas capacidades. Antologias são facilmente questionadas por ignorarem plenamente as mulheres escritoras e cartunistas que produziam humor. Por isso, refletir sobre essa capacidade é fundamental. Não tenho dúvida da capacidade das mulheres de fazer rir. Todas somos capazes de rememorar reuniões entre amigas, irmãs, colegas de trabalho, companheiras de doutorado, encontros acadêmicos em que o riso é a tônica. O gracejo com o Peru, que deu início a esse capítulo, é um exemplo de como somos capazes de provocar o riso e, a partir de uma base compartilhada, rir juntas.

Nossa inabilidade de lidar com o humor é, na realidade, ilusória e pontua o fato do humor feito por mulheres ser extremamente perigoso, uma vez que ele desafia a autoridade. Fazer humor é assumir uma posição de poder e o humor hegemônico que vem dominando a cultura do riso, refiro-me aqui especialmente ao Brasil, não se mostra disposto a abrir mão desse domínio. Decretar o fim do que poderia ser dito sobre humor, atribuindo a última novidade a Freud, é prova disso. O fim precoce insinua, apenas, um primoroso avanço interrompido.

Pensando o humor feminista como potencial produtor de mudança, como espaço de poder e o fato do riso implicar cumplicidade entre as mulheres proponho, então, o humor feminista como forma de subversão da escrita acadêmica, uma vez que revisitar os cânones exige um movimento muito maior do que a inclusão de páginas e uma ou outra correção. Debater humor

como campo exige considerar o potencial revolucionário – tanto teórico quanto social – do humor feminista. Questionar a escrita acadêmica com suas letras douradas e sumários eletrônicos exige considerar os efeitos que o recurso do humor poderia ter sobre sua forma e alcance. Tais debates e questionamentos podem resultar em uma reinvenção do humor e da história, na medida em que paradigmas e dicotomias precisariam ser revistos. Não defendendo que “somos todas humoristas”, mas advogo a potência do humor feminista para questionarmos a história, a ciência e o próprio humor.

O humorista vai de encontro aos valores publicamente aceitos da cultura, ele mostra que os pés dos santos são de barro, diz que não apenas o imperador está nu, mas também estão o político, o piedoso e o pomposo. Para as mulheres tomar tal atitude significa quebrar as regras da posição passiva e subordinada, que lhes foi conferida por séculos de tradição patriarcal, e revelar as vergonhas, hipocrisias e incongruências da cultura dominante. Ser uma mulher e humorista é confrontar e subverter o próprio poder que mantém a mulher impotente e, ao mesmo tempo, correr o risco de confrontar justamente aqueles de quem ela é dependente (SILVA, 2015:61).

O recurso do humor confronta a hierarquia e, tendo sido os pilares da pirâmide reservados às mulheres, sua apropriação evoca a possibilidade de questionar duplamente esses lugares. Assumir o protagonismo do humor – sujeito do humor e sujeito que ri – permite não apenas tencionar uma escalada social, mas também, e principalmente, a possibilidade de enfrentar a própria hierarquia. Ocupamos a história. Exigimos e defendemos a construção de uma história feminista. É chegada a hora de marcamos essa mesma história com a potência criativa, subversiva e revolucionária do humor feminista.

Quando escrevia minha tese de doutorado sobre humor feminista fui tomada pelo sentimento de ausência de talento. Observava as charges, tirinhas e quadrinhos produzidos pelas cartunistas do Cone Sul, lembrando que o Peru ficou “de fora”, e lamentava o fato de ser incapaz de desenhar algo além de bonecos de palito, casinhas desproporcionais e árvores nada reais. Sanei parte dessa frustração ao roteirizar tirinhas que integram minha tese e que são assinadas pela quadrinista Helô D’Angelo, autora do livro *Dora*

e a Gata. Foi o primeiro passo na tentativa de trazer humor feminista à minha tese, não como fonte, mas como escrita acadêmica. As tirinhas feitas especialmente para dialogar com a tese foram o passo primeiro na tentativa de me apropriar do humor feminista no processo de escrita e, a partir daí, procurei, nos capítulos que restavam, me deixar seduzir pelas incoerências da cultura machista e responder com o humor feminista que havia aprendido com minhas fontes e com as experiências cotidianas de ser mulher e feminista. Procurei aliar, assim, escrita acadêmica e humor feminista como prática de intervenção narrativa³. É inesquecível o dia da defesa de tese em que uma das integrantes da banca revelou o prazer que alguns trechos do texto provocavam. Ela nomeou tais trechos de “inspirados” e citou algumas páginas que a marcaram. Tratava-se de trechos que procurei satirizar representações de minhas fontes buscando o riso, o meu e das leitoras.

Hoje, tentando problematizar esse esforço do ponto de vista teórico, é inevitável a reflexão sobre formas e normas que nos marcam como historiadoras. Apesar de nossa “origem amadora” que, de algum modo, permite-nos perceber as diferentes marcas que afetam o nosso fazer histórico, somos frequentemente “acusadas” por uma escrita feminina – em tom depreciativo – ou por fazermos história de mulheres e/ou feminista –, a primeira não teria valor científico e a segunda não seria suficientemente neutra. É tempo de responder a tais “acusações” e essa resposta não deve ser através da adequação de nossa narrativa aos dogmas postulados pelos grandes homens do século XIX. É tempo de humor, de subversão, de revolta.

[...] não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta linguística, uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de pensar de outro modo que não seja, também, ler de outro modo e escrever de outro modo” (LARROSA, 2003:102).

Pensar novas formas de escrita acadêmica é, portanto, um caminho para se pensar uma revolta nas formas de ser e estar no mundo como mulheres, historiadoras, feministas, acadêmicas. O humor feminista, enquanto categoria

3. Ver, a esse respeito, Crescêncio, 2016.

com potencial revolucionário, apresenta-se, nesse encaixe, como proposta de escrita acadêmica que escapa ao modelo típico de produção científica aliando-se à perspectiva de que pensar as mulheres historiadoras profissionais pressupõe revisar o que se entende por ciência e não revisitando a ideia de que as mulheres historiadoras profissionais precisam repensar seu modo de produzir história. Talvez o uso do humor feminista, como elemento narrativo na escrita acadêmica, seja um caminho para retomarmos modelos de história produzidos pelas historiadoras amadoras tão brilhantemente estudados por Bonnie Smith, afirmando novas formas de produzir história, aliadas às pertinentes discussões e preocupações propostas pelos estudos de gênero.

A formação acadêmica das historiadoras é marcada por regras e normas que não apenas constroem fronteiras para as pesquisas, como também para a escrita. Entre discussões teóricas, metodológicas, entre o tratamento de fontes e análises internas e externas, estão as normas da ABNT e a norma culta da língua que jamais nos permitem esquecer que somos policiadas do início ao fim do nosso trabalho. Mesmo o trabalho de leitura é “vigilado”. Ele deve ser atento, rápido e, de preferência, resultar em um fichamento útil. Em teoria, não há prazer algum em nenhum desses processos. Dedicção e um trabalho sério devem ser a tônica de todas as etapas da escrita acadêmica do ofício histórico, da pesquisa à impressão. Propor, portanto, o humor feminista como recurso no processo de escrita e na produção narrativa é fugir de todas as instruções que nos foram dadas ao longo de nossa formação, mas pode significar uma nova possibilidade para a história ciência, bem como para a nossa própria saúde mental. A alergia da escrita acadêmica, e da história, ao riso, à subjetividade e à paixão, é uma alergia ao feminino. É preciso celebrar que a ciência avançou – ou nós avançamos? – o suficiente para encontrarmos vacinas eficazes.

Bell hooks, expandindo a reflexão de Larrosa, afirma que “Ninguém parte do princípio que as ideias do professor podem ser divertidas, comoventes. Para provar a seriedade acadêmica do professor, os alunos devem estar semi-mortos, silenciosos, adormecidos. Não podem estar animados, entusiasmados. [...]” (hooks, 2017:194). Parece não emanar vida de parte alguma do universo acadêmico. A escrita e a sala de aula da universidade

negam o riso e, conseqüentemente, todo o potencial revolucionário de tal gesto social.

O humor feminista como forma de subversão da escrita acadêmica permite a construção de uma nova forma de produzir e difundir ciência, mantendo-nos distantes da apatia ou, na pior das hipóteses, em luta constante com ela. O rompimento da dicotomia sério *versus* cômico muito tem a contribuir com a escrita acadêmica de historiadoras engajadas nas lutas feministas. Tendo sido a academia alérgica às mulheres por muito tempo, nada mais justo que revolucionar a escrita acadêmica através do acionamento do humor feminista. O remédio para tal alergia é, assim, o próprio veneno.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

BARRECA, Regina. *The penguin book of women's humor*. New York: Penguin Book, 1996.

BARRECA, Regina. *They used to call me snow white... but I drifted: Women's strategic use of humor*. Penguin Books: USA, 1991.

BENEDITO, Mouzar. *Barão de Itararé – barão de três séculos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BERGSON, Henri. *O riso: Ensaio sobre o significado do cômico*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

DELIGNE, Allan. “De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?”. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 29-46.

ECO, Umberto. *Entre a memória e a ironia*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ECO, Umberto. “The Frames of Comic Freedom”. In: ECO, Umberto; IVANOVV, V.V; RECTOR, Monica. *Carnival! Approachs to Semiotic*. Berlin, DEU: Walter de Gruyter, 2011. p. 1-9.

- FREUD, Sigmund. *Três Ensaio sobre Teoria da Sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 07. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- LARROSA, Jorge. O Ensaio e a Escrita Acadêmica. *Educação e Realidade*, v. 28, n. 2, p. 101-115, 2003.
- PIRANDELLO, Luigi. *On humor*. EUA: University of North Caroline, 1960.
- POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.
- SILVA, Alba Valéria Tinoco Alves da Silva. *Deus e o diabo no humor das mulheres: contos, casos e crônicas com humor escritos por mulheres*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- SOARES, Ana Luiza Timm. *Inventando gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 2932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2010.
- WALKER, Nancy A. *A very serious thing*. Women’s humor and American culture. United States: American Culture, 1988.
- WALKER, Nancy A.; DRESNER, Zita. “Women’s humor in America”. In: WALKER, Nancy (Ed.). *What’s so funny? Humor in American Culture*. American Visions: United States, 1998. p. 171-184.
- WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica da Europa do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA PIROTÉCNICA: ESBOÇO DE UMA TEORIA- METODOLOGIA EXPLOSIVA¹

Elias Ferreira Veras

Entre Certeau, Foucault e a história das mulheres e das relações de gênero

O que *fabrica* o/a historiador/a quando “faz história”?

Essa questão atravessa o texto “A operação historiográfica”, de Michel de Certeau, publicado no início da década de 1970. O problema colocado por Certeau, assim como os seus interlocutores (Serge Moscovici, Michel Foucault e Paul Veyne), evidencia o “despertar epistemológico” da historiografia, do qual o texto do historiador francês é indício e efeito.

As respostas de Certeau para o questionamento sobre o ofício do/a historiador/a apontam para o entendimento da historiografia como uma *fabricação*, que está articulada a um *lugar social* (um recrutamento, um

1. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no dia 20 de março de 2018, na mesa-redonda “Questões metodológicas: pesquisas históricas e interdisciplinares com abordagem feminista e de gênero”, realizada durante as *III Jornadas do Laboratório de Estudos de Gênero e História*, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Agradeço às organizadoras do evento pela oportunidade, especialmente, à Joana Maria Pedro e à Soraia Carolina de Mello, pelo convite.

meio, uma profissão etc.); a *práticas* científicas (uma disciplina); e a uma *escrita* (uma literatura), “premissas, das quais o discurso não fala”, mas, que contornam “as leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto” (CERTEAU, 2008:66).

Ao problematizar essa combinação, Certeau quer nos ensinar que o passado não é um *dado*, total e objetivamente recuperável, como preconizava o paradigma “dito positivista” do século XIX (REIS, 1996, BARROS, 2011), mas uma *fabricação* do/a historiador/a, que articula discursos e práticas possíveis em contextos histórico-históriográficos *particulares*. “No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do idiotismo: meu patoá representa minha relação com um lugar” (CERTEAU, 2008:65).

Fazer história, nesse sentido, é fabricar um discurso-prática que se vincula a lugares de produção socioeconômicos, políticos e culturais, sendo em função deste lugar que, “[...] se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam” (CERTEAU, 2008:67).

O que é um/a pirotécnico/a?

Ao ser perguntado, em uma entrevista de 1974, sobre como classificava seu trabalho (se aquele feito por um historiador ou por um filósofo), Michel Foucault definiu-se como um pirotécnico, aquele que *fabrica* algo que serve, para um *cerco*, uma *guerra*, uma *destruição*.

Um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. Uma vez tudo isso bem delimitado, resta o experimental, o tatear. [...] Define-se em seguida, a tática que será empregada. Seria o ardil? O cerco? Seria a tocaia ou bem o ataque direto? O método, inicialmente, nada mais é que esta estratégia (FOUCAULT, 2006:69).

Nesse sentido, podemos pensar nos trabalhos de Foucault sobre a constituição das ciências humanas, a loucura, a prisão e a sexualidade (FOUCAULT, 2005, 2009, 2010, 2013), como pirotécnicas, que ao *cavarem* a formação histórica dos saberes-poderes que produziram o homem, o louco, o preso e a sexualidade normal/anormal, contribuíram para *cercar* e *atacar* algumas fortalezas-discursos-práticas naturalizadas na cultura ocidental.

A história das mulheres e das relações de gênero (SOIHET; PEDRO, 2007) foi pioneira na fabricação de uma historiografia pirotécnica (ainda que não tenham empregado tal termo). A primeira *fortaleza* da historiografia *perscrutada* pela História das Mulheres foi a universalização do masculino, que invisibilizava as experiências das mulheres da História e da historiografia. Joana Maria Pedro (2005) mostra que os silêncios da historiografia acerca da atuação das mulheres estavam relacionados às decisões políticas e ideológicas, mais do que à ausência de fontes. Assim como ela, Michelle Perrot (2007, 2017), Joan Scott (1995), Raquel Soihet (1989, 2013), Margareth Rago (2008, 2013), Izilda Matos (2000, 2018), Céli Pinto (2003, 2012) e tantas outras historiadoras, *atacaram* (e continuam atacando) essa e outras fortalezas alicerçadas sob o machismo, que organizava (e continua organizando) as leis silenciosas da escrita da história. A incorporação do gênero como categoria útil de análise histórica, por Joan Scott (1995), Linda Nicholson (2009), Joana Maria Pedro (2005, 2007, 2011) e sua resignificação por teóricxs *queer*², como Judith Butler (2005, 2008) e Paul B. Preciado (2008, 2011), ampliaram esse *cercos*, detonando também a naturalização e a essencialização do sistema sexo-gênero (RUBIN, 2017).

2. Miskolci (2012) afirma que, embora se tenha cristalizado nos Estados Unidos na segunda metade da década de 1980, a teoria *queer* insere-se no contexto de abertura proporcionada pelos novos movimentos sociais surgidos duas décadas antes, sobretudo o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento feminista e o movimento homossexual e se efetiva como política radical em meio à crise da Aids. O sociólogo aponta, entre os precursores da teoria *queer*: Guy Hocquenghem, pensador francês, autor do livro *O desejo homossexual*; Gayle Rubin, antropóloga feminista, autora do ensaio *Pensando sobre o sexo* (1984), e Nestor Perlongher, pesquisador argentino-brasileiro, autor do livro *O negócio do michê* (2008).

Essas historiadoras e intelectuais feministas chamaram a atenção para os “muros erguidos” pelo machismo na tradição ocidental, inclusive na historiografia, *tateando* outros caminhos teóricos e metodológicos, mas, também políticos, que serviram (e continuam servindo), para a explosão das verdades machistas e heteronormativas (re)produzidas pela historiografia.

Inspirado por essas reflexões epistemológicas certoneanas sobre a produção do conhecimento histórico dos/as historiadores/as profissionais; foucaultianas sobre as relações de saber-poder que atravessam a produção do conhecimento e pela tradição histórica, certamente heterogênea, inaugurada pela crítica feminista, este ensaio é um convite a pensarmos uma teoria-metodologia histórica, comprometida em explodir as verdades naturalizadas sobre o gênero e a sexualidade, construídas sob o alicerce da heteronorma.

Assim, este texto apresenta o esboço de uma proposta de operação historiográfica pirotécnica, que pretende contribuir para a explosão dos silêncios de Clío acerca das “sexualidades dissidentes” (FOUCAULT, 2009); ao mesmo tempo, pretende detonar o estigma travesti (VERAS, 2017), que continua operando como dispositivo de poder. Desse modo, de um lado, *perscruta* os recentes estudos historiográficos brasileiros sobre as homossexualidades³, por outro, faz um *cerco* à historicidade do estigma travesti no Brasil. Tal proposta converge para os ensinamentos de Certeau, Foucault e da crítica feminista, que concebem a historiografia como *fabricação*, cuja produção pode funcionar (também) como ontologia crítica do presente, reveladora de quem fomos, de quem somos e de quem desejamos ser.

Fazendo explodir os silêncios de Clío sobre as “sexualidades dissidentes”

Em 2014, escrevi com a historiadora Joana Maria Pedro o artigo “Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades

3. Emprego *homossexualidades*, no plural, para designar as experiências de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Contudo, reconheço as críticas dirigidas a este termo, assim como sua tendência a generalizar a multiplicidade das experiências e as transformações históricas que marcam a trajetória dos sujeitos. Assim, longe de sugerir qualquer ideia de essencialidade e generalidade, homossexualidades, aponta para a pluralidade das práticas culturais, afetivas e sexuais, em constante transformação histórica.

no Brasil” (VERAS; PEDRO, 2014), gestado da necessidade de problematizar a ausência/presença das experiências homossexuais na historiografia brasileira. Em 2018, aquele texto assumiu uma versão revisada e ampliada, sendo publicado na coletânea *História e Teoria Queer* (SOUSA NETO; GOMES, 2018), com o título “Outras história de Clio: escritas da história e homossexualidades no Brasil” (VERAS; PEDRO, 2018).

Nesses textos, problematizamos o surpreendente silêncio de Clio acerca das homossexualidades que marcava o campo da história, mesmo depois da introdução dos *novos objetos*, *novas problemáticas* e *novas abordagens* inaugurados pela nova história social e pela nova história cultural, na década de 1980. Perguntamo-nos, por que os/as historiadores/as se dedicaram tão timidamente ao estudo das homossexualidades? E ainda, por que, enquanto antropólogos/as e sociólogos/as se debruçavam, a partir da década de 1980, sobre as novas personagens que “entravam em cena” e as mulheres reescreviam a história a partir de sua inserção nela, a maioria dos/das historiadores/as mantinha silêncio a respeito da presença dos homossexuais na história do Brasil?

Concluimos que a invisibilidade das homossexualidades nos estudos históricos (até os anos de 2000), não se justificava pela ausência de fontes. Tampouco representava uma aversão dos/as historiadores/as às novas temáticas – há muito os/as “marginais”, os/as “vencidos/as”, os/as “excluídos/as”, os/as “silenciados/as” povoam os livros de história. Argumentamos que tal silêncio poderia se explicado, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história. Se, por um lado, a invisibilidade das mulheres na historiografia era produzida pela hegemonia do sujeito masculino universal, por outro, a exclusão das homossexualidades da escrita da história, demonstra que estas nem mesmo como “o outro” foram incorporadas à historiografia. Desse modo, tal silêncio ecoava o “pensamento heterossexual” (WITTIG, 2006) na produção histórica brasileira (VERAS; PEDRO, 2014; 2018).

Em ambos os textos, o diagnóstico da invisibilidade foi acompanhado, todavia, da constatação da emergência de uma produção historiográfica recente sobre as homossexualidades no Brasil, marcada pelo diálogo com

o pensamento de Michel Foucault e com teóricas feministas dos estudos de gênero e *queer*. As dissertações e teses produzidas no país, em diferentes Programas de Pós-Graduação em História evidenciam a emergência dessas pesquisas, a interlocução destas com os estudos foucaultianos, de gênero e *queer*, fazendo explodir os argumentos da ausência de fontes ou da não relevância acadêmica e científica do tema.

Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960, de Nadia Cristina Nogueira (2005); *A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980)*, de José Carlos de Araújo Junior (2006); *Será que ele é? Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa*, de Marcio Leopoldo Gomes Bandeira (2006); *O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modo de uma experiência subjetiva*, de Eduardo Moreira Assis (2011); *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos*, de Miguel Rodrigues de Sousa Neto (2011); *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*, de Rita de Cássia Colaço Rodrigues (2012); *Corpos tristes, velhices alegres: do velho instituído pelo discurso da caridade e da higiene ao idoso saudável inventado pelos saberes gerontogerátricos*, de Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (2013); *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*, de Igor Henrique Lopes de Queiroz (2014); *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)*, de Maurício Pereira Gomes (2014); *Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, de Paulo Roberto Souto Maior Junior (2015); *(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)*, de Camila Diane Silva (2015); *(Re/des)conectando gênero e religião: Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*, de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2015); *Fazendo travestis: identidades transviadas no Lampião da Esquina (1978-1981)*, de Ronaldo Pires Canabarro (2015); *Imagens da doença, políticas da notícia: cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980)*, de Fernando Domingo de Aguiar Junior (2016); *Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma,*

80-121 d.C.), de Benedito Inácio Ribeiro Junior⁴ (2016); *Homossexuais em trânsito: representações, militância e organização política homossexual na Bahia (1974-1988)*, de Ailton José dos Santos Carneiro (2017); “*Tenho o direito de ser quem eu sou*”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010), de Augusta da Silveira de Oliveira (2018), *Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*, de Rafael França Gonçalves dos Santos (2018), são pesquisas históricas que fazem explodir os silêncios de Clío sobre as “sexualidades dissidentes”⁵.

A incorporação, a partir da década de 1990, de novas categorias de análise histórica, como “mulheres” e “gênero” proporcionou uma renovação na historiografia brasileira, da qual a produção das primeiras pesquisas sobre as experiências homossexuais constitui um elemento integrante. Tais estudos ampliaram e complexificaram os horizontes teóricos e metodológicos historiográficos, demonstrando que a (in)visibilidade de determinadas temáticas na produção acadêmica, mais do que somente uma operação intelectual, também é uma operação política.

Como afirmei em outra ocasião (VERAS; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016), obras como as destacadas anteriormente, são indícios de uma produção historiográfica recente e ousada, marcada pelo uso criativo de fontes tradicionais e o estabelecimento de novas fontes históricas; pelo privilégio do século XX como recorte temporal (em parte, por este testemunhar a politização das “identidades sexuais”); pelo registro da pluralização das

4. Em *Estudos queer na historiografia brasileira (2008-2016)*, Ribeiro Junior (2018) realiza uma interessante análise das pesquisas historiográficas brasileiras que têm trabalhado com a perspectiva *queer* em suas abordagens, chamando a atenção para os lugares de produção, interlocuções e “tráficos historiográficos” desse emergente cenário historiográfico.

5. O livro *Além do Carnaval*, do historiador James Green (2000), sobre a homossexualidade masculina no Brasil de fins do século XIX ao início dos anos 1980, certamente contribuiu para a legitimação acadêmica da temática, transformando-se em bibliografia obrigatória nos trabalhos que se seguiram. A pesquisa de Green, que analisa as experiências das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, somam-se as pesquisas expostas no presente texto, realizadas em diferentes regiões do Brasil, que buscam destacar a pluralidade das experiências de gays, lésbicas, travestis e transexuais em diferentes contextos. Não podemos esquecer, contudo, da obra *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, de João Silvério Trevisan (2018), publicado originalmente em 1986. Produto da fusão entre pesquisa histórica e confissão pessoal, a obra é indispensável para a compreensão do protagonismo político, acadêmico e social dos homossexuais no Brasil.

experiências homossexuais (a sigla LGBT representa um recorte histórico recente nesse cenário sexual e político), assim como pelas apropriações do pensamento foucaultiano e feminista.

Minha pesquisa de doutorado em História Cultural⁶, sobre a emergência público-midiatizada das experiências trans na passagem do tempo das perucas para o tempo farmacopornográfico, que resultou no livro *Travestis: carne, tinta e papel* (2017), insere-se nesse novo canteiro de Clio. Meu interesse em abordar tal processo de subjetivação na perspectiva da história encontrava-se, em grande medida, no desejo de desnaturalizar as associações (ainda recorrentes) entre travesti-disfarce; travesti-criminalidade; travesti-prostituição. Compreendi que destruir os efeitos perversos (no presente) do estigma travesti passava pelo *cerco*, ou seja, pela historicização, problematização, desnaturalização e desconstrução desse estigma.

Detonando o estigma travesti

Um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. (FOUCAULT, 2006:69)

Quando as experiências trans passaram a ser sinônimo de disfarce, criminalidade e prostituição no Brasil? Quais estratégias de poder-saber atravessaram essa produção discursiva? O que os discursos da grande imprensa das décadas de 1970/80 sobre as experiências trans dizem/ocultam acerca desse processo?

No Brasil, no início do século XX, a palavra travesti não definia um sujeito, tampouco estava associada à prática da prostituição. Entre os “enxutos” “bonecas” e “alegres rapazes”, o termo travesti designava uma prática provisória, restrita aos espaços privados (festas realizadas entre

6. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2011 e 2015, sob a orientação das professoras Roselane Neckel e Joana Maria Pedro.

amigos) ou de visibilidade pública temporária (carnaval). Ao longo dos anos de 1970, por sua vez, travesti passou a designar um novo lugar de sujeito no Brasil (VERAS, 2017).

O sujeito travesti que emerge de modo colorido dos bailes de carnaval, dos palcos das boates e teatros, sinônimo de fascínio e de curiosidade, na medida em que vai deixando de ser personagem e vai assumindo uma identidade encarnada nas transformações corporais, passa a ser considerado transgressor ao ordenamento heteronormativo do gênero e da cidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que as experiências trans ganham novos significados sociais e sexuais, são produzidas no/pelos dispositivos heteronormativos, como a imprensa, como estigmatizadas. Nesse sentido, o estigma se transformou em elemento constituidor no processo histórico de representação público-midiática do sujeito travesti no Brasil.

A imprensa das décadas de 1970 e 1980 não apenas descreveu esse processo de subjetivação histórico, como atuou na fabricação de sua visibilidade. Ao longo dos anos 70/80, as revistas *Manchete*, *Playboy*, de circulação nacional e, grandes jornais, como *O Povo de Diário do Nordeste*, de Fortaleza (CE), dedicaram considerável espaço em suas páginas às experiências trans. À grande imprensa de Fortaleza, mas também de outras cidades do Brasil, lançaram seu olhar, sobretudo, para a prática da prostituição travesti, produzindo um sujeito travesti marginal que assume visibilidade através de notícias relacionadas à “desordem” da cidade: brigas, assassinatos, roubos etc. De tal modo que, mais do que somente noticiar as aparições de travestis que ganhavam visibilidade nacional nessas décadas, como Roberta Close e Rogéria, personagens recorrentes nas edições da revista *Manchete* e dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, a imprensa enquadrou as experiências trans como ameaçadoras da heteronorma do gênero e da cidade, constituindo-se em mecanismo de saber-poder do dispositivo do estigma travesti.

Notícias envolvendo travesti, prostituição e criminalidade, como a que reproduzo abaixo, foram constantes na imprensa de Fortaleza, nas últimas décadas do século XX.

Atravessar a Praça do Ferreira à noite, especialmente, depois das 22 horas, é por demais perigoso. Travestis se postam nas calçadas à procura

de clientes. O homem que, por infelicidade, pretenda passar a noite com um deles acaba assaltado. O golpe é simples. O travesti convida o amigo para tomar alguns tragos e quando o freguês vai para a cama, já embriagado, acaba sendo furtado. Os travestis e as mulheres, agindo em conjunto ou isoladamente, também praticam assaltos, imobilizando suas vítimas sob a mira de armas. Há também aqueles que procuram os bancos dos logradouros públicos para fumar maconha, ou praticar sexo. Assim o Centro da cidade torna-se, com o passar dos anos, um verdadeiro antro de marginais. (*Diário do Nordeste*, 1986:5).

As cartas publicadas na seção de leitores dos jornais reforçaram a associação entre travesti, prostituição e perigo. As correspondências que traziam as súplicas dos/as leitores/as às autoridades oferecem indícios da trama jornalística do dispositivo do estigma, sendo uma peça da maquinaria que produziu um sujeito travesti, que colocava em risco o ordenamento da cidade. Em 1990, o jornal *O Povo* publicou, na seção “opinião do leitor”, a seguinte carta:

Sr. Editor: Depois que a Polícia Militar do Ceará colocou nas ruas centrais de Fortaleza, no horário noturno, a partir das 22 horas, a cavalaria e os cães amestrados, diminuiu bastante o número de roubos, assaltos à mão armada, saques e incêndios nas lojas, praticados pelos mirins e travestis, não somente portadores do defeito moral da pederastia, mas finíssimos ladrões. E a prova de que os travestis são perigosos à sociedade é que os mesmos ficam diariamente na rua Duque de Caxias com Senador Pompeu e também na Praça do Ferreira, em grande grupo, assaltando pessoas indefesas. A PMC deve fazer busca de arma nos travestis que andam armados com giletes, navalhas etc. e são um perigo, sobretudo para os turistas desprevenidos. (COSTA, 1990:6A)

Nem mesmo o aparecimento de Roberta Close na revista *Playboy*, em 1984, e a sua repercussão elogiosa nos meios de comunicação deixou de ser atravessado pelo dispositivo do estigma. Ao mesmo tempo em que Roberta era elogiada como uma mulher quase perfeita, “detalhes” como seu nome masculino, o tamanho do seu pé ou do “gogó” e a constante acusação de que

havia roubado o lugar das mulheres de verdade, a colocava mais próxima das outras travestis do que ele certamente gostaria. Enquanto, em *La Close*, tal dispositivo marcou o corpo ambíguo como ameaça à “mulher de verdade”, no caso das travestis, que apareceram nas colunas policiais, a ambiguidade apareceu indissociável da ideia de disfarce, sendo projetada como ameaça à sociedade de modo geral.

Como afirmei em trabalho anterior (VERAS; GUASCH, 2015), as marcas do estigma foram localizadas no corpo trans, considerado “ambíguo” e “indeterminado” (nas entrelinhas desse enunciado esconde-se a ideia de que as travestis apresentam um “excesso” do gênero); e na prática social que assumirá maior visibilidade na sociedade, a prostituição (no não revelado dessa visibilidade, vê-se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de “excesso” de sexualidade).

Se a ambiguidade oferece riscos à pureza da ordem sexo/gênero, uma vez que ameaça poluí-la, a prostituição representa perigo ao ordenamento da cidade, que aparece nos discursos da grande imprensa como lugar que necessita de policiamento e de limpeza. Esses novos enunciados (re)atualizaram velhas associações, como aquela entre homossexualidade, patologia e criminalidade, que encontraram novas formas de divulgação e de repercussão nos meios de comunicação. Nesse sentido, o dispositivo do estigma travesti está indissociável das relações de poder heteronormativas e de suas estratégias de defesa da ordem binária do gênero e da cidade.

Ao revelar esta história, marcada por violências, mas também por resistências, a historiografia pirotécnica funciona como bomba que faz explodir, mas também como fogo de artifício que ilumina o caráter histórico de tal invenção e sua atualização transfóbica no presente.

É preciso deixar claro que o ódio às pessoas trans é um dos efeitos, no presente, desse dispositivo histórico. Que a historicização pirotécnica desse dispositivo, que enquadró (e continua enquadrando as vidas trans) como não humanas, como vidas que podem ser carregadas em um carro de mão, torturadas em delegacias de polícia, descartadas do espaço escolar, como aconteceu com Dandara, Verônica e Lara, possa contribuir no processo de reconhecimento das experiências trans como humanas.

Nesse sentido, mais do que uma operação intelectual ou uma ferramenta teórico-metodológica, a operação historiográfica pirotécnica, inspirada no pensamento foucaultiano e na teoria feminista, pode um instrumento capaz de rachar as fortalezas erguidas sob os alicerces do machismo, do racismo, do classismo e da lgbtphobia e de construir uma sociedade radicalmente democrática.

Referências

AGUIAR JUNIOR, Fernando Domingo. *Imagens da doença, políticas da notícia: cenários e representações da aids na imprensa paraibana* (1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ARAUJO JUNIOR, José Carlos de. *A metamorfose encarnada: travestis em Londrina*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ASSIS, Eduardo Moreira. *O homossexual respeitável*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. *Será que ele é?: sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História (Vol. II)*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008.

CANABARRO, Ronaldo Pires de. *Fazendo travestis: identidades transviadas no Lampião da Esquina* (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos de. *Homossexuais em trânsito: representações, militância e organização política homossexual na Bahia* (1974-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

- CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. *Corpos tristes, velhices alegres: do velho instituído pelo discurso da caridade e da higiene ao idoso saudável inventado pelos saberes gerontogerátricos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-119.
- COSTA, Eduardo. Travesti. *O Povo*, Cartas do Leitor, Travestis, 16 de janeiro de 1990, p. 6A.
- DIÁRIO DO NORDESTE, 28 de março de 1986, p. 5.
- FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- FOUCAULT, Michel. “Eu sou um pirotécnico: sobre o método e a trajetória de Michel Foucault”. In: POL-DROIT, Roger (ed.). *Michel Foucault: entrevistas*. São Paulo: Graal Ed., 2006, p. 67-100.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- GOMES, Maurício Pereira. *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. *Assumir-se ou não assumir-se?: O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *(Re/des) conectando gênero e religião. Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MATOS, Maria Izilda S.. *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*. São Paulo: e@manuscrito, 2018.
- MATOS, Maria Izilda S.. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000.

- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2009.
- NOGUEIRA, Nadia Cristina. *Lota e Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. “*Tenho o direito de ser quem eu sou*”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi – Revista de História*, v. 12, p. 270-283, 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim; JORDAO, Fátima; ALVES, José Eustáquio Diniz (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. Brasília: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contra-sexual*. Barcelona: Anagrama, 2011.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.
- RIBEIRO JÚNIOR, Benedito Inácio. “Estudos Queer na historiografia brasileira.” In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). *História e Teoria Queer*. Salvador: Editora Devires, 2018, p. 143-173.
- RIBEIRO JÚNIOR, Benedito Inácio. *Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma, 80-121 d. C)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.
- RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. *De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez., 1995.
- SILVA, Camila Diane. *(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- SILVA, Sando José da. *Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.
- SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

- SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifenismos*. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues de. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Prismas, 2017.
- VERAS, Elias Ferreira; GUASCH, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, Histórias*. Brasília, v. 3, n. 5, p. 39-52, 2015.
- VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. “Outras histórias de Clío: escrita da história e homossexualidades no Brasil”. In: SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). *História e Teoria Queer*. Salvador: Editora Devires, 2018, p. 123-142.
- VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set.-dez. 2014.
- WITTIG, Monique. *El Pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

JOGOS DE GÊNERO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DE UMA PONTA A OUTRA DO TABULEIRO

Ana Rita Fonteles Duarte

Este capítulo pretende trazer alguns relatos acerca das contribuições que os estudos de gênero e da abordagem feminista, em minha formação, trouxeram para pensar a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de análises ligadas aos campos da história da memória e da história política. Essa reflexão tem, especialmente, dois momentos de construção: a elaboração de minha tese de doutorado (entre 2005 a 2009), pela Universidade Federal de Santa Catarina, e a realização de projeto de pesquisa coletiva, entre os anos de 2011 e 2017, com o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero da UFC, liderado por mim junto ao CNPq.

Minha tese intitulou-se *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)* e foi publicado posteriormente, em 2012, pela Editora UFC/Inesp, com o título *Jogos da Memória – O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Realizei um estudo das memórias do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, com ênfase em narrativas de ex-integrantes, entre os anos de 1976 e 1979. O trabalho procurou compreender as questões de gênero na forma como as mulheres recuperam suas ações políticas e trajetórias de vida, com foco na elaboração de subjetividades a partir de experiência coletiva.

O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975, em âmbito nacional, com o objetivo de lutar pela anistia dos perseguidos pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Seus quadros reuniam, de acordo com as normas estatutárias, somente mulheres, com núcleos pelo país e milhares de participantes. Apesar de formado, em grande parte, por familiares de presos e exilados políticos, o MFPA agregou mulheres ansiosas por retomarem militâncias políticas interrompidas por prisões, perseguições, ou realizadas somente de forma clandestina, além de ter reunido pessoas movidas pela solidariedade.

A convivência entre militantes com diferentes motivações gerou uma ação política *sui generis*, em constante instrumentalização do gênero, com disputa entre as memórias reconstruídas no presente e tornando mais complexa a atividade do Movimento que, apesar de fundado sobre valores tradicionais ligados à figura da mulher como defensora da família e pacificadora da sociedade, extrapola tais vivências. Houve polarização, especialmente concentrada, entre as que se identificam como familiares de presos políticos e as que se reivindicam como “mais politizadas”.

Entre os elementos interessantes que me foram inspirados pelas leituras sobre gênero e feminismo e que me ajudaram a formular a problemática e analisar o tema estão: 1) A possibilidade de pensar a ditadura brasileira numa perspectiva, ainda que de resistência, do ponto de vista de mulheres que se engajam de forma estratégica num movimento político, num momento de forte repressão, o que ainda é pouco realizado pela historiografia e pela própria memorialística, pelo menos fugindo aos lugares comuns; trabalhos como o de Goldenberg (1997:349-364) mostram as mulheres ainda acanhadas ou trabalhando incansavelmente para a promoção da memória de seus companheiros, filhos, irmãos, mesmo quando elas atuaram ativamente em grupos de esquerda ou de resistência; 2) Esse movimento reunindo mulheres, em sua maioria, de camadas médias da sociedade, mas com diferentes formações, motivações e objetivos trazia a possibilidade de pensar dissidências e fugir de obviedades e/ou naturalizações muitas vezes construídas pelos estudos identificados como de gênero ou de história das mulheres, mas com pouca carga analítica com enfoque relacional; 3) A possibilidade de trabalhar

uma história política sobre a ditadura civil-militar brasileira pensada a partir das memórias, da subjetividade e do gênero.

Alguns textos e autoras/es me ajudaram, no sentido de formular o problema como legítimo para a história e especificamente para a história política. O primeiro deles foi o já clássico “Gênero, como categoria útil para análise histórica”, de Joan Scott, não pela definição clássica de gênero como primeira forma de significar o poder ou como elemento constituinte das relações sociais, mas na forma como ela chama a atenção das/os historiadoras/es para extrapolar o uso descritivo do gênero, entendendo e desmontando os mecanismos pelos quais este opera em vários campos da vida em diferentes temporalidades.

Seria necessário, segundo Scott: 1) Entender quais as representações simbólicas de gênero evocadas em determinados discursos, quais suas modalidades, em que contextos? 2) Identificar quais conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estariam, segundo a historiadora, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomariam de maneira típica a forma de uma oposição binária que afirmaria, de forma categórica e sem equívoco, o sentido do masculino e do feminino; 3) Fazer a inclusão da noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais envolvidas na produção e utilização desses discursos e conceitos; 4) Compreender os mecanismos pelos quais o gênero constrói a identidade subjetiva.

Afinal, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política? Essa questão é importante porque desloca a ideia do gênero como categoria de uso privilegiado ou exclusivo das questões do privado, ajuda a pensar de forma relacional as ditas esferas separadas. Analisei, num primeiro momento, as motivações das narradoras para o ingresso no Movimento, como agiam, suas percepções sobre a sua ação política, as justificativas para considerá-la como tal ou para negá-la, as disputas de memória, os usos conscientes do gênero em sua ação pública e as mudanças trazidas e percebidas em termos subjetivos após a participação no MFPA.

Utilizei o conceito de performances de gênero¹ de Judith Butler – segundo o qual as identidades de gênero são, performativamente, constituídas, em ato aberto a cisões, sujeito a paródias, autocríticas e exibições ‘hiperbólicas do natural’ – para entender a instrumentalização do gênero na ação pública, diante da necessidade de proteção e convencimento, quando o afeto compartilhado, a fragilidade, a ênfase sobre aspectos tradicionais do feminino se tornam armas de luta contra os inimigos e perseguidores. Isso me permitiu compreender que as militantes do MFPA agiram politicamente de maneira performática, na medida em que a repetição de características consideradas naturalmente femininas, o amor materno, o cuidado e a defesa da família, foram exageradas de forma parodística, com o propósito de atingir objetivo político. Isso não quer dizer que boa parte delas não concorde, ou mesmo, não se identifique com elementos utilizados nas paródias, mas naquele momento histórico as características reivindicadas por discursos proferidos ou assumidos corporalmente, funcionaram como ferramentas úteis para as necessidades do presente.

Os jogos ou performances fizeram parte do cotidiano do Uruguai, da Argentina, do Chile, do Paraguai, da Bolívia e do Brasil, países que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 1960 a 1980, articuladas pela Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos de países que passaram a agir além-fronteiras. As ditaduras autoimputavam-se o direito de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres em guerra que contou com o patrocínio dos estados e de setores da sociedade civil, com impactos diferentes na vida de homens e mulheres, diretamente relacionados às posições diferenciadas no sistema de gênero no período.

As próprias imagens do nosso repertório acerca da repressão, no Cone Sul, mostram a associação dos símbolos da dor e do sofrimento, corporificados nas figuras de mães desesperadas, como as da Praça de Maio (Argentina). Enquanto isso, os mecanismos institucionais parecem sempre pertencer aos homens, com tanques, armas e uniformes militares.

1. A repetição parodística ou performativa denunciaria a ilusão da identidade de gênero. O gênero seria um ato, aberto a cisões, sujeitos a paródias de si mesmo, autocríticas e exibições exageradas ou hiperbólicas daquilo considerado natural, o que só revelaria seu caráter ‘fantasístico’.

Percebi, no entanto, analisando as trajetórias de vida e diferentes motivações para o ingresso na luta pela anistia de pelo menos 16 mulheres, que é preciso ter cuidado com a construção estereotipada que não dá conta da diversidade de experiências protagonizadas por mulheres em tempos de exceção, fazendo com que a categoria de gênero fique invisível na análise. Embora haja singularidades com relação à questão, é possível, no entanto, estabelecer pontos de conexão entre países do Cone Sul, no que diz respeito às relações de gênero. Mais homens que mulheres, de maneira geral, foram vítimas diretas de desaparecimentos, assassinatos e torturas, por ocuparem mais postos, no funcionalismo público, nos partidos e agremiações políticas, movimentos estudantis e guerrilheiros.

A repressão às mulheres foi sentida direta e indiretamente. As militantes de esquerda, assim como os companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhas/os sequestradas/os, foram mortas e alvos preferenciais de violência sexual praticada pelos militares. Algumas, sequestradas simplesmente por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens.

Dado o papel tradicional de cuidadoras e de responsáveis pela família, elas sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar, como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento dos demais membros da família e da casa e, ao mesmo tempo, buscar ou atender parentes capturados pelo regime. Lidaram diretamente e, por longos períodos, com sentimentos de medo, rejeição e acusações por parte do Estado e mesmo de familiares e vizinhos que as viam como responsáveis pelos caminhos traçados pelos filhos, acusados de inimigos da pátria.

Elas se postaram diante do poder constituído cobrando a soltura ou a volta dos filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do “trabalho”, em geral, ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente verificar-se a necessidade da criação de associações ou entidades civis. O compromisso da maioria não provinha de conhecimentos ideológicos e democráticos, nem de estratégias políticas antiditatoriais. A lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas “lógica de afetos”, como menciona

Jelin (1994). Eram fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, avós, irmãs, sobrinhas, reclamando pelos familiares, dramatizando o papel feminino, de cuidadoras da família. As associações demonstram isso, pois, na maioria, fazem alusão à primazia de vínculos de parentesco. Em países do Cone Sul, a ação das mulheres, por sua coragem, estratégias de luta e persistência, teve maior destaque e visibilidade.

A fim de melhor compreender como esses jogos ocorriam, sobremaneira me ajudaram os escritos de Capdevila (2001) sobre os usos do gênero em situações extraordinárias ou de inversão de papéis políticos e suspensão de garantias institucionais como em conflitos, ditaduras ou greves violentas, em que a sobrevivência e a necessidade de mobilização social são prementes. Os jogos de gênero, como ele nomeia, definem-se como instrumentos à semelhança do jogo de xadrez, no qual os atores políticos tentam intervir no espaço público. Situam-se sobre a noção de intervalo em encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário. Apoiam-se na ideia de que os sentidos e as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do feminino e do masculino ou, às vezes, simples oscilação.

Analisando movimentos liderados por mulheres, em diferentes contextos de crise e autoritarismo, na Europa e na América Latina, Capdevilla percebeu que, muitas vezes, no movimento entre a defesa do lar e a defesa coletiva, ocorre mutação política maior, identificada como metamorfose de uma ação reivindicatória arcaica em movimento de protesto moderno, o que, no âmbito individual, também desencadeia transformações identitárias.

Essa hipótese se aplicou ao grupo que pesquisei, desde a análise das primeiras entrevistas. A fim de libertar parentes presos ou continuar militâncias interrompidas, interferindo na realidade política do momento, as mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo. Este entendimento possibilitou contestar ideias pré-estabelecidas em muitas análises existentes sobre a participação das mulheres

em conflitos e guerras, como instrumentalizadas pelos homens, utilizadas como bucha de canhão ou linha de frente, retornando automaticamente aos seus papéis tradicionais tão logo não seja considerada mais necessária sua ação.

As entrevistas aliadas à análise de trajetórias de vida, especialmente, mostram que não foi assim que se deu com as ex-militantes do MFPA. Muitas entraram definitivamente para a vida política, ocupando espaços em parlamentos, sindicatos, associações de professores ou engajaram-se em diferentes formas de liderança em bairros, universidades, igrejas e outros movimentos organizados pós-abertura política, continuando a desenvolvê-lo até anos recentes.

Tomando como foco de análise central as entrevistas produzidas para a tese, pude constatar como a bibliografia sobre memória, especialmente relacionada à história oral e gênero, ainda se encontra, em grande parte, presa a generalizações e mesmo naturalizações acerca de como homens e mulheres recordam, com sentenças apressadas sobre mulheres recordando mais o mundo privado, as relações afetivas, o corpo, as roupas e a família e os homens o mundo público, os embates, as armas, as aventuras, os riscos etc.

A pesquisa com narradoras tão diversas me mostrou que não devemos carregar tantas certezas, observar os contextos específicos, assim como as trajetórias de vida. Aprendi muito com Portelli (2002) e seu conceito de memórias divididas dentro de um mesmo grupo nesse sentido, mais do que com Perrot (2005) ou Salvatici (2005) – com todo respeito a suas contribuições para a história das mulheres –, para o entendimento das narrativas das ex-militantes que entrevistei.

As mulheres lembram mais assim ou mais assado, costuma-se vaticinar. Depende de que mulheres estamos falando e de seus contextos de atuação. E ainda das relações entre suas memórias e as discussões de gênero em momentos específicos. Muitas vezes é o olhar da/o pesquisadora/or e suas expectativas que acabam definindo o teor preponderante das recordações.

Em tempos de ‘feminismo pop’, como nominou Margaret Rago (GARCIA, 2015), e de valorização de termos como ‘irmandade’ e ‘sororidade’² é bom

2. União entre as mulheres.

estarmos atentas a possíveis armadilhas que se imbricam entre militância e pesquisa histórica. Recordo, aqui, a mensagem que recebi de colega com ampla leitura sobre gênero e feminismo que, no último 8 de março de 2018, me enviou o texto: ‘a deusa que habita em mim saúda a deusa que habita em você. Só as mulheres podem mudar o mundo’. O reforço das teses diferencialistas³ está aí para ilusão da/os desavisada/os, mais como questão de fé. É certo que pode ajudar em ações políticas estratégicas, mas contribui pouco analiticamente para a história. Mas isso daria outras tantas mesas-redondas e polêmicas sobre as quais, confesso, não tenho muita energia no atual momento político brasileiro. Proponho que valorizemos a crítica histórica e o bom fazer historiográfico como respostas.

Continuando o exercício feito a partir de Joan Scott, após a defesa da tese, com mais perguntas que respostas, ingresso na UFC, em 2010, como professora e transformo alguma dessas questões em preocupações coletivas no Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero. O projeto Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985), financiado pelo CNPq e pela Funcap, que resultou em dois livros publicados (*As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira* e *Imagens sob suspeita – censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira*), é decorrência de minha tese. Pensei, se as minhas narradoras participantes do então Movimento Feminino pela Anistia utilizavam o gênero para avançar politicamente em suas reivindicações pela libertação de presos políticos e anistia aos perseguidos, com quem elas estavam jogando?

No caso da minha tese, além dos dirigentes do próprio regime, jogavam com a polícia política, com homens e mulheres de quem pediam apoio, e também com seus companheiros, maridos, filhos e irmãos que, mesmo

3. O movimento de valorização da diferença tornou-se presente no movimento feminista já em fins dos anos 1970 e surgiu da revisão de alguns pressupostos do próprio movimento de mulheres internacional. A autocrítica referia-se à necessidade de preservação de certas características e valores, culturalmente femininos, renegados, durante a luta das mulheres, para se afirmarem no espaço público. O dado mais importante desse movimento foi a positividade conferida a valores que, nos primeiros momentos da luta feminista, foram criticados por serem identificados com o âmbito doméstico, como é o caso da maternidade e do cuidado com a família.

hoje em suas falas, em cerimônias de memória, continuam a invisibilizá-las politicamente, mesmo quando as homenageiam. Ou talvez por isso. A partir de que parâmetros, elas ora se aproximavam, ora se afastavam do preconizado para aquilo que era esperado para as mulheres, naquele momento?

Passei ao outro lado do tabuleiro, ou no entendimento precário de alguns, ‘virei a casaca’, posto que passei a investigar, a partir de fontes ligadas às políticas de educação, na construção da disciplina de Educação, Moral e Cívica, nos processos de censura moral contra filmes e novelas, além de material produzido por militares e civis em seus cursos na Escola Superior de Guerra, de que forma o regime civil-militar mobilizava ou tentava mobilizar o gênero para legitimar-se, conseguir apoios e estabelecer consensos. Interessante ver como, em muitos momentos, vários setores da própria sociedade civil exigiam a readequação dos gêneros, o endurecimento com normas de comportamento, o aprofundamento de vetos e estigmas. Prescrições para atuação na família, disciplina cívica, reforço de valores morais, reprovações de comportamentos sexuais considerados inadequados, observação sobre o “decoro” no que era exposto, mostrado, cantado, escrito. Essas foram algumas formas de mobilizar homens e mulheres presentes em discursos e ações do aparato ditatorial.

Procuramos como grupo de pesquisa fugir do lugar comum de narrativas memorialísticas sobre o dito em relação à ditadura, censura, resistência. Nossos textos se insurgem contra a dicotomia rígida entre censura política x censura moral, posto que o comportamental, o sexual, também é político, gere, limita e permite ou não existências. Não concordamos com a ideia de censura como cortina de fumaça ou excesso de alguns ‘alopradados’ ou ‘gorilas’. Passamos a investigar as mobilizações do gênero observando não só o regime propriamente dito, por meio da análise do lugar do gênero na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas num contexto de aceleradas mudanças em termos de urbanização, industrialização, inovações tecnológicas e comportamentais que mudaram formas de percepção do tempo.

Para além dos dois livros, o projeto rendeu até agora dois projetos de pós-doutorado, duas orientações de mestrado defendidas, uma em andamento, além de projetos de iniciação científica em fase de conclusão.

Penso que há muito a estudar nessa relação entre ditadura e comportamento, tempo, gênero e que um bom caminho será a via dos estudos de história do cotidiano⁴, compreendido aqui como o estudo das formas pelas quais os homens se apropriam das condições em que vivem, produzem experiências, utilizam modos de expressão e interpretações, encarados de modo ativo, como atores que interpretam, se mostram, pressionam ou recusam, no âmbito ordinário de suas vidas. Precisaremos estudar cada vez mais homens e mulheres comuns, seus apoios, acomodações, concordâncias, indiferenças, revisitando e repensando as bases do pensamento conservador brasileiro, extrapolando dicotomias e buscando as variadas matizes de comportamentos em relação à temática no período. E tudo isto, penso, está em maior ou menor grau, atravessado pelo gênero.

Ao finalizar esse último projeto de pesquisa coletivo e ingressar em outro, sobre imagens e censura no período ditatorial, tive acesso à documentação da Escola Superior de Guerra, principal centro formador de lideranças civis e militares para o regime. São escritos elaborados pelos alunos em cursos, trabalhos finais, trabalhos em equipe, palestras, apostilas. No campo chamado psicossocial, da DSN, onde estudam e propõem soluções para problemas nas áreas do comportamento, movimentos sociais, encontrei vasta gama de escritos produzidos especialmente nos anos 1970, debatendo o tema da televisão, meio de comunicação em popularização naquele momento no Brasil.

Os documentos discutem as possibilidades geradas pela nova tecnologia, assim como seus impactos na vida dos brasileiros, sua qualidade, quase sempre condenada, e os limites que deveriam ou poderiam ser impostos à produção de conteúdos especialmente os que pudessem afetar a moral, a sexualidade, as relações hierárquicas e de autoridade.

A censura e suas possibilidades para o Brasil são pensadas por civis e militares seguindo bibliografia naquele momento também compartilhada por estudantes de Comunicação, Sociologia, Psicologia, o que também nos fez pensar sobre o mito dos dirigentes do regime como ignorantes ou só adeptos

4. Lvovich (2017) faz uma boa discussão sobre as diferentes vertentes dos estudos em história do cotidiano, a partir da tradição historiográfica de países como a Inglaterra e Alemanha.

da truculência. Ditadura, tecnologia, comportamento e gênero imbricam-se agora em meus interesses de pesquisa no estágio de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense, realizado entre agosto de 2017 e agosto de 2018, quando me dediquei a entender o debate público sobre a popularização da televisão no Brasil, analisando o estabelecimento de um tempo da imagem no Brasil, a partir de veículos da grande imprensa, especialmente revistas de grande circulação.

No Brasil, a implantação e popularização da televisão como *mass media* ocorre num período de turbulência e repressão política, marcado pela implantação de uma ditadura civil-militar. O regime, estabelecido no país em 1964, tinha características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, principal tentativa unificadora de estabelecer diretrizes para o regime ditatorial, combatia o inimigo interno, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar antagonismos e pressões de desestabilização da ordem.

A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do país, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

Nesse contexto, a relação com os meios de comunicação tampouco se dá de forma simples. Há uma preocupação e entendimento da importância assumida pelos meios de comunicação social. Entre 1964 e 1975, o governo ditatorial investe em condições de infraestrutura e telecomunicações que permitiriam a disseminação de uma indústria cultural através de avanços tecnológicos sem precedentes. Foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, responsável pelo Sistema Nacional de Telecomunicações que permitiu maior agilidade e segurança na troca de dados. Também em 1965, o Brasil passou a fazer parte da International Telecommunications Satellite Consortium (Intelsat), consórcio internacional para uso de sistema comercial de telecomunicações por satélite, permitindo as primeiras comunicações, nesse formato, a partir da década de 1960. A

partir de 1975, houve grande crescimento da infraestrutura de radiodifusão, especialmente da tevê.

É especialmente nos anos de 1970 que a televisão passou a se estruturar de forma mais evidente como meio de comunicação, com captação de mais verba publicitária, em relação aos meios anteriores, como o rádio, e maior presença no cotidiano das pessoas. Enquanto em 1960, havia somente 4,46% das residências brasileiras que possuíam televisão, esse número cresce para 24,11%, em 1970, e para 56,1% em 1980 (ALVES, 2004:32).

O potencial de audiência, no entanto, deve ser repensado, uma vez que a prática de assistir a televisão era constituída de forma comunitária, através dos chamados telezinhos e da presença de aparelhos de tevê nas praças por todo o país. A televisão tornou-se o meio por excelência de divulgação de bens de consumo voltados para a classe média, incluindo os próprios aparelhos de tevê.

Para o regime em consolidação, as características possibilitadas por este meio de comunicação possibilitavam experiências úteis como mascarar o isolamento das pessoas com o sentimento de construção de outro tipo de proximidade, ajudando a produzir noção de consenso numa sociedade que vivia de maneira dispersa e atomizada espalhada por um território imenso e sem integração completa. A tevê passou a representar, ainda, a modernidade para o Brasil, símbolo de entusiasmo e euforia em relação ao futuro mobilizado dentro do projeto de “milagre econômico”, série de medidas políticas, sociais e econômicas adotadas pelo regime civil-militar, com o objetivo de transformar o país em uma potência regional com grande desenvolvimento agrícola e industrial. Os marcos de avanços e expansão tecnológica da tevê passaram a ser comemorados e narrados como avanços do próprio regime, dentro de seu projeto de modernização conservadora.

Mas o Estado, que incentivava e promovia as condições estruturais para expansão e consolidação da televisão em todo o território nacional, também exercia o controle sobre os conteúdos e formas de expressão por meio de constituição de um importante aparato de censura, ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967, que expandiu a competência da União para censurar, além de filmes e peças

teatrais, também programas de rádio e tevê, imprensa periódica e letras de música. À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora esta ação tenha superado o ano de 1985.

O controle sobre os meios de comunicação coaduna com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, condensada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com o texto, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através da comunicação social se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que “conscientizassem” sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como responsável, em grande medida, por processos como interação social, formação da opinião pública, da moral nacional e pela valorização do ócio e do lazer, importantes para a pretensão de legitimidade do regime. Segundo Rezende (2001:40),

A pretensão de legitimidade do regime militar somente pode ser compreendida tendo em vista a atuação do seu grupo de poder para instaurar um processo social no qual se visava criar condições para potencializar os valores tidos pela ditadura como essenciais e mantenedores da sociedade brasileira. O regime em vigor pretendia, assim, a partir e através desses valores, atuar no sentido de construção de uma ordem social na qual aqueles valores deveriam ganhar proeminência absoluta.

Os estudos sobre censura, no entanto, mostram que esse processo não se deu de forma homogênea, uma vez que a própria ditadura teria sido fruto de um acordo momentâneo de grupos heterogêneos, na forma de coalizão ampla de forças políticas e econômicas, que pressionaram de forma também múltipla a malha institucional, incluindo as ações censórias. Os receios relacionados à tevê, como novo aparato tecnológico e como possibilidade de experiência diante do mundo, fundaram a preocupação censória, mas tinham amplo alcance e se expressavam de forma diversa e contraditória, de modo que a censura passou por pressões variadas e antagônicas, expressas na formatação de leis, nas relações estabelecidas com produtores, artistas, empresários

da comunicação, movimentos de oposição e nas formas diversificadas de analisar e liberar ou vetar obras produzidas para a veiculação televisiva.

Tendo em vista esse conjunto de elementos, presentes na instalação e consolidação da tevê como meio de massa no Brasil, torna-se importante mapear e analisar os diferentes discursos sobre a televisão no debate público, a partir da grande imprensa no Brasil, a fim de compreender alguns sentimentos e experiências da recepção e incorporação desse meio de comunicação ao cotidiano dos brasileiros. Que outros protagonistas e forças sociais para além do próprio regime ditatorial, em sua composição heterogênea, produtores e empresários do ramo, participavam de um entendimento e crítica em relação à constituição do que era e de como deveria ser a televisão no Brasil, durante o período ditatorial? De que forma esses discursos coadunam ou pressionam o regime civil-militar em suas políticas em relação à condução das relações com a produção de conteúdos e controle sobre a TV? A que setores sociais esses discursos se destinam procurando chamar a atenção ou convencer? Com que matrizes de pensamento, sejam elas de caráter científico ou religioso, esses discursos se aproximam? Como alguns públicos considerados vulneráveis pelo regime ditatorial, como crianças, jovens e mulheres, são pensados nessas expressões públicas em relação à constituição e produção da tevê no Brasil? Quais os temas que mais mobilizam discursos públicos sobre a televisão e como estes se transformam ao longo do regime ditatorial?

Nesse momento, o gênero aparece como uma questão não central, mas tão fundamental quanto outras para pensar deslocamentos, medos, fascínios e outros tantos sentimentos mobilizados pelas imagens televisivas num momento em que o Brasil passava por tantas e aceleradas mudanças sociais, políticas, econômicas e comportamentais. A televisão em sua capacidade de sedução e de divulgação de novos comportamentos se somaria à crise de uma família confinada a espaços de moradia, cada vez menores, especialmente nos grandes centros urbanos, com homens e mulheres construindo outras formas de relacionamento, com a reivindicação de filhas/os por mais diálogo e escuta, vivenciando as disputas em torno da emancipação feminina e discussão sobre o direito dos casais de se divorciarem e formarem ou não novas famílias.

Na grande imprensa, inaugura-se a crítica televisiva e outros espaços em que a tevê passa a ser pauta constante, especialmente no que toca às possibilidades de “influência” do novo meio sobre os comportamentos de crianças, jovens e mulheres, evidenciando temores de mudanças rápidas e definitivas no âmbito da família e das relações de autoridade, propostas de controle dos conteúdos televisivos por parte de civis, fornecendo-nos poderosos elementos para pensarmos na partilha de valores entre expressivas camadas da sociedade e o regime, permitindo, assim, pensar, por outras vias, nos usos e mobilizações do gênero para a construção social da ditadura pós-1964.

Os jogos, como se pode antever, são muito mais complexos do que imaginávamos.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz. *Características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000*. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv3124.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPDEVILA, Luc. *Résistance civil et jeux de genre*. Annales de Bretagne et de Pays de Lóuest. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, tome 108, n. 2, 2001.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles et al (org.). *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica: Nudoc, 2005.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles (org.). *Imagens sob suspeita*. Censura e Meios de Comunicação na ditadura civil-militar brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória – o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: Inesp/UFC, 2012.
- GARCIA, Sergio. Margareth Rago: “O feminismo está na moda. Virou pop”. *Revista Época*. 15/11/2015 às 10h00, atualizado em 15/11/2015 às 10h00.

Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/margareth-rago-o-feminismo-esta-na-moda-virou-pop.html>. Acesso em: 30 mai. 2018.

GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Ano 5, n. 2, p. 349-364, 1997.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LVOVICH, Daniel. Vida cotidiana y dictadura militar en la Argentina: un balance historiográfico. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 264-274, maio-ago. 2017.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: SP: Edusc, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Editora Uel, 2001.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1 [s.l.: s.n], janeiro-junho de 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife [s.n], jun. 2001, p. 73-83.

VIEIRA, Rafael de Farias. *Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFC, Fortaleza, 2016.

OS FEMINISMOS REVOLUCIONAM(RÃO) O DIREITO?: DISCUSSÕES A PARTIR DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NO BRASIL¹

Claudia Regina Nichnig

Este texto resulta de minhas inquietações de pesquisa, a partir dos estudos desenvolvidos durante o mestrado, doutorado e pós-doutorado, realizados no Programa de Pós-Graduação em História e na área de estudos de gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sou grata ao grupo de professoras que me orientaram e me formaram nesse longo período, e ainda as estudantes que estiveram ao meu lado e com as quais pude realizar trocas, aprendizagens e formar amizades que não se limitam ao campo acadêmico.

Foi a partir de minha própria pesquisa, mas também dos diálogos e aprendizagens com as pesquisas realizadas nos programas já citados, por mim e por outras pesquisadoras, a partir das teorias feministas e de gênero, que percebi a necessidade de articular o direito com esses estudos e teorias. As propostas epistemológicas interdisciplinares e dos estudos feministas e

1. Algumas discussões propostas neste artigo foram publicadas no Dossiê Gênero e Direito, em artigo de minha autoria (NICHNIG, 2019).

de gênero propõem uma nova perspectiva para os estudos das ciências, ao criticarem a suposta neutralidade, universalidade e objetividade da ciência tradicional. A ciência jurídica se enquadra como uma ciência que se entende neutra e imparcial.

A partir das epistemologias feministas e de gênero que, ao defenderem uma nova relação entre o sujeito e objeto e uma abordagem interdisciplinar das temáticas, propõe que a contextualização e a experiência devem estar presentes no processo científico e necessitam ser consideradas na escolha dos temas e na escrita das narrativas. As contribuições de cientistas como Sandra Harding que, ao contestar o modo de fazer ciência a partir das epistemologias feministas, afirma que “la voz de la ciencia es masculina y que la historia se ha escrito desde el punto de vista de los hombres (de los que pertenecen a la clase o la raza dominantes) (HARDING, 2002:15).

E se a voz da ciência é masculina, branca e heterossexual, os estudos feministas e de gênero propõem que a partir das experiências das mulheres se busque uma nova forma e uma crítica à ciência, a partir de seus “saberes localizados” (HARAWAY, 1995). Ao propormos uma análise da ciência sob um ponto de vista feminista, estamos cientes que o sujeito é dotado de um corpo e de uma história, que não existe neutralidade neste sujeito a ser objeto da lei ou de julgamento, já que estamos diante de “un individuo histórico particular cuyo cuerpo, intereses, emociones y razón están constituidos por su contexto histórico concreto, y son especialmente relevantes para la epistemología” (GONZÁLES GARCÍA; SEDEÑO, 2002).

Para as epistemologias feministas e de gênero, as corporalidades, as emoções, as subjetividades constituem as demandas e são levadas em consideração por aqueles/as que as julgam, ou seja, ambos são pessoas igualmente nutridas por suas subjetividades. Sendo assim, é possível concluir que não há neutralidade nos objetos pesquisados, naqueles/as que julgam ou legislam e ainda nos/nas pesquisadores/as do campo do direito. Apesar de pouco receptivos para dialogarem com outras áreas científicas que já estão atentas para a subjetividade da pesquisa, como as ciências humanas, os/as pesquisadores/as do direito acreditam na parcialidade da produção de sua ciência. Outra questão pouco aprofundada no direito é a discussão a partir

de dados empíricos, pois geralmente as pesquisas se baseiam somente em aportes teóricos, o que vem se modificando mais recentemente. Alguns campos do direito, como é o caso do direito de família, têm fomentado o debate com outras áreas do saber, atentos para um debate interdisciplinar. Não por acaso é considerada a área mais humana do direito, como exemplo a utilização do conhecimento teórico da psicologia e do serviço social, além de fazer uso de técnicas como a mediação para a resolução dos conflitos familiares a fim de evitar processos que se arrastam por muitos anos na Justiça.

O direito pretende ser uma ciência pura, marcada pela neutralidade de seus/suas pesquisadores/as. Marcos Nobre (2005) afirma que há este isolamento do direito em relação a outras áreas científicas e uma confusão entre a prática profissional e a pesquisa acadêmica, sobretudo em relação à atividade de juízes/as e advogados/as que não podem ser tomadas como a própria ciência jurídica. Desta forma, ressalta que a produção do conhecimento em direito não prioriza a pesquisa empírica, o que faz com que permaneçam os distanciamentos entre o direito e a realidade.

Levando em consideração esta distância dos problemas sociais, é que irei tratar especificamente da relação da ciência jurídica com o campo dos estudos de gênero e feministas. Essa relação tem crescido no Brasil, o que pode ser identificado a partir do número de teses e dissertações na área (NICHNIG, 2013, MACHADO, 2013, OLIVEIRA, 2009), a criação de uma revista especializada², e a oferta de disciplinas específicas em cursos de graduação em Direito, em instituições como a Universidade Federal de Santa Catarina.

Mesmo com estas iniciativas, é possível afirmar que o debate dos estudos de gênero atrelado ao campo jurídico ainda se faz pouco presente no Brasil. Se faz necessária a discussão em torno da não neutralidade das decisões, das mais diferentes áreas jurídicas realizadas por operadores/as do direito; das subjetividades dos/as julgadores/as quando se defrontam com o desempenho de papéis de gênero, como os trânsitos de homens e mulheres no espaço público; as práticas sexuais permitidas e proibidas para homens

2. Revista Gênero e Direito, publicada pela da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/index>. Acesso em: 07 dez. 2017.

e mulheres, a reiteração dos cuidados da família e dos/as filhos/as pelas mulheres, entre outras questões. Também é possível perceber a subjetividade dos/as julgadores/as em promulgar, aplicar e implementar leis que abordem as questões de gênero carregadas de subjetividades e não neutralidade, o que também é marcado por uma maioria de homens, brancos e heterossexuais, que propõem e votam as leis em vigor. As pesquisas e estudos feministas e de gênero que, ao se debruçarem sobre o direito, buscam debater a pretensa imparcialidade e neutralidade da ciência jurídica, tanto em relação aos julgamentos proferidos pelo Judiciário Brasileiro em que decidem de que forma aplicam as leis vigentes. Se o conceito de gênero pode ser pensando “como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais e aparatos biomédicos” (DE LAURETIS, 1994:208), estou pensando o direito como uma das principais tecnologias sociais que interpelam as relações de gênero e determinam comportamentos e posicionamentos sociais, definindo quais práticas são permitidas e quais são proibidas na sociedade. Como afirma Isadora Vier Machado, os Estudos de Gênero “permitirem um diálogo cruzado com outras áreas do conhecimento, parecem ser o espaço adequado para que se coloque em questão o modelo cartesiano e engendrado de ciência que também contamina a produção científica do Direito” (MACHADO, 2013:28) e, portanto, nos ajudam a dialogar com a ciência jurídica. Além de ofuscar a suposta neutralidade do Direito, ao utilizar o gênero e as teorias feministas como categorias de análise, podemos pensar:

instrumentada por um olhar desconstrucionista de gênero, tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi ‘neutra’. (SARDENBERG, 2007:1)

Além de usar os estudos de gênero para literalmente pôr “de cabeça para baixo” o direito, os questionamentos propostos pelas interseccionalidades e as transversalidades de raça, etnia, geração, orientação sexual, deficiência, entre outras, são categorias utilizadas como marcadores sociais da diferença para pensar esta suposta neutralidade (CRENSHAW, 2002, RIOS, 2007).

Os estudos sobre sexualidades, gênero e feminismos nos permitem analisar questões que são cruciais para o direito. As teorias feministas, por exemplo, são importantes para entender que os chamados direitos sexuais estão ligados ao que chamamos de direitos reprodutivos (SANTIN, 2005), e estes ramos foram introduzidos como pauta de reivindicação através dos movimentos feministas.

Desta forma, entendo o gênero como uma categoria teórica central para pensarmos as questões jurídicas, pois, para pensarmos o respeito a um estado democrático de direito, pautado pela democracia, à justiça e às políticas públicas, deve se fazer acessível a todas as pessoas. Entretanto, sabemos que existem desigualdades, de classe, de raça, de gênero, sexualidades, deficiências, que faz com que pessoas tenham ou não acesso aos direitos mínimos garantidos a todos/as os/as cidadãos/ãs brasileiros/as. Assim, por exemplo, ao discutirmos o acesso ou não aos direitos e garantias fundamentais no Brasil, as teorias de gênero são úteis para dar luz ao debate e demonstrar como as desigualdades e as hierarquias se operam no social, marcados pelo gênero, acarretando diferenças no acesso à justiça, na forma e no tempo dos julgamentos, bem como no acesso às políticas públicas, por exemplo.

O debate de gênero, em sua conotação política, foi utilizado a partir da segunda metade dos anos 1980 com a “colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos” (PEDRO; VEIGA, 2015:305). Se o gênero pode ser entendido como categoria relacional e construção histórico-cultural, que dá significado as relações de poder (SCOTT, 1990, NICHOLSON, 2009), também é possível fazer uma discussão sobre as produções e práticas jurídicas fora dos locais centrais, pois, como sugere Claudia de Lima Costa (1998), houve uma recriação do sujeito e do conceito mulher, sob uma perspectiva política com base nas reivindicações do feminismo como movimento social. As críticas produzidas pelas feministas decoloniais também nos ajudam a pensar nas perspectivas do sul global – e mais propriamente da América Latina – marcadas por opressões vividas por mulheres dos países colonizados, marcadas por sua raça, etnia, orientação sexual (MIÑOSO, 2014). Para Joana

Maria Pedro e Ana Maria Veiga, os debates produzidos na “periferia’ estava inserida nas questões que moviam os grandes centros e que ganhariam maior evidência anos depois” (PEDRO; VEIGA, 2015:305). Além da perspectiva relacional do gênero, estou também pensando a categoria como uma prática discursiva e performativa que conforma subjetividades no contexto das relações sociais, políticas e culturais (BUTLER, 2003).

O direito, compreendido como uma ciência social ou jurídica, tem como objetivo regular as relações em sociedade. Já que sabemos que as relações em sociedade não são iguais, ou seja, são marcadas por desigualdades e discriminações, por que os estudos de gênero ainda não estão inseridos como objeto de análise para o direito? Essa é uma pergunta importante porque este debate não é considerado pelos teóricos e juristas, já que insistem que a Justiça e as leis são aplicadas igualmente para o “sujeito de direito” dito universal, não reconhecendo as marcações de gênero, geração, deficiências, raça, etnia, sexualidade, entre outras. Para o direito, o sujeito das reivindicações jurídicas é um sujeito neutro, que terá a aplicação da lei da mesma forma, independente destas marcações sociais. Entretanto, como já denunciam os movimentos feministas, não há neutralidade no direito. Nas palavras de Daniel Borrillo:

El Derecho es denunciado por el feminismo como un instituto masculino y para democratizarlo bastaría pues con feminizarlo. Este objetivo reivindicado por una parte del feminismo institucional pone de manifiesto la continuidad del pensamiento binario inclusive dentro de la estructura critica producida por dicho movimiento político (BORRILLO, 2011:28).

Régine Dhoquois, ao tratar das interlocuções entre as pesquisas feministas e o direito na França, aponta que “Le droit est un système clos qui a son langage, ses méthodes, ses concepts effectivement forgés par des hommes et à la différence d’autres disciplines des hommes de pouvoir.” (DHOQUOIS, 2001). Anne Marie Goetz (2008) afirma que a luta feminista pela igualdade de gênero na justiça também é demonstrado pela grande contradição que é a divisão entre público e privado, pois, se na esfera pública alcançamos parte das demandas por igualdade, não há grandes avanços na esfera do privado. A autora propõe romper a divisão entre público e privado:

La falta de conexión entre lo que se ha alcanzado a los niveles público y privado ilustra una condición esencial que hace que éstos no estén presentes en aquellos esfuerzos prácticos que buscan promover la justicia de género y esto significa que deben romper la división que existe entre lo público y lo privado (GOETZ, 2008:41).

Como veremos no tópico a seguir em relação as legislações brasileiras, não podemos deixar de falar que vivemos o Brasil, país colonizado que permaneceu por muitos anos sob o jugo do colonizador utilizando sua legislação, que não condizia com a realidade brasileira e trazia em seu bojo uma visão predominantemente masculina. Logo são as feministas decoloniais que denunciam a presença de “un derecho aún más arcaico y patriarcal, implícito en los múltiples productos normativos del catolicismo colonial” (CUSICANQUI, 2014:122).

Igualdade x desigualdade na Justiça: que leis temos e quais leis queremos? Quem formula as leis no Brasil?

Neste tópico discutirei sobre as leis brasileiras que são produzidas e propostas (na sua maioria) pelo poder legislativo. Este se constitui como um poder disciplinar, regendo os relacionamentos e até impondo limites às (diversas) formas de se relacionar, das vivências conjugais e familiares. Judith Butler, ao ler Michel Foucault, analisa os sistemas jurídicos e as leis como reguladores dos sujeitos, “em termos puramente negativos – isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha” (BUTLER, 2003:18).

Se pensarmos no contexto brasileiros, as leis desde o período colonial visavam regular e vigiar a vida das pessoas que aqui viviam, sendo que o direito atuou a serviço das oligarquias e de uma sociedade patriarcal e católica, em que os direitos das mulheres não eram contemplados. Apesar de que no século XX tivemos a promulgação de importantes leis que modificaram as relações pessoais e familiares no Brasil, é somente no chamado período de redemocratização que reivindicações próprias de grupos sociais se fizeram ouvidas durante a Constituinte. Após o período de ditadura militar, é

que podemos observar a emergência das lutas e agendas específicas de grupos identitários, como uma expressão de forças de pessoas silenciadas naquele período violento e obscuro da História do Brasil. Mulheres, negros/as, indígenas, trabalhadores/as, pessoas com deficiências entre outros/as reivindicam seus direitos e suas legislações específicas, sendo este período marcado por importante participação popular através da presença dos movimentos sociais.

É somente com a Constituição Federal de 1988, a mais liberal e democrática dos textos constitucionais, considerada como constituição cidadã, que o sujeito de direito está no centro da legislação. Assim, a legislação brasileira, que tinha como objetivo proteger a propriedade privada, passa a proteger e conceder direitos para os cidadãos e cidadãs, baseados nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. Assim, após o longo e árduo período ditatorial e com o início da reabertura política é que novos sujeitos puderam impor suas reivindicações, articulados em movimentos sociais. Não é possível esquecer que o legislativo é um espaço masculino, geralmente formado por homens, brancos e heterossexuais que legislam para a toda a população e sua diversidade.

O resultado de correlações de forças, de lutas sociais e pela intensa participação política é que direitos específicos foram conquistados, em especial destaque a conquista da igualdade formal entre homens e mulheres. Assim, determina a Carta magna “homens e mulheres são iguais perante a lei, nos termos da Constituição”³. São esses novos sujeitos políticos e sujeitos de direito que adentram a cena pública no Brasil e trazem suas reivindicações específicas. É nessa esteira que temas como o Meio Ambiente e a Educação ganham destaque.

Em relação às legislações que tocam as relações de gênero, destaco as mudanças sociais trazidas por duas legislações na área do direito civil, anteriores à Constituição de 1988: o Estatuto da mulher casada, de 1962, que trouxe inúmeras modificações como incluir as mulheres como civilmente

3. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

capazes, retirando-as da condição de relativamente capazes; e a lei do divórcio, de 1977, que permitiu que casais que se separassem e divorciassem pudessem ter direito de constituir novas famílias, não sendo mais as novas famílias e seus/suas filhos/as considerados/as como ilegítimos/as.

Mas mesmo que sejam considerados iguais perante a Constituição Federal, ainda muito há que ser feito. O que quero dizer é que, mesmo atingida a igualdade formal, há uma desigualdade que atinge na realidade homens e mulheres. Um ponto que precisa ser abordado é a questão da desigual atribuição de atividades desempenhadas pelos casais, seja no cuidado com os/as filhos/as, seja na realização dos trabalhos domésticos. Mesmo que tenhamos uma legislação que determina a igualdade entre homens e mulheres, ainda não há, no campo da cultura, uma igual divisão de tarefas domésticas, principalmente quando se trata da esfera dos cuidados. Rita Segato (2017) esclarece que há uma privatização do espaço doméstico e para ela é muito difícil entrar a luz do direito moderno em relação as questões da vida íntima, por exemplo no que se refere à divisão do trabalho doméstico.

Na Constituição Federal além da igualdade entre homens e mulheres, também há a inclusão da não discriminação por sexo, sendo esta uma importante conquista. A inclusão daquilo que chamamos como direitos sexuais e pela diversidade e igualdade sexual está profundamente ligada às trajetórias destas lutas pelos direitos humanos das mulheres e aos processos de retomada da democracia.

É importante lembrar que foram os movimentos feministas que denunciaram as desigualdades entre homens e mulheres. Como destaca Joana Maria Pedro, o feminismo latino-americano é um feminismo plural cuja história está profundamente relacionada ao passado das ditaduras nos países do Cone Sul (PEDRO, 2010). Também foram responsáveis por denunciar as diversas formas de violências familiares e conjugais, práticas comuns em todas as classes sociais. Assim, a expressão de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” passa a ser contestada, como algo a ser interferido pelo poder público e modificado por toda a sociedade. Também é importante o fato de que neste período foram denunciadas violências contra as mulheres em todas as classes sociais, não sendo restrito às classes populares.

É a partir de toda esta contestação dos movimentos feministas que o enfrentamento às diversas formas de violências no âmbito doméstico e familiar é inserido no texto constitucional. O artigo 226 trata especificamente da proteção do Estado em relação à família e determina em seu parágrafo oitavo que o “Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.⁴ Mesmo com a determinação constitucional para a criação de legislação visando coibir as diversas formas de violências no âmbito das relações de família, o Brasil somente promulgou a legislação quando foi punido por não agir no caso emblemático de Maria da Penha, que recorreu às cortes internacionais de Direitos Humanos. Segundo Isadora Vier Machado e Maria Lígia Granado Elias:

Nomeada Lei Maria da Penha em homenagem à luta emblemática de Maria da Penha Maia Fernandes (v. PENHA, 2012), consagrou-se como estatuto de proteção das mulheres em situações de violências, marcador de uma luta política e dos consequentes processos de negociação entre movimentos feministas brasileiros, ONG’s e Comitê Interamericano de Direitos Humanos e governo federal. (ELIAS; MACHADO, 2015:94-95)

Entretanto, mesmo sendo exigido pelos movimentos sociais uma lei específica para coibir as mais diversas formas de violências a que vinham sendo vítimas as mulheres brasileiras, esta lei foi objeto de uma sanção imposta ao Estado Brasileiro por ter sido inoperante e negligente no caso da Maria Penha. Assim, mesmo que tenha sido objeto de punição, não há que se perder de vista o longo caminho de militância e denúncia dos movimentos sociais que antecedeu a lei.

Nesse sentido, mesmo que tenhamos leis específicas sobre temáticas que busquem evitar as discriminações e desigualdades (como a prevista na Constituição e a Lei Maria da Penha) muitas não são aplicadas ou implementadas. Por este motivo a importância dos movimentos feministas brasileiros e a consequente participação da sociedade civil nos conselhos municipais e estaduais e nas diferentes esferas de controle e acompanhamento.

4. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

A Lei Maria da Penha incluiu a expressão violência de gênero em seu texto e trata das violências entre casais de lésbicas e há o entendimento (não unânime) de que se aplica a mulheres transexuais. A interpretação mais recente é incluir (no sujeito passivo a ser tutelado, as mulheres) as pessoas travestis, transexuais e transgêneros, bem como relações de conjugalidade gay.

Seguindo o avanço que tivemos com a Lei Maria da Penha, em 2015 foi implementada a lei do Feminicídio. Trata-se de uma lei que prevê o agravamento da pena do homicídio quando for cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Está incluído no rol dos crimes hediondos. A lei não inclui o termo “gênero” e sim “sexo feminino” e fez referência expressa à vítima mulher. Em 2015, houve uma preocupação do congresso nacional em afastar a possibilidade de incidência da lei às travestis ou às mulheres transexuais. Vale lembrar que a lei do Feminicídio excluiu a expressão “gênero”, que estava previsto na primeira versão do projeto de lei⁵, no mesmo momento em que presenciamos a retirada do termo gênero dos planos nacionais de educação. As citadas leis trazem um sujeito identificado, em que o Estado interfere na proteção das mulheres por serem diariamente vítimas de violência no Brasil. Nos casos das leis citadas, as mulheres são vítimas de violência e merecem proteção legal.

Por outro lado, as mulheres quando consideradas supostas autoras de violências são criminalizadas e penalizadas pelo mesmo Estado que as protege. Estou falando do crime de aborto, que pune somente quem pratica e quem ajuda a praticar. Não são os homens que são criminalizados. São as mulheres, na sua maioria pobres e negras, que são criminalizadas pela lei penal. A legislação entende que não existe autonomia sobre o próprio corpo das mulheres, quando elas carregam fetos indesejados, devendo cuidá-los e protegê-los até o seu nascimento com vida. Esses fetos são os chamados pela lei como nascituros e aumentam a cada momento legislações que visam protegê-los. Podemos falar do Estatuto do Nascituro⁶, que ao proteger os fetos retira direitos e autonomia das mulheres.

5. PL 8305/2014. Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2018

6. PL 478/2007. Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2018.

A criminalização do aborto afeta o exercício da sexualidade feminina e a própria vida das mulheres, pois estas sabem como fazê-lo e o fazem, mesmo com a proibição legal (PEDRO, 2003). Mas é importante lembrar: somente as mulheres são criminalizadas. São suas vidas que não importam é que estão em jogo.

No Brasil o código penal autoriza o aborto em caso de estupro e risco de vida para a mãe. Somente após decisão judicial é que se autorizou o aborto nos casos dos fetos anencéfalos (DINIZ; VELEZ, 2008). A maioria das leis em tramitação que abordam a temática são no sentido de retroceder direitos historicamente conquistados, como por exemplo o já citado Estatuto do Nascituro, que obrigaria a mulher vítima de estupro a gerar a vida do fruto de uma violência, e ter a obrigação de futuramente ter que conviver com o seu estuprador, que transformaria em pai do seu/sua filho/a. O estado concederia uma bolsa estupro para essa mulher sustentar seu/sua filho/a.

No Brasil a discussão veio à tona pelo julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 – ADPF 442 durante a audiência pública realizada em agosto de 2018⁷. Proposta pelo Instituto de Bioética – ANIS e o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL em 8 de março de 2017 a ação tem como objetivo discutir o descumprimento da Constituição pelos artigos 124 e 126 do Código Penal, que tratam da criminalização do aborto. A ação visa à descriminalização da prática e a exclusão do âmbito de incidência dos dois artigos a interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas de gestação. Nos dias 3 e 6 de agosto de 2018 a relatora, Ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal – STF, ouviu inúmeros depoimentos de especialistas a favor e contra o aborto na tribuna da mais alta corte do judiciário brasileiro. Naquela oportunidade, os depoimentos de Debora Diniz, representante do ANIS, que apresentou na tribuna o perfil das mulheres que fazem aborto no Brasil,⁸ sendo que “há uma distribuição desigual do risco com a maior concentração entre as mulheres

7. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenta 442. Número único 0002062-31.2017.1.00.0000, Origem: Distrito Federal, Relatora: Ministra Rosa Weber. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 10 ago. 2018.

8. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385663>. Acesso em: 10 ago. 2018.

mais jovens, mais pobres, nortistas e nordestinas, negras e indígenas”⁹. As participações na Tribuna a favor do aborto trouxeram dados de como o aborto no Brasil deve ser tratado como um caso de saúde de pública, por ceifar a vida sobretudo de mulheres pobres e negras. O julgamento do referido processo ficou adiado e sua decisão com certeza trará reações fervorosas de ambos os lados.

É importante lembrar em 2018 o fenômeno “marea verde”, iniciado em 2005 na Argentina, invadiu as ruas com reivindicações feministas em favor do aborto legal, seguro e gratuito no país. A campanha feminista levou às manifestações mais de dois milhões de pessoas com seus lenços verdes em favor da legalização da prática, segundo nos conta Maria Alicia, articulista da Campanha Nacional por Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina¹⁰. Aprovada na câmara, posteriormente o direito não foi concedido no Senado argentino, mas Maria Alicia aponta para o impacto positivo da campanha da Argentina em outros países da América Latina, que também se articulam em razão da legalização do aborto.

O que conluo a partir destas breves discussões, é que o Estado visa a proteger famílias e mulheres no papel de cuidadoras. Não são as mulheres como sujeitas autônomas e com o direito ao próprio corpo que o Estado visa a proteger. Sob o manto da proteção colocam as mulheres no lugar das pessoas que merecem a tutela do Estado e devam ser protegidas enquanto cuidadoras de seus lares e preservadoras da família, mas nunca como sujeitas providas de autonomia.

As interpretações desiguais em relação ao caso concreto: existe parcialidade no sistema de justiça

Quando não existem leis específicas para dirimir questões afetas às temáticas de gênero ou que debatam os movimentos feministas, uma das estratégias é utilizar o judiciário em busca do reconhecimento de direitos.

9. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385663>. Acesso em: 10 ago. 2018.

10. Maria Alicia, articulista da Campanha Nacional por Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Disponível no Portal Catarinas: <https://www.youtube.com/watch?v=Q-NIT2uxDHg>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Na mesma linha que Theophilos Rifiotis (2008, 2012) denominou de “judicialização das relações sociais”¹¹ é possível perceber o acesso à justiça como uma forma de judicialização das relações, que buscam a justiça na ausência de uma lei para a concessão de direitos. É o caso, por exemplo, do acesso à Justiça por parte de casais que não tinham concedidos direitos em relação à conjugalidade gay ou lésbica vivenciada. Eu entendo que alguns casais utilizam o sistema de justiça como uma forma de visibilidade e posterior reconhecimento, como uma possibilidade dos casais assumirem publicamente não só as homossexualidades e lesbianidades, mas também as conjugalidades gays e lésbicas (NICHNIG, 2013). Da mesma forma, como relatei acima, no que se refere à discussão do aborto, também foi do Judiciário o chamado para debater a temática já que a mesma se encontrava sem condições de debate no Legislativo.

“La aceptación de los principios de igualdad de género por parte da la legislación no siempre tiene un correlato en el discurso judicial” (HARARI; PASTORINO, 2000:122). No contexto brasileiro, diante da inexistência de legislações e com bases nos princípios constitucionais, o Judiciário se mostrou propício à concessão de direitos aos casais de mesmo sexo, por exemplo (NICHNIG, 2013). Foi o que eu observei em minha tese de doutorado, que em relação aos direitos advindos das relações entre pessoas do mesmo sexo, na ausência de legislação específica, o judiciário foi a instância utilizada para a busca de reconhecimento.

Mas se há um lado positivo do uso do Judiciário, utilizado estrategicamente quando o legislativo não se posiciona sobre um determinado assunto, por inúmeras razões, sejam elas de cunho moral, religioso ou mesmo por inércia ou má-fé, principalmente quando são tratados temas que tocam as relações de gênero, o Judiciário também, muitas vezes, se mostra também misógino e tendencioso em suas decisões.

Ao decidirem em relação a um caso concreto, juízes/as, desembargadores/as estão submetidos ao princípio da obrigatoriedade de fundamentação das

11. Theophilos Rifiotis utilizou primeiramente o termo “judicialização”, traduzido do francês, mas, posteriormente, em trabalhos mais recentes, passou a utilizar o termo em português, judicialização.

decisões judiciais¹². O cumprimento deste princípio tem como ideia preservar que as decisões não sejam tomadas como um exercício da vontade do julgador e, a partir deste princípio os cidadãos e cidadãs poderiam visualizar a intenção do/a legislador/a. Devendo o/a magistrado/a fundamentar suas decisões, estas não poderiam ser norteadas por seus padrões morais ou sociais, mas apenas fundamentadas na legislação vigente. Ocorre que muitas pesquisas demonstram o contrário, que juízes/as e desembargadores/as julgam a partir de seus valores morais, sociais e até mesmo religiosos (NICHNIG, 2013, MACHADO, 2013, OLIVEIRA, 2009, SANTIN, 2005). E essa moral é generificada e está imbuída de valores que posicionam diferentemente homens e mulheres socialmente. Rita Segato fala de uma agenda política global marcada por uma moral de gênero, patriarcal, para a qual a posição das mulheres é de subserviência, vinculada exclusivamente à família (SEGATO, 2017).

Em uma grande pesquisa quantitativa publicada em livro no ano de 2013, sociólogas/os franceses observaram diferentes tribunais de família daquele país e concluíram que na França os/as magistrados/as julgam a partir de seus padrões morais e exercem seu ofício diferentemente de acordo com a origem, o gênero e a classe dos/as jurisdicionados/as. Os marcadores sociais da diferença influenciam diretamente as tomadas de decisões, sendo que as mulheres, pobres, negras e migrantes são as mais desfavorecidas nos julgamentos (NICHNIG, 2016).

Também em relação aos julgamentos em temas penais é possível perceber diferenças nas formas de julgar e nas práticas jurídicas e policiais. Ao mesmo tempo em que existe um sistema de proteção para as mulheres vítimas de violências, com a aplicação da Lei Maria da Penha por exemplo, e ainda que uma modificação na legislação penal, com a descriminalização das ofensas contra a moral sexual (como a retirada dos crimes de adultério e sedução, por exemplo) há uma forma diferente de julgar homens e mulheres que são autores/vítimas dos citados crimes. Muitas mulheres quando são vítimas são os seus comportamentos que são julgados e não os comportamentos

12. Artigo 93, IX da Constituição Federal, que dispõe acerca da publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais.

dos autores de violências. Ainda se observa, que as mulheres são protegidas pela legislação quando se comportam como é esperado, por uma moral conservadora, de acordo com os padrões morais de mãe e esposa. Caso fujam desses padrões sociais, muitas vezes, não são consideradas merecedoras de proteção legal. Quero chamar atenção ao fato de que ainda que a proteção legal para as mulheres seja voltada para todas, esta proteção só é acessível para as mulheres que se comportam conforme valores e papéis morais e sociais esperados. Pode parecer que essa é uma constatação aceitável para os julgamentos do século passado, como, por exemplo, os comportamentos analisados por historiadoras como Marta de Abreu Esteves (1989), Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (1999) em suas pesquisas, mas isso se aplica em julgamento ainda nos dias de hoje. É o caso dos julgamentos de casos de violência sexual, como o estupro, que o comportamento da vítima é exposto como para corroborar o fato de que esta “pediu” para ser violentada.

A partir dessas premissas, essas mulheres não são merecedoras da proteção da lei. As mulheres transexuais, as travestis, as aborteiras, as putas, as mães “desnaturadas” merecem proteção legal? Para muitos julgadores, não. Mesmo que a lei diga que todas as mulheres devam ser protegidas pela lei Maria da Penha, sem qualquer distinção.

As mães, somente devem ser protegidas quando estiverem exercendo os papéis “naturais” de amorosas e cuidadoras. Já as mães “desnaturadas” não são dignas de proteção, como as mães que abandonam crianças, as aborteiras, as infanticidas, entre outras consideradas aberrações, pois fogem do padrão da mãe zelosa e cuidadosa. O que quero dizer com isso é que há uma proteção legal para as mulheres que estejam nos papéis previamente concebidos para exercerem socialmente, de mãe, cuidadora, trabalhadora. Para as mulheres que buscam autonomia sexual, por exemplo, ainda existe muita misoginia no julgamento quando buscam por seus direitos. De certa forma, ainda é reforçado o papel social de mãe cuidadora, zelosa e trabalhadora para as mulheres, e na verdade o sistema de proteção jurídica vigente visa a proteção da família e não da mulher autônoma. Essa ideia de familismo na legislação tem como objetivo a proteção da família e não apenas da mulher como ser autônomo (NICHNIG, 2013).

Em relação ao direito de provar seus direitos na Justiça, muitas vezes são as mulheres que passam de vítimas para autoras, ou sejam, são seus comportamentos, suas formas de se vestir, de falar, suas práticas sociais que são analisadas, ao contrário de seus algozes. Mulheres em espaço público, em profissões ditas masculinas ou fora do padrão esperado para uma “mulher honesta”, que fujam dos estereótipos desejados de gênero, não são dignas de proteção legal ou judicial.

Por este motivo é que Roger Raupp Rios (2002), ao analisar os votos dos ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal, em relação à questão do estupro e dos crimes hediondos, apontou para a necessidade de se observar os julgados a partir de uma perspectiva feminista. Segundo Rios “o referido voto, lido nesta perspectiva, pode chamar a atenção dos diversos operadores jurídicos para uma perspectiva virtualmente ignorada na jurisprudência nacional” (RIOS, 2002:165).

Mas uma perspectiva feminista frente ao Sistema de Justiça é possível?

A sugestão de Roger Raupp Rios é que uma Justiça através de uma perspectiva feminista se faz necessária para evitar desigualdades e discriminações. O próprio magistrado assegura que esta visão ainda é ignorada em nosso sistema. Mas qual seria a saída?

Além da abordagem das temáticas nos cursos de direito ainda tão escassas e da atuação de operadores do direito sensíveis às causas feministas, alguns debates teóricos nos auxiliam a pensar estas questões. O termo de *democracia sexual* ou *democratização sexual* pode ser útil para o debate em torno dos processos legislativos que discutem a questão da sexualização do espaço público e da politização das questões sexuais que não devem ser restritas às esferas do privado e do natural, mas que se tornam assuntos fundamentais no espaço de discussão coletiva. É o debate proposto pelo sociólogo francês Eric Fassin que define “La démocratie sexuelle, c’est l’extension du domaine démocratique aux questions sexuelles – soit l’introduction des valeurs de liberté et d’égalité dans un domaine auparavant relégué à la vie privée, maintenu à l’abri de l’histoire et de la politique dans une culture, voire une nature, intemporelle.” (FASSIN, 2009).

Fazendo uso do gênero como categoria de análise, e dos princípios como liberdade e igualdade podemos considerá-los como valores inscritos na realidade histórica. Se pensarmos em termos de democracia, e mais especificamente de democracia sexual, é possível concluir que todos têm direito ao exercício da sua cidadania, e portanto deveriam ter direito ao exercício livre de sua sexualidade, pois todos e todas são iguais perante a lei. Logo, é calcado nesses princípios previstos na Constituição, de igualdade, liberdade e não discriminação que podemos fazer uso deste conceito e pensar que o exercício da cidadania plena por pessoas lésbicas, gays, transexuais, transgêneros e intersexuais, passa pela liberdade em exercer livremente suas práticas sexuais e sua sexualidade, e, principalmente, não ser alijado/a em nenhum de seus direitos por conta do exercício da sexualidade. A democracia sexual implica que aquilo que parecia acessível a todas as pessoas, como exercício da sexualidade, seja concebido como um produto histórico e portanto mutável e fruto de “comme un projet critique, qui interroge sans fin l’ordre sexuel, la première apparaît bien davantage comme un projet normatif, qui évalue les sociétés à l’aune de normes démocratiques posées une fois pour toutes” (FASSIN, 2009).

A professora Saete Maria da Silva (2018), da Universidade Federal da Bahia, traz ao debate o termo Feminismo jurídico. Segundo a autora, trata-se de um debate teórico apurado realizados pelas teorias feministas em relação ao direito, mas também de práticas jurídicas contestatórias. Para a autora o feminismo jurídico “corresponde a um conjunto de críticas, teorizações, proposições metodológicas e atividades práticas desenvolvidas por juristas feministas em face do fenômeno jurídico, dentro ou fora do sistema de justiça” (SILVA, 2018:90) E ainda é possível fazer uso da categoria justiça de gênero, pois a análise de julgamentos nos faz crer que o direito é gendrado e julga diferentemente homens e mulheres, como já salientei.

Além dos aportes teóricos debatidos, alguns instrumentos jurídicos já apontam para a necessidade de que os agentes políticos e operadores jurídicos tenham conhecimento das desigualdades de gênero e atuem de forma a atenuá-las na prática. A Lei Maria da Penha determina em seu artigo 8, incisos IV e VII a capacitação dos profissionais em questões de

gênero, raça e etnia¹³. Já o Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW sigla em inglês) declarou que as mulheres efetivamente sofrem dificuldades no acesso à justiça e determinou o respeito da justiciabilidade, e que os Estados participantes devem assegurar que os operadores do direito atuem de forma sensível as questões de gênero¹⁴. O objetivo é assegurar um julgamento justo e não discriminatório às mulheres vítimas de violência, por exemplo.

É a partir destas determinações e da atuação de advogadas, juízas e professoras feministas que podemos pensar em uma revolução no direito. São elas que vão colocar o dedo na ferida no direito misógino, sexista e lgbtfóbico brasileiro. Em tempos de justiça parcial e seletiva, nós mulheres sentimos na pele que o Judiciário somente nos protege enquanto mães, esposas cuidadoras e (talvez) como trabalhadoras. Não há proteção legal para mulheres que fogem dos padrões em que atuam o direito como uma tecnologia de gênero (a serviço da moral, do sexismo e da lgbtfobia). E o direito como tecnologia que visa reger as relações sociais não tem espaço para a autonomia feminina. Se quisermos a proteção da Justiça é preciso um uso estratégico, que pode ser calcado no que pretendia o legislador constituinte, como a proteção com base no respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. E ainda é extremamente necessário o uso destas estratégias e do direito como tecnologia de gênero, pois se faz necessária a proteção jurídica para as mulheres, em uma sociedade que discrimina, maltrata e mata mulheres todos os dias. Muitas vezes pelo simples fato de dizerem o que querem e serem o que são. A liberdade ainda é um direito a ser perseguido arduamente. E todos os dias.

13. Lei Maria da Penha, artigo 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

14. CEDAW, Recomendação Geral 33, n.º 15, “a”, “c” e 20, “b”. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Referências

- BORRILLO, Daniel. Por una Teoría Queer del Derecho de las personas y las familias. *Direito, Estado e Sociedade*, v. 39, p. 27-51, 2011.
- BUTLER, Judith R. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Claudia de Lima Costa. O tráfico de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 127-140, 1998.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. “La noción de derecho o la paradojas de la modernidad poscolonial: indígenas y mujeres en Bolivia”. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa et al. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editoria Universidad del Cauca, 2014, p. 121- 134.
- DE LAURETIS, Teresa. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- DHOQUOIS, Régine. La recherche féministe à l’université dans le domaine du droit. Une absence en forme de désertion. *Les Cahiers du CEDREF*, Paris, n. 10, p. 171-177, 2001. Disponível em: <http://cedref.revues.org/278>. Acesso em: 05 jun. 2010.
- DINIZ, Debora; VELEZ, Ana Cristina Gonzalez. Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 647-652, 2008.
- ELIAS, Maria Lígia Granado; MACHADO, Isadora Vier. A construção social da liberdade e a Lei Maria da Penha. *Revista Sul Americana de Ciência Política*, Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 88-109, 2015.
- ESTEVEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FASSIN, Eric La démocratie sexuelle contre elle-même. Les contradictions de la politique d’ «immigration subie», *Vacarmes*, n. 48, 2009. Disponível em: <http://www.vacarme.org/article1781.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

GOETZ, Anne Marie. “Justicia de género, ciudadanía y derechos. Conceptos fundamentales, debates centrales y nuevas direcciones para la investigación”. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; NAVSHARAN, Singh. *Justicia de género, ciudadanía y desarrollo*. Colombia: Mayol Ediciones, 2008, p. 13-45.

HARARI, Sofia; PASTORINO, Gabriela L. “Acercas del género y el derecho”. In: BIRGIN, Haydée (comp.). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblios, 2000, p. 121-148.

HARDING, Sandra. “¿Existe un método feminista?” In: BARTRA, Eli (org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. 2. México UAM-X, CSH, 2002. p. 9-34

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de Violência Psicológica da Lei Maria da Penha*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2013.

MINOSO, Yurderkis Espinosa. “Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas”. In: MINOSO, Yurderkis Espinosa; CORREAL, Diana Gómez. MUÑOZ, Karina Ochoa. *Tejindo de otro modo: Feminismo, Epistemología y apuestas descoloniales in Abya Yala*. Colombia: Universidad de Cauca, 2014, p. 309-324.

NICHNIG, Claudia Regina. Gênero e Direito: debates teóricos e possibilidades empíricas. *Interfaces científicas - Direito*, v. 7, n. 3, p. 11-24, 2019.

NICHNIG, Claudia Regina. Le Collectif Onze: Au tribunal des couples. Enquête sur des affaires familiales. *Nouvelles Questions Féministes*. v. 35, n. 2, p. 133-136, 2016.

NICHNIG, Claudia Regina. *Para ser digno há de ser livre: reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2009.
- NOBRE, Marcos. *O que é pesquisa em direito?*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- OLIVEIRA, Melissa Barbieiri de. Transtornando o campo jurídico: Uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em Tribunais Brasileiros*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2009.
- PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.) *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 304-307.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.
- RIFIOTIS, Theophilus. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a violência conjugal e a violência intrafamiliar. *Katál*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, 2008.
- RIFIOTIS, Theophilus. “Violência conjugal e acesso à justiça: um olhar crítico sobre a judicialização das relações sociais”. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). *Antropologia & Direito*. Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 300-308.

- RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Advogado, 2007.
- RIOS, Roger Raupp. Por uma perspectiva feminista no debate jurídico: Anotações a partir do julgamento do Habeas Corpus 81.288-1-SC pelo Supremo Tribunal Federal. *Cadernos Themis*, Porto Alegre, ano III, n. 3, p. 165-179, 2002.
- SANTIN, Myrian Aldana Vargas. *A incidência da Igreja Católica na tramitação do PL 20/91 – aborto legal e PL 1151/95 – união civil entre pessoas do mesmo sexo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2005.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. *Labrys, estudos feministas*, v. 11, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>. Acesso em: 07/04/2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 79-99, 1995.
- SEGATO, Rita. El patriarcado es un tema central para mantener el edificio de los poderosos. *YouTube*, 11/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wdcoYCwW3Yk>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- SILVA, Maria Salete. Feminismo jurídico: uma introdução. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 1, p. 83-102, 2018.
- SILVA, Maria Salete; WRIGHT, Sonia Jay. Uma reflexão feminista sobre o conceito de Justiça de Gênero. *Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*, v. 2, n. 1, p. 216-233, 2016.
- SMART, Carol. “Teoría feminista y el discurso jurídico”. In: BIRGIN, Haydée (comp). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: ed. Biblos, 2000, p. 31-71.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história*. São Paulo: Hucitec, 1999.

O JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: ANÁLISES CRÍTICAS, EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS FEMINISTAS

Karina Janz Woitowicz

A relação entre o feminismo acadêmico e a militância nas organizações sociais configura uma prática de luta que permite (re)formular as questões de gênero em meio a diversas demandas das mulheres. Sabe-se que os estudos de gênero, que se desenvolveram a partir das teorias feministas, são evocados em diversas situações em que o movimento feminista se manifesta, seja para criticar as origens da chamada dominação masculina ou para revelar as múltiplas formas e espaços de disputa de poder.

A pesquisa de gênero, à medida que se consolida nas últimas décadas, revela sua natureza transdisciplinar e transversal. Além disso, propõe o necessário engajamento para denunciar desigualdades e promover reflexões oriundas de um pensamento crítico. É preciso, portanto, considerar a complexidade deste campo, conforme propõe Judith Butler (2003:12): “a complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista”.

A pesquisa em jornalismo e gênero, assim como o desenvolvimento de um jornalismo com perspectiva de gênero, não poderia perder de vista a

vinculação com a crítica feminista. O diálogo transdisciplinar, no contexto destas experiências, oferece uma contribuição para pensar o campo do jornalismo a partir da complexidade das questões e perspectivas de gênero.

É com base na trajetória dos estudos de gênero no jornalismo que este texto busca oferecer um retrato das tendências de pesquisa e atuação na área, demarcando dois enfoques principais: os estudos de representações de gênero na mídia e as experiências de jornalismo com perspectiva de gênero. Tal percurso revela que a reflexão e a prática feministas orientam as pesquisas em Jornalismo e demandam outros modos de produzir conteúdos, considerando a realidade do campo profissional e as demandas e lutas feministas.

No jornalismo, pode-se dizer que o avanço dos estudos de gênero ainda é recente e modesto, comparativamente a outras áreas das Ciências Humanas e Sociais (ESCOSTEGUY, 2008, MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, WOITOWICZ; ROCHA, 2014). Contudo, observa-se que há um interesse cada vez maior pelas interfaces jornalismo/gênero, o que se traduz no compromisso de promover análises críticas da mídia, problematizar a realidade do mercado de trabalho e desenvolver iniciativas capazes de oportunizar a inserção da perspectiva de gênero no fazer jornalístico.

Representações de gênero na mídia: entre o poder da hegemonia e a proposição de leituras críticas

Um dos eixos de investigação mais abordados nos estudos de comunicação e gênero são as representações midiáticas. A diversidade de produções – que envolvem o jornalismo, a publicidade, o cinema, entre outras – demanda olhares voltados a desvendar a (re)produção de estereótipos e interpretar os significados das mensagens que circulam pela mídia. Ao longo das últimas décadas, diversos estudos apontaram para a permanência de certas estruturas ligadas ao patriarcado que tendem a naturalizar os discursos e as práticas sociais (BUITONI, 2009; FUNCK; WIDHOLZER, 2005, WOITOWICZ; ROCHA, 2014).

Entende-se que a mídia se configura como um lugar privilegiado para a produção de imagens e representações da realidade. Assim, observar o modo com os meios contribuem para reproduzir ou subverter as lógicas

hegemônicas constitui uma problemática expressiva nos estudos de comunicação. Uma importante vertente teórica voltada para as questões de representação e construção de identidades situa-se nos estudos culturais, que desde os anos 1960, no Centro de Birmingham (Inglaterra), promoveram a combinação entre pesquisa e engajamento e o caráter interdisciplinar dos estudos (MATTELART; NEVEU, 2004).

Nos anos 1880, verifica-se uma expansão dos estudos culturais, quando os trabalhos se estendem para componentes culturais ligados ao gênero, à etnicidade e às práticas de consumo. É neste contexto que ganham relevância os estudos de orientação feminista, conforme analisam Armand Mattelart e Érik Neveu (2004:105):

Nos anos 1980, os estudos feministas sobre a mídia, mantidos até então à margem pelo establishment universitário, adquirem direito de cidadania. Nos Estados Unidos e nos países anglo-saxões, florescem os *woman's studies*, os *gender studies* ou os *feminist studies*. O postulado “the personal is political” se declina de múltiplos modos na pesquisa: a sexualidade, a beleza, o corpo, o prazer, a mídia e os gêneros (no sentido de programas ou de publicações) destinados às mulheres: revistas, *soap opera*, melodrama ou romances sentimentais. Esse nascimento no universo acadêmico teve o imenso mérito de legitimar objetos de estudo até então desprezados.

Ainda em 1974, é criado no Centro de Estudos Culturais de Birmingham um Grupo de Estudos da Mulher¹. A publicação coletiva *Women take issue*, em 1978, é resultado do desenvolvimento de pesquisas envolvendo questões de gênero. Ana Carolina Escosteguy lembra que autoras como Charlotte Brundson, Marion Jordon, Dorothy Robson, Christine Geraghty e Angela McRobbie “reveem suposições do senso comum sobre os meios

1. Norma Schulman observa que o Grupo de Estudos da Mulher foi criado “para examinar os assim chamados gêneros femininos (notadamente as telenovelas e as revistas de moda); para estudar, qualitativamente, como os públicos femininos respondiam aos conteúdos dos meios de comunicação de massa e quais necessidades sociais e pessoais eram atendidas; para resgatar do esquecimento a literatura feita por escritoras mulheres; para teorizar o papel do trabalho doméstico (não-remunerado); e para examinar os papéis das mulheres, na família, relativamente ao consumo da mídia” (SCHULMAN, 2006:212).

de comunicação, reivindicando que a audiência, no caso, feminina, tem autoridade sobre as práticas de leitura” (ESCOSTEGUY, 2006:152).

Norma Schulman destaca a contribuição dos estudos de orientação feminista no terreno dos estudos culturais, considerando que “a crítica feminista ajudou a centrar o interesse na forma como a identidade, a subjetividade e o gênero são construídos” (SCHULMAN, 2006:213). Stuart Hall (2003:208) também observa a pertinência das pesquisas sobre feminismo para os estudos culturais. Para ele, a intervenção do movimento introduziu uma ruptura, reorganizando o campo de estudos em função da centralidade das questões de gênero e sexualidade para compreender as relações de poder, os projetos políticos e a subjetividade dos indivíduos².

Em relação à tematização de questões de gênero pelo jornalismo, Gaye Tuchman (1980), em estudo sobre os impactos da organização do tempo e do espaço sobre o trabalho jornalístico, já observava que alguns movimentos sociais são mais acessíveis do que outros e que as mulheres assumiam status periférico nas notícias, uma vez que as práticas jornalísticas acabam por legitimar o poder institucional. No contexto brasileiro, Márcia Veiga da Silva (2014) mostrou, em pesquisa de caráter etnográfico em uma redação de TV, os aspectos subjetivos que orientam os valores-notícia e que permitem afirmar que o gênero do jornalismo é masculino.

Percebe-se, assim, que as práticas de desigualdade permanecem presentes e se agravam com as imagens produzidas pelos meios de comunicação, baseadas em estereótipos e na falta de reconhecimento da diversidade dos grupos sociais. Esta é uma realidade comum, que tem sido sistematicamente investigada e criticada pelas iniciativas de monitoramento de mídia e estudos acadêmicos que analisam coberturas jornalísticas sobre temáticas relativas às questões de gênero. Entre estas iniciativas, em grande parte desenvolvidas por entidades voltadas aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, pode-se destacar alguns resultados de monitoramentos realizados em diferentes contextos. Ana Maria Portugal e Carmen Torres (1996) mostram em diferentes

2. Nos países da América Latina, que vivenciam a experiência das ditaduras entre os anos 1960 e 1990, as leituras críticas de mídia e o desenvolvimento de experiências de comunicação popular e alternativa abrem espaço para debates sobre cultura e política no campo da comunicação, com a inserção gradual das problemáticas que envolvem as mulheres.

países o que foi notícia envolvendo as mulheres por meio de um esquema de análise utilizado por pesquisadoras latino-americanas. Carmen Torres (2000) apresenta ainda uma análise crítica das coberturas jornalísticas que revela o que intitula “o lado obscuro” dos meios, marcado por estereótipos de gênero. Com enfoque ibero-americano, Martín Oller Alonso e Maria Cruz Tornay Márquez (2016) reúnem investigadores e investigadoras que realizam estudos sobre o tratamento das questões de gênero em distintos contextos geográficos, que permitem apontar limites e regularidades no comportamento da mídia.

No Brasil, a Comissão de Cidadania e Reprodução (2002) realizou o acompanhamento de temas ligados aos direitos reprodutivos na mídia, constatando o viés hegemônico e moralizante presente principalmente nos discursos sobre o aborto. A ANDI – Comunicação e Direitos e o Instituto Patrícia Galvão, em parceria com o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (VIVARTA, 2011) realizaram importantes análises das tendências de cobertura jornalística sobre direitos das mulheres, envolvendo as temáticas do poder político, do trabalho e da violência contra a mulher³. Também a Rede Mulher e Mídia⁴ realiza o acompanhamento da mídia para observar o tratamento das questões que envolvem os direitos das mulheres, promovendo análises e apresentando demandas sobre temáticas representativas deste debate.

Gloria Bonder (1995) e Sandra Chahe e Sonia Santoro (2007), por sua vez, associam a análise crítica da mídia à superação das dificuldades para um tratamento mais qualificado da imprensa, além de abordarem a apropriação das tecnologias de comunicação como uma estratégia para o reconhecimento dos direitos das mulheres.

No que se refere ao Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa⁵, uma das pesquisas realizadas

3. A pesquisa apresentou como base uma amostra de 2.381 textos jornalísticos, publicados em 16 diários das diferentes regiões do Brasil entre janeiro e dezembro de 2010. Os resultados podem ser consultados em: <http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura>. Acesso em: 01 ago. 2018.

4. Disponível em: <http://mulheremidia.org.br/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

5. O grupo foi criado no Diretório de Grupos do CNPq em 2012 e é coordenado pelas professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha, com participação de professores/as

envolveu o monitoramento de diversos jornais e revistas, para identificar aspectos como autoria das notícias, temas predominantes e a presença de homens e mulheres como fontes. Diante dos dados e elementos analisados, notou-se um tratamento recorrente dos meios de comunicação que confirmam um maior protagonismo masculino e a tendência à invisibilidade das mulheres (ROCHA; WOITOWICZ, 2013). Este dado se soma a diversas outras iniciativas de monitoramento de mídia que buscaram objetivar um dado de realidade: as mulheres aparecem pouco como notícia, possuem status inferior como fontes e suas demandas costumam ser invisibilizadas.

Dos três jornais considerados (*Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa/PR, e *Gazeta do Povo*, de circulação estadual no Paraná), observou-se um equilíbrio na presença de mulheres como jornalistas, produtoras de conteúdo⁶. No entanto, esta simetria não reflete as escolhas editoriais, que revelam visível desigualdade na presença e no tratamento das fontes de informação, em que se reproduzem determinadas representações do masculino e do feminino (WOITOWICZ, 2012). Na *Gazeta do Povo*, de um total de 54 textos, foram 144 fontes masculinas a 94 femininas; no *Jornal da Manhã*, de 48 textos, entre as fontes mencionadas, 70 são do sexo masculino e 22 do sexo feminino; e no *Diário dos Campos*, dos 75 textos, foram registrados 62 homens e 21 mulheres como fontes nas notícias. As mulheres aparecem em todos os veículos em menor quantidade que os homens e, no que se refere ao papel que assumem nas notícias, são menos citadas como fontes oficiais e especializadas e ganham maior espaço, proporcionalmente, quando se trata de fontes testemunhais.

As pesquisas são reveladoras de um tipo de comportamento da imprensa que, de forma consciente ou não, (re)produz desigualdades de gênero no jornalismo. Este diagnóstico é fundamental para problematizar as coberturas jornalísticas e subsidiar ações para qualificar a produção midiática, especialmente quando se trata de determinadas temáticas que exigem o reconhecimento das demandas feministas, como aborto e violência machista.

e estudantes de graduação e pós-graduação.

6. Os dados se referem à coleta realizada em março de 2011, que considerou o conteúdo completo dos jornais impressos *Gazeta do Povo*, *Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos*.

Os resultados das diversas pesquisas de monitoramento de mídia e do acompanhamento sistemático realizado por observatórios de gênero mantidos por universidades e instituições em diversos países materializam o tratamento desigual entre homens e mulheres na mídia, ao mesmo tempo em que contribuem para apontar caminhos para outros modos de tematizar e representar as questões de gênero em meio ao trabalho cotidiano de construção do imaginário social realizado pelos meios de comunicação.

Mercado jornalístico e experiências alternativas: questões de gênero no campo profissional

Dados recentes, do *The World of Journalism* (2017)⁷, reforçam o perfil jovem dos jornalistas brasileiros, com idade entre 22 e 35 anos (57,2%), bem como o crescimento da presença feminina nas últimas décadas (50,8% são homens e 49,2% são mulheres), o que sugere a maior participação de mulheres no mercado profissional. A pesquisa Perfil do Jornalista, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina e pela Federação Nacional dos Jornalistas (MICK; LIMA, 2013) apontou uma prevalência de mulheres trabalhando no mercado, 64%, em relação aos homens, 36%⁸.

No Brasil, o aumento da participação feminina no mercado profissional se verifica principalmente após os anos 1980 com o processo de modernização da imprensa, a ampliação de veículos de comunicação e a expansão dos cursos superiores em jornalismo. Os estudos de Alzira Alves de Abreu (2006) e Regina Helena de Paiva Ramos (2010), que se baseiam em depoimentos de mulheres que atuaram nas redações e relatam suas experiências em um espaço profissional essencialmente masculino, são ilustrativos da gradual inserção feminina no jornalismo que marcou o século XX.

Observa-se, assim, que as mulheres, que desde o século XIX buscavam espaços por meio da imprensa feminina e feminista (DUARTE, 2016) sobressaem no mercado nacional a partir do início do século XXI. Estes

7. Disponível em: https://epub.ub.uni-muenchen.de/32084/1/Country_report_Brazil.pdf. Acesso em: 01/08/2018.

8. A pesquisa partiu de uma amostra de 2731 jornalistas, respeitando a estratificação dos dados de jornalistas por região.

dados, no entanto, não representam uma participação igualitária no mercado profissional. As desigualdades se revelam em termos salariais, postos ocupados, jornada de trabalho, acesso a auxílios, cargos de maior prestígio, tempo de escolarização, entre outros aspectos (PONTES, 2016). Desse modo, falar sobre feminização – e sobre a crescente juvenização – do jornalismo implica reconhecer também as lógicas de precarização do trabalho que recaem sobre jornalistas, especialmente mulheres.

Pesquisa realizada em 2017 pela Gênero e Número e pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) com mais de 500 jornalistas brasileiras mapeou o machismo no ambiente de trabalho⁹. Deste total, 86,4% já passaram por pelo menos uma situação de discriminação de gênero e 70,2% já presenciaram ou tomaram conhecimento de uma colega sendo assediada no ambiente de trabalho. “Os resultados apontam para a presença de atitudes sexistas em redações em todo o país, que vão desde a distribuição de pautas com base em estereótipos de gênero até o assédio sexual perpetrado por colegas e superiores, sem uma resposta adequada das empresas para estes problemas” (ASSIS, 2017).

Conhecer a realidade das jornalistas nas redações, as desigualdades que enfrentam no mercado profissional, os constrangimentos e a violência de gênero na rotina de trabalho e também como são realizadas as coberturas torna-se fundamental para analisar o papel da mídia na reprodução ou na ruptura com as lógicas hegemônicas.

Contudo, para além destes aspectos que contextualizam as desigualdades de gênero no campo jornalístico, é importante considerar as práticas que se situam fora dos limites dos meios tradicionais. Isso porque, desde há muito tempo, a comunicação foi percebida no movimento feminista como um instrumento de fortalecimento das lutas das mulheres.

A 4ª Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), em sua Plataforma de Ação (ponto J, sobre mulheres e mídia), assinala um marco importante

9. A pesquisa contemplou grupos focais com 42 jornalistas em quatro capitais (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e São Paulo) que abordaram a desigualdade entre mulheres e homens no jornalismo. A etapa seguinte envolveu a elaboração de um questionário online, respondido por 531 jornalistas em todo o Brasil. O relatório completo pode ser acessado em: http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

no que diz respeito às mulheres e os meios de comunicação, ao destacar o acesso aos meios como uma alternativa para diminuir as desigualdades. Sabe-se, contudo, que muito antes do reconhecimento da comunicação como um direito diversas práticas comunicacionais realizadas pelo movimento de mulheres sustentavam estes espaços estratégicos de ação política.

As experiências dos grupos feministas e de mulheres, desde o chamado feminismo de segunda onda, apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças. Em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, entre as temáticas discutidas ganhava destaque a comunicação. O evento abordou o papel educativo dos meios de comunicação, considerando que cumprem “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas idéias e valores” (BARSTED, 1983:13).

Ao abordar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted observa que na década de 1970 novos espaços foram sendo criados para fazer circular e projetar as vozes das mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história.” (BARSTED, 1983:16)

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo. (BARSTED, 1983:14)

Percebe-se que o movimento feminista, à medida em que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passa a incorporar

em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos, com a participação de mulheres comprometidas com a pluralidade e a qualidade da informação. Diante da busca por alternativas para o desenvolvimento de um jornalismo com enfoque de gênero, destaca-se nas últimas décadas a constituição de redes de comunicação com participação expressiva de mulheres vinculadas às lutas pela igualdade de gênero (SANTORO, 2007). Este trabalho em rede embasa diferentes estratégias de inserção do debate de gênero na agenda social, com a incorporação gradativa das mídias e, mais recentemente, das redes sociais.

Este fenômeno tem origem na articulação de grupos de mulheres que, desde os anos 1990¹⁰, passam a se apropriar das tecnologias como forma de luta política, o que acaba por motivar a criação de redes de jornalistas com visão de gênero (CHACHER, 2007). A partir daí, segundo a autora, se multiplicaram os portais informativos, agências de notícias, blogs, revistas, rádios on-line, redes sociais, entre outras iniciativas que se fortaleceram nas últimas décadas e assumiram o propósito de colocar as demandas das mulheres na pauta da mídia.

As possibilidades de intervenção no espaço público por meio das mídias, mesmo considerando assimetrias de acesso e de condições de produção (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009), revelam as potencialidades para a afirmação das vozes femininas e para as lutas para superar as desigualdades de gênero. Entende-se que a ocupação de espaços de atuação política contribui para tensionar as relações de poder e inserir determinadas demandas na agenda pública, o que passa pela apropriação dos espaços informativos e pela visibilidade midiática.

10. Segundo dados apresentados por Valeria Hasan e Ana Soledad Gil (2014), em 1993 se tem registro da criação do programa APC-Mujeres en Ecuador, dando origem às primeiras redes de mulheres na internet. Em 1995, o CIMAC impulsionou a criação de redes na América Latina, com a Red Nacional de Periodistas de México. Em 1998, na Guatemala, é criada a Red de Mujeres Periodistas; em 2001, a Red Dominicana de Periodistas con Visión de Género; em 2003 a Red de Mujeres Periodistas de Nicaragua; em 2005 a Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG); em 2008, a Red Nacional de Mujeres Periodistas de Perú; e em 2009, a Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género.

O jornalismo com perspectiva de gênero, que se desenvolve sobretudo no ambiente digital, tem contribuído para repensar os valores-notícia, as fontes predominantes na cobertura jornalística, bem como o próprio uso de uma linguagem não sexista (SANTORO, 2007). Diversos são os guias e manuais produzidos por coletivos feministas e entidades ligadas ao jornalismo que propõem o uso de uma linguagem inclusiva, que evite o masculino como referência hegemônica (CAMARGO, 2017). Entendendo o papel da linguagem na produção do imaginário social, considera-se que o jornalismo deve incorporar a preocupação com o uso de termos e expressões no cotidiano da profissão.

Importantes iniciativas com este viés podem ser identificadas no Brasil por meio do “Mapa do jornalismo independente” da Agência Pública¹¹. Em diversos países, este fenômeno também se encontra em expansão, acolhendo propostas jornalísticas, em sua maioria independentes e colaborativas, que se caracterizam como alternativas em relação às lógicas do jornalismo hegemônico.

Assim, observa-se que ao lado de iniciativas que buscam conhecer as desigualdades de gênero no mercado profissional jornalístico – denunciando assimetrias, situações de opressão, entre outros aspectos –, há um movimento relevante de jornalistas e comunicadoras com visão de gênero que buscam fortalecer experiências independentes e, ao mesmo tempo, qualificar a cobertura jornalística para diminuir preconceitos e imagens hegemônicas associadas às representações femininas e masculinas.

O desafio da igualdade de gênero no jornalismo

Conhecer a configuração do mercado profissional, valorizar as iniciativas que acontecem fora dos espaços hegemônicos e reconhecer o processo gradual de inserção da perspectiva de gênero no jornalismo promovido por diversos grupos de comunicadoras comprometidas com a reivindicação do direito

11. Entre as experiências jornalísticas, destacam-se: *Gênero e Número* (<http://www.generonumero.media/>), *Azmina* (<http://azmina.com.br/>), *Catarinas* (<http://catarinas.info/>), *Nós, mulheres de periferia* (<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>), *Think Olga* (<http://thinkolga.com/>), entre outras.

à comunicação e com a busca pela igualdade nos espaços de representação das mulheres figuram como demandas fundamentais da pesquisa e da prática feminista no campo do jornalismo. Desse modo, colocar em pauta o jornalismo com enfoque de gênero está em sintonia com as demandas em curso na atualidade, diante do avanço de perspectivas conservadoras, e com o crescente interesse e reconhecimento social e acadêmico dos estudos de gênero.

O principal desafio, portanto, remete ao compromisso de ampliar o diálogo com setores da sociedade comprometidos com as lutas pela igualdade e oferecer respostas ao mercado profissional, ainda sustentado em parâmetros hegemônicos e excludentes para as minorias. Falar sobre diferenças no mercado profissional é também um modo de tornar evidentes as relações de poder, seja do ponto de vista das representações, seja das configurações tradicionais que marcam as relações de trabalho.

Ao demarcar dois eixos de investigação e atuação no campo do jornalismo – as análises críticas das representações midiáticas e o campo profissional do jornalismo nos meios hegemônicos e nas redes colaborativas – este texto buscou levantar elementos para compreender as dinâmicas presentes na área e apontar possíveis temáticas de interesse para aquelas e aqueles que encontram na interface entre jornalismo e gênero o seu espaço de intervenção na pesquisa, na docência ou na atividade profissional.

Afinal, a exemplo da trajetória de comprometimento político que marca as teorias feministas, em articulação com os movimentos sociais, subverter as hierarquias de gênero, visibilizar pesquisas voltadas à temática e fortalecer iniciativas de jornalismo com visão de gênero são tarefas que cabem a cada uma e a cada um de nós, no exercício da vida cotidiana.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de; RICHA, Dora (org.). *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- ALONSO, Martín Oller; MÁRQUEZ, Maria Cruz Tornay (org.). *Comunicación, Periodismo y Género: una mirada desde Iberoamerica*. Sevilla: Ediciones Egregius, 2016.
- ASSIS, Carolina. “Pesquisa inédita da Gênero e Número e da Abraji traz retrato do machismo no jornalismo brasileiro”. *Gênero e Número*, 5 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/pesquisa-da-genero-e-numero-e-da-abraji-traz-retrato-do-machismo-no-jornalismo-brasileiro/>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- BARSTED, Leila Linhares. “Comunicação: é falando que a gente se entende”. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.
- BONDER, Gloria. *Mujer y comunicación: una alianza posible*. Buenos Aires: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana; CEM – Centro de Estudios de la Mujer, 1995.
- BUITONI, Dulcilia Schoroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARGO, Bruna. *Gênero e formação em Jornalismo: um retrato do tratamento das questões de gênero nos cursos de Jornalismo de Curitiba e Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2017.
- CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luísa Teresa; CABECINHAS, Rosa. *Mulheres & Blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”*. *Ex aequo*, n. 19, p. 111-128, 2009.
- CHAHER, Sandra. “Medios masivos/medios alternativos y redes de periodistas”. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (org.). *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p. 111-124.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (org.). *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (org.). *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina . “Estudos culturais: uma introdução”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, estudos culturais?*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 133-166.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia R. “Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil”. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (org.). *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/comunicacaoegenero.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: EDUNISC, Editora Mulheres, 2005.

GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI. *Mulheres no jornalismo brasileiro*. 2017. Disponível em: http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASAN, Valeria F.; GIL, Ana Soledad. Estratégias del periodismo feminista: prácticas y política en la reconfiguración del espacio comunicacional. Universidad de La Frontera, *Perspectivas de la Comunicación*. v. 7, n. 2, p. 42-54, 2014.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; LAGO, Mara Coelho de S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil. *Revista Famecos* (Online). Porto Alegre, v. 23, n. 2, ID22464, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22464/14180>. Acesso em: 03 ago. 2019.

- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. 2º Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História. Guarapuava: Unicentro, junho 2016. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2016/09/Pontes.-Desigualdades-estruturais-de-g%C3%AAnero-no-trabalho-jornal%C3%ADstico.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). *Por todos los medios: Comunicación y Género*. Ediciones de las Mujeres n. 23. Santiago de Chile: Isis Internacional, 1996.
- RAMOS, Regina Helena de P. *Mulheres jornalistas: a grande invasão*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo; Faculdade Cásper Líbero, 2010.
- ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO_REPRESENTACOES_DE_GENERO_NA_MIDIA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.
- SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p. 137-152.
- SCHULMAN, Norma. “O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, estudos culturais?*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 167-224.
- SILVA, Marcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.

TORRES, Carmen (ed.). *Género y comunicación: el lado oscuro de los medios*. Ediciones de la Mujer, n. 30. Santiago de Chile: Isis Internacional, 2000.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. London: The Free Press, 1980.

VIVARTA, Veet (org.). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011.

WOITOWICZ, Karina Janz. “Mídia e representações de gênero: aspectos da presença (ou invisibilidade) das mulheres no jornalismo impresso paranaense”. In: ADAMI, Antonio; HOHLFELDT, Antonio (org.). *IX Lusocom: Lusofonia e Interculturalidade*. ed. rev. São Paulo: Intercom, 2012, p. 507-528.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. “Estudos de gênero no jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações de gênero”. In: WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. *Marcas e discursos de gênero: representações femininas e outros olhares*. Ponta Grossa: Editora UEPG, v. 1, 2014. p. 131-151.

CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM: FEMINISMO, HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Silvana Maria Pereira

Introdução

Este texto tem como objetivo refletir acerca da construção de caminhos metodológicos que se pautem na perspectiva feminista, histórica e interdisciplinar. Busca retratar como se deu o entrelaçamento dessas abordagens no decorrer de minha trajetória profissional e acadêmica, permeada pelos campos da Enfermagem e da Saúde Pública, da Sociologia Política, dos Direitos Humanos e dos Estudos de Gênero. Nessa trajetória, em 2010 iniciei minha participação no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), cuja contribuição para a construção do conhecimento no campo da história, do feminismo e estudos de gênero é inequívoca. Nesse contexto, muitas pessoas têm sido formadas como educadoras/es e pesquisadoras, dentre as quais eu me incluo.

Buscar a história para compreender os processos de construção do conhecimento e dos sistemas de saúde, no meu caso específico, foi primordial. Romper com a estrutura disciplinar não foi, nem é, uma tarefa fácil! Assumir a desconstrução da “ciência” que os estudos feministas nos propõem foi

um caminho audacioso e instigante, sem volta! Atualmente, não consigo vislumbrar outra forma de olhar para o mundo, de refletir sobre questões prementes da nossa humanidade, de atuar no campo profissional, no campo da política, de construir e compartilhar conhecimentos, de compreender os afetos e desafetos, a não ser através da combinação dos pressupostos do feminismo, da história e da interdisciplinaridade!

Apresento reflexões que são fruto de minhas inquietações vivenciadas no decorrer da minha vida profissional como enfermeira do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC) de 1985 a 2018. Somam-se a esse processo, os caminhos percorridos para a minha formação especialista¹ e acadêmica, seja no campo da Sociologia Política², da teoria crítica dos Direitos Humanos³, onde busquei o diálogo teórico entre as ciências humanas e as ciências da saúde. Mais recentemente, na última década, houve uma aproximação teórica com os estudos feministas, que culminou com a tese de doutoramento (PEREIRA, 2014), orientada pela professora Dra. Joana Maria Pedro.

Ser feminista: quebrar a ordem! Pensar gênero: romper a norma! Fazer história: contar de outro jeito! Ser interdisciplinar: olhar de múltiplos ângulos!

O que universaliza, normatiza! O que normatiza, normaliza! O que normaliza, exclui o que é diferente!

Nossa perspectiva com a abordagem de gênero, numa pesquisa feminista e interdisciplinar, é pensar e propor questões ao debate; é procurar problemas e não resolvê-los; é promover o diálogo e não concluir a discussão; é contestar aquilo que é naturalizado e não simplesmente buscar o consenso. (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017:28)

1. Cursei a Especialização em Saúde Pública – UFSC e FIOCRUZ entre 1984 e 1985, com apresentação da pesquisa intitulada “Análise das condições de saúde do município de Governador Celso Ramos – SC”.

2. Realizei o Mestrado em Sociologia Política na UFSC e a dissertação intitulada-se “O processo de implantação do Sistema Único de Saúde – SUS em Florianópolis – SC – 1989-1994”, orientada pela Prof^a Luzinete Simões Minella.

3. Curso de Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo – 2005-2006, realizado na Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha, Espanha, com apresentação da tese intitulada “As Conferências Nacionais de Saúde como espaço de luta para defesa do direito à saúde”, para obtenção do título de Estudios Avanzados.

O caminho percorrido e o encontro com a História

A reflexão crítica sobre as concepções hegemônicas no campo da saúde começou durante o curso de Graduação em Enfermagem, iniciado em 1980, na Universidade Federal do Paraná. O contato com o Centro Acadêmico de Enfermagem, a discussão sobre políticas de saúde (quando ainda não existia o SUS) e o descortinar do que se passava no país durante a ditadura militar, constituíram as bases da minha jovem cidadania e traçaram os caminhos da minha trajetória.

Na década de 1980, no campo da saúde, abria-se espaço político e institucional para o desenvolvimento de um movimento contra-hegemônico. Foram criadas nas universidades os Departamentos de Medicina Preventiva, onde o pensamento crítico da saúde deu origem à base político-ideológica da Reforma Sanitária, o movimento sanitário (MENDES, 1993).

No plano político, essa década representou a luta da sociedade brasileira para derrubar a ditadura e estabelecer um processo de redemocratização no país. Como exemplos, é possível citar os movimentos pela anistia, pelas eleições diretas e pela busca das/os desaparecidas/os políticos, bem como das organizações de associações comunitárias, das minorias e reorganização do movimento sindical com a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983.

Essa crescente e efervescente mobilização da sociedade civil não foi suficiente para a transformação da ordem sociopolítico brasileira. A reorganização do país desenvolveu-se lenta e conflituosamente, segundo Madel Therezinha Luz (1996:132), com negociações entre as forças mais conservadoras e moderadas a partir das eleições de 1982, no sentido de ampliar a tal da “abertura democrática”.

O processo de transição de uma ditadura para um estado democrático deveria supor a capacidade de superar a herança dos problemas políticos e sociais. No caso específico da formulação de uma nova política de saúde, Luz ressalta a divergência, e às vezes o antagonismo entre os diversos discursos institucionais. No entanto, vale ressaltar a novidade e originalidade de certas práticas, como a participação nos serviços de saúde, reflexo da tomada de consciência da sociedade civil sobre a importância do papel da saúde e das instituições na vida coletiva.

No âmbito internacional, a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu uma proposta – “Saúde para Todos até o ano 2000” – para ser implementado nos países “subdesenvolvidos ou em desenvolvimento”, que se transformou em consenso internacional a partir da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata, União Soviética, no período de 6 a 12 de setembro de 1978. Tal conferência influenciou muitos movimentos pela saúde, inclusive no Brasil. O primeiro item afirmava a saúde como um “direito humano fundamental” e a definia não apenas como ausência de doença, mas como “estado de completo bem-estar físico, mental e social” (OMS; UNICEF, 1979, p. 2). Essa proposta foi baseada nos cuidados primários de saúde, um modelo assistencial de baixo custo para atender a parcela da população excluída pelo modelo privatista.

Giovanni Berlinguer (2004:212) refere-se a esse conceito como utopia, pois a saúde não é um estado, nem uma perfeição, é resultado de um equilíbrio variável: “Parece-me também pouco provável que se possa atingir a perfeição humana por meio da higiene e da medicina; às vezes, essa tendência induz as pessoas a realizar excessos, os médicos a tratar o supérfluo e os Estados a perpetrar abusos”. Concordo com Berlinguer quando afirma que a saúde, ao mesmo tempo em que representa um dos processos mais íntimos da pessoa, também deve ser considerada como um dos fenômenos mais relacionados à vida coletiva. Portanto, no plano moral tem duplo caráter: “intrínseco, como presença, limitação ou ausência de capacidades vitais (no limite, como antítese entre vida e morte), e instrumental, como condição essencial para viver em liberdade” (BERLINGUER, 2004:212).

Segundo Eugênio Vilaça Mendes (1993:41), em 1986 ocorreu o “evento político-sanitário mais importante da década: a VIII Conferência Nacional de Saúde”, que reuniu mais de 4.000 pessoas em Brasília/DF para discutir a reforma sanitária a ser implantada pelo governo. Essa conferência diferenciou-se das realizadas anteriormente, por dois aspectos referentes à sua organização: seu caráter democrático, com participação de delegadas/os representantes das mais diversas forças sociais interessadas na saúde (partidos políticos, instituições públicas de saúde, produtores privados de bens e serviços, universidades, movimento sanitário, parlamentares e organizações não

governamentais); sua configuração enquanto processo social, iniciando com conferências municipais e estaduais, até chegar à nacional.

Em relação à polêmica das discussões, destaco a ruptura com a compreensão vigente até então, da saúde como um estado biológico de normalidade (ausência de doenças) para a elaboração de um conceito abrangente explicitado no seu relatório final:

a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistado pela população em suas lutas cotidianas. Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (BRASIL, 1987:13)

As deliberações desta Conferência serviram de base para a aprovação do texto Constitucional em 1988, que afirma em seu artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Como a presença ou ocorrência de uma doença pode afetar substancialmente a liberdade de um ser humano? Afeta a capacidade imediata de decidir e de agir; como doente, muitas vezes, é considerado não mais uma pessoa detentora de direitos, mas seu corpo e seu destino são confiados a pessoas estranhas; quando a doença é grave ou persistente, pode lançar o ser humano, no caso individual, ou nações ou povos, no caso coletivo, para um círculo irreversível de pobreza e exclusão.

O caminho interdisciplinar – o encontro com a Sociologia Política

A aquisição de conhecimento acerca da história das políticas de saúde, aliado ao ativismo político-profissional fez com que, em meados da década de 1990, eu fosse aprofundar meus estudos sobre o SUS, buscando o mestrado em Sociologia Política, ainda sem aquele momento, ter a consciência explícita sobre o significado de interdisciplinaridade e dos estudos de gênero. Antes de chegar no mestrado, já permeavam algumas leituras como *Medicina e Política*, de Giovanni Berlinguer (1987); *As classes sociais e o corpo*, de Luc Boltanski (1984); *O normal e o patológico*, de Georges Canguilhem (1978); *Educar para a submissão – o descondicionamento da mulher*, de Elena Gianini Belotti (1983); *A dominação da mulher – os papéis sexuais na educação*, de Regina Antônia G. de Toledo, Vera L. de O. Lins, Ana Maria Winogron, Clarice N. Mota (1983); *O que é ideologia*, de Marilena Chauí (1983).

Como fruto desse caminho, em 1996, apresentei a dissertação intitulada *O processo de implantação do Sistema Único de Saúde – SUS em Florianópolis – 1989-1994* (PEREIRA, 1996). A escolha deste tema se deu pela constituição legal do SUS e seu significado histórico, ou seja, tornou-se parte da lei maior do país e não apenas uma proposta de um grupo de técnicos comprometidos com a Reforma Sanitária. Meu objetivo nessa pesquisa foi o de identificar o posicionamento dos poderes executivo e legislativo municipal e a construção do processo de controle social, através da criação do Conselho Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde.

O referencial teórico adotado teve como base a discussão sobre Estado, poder e política, neoliberalismo, políticas sociais e participação. Utilizei os pressupostos do liberalismo e o marxismo identificados por Sônia Fleury (1992), para a análise do papel do Estado, assim como a heterogeneidade de suas funções. Segundo a autora, o Estado também exerce um papel importante na “constituição/consolidação/reprodução da direção cultural da classe hegemônica” (FLEURY, 1992:72). De Claus Offe (1984) utilizei sua análise sobre o caráter de classe do Estado baseado na seletividade estrutural da suas instituições políticas. Nos escritos de Sonia Draibe (1993:88) sobre o neoliberalismo, a autora afirmava que não possui um corpo teórico específico,

mas empresta “teorizações” do pensamento liberal, as quais estão voltadas para a liberdade e primazia do mercado sobre o Estado e do individual sobre o coletivo, e a concepção do estado mínimo, aquele que não interfere no jogo econômico. Suas ideias e valores compõem o que se chama de “cultura de solução de problemas”, valorizando a especialização e a competência, transmitindo uma aparência de despolitização e movendo-se pela busca de soluções ágeis e eficientes.

A metodologia baseou-se na abordagem qualitativa, adotando o instrumento do estudo de caso, numa perspectiva histórica. Para a coleta de dados, como fontes primárias, foram intencionalmente escolhidos os Secretários Municipais de Saúde para serem entrevistados, além de um vereador responsável por apresentar um projeto de lei. Como fontes secundárias, foram utilizados distintos documentos organizacionais:

- a) Dados históricos, geográficos, econômicos, demográficos e de saúde produzidos pelo Banco Mundial, IBGE, Gerência de Estatística e Informática da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, IPUF, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social que contribuíram para a caracterização do município de Florianópolis;
- b) Leis municipais relativas à saúde aprovadas no período de 1989 a 1994, bem como os processos de tramitação dos referidos projetos;
- c) Atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde e respectivas listas de presenças;
- d) Lei n.3081/88 que criou o Fundo Municipal de Saúde e decreto n.1002/92 que o regulamentou;
- e) Relatórios da execução orçamentária, contendo a despesa realizada por órgãos de governo do poder legislativo e executivo, no período de 1989-94;
- f) Perfil numérico da UNIMED, com a perspectiva de contribuir para avaliar o seu crescimento na região.

A conclusão permitiu apreender uma visão global do processo de implantação do SUS, do ponto de vista político, a partir das relações

estabelecidas entre as diversas instâncias do poder municipal. A partir do comportamento dos partidos políticos conservadores, tanto no executivo quanto no legislativo municipais, identifiquei a necessidade de ampliar a base social de apoio ao SUS, para implantar as mudanças estruturais necessárias e também as contradições entre sua filosofia e o modelo neoliberal que vinha sendo implantado no país.

As questões que se apresentam no mundo contemporâneo, concomitante às novas perspectivas epistemológicas e metodológicas, apontam para a necessidade de se promover uma ruptura com enfoques disciplinares e a possibilidade de abordagens interdisciplinares (MINAYO, 2005, LEIS, 2005, RAYNAUT, 2014). O desafio é construir uma interdisciplinaridade que tenha como tema as “realidades humanas”, abordando questões individuais – biológicas e psicológicas, culturais, sociais, históricas, com a perspectiva de gênero.

Esse processo requer a disposição para vencer barreiras intelectuais baseadas nas “certezas disciplinares”; desenvolver um pensamento crítico sobre a produção do conhecimento de forma geral, e específica do ponto de vista disciplinar; abrir as possibilidades de diálogos entre saberes. Ou seja, assumir uma postura de “favorecer uma convergência de olhares” (RAYNAUT, 2014:16). Nesse sentido, conforme escreve Claude Raynaud (2014:14), “a interdisciplinaridade desemboca, às vezes, em um sonho intelectual: o de restituir a unicidade do saber...O cientista interdisciplinar seria aquele que teria o conhecimento suficiente de um amplo leque de disciplinas diversificadas, para poder produzir, por si só, um modelo explicativo sintético de uma realidade complexa”.

Feminismo e gênero – um marco como ruptura epistemológica e metodológica

Não sei precisar quando começaram os questionamentos às “naturalidades” estabelecidas socialmente sobre as diferenças entre meninos e meninas, entre homens e mulheres. Recordo-me que a primeira menstruação era o acontecimento que marcava a transição da menina para “moça”. As conversas sobre o corpo e suas modificações na adolescência eram veladas,

eram cochichadas, quase como segredos! Descobri que na estante da minha casa havia dois livros: *A Moça e seus Problemas*⁴, de capa rosa; e *O Moço e seus problemas*⁵, de capa azul. Curiosa, às vezes ia espiar sorrateiramente, folhear rapidamente as páginas, ver as figuras, pois ainda não era chegada a hora de ler. Na sobrecapa está escrito “Sadias diretrizes para as adolescentes, em que se estudam seus problemas sociais, sexuais e sentimentais, seus sonhos e aspirações, para seu bem-estar físico, psíquico e espiritual” (SHRYOCK, 196?a). A gravura que acompanha o livro das “moças” é a imagem dela olhando para uma casa; a que se apresenta no livro dos “moços”, ele olha para a cidade.

Em determinado momento, o livro “para moças” foi me dado para ler, oficialmente pela minha mãe, determinando que era chegada a hora. Eu era ainda muito jovem, por volta dos doze anos e despertou-me atenção a recomendação de que durante a menstruação “A jovem deve evitar atividades fatigantes como andar a cavalo, e os jogos movimentados...Igualmente a natação” (SHRYOCK, 196?a:36). Sobre a masturbação, recomenda que “essa prática precisa ser evitada [...] a repetida condescendência com essa infeliz prática mantém as reservas de energia em tão baixo grau, que a pessoa parece nunca possuir o vigor normal” (SHRYOCK, 196?a:45). Muito mais tarde, na vida adulta, com outras leituras e diálogos feministas, voltei aos dois livros e identifiquei os argumentos que justificavam um discurso médico que estabelece hierarquias e regras morais a partir das diferenças biológicas.

Com essa base, o trabalho como enfermeira proporcionou-me conhecer a história de vida de muitas mulheres, com as quais pude ter contato através do cuidado prestado de diversas formas – através de uma consulta de enfermagem individualizada; de atividades e vivências em outros espaços sociais coletivos (como grupos de mulheres em comunidades, pré-adolescentes e adolescentes em escolas); ou mesmo através de oficinas realizadas com profissionais de

4. Livro escrito pelo Dr. Haroldo Shryock, publicado no Brasil pela Casa Publicadora Brasileira, de Santo André, São Paulo. Consta que se trata de sua terceira edição, mas o ano de publicação é ausente. Em buscas em sites de venda de livros usados, encontrei publicações que constam de 1960, como 1968.

5. Escrito pelo mesmo autor, consta que é segunda edição.

saúde que prestam assistência à saúde nesse campo, em distintas instituições de saúde e de segurança pública.

Nesse exercício profissional, encantava-me o fato de poder conversar com essas mulheres e discutir sobre sua situação de vida e saúde, suas fragilidades, angústias e medos em um contexto de assistência hospitalar⁶, e sobre os cuidados de enfermagem e de saúde em cada situação específica. Assim, fui descobrindo o significado de cuidar para além da técnica.

O contato com o campo específico da Ginecologia e Obstetrícia fez com que eu adentrasse em outro espaço, o da intimidade, ouvindo alguns de seus segredos e relatos da desconhecida relação das mulheres com seus próprios corpos. Na outra ponta, estavam os espaços institucionais, os discursos e ações de profissionais de saúde, em especial médicas ginecologistas e obstetras e suas intervenções sobre esses corpos. Era necessário compreender a subjetividade feminina para pensar numa relação profissional dialógica, que não significasse apenas a repetição de um discurso biomédico sobre a anatomia e a fisiologia do aparelho reprodutor feminino ou de um discurso para justificar qual determinada intervenção indicada. A reflexão sobre esse discurso biomédico foi despertando o desejo de estudar e pesquisar sobre o tema.

Essa trajetória pessoal e acadêmica, proporcionou-me o contato com a literatura feminista acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Soma-se a isso meu processo de engajamento político-profissional com o Movimento de Humanização do Parto e Nascimento e de defesa dos direitos humanos. Refletindo acerca desse processo, constatei que já existem muitos estudos feministas importantes sobre os direitos reprodutivos, sobre a saúde reprodutiva e a Medicina, em especial da Obstetrícia. Paralelamente, desenvolveram-se muitos estudos e pesquisas acerca das tecnologias reprodutivas, seus impactos nos corpos femininos, novas conformações familiares, diversidade sexual e sexualidades múltiplas⁷.

6. No decorrer da vida profissional, atuei como enfermeira em uma unidade de internação de clínica médica, na emergência de adultos, no ambulatório de pessoas com diabetes melitus e no ambulatório de Tocoginecologia (neste último por mais tempo).

7. Ver autores como Tamanini (2004), Tarnovski (2010), Oltramari (2009), Grossi *et al* (2007), Sena (2010), entre outros/as.

A apropriação acerca dos estudos feministas e de gênero marca uma transformação que implica uma postura político-acadêmica que não tem volta. Sobre isso, posicionar-se a partir da categoria gênero é também:

uma posição feminista. Apropriado por diferentes disciplinas, não há como negar a vocação político-acadêmica interdisciplinar dos estudos de gênero. O gênero como categoria de análise, produção do arcabouço teórico feminista, mostrou, fazendo uso de métodos científicos exigidos pela comunidade acadêmica, que os trabalhos dessa própria comunidade estavam limitados a uma perspectiva masculinista e heteronormativa. (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017:15)

O contato com a literatura feminista foi conformando um conjunto de saberes importantes, tanto para a minha ação profissional, quanto para a elaboração de questões de pesquisa que culminaram com a pesquisa para a tese de doutorado. A pergunta que pautou a pesquisa foi: quais são as concepções de corpo que permeiam a formação dos programas de residência médica na área da Ginecologia e Obstetrícia⁸ em dois programas de instituições públicas na Região Sul do Brasil e como, ou eventualmente, dialogam com os estudos feministas contemporâneos?

A tese proposta foi de que persiste uma concepção hegemônica de corpo “biológico”, relacionado ao sujeito moderno universal e abstrato, desconsiderando as concepções de corpo como construção social e cultural que se formaram no decorrer do século XX, ignorando as contribuições dos estudos feministas e de gênero. No início do século XXI, com o impacto dos avanços tecnológicos que desvendam o “corpo” através de suas imagens e códigos genéticos, difundidos pelas redes virtuais, o “corpo” ressurge como fenômeno abstrato, desvinculado de qualquer personificação ou contextualização do ser humano dotado dessa corporalidade. Apesar de esta concepção ainda ser hegemônica, há rupturas que podem indicar outras concepções, que contextualizam o mesmo corpo, mas considerando-o parte de sujeitos corporificados, no caso, mulheres.

8. Para maiores informações sobre os programas de Residência Médica, acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12263&Itemid=507.

A partir da pergunta de pesquisa, como objetivos específicos, analisei as concepções de corpo embutidas nas propostas de formação médica, seguindo algumas fontes da área⁹: a) discurso médico da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) e da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), analisando editoriais de suas revistas científicas, da Revista Brasileira de Educação Médica (RBEM) – e da Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (RBGO), respectivamente (PEREIRA; PEDRO, 2017); b) programas de residência médica em Ginecologia e Obstetrícia; c) diretrizes curriculares propostas pelo MEC; d) produção teórica das médicas residentes que concluíram sua formação em 2010/2011, em seus trabalhos de conclusão de residência (TCRs). Esta pesquisa foi apresentada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – área Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2014, para obtenção do título de doutora.

Para uma análise específica de um objeto, embora complexo, o diálogo interdisciplinar pode contribuir para propor um novo olhar sobre o assunto estudado, mesclando diferentes perspectivas de análise, como já citei anteriormente. Para tanto, utilizei pesquisas históricas sobre fontes documentais. A lista de documentos obtidos nas duas instituições pesquisadas, os documentos do Ministério de Educação (MEC), os trabalhos de conclusão das residências médicas (TCR) e os editoriais das revistas científicas podem ser encontrados no texto completo da tese doutoral (PEREIRA, 2014).

O primeiro passo que Carlos Bacellar (2010) recomenda na pesquisa é a localização das fontes. Selecionei duas instituições hospitalares, localizadas no sul do Brasil, que possuem programas de residência médica reconhecidos pelo MEC. Na identificação de quais documentos podem ser utilizados para obtenção de dados, a visita às instituições selecionadas contribuiu para identificar a disponibilidade do que eu buscava. Nesse sentido, realizei visitas às duas instituições, e o contato com funcionárias, em especial com a bibliotecária do Centro de Estudos de uma delas, e os coordenadores dos respectivos programas, foi muito importante para ter acesso à parcela das fontes documentais necessárias para a realização da pesquisa.

9. Estas fontes não podem mostrar que estes novos conhecimentos feministas serão efetivamente utilizados na prática médica, mas este não é o objetivo deste texto.

Para pensar na amplitude das fontes documentais, utilizei-me de Maria Amélia M. Dantes (2010). Esta autora apontou que a nova historiografia tem como uma de suas características a concepção de ciência não apenas como teoria, mas como prática que produz fatos científicos que se consolidam socialmente. Para tanto, cabe à pesquisadora ampliar sua perspectiva de análise para todo o processo de produção do conhecimento. Nesse sentido, amplia-se o universo das fontes documentais para além dos textos científicos, podendo incluir, tal como indica Carlos Bacellar (2010:5): “anotações de pesquisa, instrumentos, correspondências, públicas e privadas, documentos institucionais, documentos governamentais, periódicos, etc.”

Isso posto, escolhi dois autores Michel Foucault (2007, 2009) e Pierre Bourdieu (1983, 1996) para sustentar a análise dos dados. Fiz a opção pela análise documental, utilizando argumento de Michel Foucault (2007:7-8.) para justificá-la. Para o filósofo francês, a “vontade de verdade” atravessou séculos, valorizando o “discurso verdadeiro” – aquele proferido para pronunciar a justiça, por “quem de direito” e conforme “ritual requerido” (FOUCAULT, 2009:14-15). Posteriormente, deslocou-se de quem dizia e do ato ritualizado para o que era dito – seu enunciado (seu sentido, forma, objeto, relação com sua referência). O autor destacou, entre os mecanismos de exclusão de nossa sociedade – que ele denomina de “interdição” – e que significa que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar em tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009:9). Essa perspectiva foi útil para analisar os textos da Medicina e identificar quem são as pessoas “autorizadas” a falar sobre o corpo. Essa vontade de verdade apoiou-se na institucionalidade do sistema de livros e na sociedade de sábios de outrora (seriam as sociedades científicas atuais?). Quanto aos mecanismos de controle do discurso, Foucault (2009:7) menciona acerca da imposição de regras para quem o pronuncia, fazendo com que nem todos tenham permissão para fazê-lo. Foucault considerou três coerções do discurso: a limitação de seus poderes; o domínio sobre sua aparição; e a seleção dos sujeitos que falam.

Michel Foucault (2007), ao escrever sobre o papel do/a historiador/a, apontou a importância do deslocamento que aconteceu, da atenção de

manifestações homogêneas, para os “fenômenos de ruptura”, para os deslocamentos. Utilizei-me dessas reflexões para buscar, no discurso médico recente da ginecologia e obstetrícia, possíveis rupturas e perturbações de continuidade na concepção hegemônica de corpo das mulheres, tema já tão discutido pelos estudos feministas (MARTINS, 2004, 2005, ROHDEN, 2000, 2006).

Ainda sobre a utilização de documentos como fonte, além de Michel Foucault (2007), as contribuições de Jacques Le Goff (1990) foram incorporadas, pois ambos discorrem sobre a necessidade da “crítica do documento”. Deve-se indagar “não apenas o que eles queriam dizer, mas se diziam a verdade e com que direito podem pretendê-lo” (FOUCAULT, 2007:7). O documento não representa algo inerte, através do qual se pretende “reconstituir” o passado ou interpretá-lo para saber se “diz a verdade”, mas devemos “trabalhá-lo no interior e elaborá-lo, ela (a história) o organiza, recorta, distribui, [...] distingue o que é pertinente do que não é, [...], descreve relações” (FOUCAULT, 2007:7). Segundo Le Goff (1990), o “alargamento” do termo documento levou ao que ele denominou de “revolução documental” – quantitativa e qualitativamente, a partir dos anos sessenta do século XX. Essa revolução levou a uma mudança na unidade de informação. Ao invés de considerar o fato, que leva a uma história linear, esse movimento “privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua” (LE GOFF, 1990:469). A crítica documental, dever da historiadora, inicialmente entendida como a comprovação de sua autenticidade, agora se traduz pela compreensão de que “é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990:472). Essa perspectiva, referida por Le Goff, com base nos escritos de Foucault, significa “questionar o documento”. Citando Foucault (2007:8),

a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto.

Em sentido próximo, Le Goff (1990) também refere que o documento “não é inócuo”. E assim, as escolhas da historiadora, por que escolhe uns documentos e não outros, relacionam-se com sua posição na sociedade, portanto não é neutra. Ao concordar com essas reflexões, assumo as minhas escolhas documentais – os editoriais, os programas, os manuais, os TCRs, compreendendo-os como “resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990:475).

Para colaborar na compreensão desse processo, no que tange ao que é objeto da ciência e com o propósito de romper com sua tradicional noção de “neutralidade”, estou de acordo com Pierre Bourdieu (1996, p. 137). Nesse sentido questionar o interesse que não está manifesto em nossos atos é fundamental para romper com uma visão encantada e mistificada das condutas humanas, visão que é muito comum no mundo intelectual, de desinteresse por excelência. É preciso, portanto, lembrar que os jogos intelectuais também são dotados de interesse.

Bourdieu (1983) identificou que a própria circulação da informação científica tem por detrás de si orientações políticas e econômicas, produzindo mensagens por via de uma interação social estruturada. Ou seja, todo tipo de interação simbólica social não depende apenas da estrutura do grupo em que ela se dá, mas também das macroestruturas sociais em que se encontram inseridas. Portanto, a Medicina, como ciência instituída e como campo científico, constitui-se como um espaço de luta pelo poder do monopólio da autoridade científica definida, para falar e atuar legitimamente (de maneira autorizada e com autoridade).

Uma análise feminista das concepções contemporâneas de corpo e sua relação com o saber médico

Inicialmente, destaquei o debate sobre ciência e feminismo. Busco, nesse sentido, fazer conexões entre o pensamento de autoras feministas, como Sandra Harding (1993, 1996), Lia Zanotta Machado (1998), Claudia Lima Costa (1998, 2002) e Joana Maria Pedro (2005), que propõem reflexões sobre paradigmas metodológicos e epistemológicos da ciência, baseados em estudos de gênero. Para incrementar a discussão, utilizo o pensamento

dos/as autores/as que têm pesquisado sobre temas relacionadas ao campo da ginecologia e obstetrícia considerando estudos feministas. Cito Ana Paula Vosne Martins (2004, 2005), Maria Martha de Luna Freire (2008), Carmen Suzana Tornquist (2002), Fabíola Rohden (2000, 2006), Sonia Hotimsky (2007). Esses estudos instigaram importantes reflexões sobre o modelo hegemônico de assistência médica e suas consequências para a saúde das mulheres.

Em outro eixo, usei reflexões sobre um conjunto de categorias que permearam o debate científico contemporâneo sobre o corpo à luz de estudos feministas, sociológicos e históricos. Faço notar em particular as/os seguintes autoras/es: Susan Bordo (2000), Denise Sant’Anna (2000), Emily Martin (2006), David Le Breton (2010), Thomas Laqueur (2001), Anne Marie Moulin (2008) Francisco Ortega (2008) e Londa Schiebinger (2001).

As revista científicas das entidades médicas FEBRASGO e ABEM – o que expressam seus editoriais sobre o campo da Medicina na atualidade

Escolhi dois periódicos que expressam produção científica nas respectivas áreas – a Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (RBGO), a publicação oficial do Febrasgo e a Revista Brasileira de Educação Médica (RBEM), uma publicação oficial do Abem. Essas entidades intitulam-se como autoridades no campo da especialidade médica e da educação médica, respectivamente.

Inicialmente, analisei 160 editoriais na RBGO, publicados de janeiro de 1998 a junho de 2012, e 45 editoriais da RBEM, entre 2000 e 2012. Em seguida, destaco possíveis semelhanças e diferenças entre a posição política e profissional das duas entidades relacionadas a objetivos da pesquisa.

Programas e diretrizes da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia

Os programas, planos de classe e manuais de rotina analisados foram obtidos nas visitas de campo às instituições pesquisadas. Percebo que nos textos, as mulheres estão completamente desconectadas de seus corpos, elas

não existem. O que existe é um pedaço de corpo anatômico, como “anatomia do colo”, “nódulo de mama”, “alterações do colo uterino na gravidez”, “estados intersexuais”, “miomas uterinos”, “dor pélvica”, “aborto habitual”, “endometriose”, “infertilidade”, entre outros tópicos. Várias técnicas atuais de diagnóstico aparecem com base em exames endoscópicos. No meio desse universo de “desordens” e “doenças” aparece uma aula sobre “sexualidade”.

Os dois manuais de rotina analisados apresentam descrições técnicas, procedimentos, condutas, e o fazem de uma maneira sucinta e objetiva. As enfermidades frequentemente são descritas de forma descontextualizada das pessoas que vivenciam essas situações – as mulheres – corroborando a análise de Georges Canguilhem (2012) sobre o normal e patológico.

Percebo que, de alguma forma, algumas categorias ou temas de políticas de saúde foram apropriados pelo discurso médico aqui analisado. Destaco a apropriação de políticas relacionadas à adolescência e ao climatério, ao “planejamento familiar” e à “violência sexual”. Paradoxalmente, eu também percebo que o uso dessas categorias não desconstrói a visão dominante e essencializada do “corpo”, “sexo”, “natureza”, dualidade masculino/feminino, heterossexualidade normativa e a prática biologizante e medicalizada dos corpos das mulheres, tão criticados pelas feministas.

Entre “pacientes submetidas” e “mulheres com autonomia” – o corpo a que se referem os trabalhos de conclusão da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia

A opção metodológica de incluir os trabalhos de conclusão da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia como fontes documentais configurou-se no início do processo de pesquisa, quando visitei uma das bibliotecas e me deparei com esses arquivos. Despertou-me uma curiosidade científica conhecer o que neles poderia estar escrito, pois desejava saber como se expressavam ali as concepções acerca dos corpos das mulheres e as ações médicas envolvidas. Queria saber de que forma expunham categorias importantes relacionadas ao saber médico da Ginecologia e da Obstetrícia, tema das múltiplas análises antropológicas, sociológicas e feministas aqui expostas.

Outra questão importante é o fato de que eram monografias, tendo como pano de fundo múltiplas questões assistenciais relacionadas ao cotidiano do trabalho médico nas duas áreas de meu interesse. Esses textos teriam sido escritos para os pares de seus/as autores/as, ou seja, para médicas/os e professoras/es de Medicina. Portanto, numa linguagem acadêmica, própria desse campo de saber e para quem faça parte dele. E sua linguagem não seria um discurso adaptado, preparado ou pronunciado para uma interlocutora enfermeira, socióloga e feminista, no caso, esta pesquisadora.

Eu selecionei 16 trabalhos apresentados entre 2009 e 2011 (seis de uma instituição e dez de outra). Ao ler os títulos dos trabalhos, saltou-me aos olhos como as “mulheres” são representadas; cheguei a me perguntar se o termo é utilizado como categoria. O foco, muitas vezes, é um procedimento, uma técnica, uma patologia. Dos 16 trabalhos, apenas dois incluem a categoria “mulheres” em seus títulos.

Esta forma de intitular os trabalhos reflete uma concepção hegemônica da Medicina, consolidada nas bases dos conceitos de normal e patológico, segundo Georges Canguilhem (2011). Estes conceitos são carregados de ambiguidades e que é preciso compreendê-las. Como diferenciar o sentido biológico, o sentido social e o sentido existencial da vida humana no que tange à forma como as doenças impactam sobre os seres humanos? A ambiguidade que permeia o conceito de normal pode estar relacionada a uma média estatística, ou a uma noção “ideal”, como princípio de uma forma perfeita a ser alcançada. Assim, o conceito de normal não pode ser tomado como sentido absoluto ou essencial. Para Canguilhem (2011, p. 178), o patológico “não pode permanecer estritamente biológico, já que a atividade humana, o trabalho e a cultura têm como efeito imediato alterar constantemente o meio de vida dos homens”¹⁰. Outra reflexão do autor diz respeito à inter-relação entre Biologia, Medicina e Antropologia, permeada pela moral, “de modo que sempre o conceito de ‘normal’, na ordem humana, permanece um conceito normativo e de alcance propriamente filosófico” (CANGUILHEM, 2011:185).

10. Georges Canguilhem não utiliza um referencial de gênero para sua análise; neste sentido, o termo “homem” é utilizado como referente universal.

Outro destaque é a primazia da função biológica da maternidade que ainda prevalece. Há uma intenção de mudar, mas o gesto de escrever ainda carrega as marcas do conhecimento médico hegemônico. Pode-se observar a importância do desenvolvimento tecnológico, com aprimoramento das possibilidades e precisão diagnóstica, com o uso de imagens. A interpretação dessas imagens, porém, depende da avaliação humana; logo, destaque do fato de que, pelo menos em um dos TCRs, se admite que a “experiência” de quem interpreta a imagem é um diferencial. A objetividade da imagem, portanto, é permeada pela subjetividade de quem examina. Para além da anatomia patológica, a/o profissional médica/o deve utilizar toda sua percepção e de todos os seus sentidos, pois uma pretensa visibilidade absoluta traz consigo uma opacidade à experiência médica. Cabe agora, contemporaneamente, fazer uma ruptura com essa relação de dominação da imagem e utilizar desse “olhar microscópico” para agregar conhecimento e poder de decisão às mulheres.

Na relação entre práticas médicas e as mulheres e seus corpos, há que se ampliar e consolidar um caminho que garanta a prerrogativa da autonomia e o direito à decisão como superação ao “submeter-se”. Ao invés da prevalência de “pacientes submetidas”, o êxito de “mulheres com autonomia”!

Com base na análise de Anne Marie Moulin (2008), apesar de a ciência e o direito reconhecerem a singularidade e os direitos individuais, a autonomia referida é um ideal filosófico ainda longe de encontrar sua materialidade na vida cotidiana de tantas mulheres. Os exames microscópicos, através das biópsias, tão citados, constituem importantes fontes diagnósticas para sugerir ações mais rápidas e eficazes na indicação terapêutica para muitas patologias, embora necessitem estar conectados para garantir o reconhecimento das subjetividades e não apenas tratar de sua materialidade. Tratar quem é um corpo e não quem tem um corpo!

Considerações finais

O desafio de realizar pesquisas feministas, reportou-me à curiosidade de navegar entre os caminhos da autonomia das mulheres e a denominada “Medicina da Mulher” – Ginecologia e Obstetrícia. Os ventos que sopram

são favoráveis? As correntes contribuem para viagens tranquilas e seguras? É possível navegar apenas com a precisão da tecnologia dos GPS¹¹ ou ainda é necessária a poética leitura do céu para observar as estrelas e constelações?

Utilizo a metáfora da navegação, pois, como escreveu o poeta Fernando Pessoa, “navegar é preciso, viver não é preciso...” Quando li esses versos pela primeira vez e, durante algum tempo, pensava no termo “*preciso*”, senti nele um sinônimo de “necessário”. Ao me aventurar a navegar, dei-me conta que o sentido é de “precisão”. Para navegar, é necessário conhecer, além das regras de navegação e de manejo das embarcações, a sábia leitura do céu e das cartas náuticas. É necessário sentir e identificar a direção dos ventos e perceber a direção das correntes.

Da mesma forma, esse caminho entre mulheres e Medicina conta com a precisão dos diagnósticos imagéticos, mas necessita dos cinco sentidos para perceber cada mulher de forma singularizada e realizar uma escuta além dos batimentos cardíacos ou dos ruídos respiratórios.

As minhas trajetórias de pesquisa tiveram períodos de calma, que me obrigaram a ter paciência, a estudar muito e a aguardar o processo de formulação de ideias e de construção de reflexões teóricas que subsidiasse meus estudos. Em outros momentos, bons ventos me impulsionaram a navegar e a alcançar baías e portos seguros. Em outras situações, o contravento fez com que eu navegasse em zigue-zague perseguindo meus objetivos. É claro que houve tempestades pelo caminho, e foi necessário abaixar as velas e esperar pela calma. Mas quem navega, literal ou metaforicamente, sabe que este caminho é repleto de espetáculos e cenários, como um belo pôr-do-sol, noites repletas de estrelas, noites de lua cheia, golfinhos e cardumes, revoada de pássaros, além de outras/os navegadoras/es que cruzam nossos caminhos, com quem podemos compartilhar experiências e realizar trocas instigantes e gratificantes.

Vivemos num mundo contemporâneo, mediado pela informação, pela imagem. Não é possível fugir disso, negar essa realidade, ou apagá-la. Que desafios enfrentam os estudos feministas no que tange à crítica e à análise das

11. Global Positioning System (GPS) é um sistema de navegação por satélite, que transmite informações precisas sobre localização a um receptor móvel. Mesmo com essa tecnologia, a habilitação para prova de capitão exige conhecimentos de navegação astronômica.

ciências médicas, da Medicina, e da ginecologia e obstetrícia especificamente, como profissão que intervém nos corpos femininos? Reafirmo, mais uma vez, que o diálogo interdisciplinar entre esses múltiplos saberes se torna cada vez mais indispensável.

É uma nova história que começa a ser escrita e vivida. Os resultados dessa prática epistemológica e metodológica nas futuras gerações ainda é uma incógnita, mas demonstra que processos de ruptura com lógicas científicas e assistenciais autoritárias, do ponto de vista do poder de decisão sobre os corpos das mulheres, só se efetivam com a ação concreta de mulheres que resolvem reafirmar: *nosso corpo nos pertence!*

Referências

BACELLAR, Carlos. “Fontes documentais – uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-79.

BERLINGUER, Giovanni. *Bioética cotidiana*. Brasília: Edunb, 2004.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Rev. Est. Fem.* v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Brasil: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. “Será possível um ato desinteressado”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 137-156

BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. *Constituição* (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/constituicaoofederal.html>. Acesso em: 17 jan. 2006.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COSTA, Claudia de Lima. “O Feminismo e o Pós-Modernismo/Pós-Estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do

- (con)texto”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 57-90.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cad. Pagu*, n. 19, p. 59-90, 2002.
- DANTES, Maria Amélia M. “A história das ciências, os documentos e os acervos”. In: MONTEIRO, Yara. *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto da Saúde, 2010, p. 3-12.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*: São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.
- FLEURY TEIXEIRA, Sônia Maria. *Estados sem Cidadãos*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, n. 15, p. 153-171, 2008.
- GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. *Conjugualidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas. *Revista Estudos Feministas*. v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.
- HARDING, Sandra. “Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo?”. In: HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid, España: Ediciones Morata, 1996. p. 15-27.
- HOTIMSKY, Sônia Nussemzweig. *A formação em obstetrícia: competência e cuidado na atenção ao parto*. Tese (Doutorado em Ciências). Departamento de Medicina Preventiva. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

- LE GOFF, Jaques. “Documento/Monumento”. In: LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 462-475.
- LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005.
- LUZ, Madel Therezinha. “As conferências nacionais de saúde e as políticas de saúde na década de 80”. In: GUIMARÃES, Reinaldo; TAVARES, Ricardo. *Saúde e Sociedade no Brasil - anos 80*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1996, p. 131-152.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 107-125, 1998.
- MARTIN, Emily. *A mulher no corpo – uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2004.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. “A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX”. *Rev. Estud. Fem.*, v. 13, n. 3, p. 645-665, 2005.
- MENDES, Eugênio Vilaça. “As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal”. In: MENDES, Eugênio Vilaça (org.). *Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. Hucitec-Abrasco: São Paulo/Rio de Janeiro, 1993. p. 19-85.
- MINAYO, Maria Cecília Souza *et all* (org.). *Avaliação por triangulação de métodos – abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da Medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2008, p. 15-82.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLTRAMARI, Leandro Castro. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 669-677, out.-dez. 2009.

OMS e UNICEF. *Cuidados Primários de Saúde*. Relatório da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde Ama-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. UNICEF – Brasil – 1979.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; PEREIRA, Silvana Maria; VENSON, Anamaria Marcon. Para além das áreas de conhecimento: relações de gênero e interdisciplinaridade. In: CRESCÊNCIO, Cíntia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Scheneider (org.). *Histórias de Gênero*. São Paulo: Verona, 2017. p. 14-31.

PEREIRA, Silvana Maria. *O processo de implantação do Sistema Único de Saúde – SUS em Florianópolis – 1989-1994*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOPo103-D.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PEREIRA, Silvana Maria. *Da submissão ao poder de decisão das mulheres: a residência médica em ginecologia e obstetrícia*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2014.

PEREIRA, Silvana Maria; PEDRO, Joana Maria. Os editoriais das revistas científicas das entidades médicas – Abem e Febrasgo – uma análise feminista. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 101-125, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38280/pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 1-22, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1>. Acesso em: 18 nov. 2015.

- ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença – sexo, contracepção e natalidade na Medicina da Mulher*. Tese (Doutorado), Programa de Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2000.
- ROHDEN, Fabíola. “A obsessão da Medicina com a questão da diferença entre os sexos”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARARA, Sérgio. *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 183-196.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. *Pagu*. n. 14, p. 235-249, 2000.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?*. Bauru, Brasil, SP: EDUSC, 2001.
- SENA, Tito. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. *Rev. Estud. Fem.* v. 18, n. 1, p. 221-240, abr. 2010.
- SHRYOCK, Haroldo. *A moça e seus problemas*. 3. ed. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 196?a.
- SHRYOCK, Haroldo. *O moço e seus problemas*. 2. ed. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 196?b.
- TAMANINI, Marlene. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: bioética e controvérsias. *Rev. Estud. Fem.* v. 12, n. 1, p. 73-107, abr. 2004.
- TARNOVSKI, Flavio. *Novas famílias, velhas tensões: definições de paternidade e maternidade no contexto das famílias homoparentais francesas*. 2010. Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/tarnovski_flavio.pdf. Acesso em: 14 out. 2010.
- TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. *Rev. Estud. Fem.* v. 10, n. 2, p. 483-492, jul. 2002.

DESCOLONIZAR O GÊNERO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORAS E PROFESSORES DE HISTÓRIA

Ana Maria Marques
Giseli Origuela Umbelino

Introdução

Quando se é feminista, tem-se de ser a todo momento. Tem-se de ser coerente. Então, ao sermos pesquisadoras e professoras de História, o feminismo e as mulheres estão na tônica dos nossos fazeres profissionais e formativos. Às vezes, as pessoas, por considerarem o feminismo um movimento contemporâneo, acham que não se pode tratar de temas da idade média a partir dessa chave de leitura, por exemplo, porque supostamente não havia feminismo nessa época. Como se fosse um anacronismo. Mas não, o feminismo enquanto movimento pode ser datado, ou podemos identificá-lo mais claramente a partir do século XIX, com os movimentos sufragistas: um cânone. Entretanto, os estudos feministas tratam de uma abordagem epistemológica; por isso, passível de uso para as investigações de quaisquer tempos ou lugares, basta haver a humanidade.

A história imbuída de uma epistemologia feminista e que considera o Gênero como uma categoria de análise, passou a ganhar notoriedade no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, em especial com o texto

duas vezes traduzido de Joan Scott (1990, 1995)¹. O gênero vai além do que tínhamos como História das Mulheres, embora algumas histórias de mulheres já incorporassem a compreensão de Gênero enquanto uma categoria relacional, que compreende e percebe as diferenças de masculino e feminino nas relações sociais, não só a partir ou destacando mulheres.

Não é mais possível aceitar que as mulheres não estivessem nos acontecimentos históricos. Foram sim invisibilizadas, apagadas, silenciadas, denominadas genericamente ou classificadas como: escravas, índias, esposas, filhas etc. Os Estudos Feministas têm, atualmente, seu reconhecimento e *status* no espaço acadêmico, constitui-se como uma epistemologia do conhecimento. Margareth Rago já afirmava em 1998:

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova *linguagem*, ou na produção de um *contradiscurso*, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também, na produção do conhecimento científico” (RAGO, 1998:23-24).

Todavia, a história que é ensinada na educação básica e até mesmo no ensino superior é resultado de uma historiografia consagrada, cuja origem é masculina, europeia, branca e se dedica muito mais a determinadas classes abastadas que às desprivilegiadas. As narrativas históricas são fortemente eurocêtricas, colonizadoras e, muitas vezes, romantizadas. É ainda recorrente estudar a história do continente americano e, por conseguinte, do Brasil, iniciando com a chegada dos europeus. Palavras como “conquista” são utilizadas de forma a abrandar o entendimento desse longo e violento processo de invasão e exploração pelo qual a América se tornou colonizada.

1. O texto foi originalmente publicado em 1986, nos Estados Unidos e na França. No Brasil foram publicadas duas traduções, uma em 1990 e a outra em 1995, com o título *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.

Possibilitar reflexões mais críticas sobre esse processo requer a descolonização da narrativa histórica, exercício a que este capítulo recupera de uma proposta apresentada como produto de dissertação de mestrado². Afinal, como Ana Carolina Eiras Coelho Soares, estamos cansadas do “também” implícito nos discursos de “contribuição” das mulheres na História. Ela acrescenta:

Apesar de todos os avanços do movimento feminista, apesar de todas as discussões propostas e teses produzidas, trabalhos e eventos apresentados, não somos consideradas parte do currículo escolar central. Somos quando muito, oficinas didáticas extras, contribuições auxiliares. (SOARES, 2015:346)

O conteúdo dos debates aqui expostos visa, sobretudo, pensar caminhos para combater a distorção do efetivo sentido dos Estudos de Gênero, a conceituação adulterada e simplista do termo, bem como a anulação do contexto histórico em que tal instrumento teórico se consolidou no campo das ciências, que parece fazer parte da agenda de combate dos setores conservadores. Afirmamos, sem receio, que essa forma de (des)caracterização dos Estudos de Gênero teve impacto sobre a composição do segundo Plano Nacional de Educação (PNE), bem como dos planos estaduais e municipais (Reis; Eggert, 2017). Os danos que tais interpretações têm provocado são muitos, dificultando a divulgação científica desses estudos e obstruindo a aplicação de suas contribuições no campo prático pela Educação.

Compreendemos o ensino de história como fundamental para a “formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as experiências sociais como dinâmicas e múltiplas, sujeitas a relações de poder (e, portanto, a desigualdades), além de ser também um campo de negociações, mudanças, empatias e superações” (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013:453-465). É com esse ensino de história que esperamos contribuir.

O presente capítulo apresenta articulações teóricas dos campos de gênero, interseccionalidade e decolonialidade com foco nas reflexões em torno da intersecção gênero/raça/classe, visando alcançar a construção de uma

2. Esse capítulo traz uma parte do que foi proposto por Giseli Origuela Umbelino (2018) em sua pesquisa de mestrado.

proposta de formação continuada para professoras/es de História. Buscamos destacar as valiosas contribuições destas categorias, ao problematizarem as relações de poder produtoras de desigualdades, para o necessário exercício de se perceber, repensar e mudar práticas educativas. Para tanto, dividimos o trabalho em duas partes: (1) debates teóricos e (2) a proposta de formação continuada para professoras/es.

1 Debates teóricos

1.1 A emergência das categorias “mulher” e “mulheres” até a categoria “gênero”

Joana Maria Pedro destaca que a história da palavra gênero é “tributária dos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas” e que sua trajetória “acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2005:78). A história da palavra gênero é permeada por variados debates. No entanto, para o propósito desta pesquisa, nos interessa o surgimento da categoria “mulher” e, posteriormente, da categoria “mulheres”.

A categoria mulher, ou Mulher, como Joana Pedro historiciza, insurge em contraposição ao sentido de “Homem” como sujeito universal, ou seja, se apresenta como forma de destacar o fato de que o universal, tal como é compreendido, é masculino e não inclui a mulher. Sendo assim, “era em nome da ‘diferença’, em relação ao ‘homem’ – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria ‘Mulher’, era reivindicada” (PEDRO, 2005:80). É importante observar que essa contestação está inserida num cenário de resistência e oposição ao caráter masculino que a legítima Ciência carregava, como destaca o verbete “Ciências e gênero”, produzido por Ilana Lowy para o *Dicionário Crítico do Feminismo*:

Durante a maior parte da História, a pesquisa científica foi empreendida por e para indivíduos do sexo masculino. As pesquisas nesse campo assumem que as definições de neutralidade, objetividade e racionalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo

das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes. (LOWY, 2009:40)

Deste modo, a categoria Mulher se insere no outro extremo, assumindo também um aspecto universal de mulher. Justamente por isso, esta categoria recebeu fortes críticas, principalmente no contexto norte-americano (estadunidense), onde “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença” (PEDRO, 2005:80). As críticas se fundamentaram no relevante argumento de que não havia “A Mulher”, mas sim diversas mulheres, com as pautas e prioridades que variavam na mesma medida.

O século XX, com toda sua efervescência de conflitos em escala global, foi o palco do antagonismo nas discussões historiográficas, entre os moldes positivista (a chamada Escola Metódica) e marxista (história econômica), bem como do surgimento da Escola dos *Annales*. Esta última, nascida na França e difundida em toda a Europa e América ao longo do século XX e, especialmente na década de 1960 (já em sua terceira geração), trouxe para o plano das pesquisas uma importante inovação no conceito de fontes, movimento que ficou conhecido como “revolução documental” (LE GOFF, 1984:99-100). Além disso, nesse momento ocorre uma abertura historiográfica para responder a demandas por novas abordagens.

A terceira geração é a primeira a incluir mulheres [...] Os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral [...] Georges Duby e Michèle Perrot, por exemplo, estão empenhados em organizar uma história da mulher em vários volumes. (BURKE, 1991:80)

No amplo cenário da história das mulheres, destacamos o empenho de Michelle Perrot de escrever essa história, a partir da França. Na busca em trazer à tona vozes excluídas da história, esteve à frente do projeto que produziu a monumental obra coletiva *História das Mulheres no Ocidente*, com um total de cinco volumes publicados entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. Sobre essa experiência, a historiadora considera:

[...] um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. (PERROT, 1995:9)

Rachel Soihet (1997) cita Jules Michelet como o historiador que chega a desenvolver estudos sobre as mulheres antes do período que ela nomeia como a “grande reviravolta da história”. Ao citar que Lucien Febvre, cofundador da Escola dos *Annales*, considera que o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o Homem”, a autora defende ser também inadequado falar em uma “história da mulher”. Ou seja, ao considerar a diversidade implícita em tal objeto, pela condição social, etnia, raça, crenças religiosas, percebe-se ser mais coerente abordar a “história das mulheres”, como forma de reconhecer as marcas produzidas por essas diferenças. Para Soihet:

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. (SOIHET, 1997:399)

Os debates em torno da homogeneização da categoria “mulher” e as tensões em torno da fragmentação desse sujeito universal em “mulheres”, por classe, raça, etnia e sexualidade, entre outras estão presentes no campo de discussões epistemológicas de maneira proporcional aos embates travados no campo político pelo movimento feminista. Além disso, outro importante aspecto a ser observado é o que atribui às mulheres os estigmas de rebeldia e vitimismo. Sobre isso, Soihet observa que:

De acordo com Mary Nash, o debate em torno da opressão da mulher e seu papel na história teria se inaugurado na década de 1940, por iniciativa da historiadora norte-americana Mary Beard, que, na sua obra *Woman as force in history*, aborda a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. Beard atribui as escassas referências à mulher ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na sistematicamente. Esse argumento provocou uma réplica do historiador J.M. Hexter, para quem a ausência das mulheres deve-se ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. (SOIHET, 1997:403)

Fazemos, então, uma tréplica. A quantidade de pesquisas existentes atualmente indica que as mulheres estiveram presentes, sim, nos fatos históricos, sem, no entanto, que fossem considerados, em geral por historiadores homens, como acontecimentos de grandiosidade suficiente para merecer um lugar nos registos oficiais da escrita da História.

1.2 Abordagem interseccional das categorias gênero, raça e classe

A categoria gênero enfatiza “o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado” (SOIHET, 1997:404). O uso do termo gênero alimenta a proposta de que as pesquisas sobre as mulheres devem propor uma transformação fundamental nos paradigmas da História, ou seja, “acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SOIHET, 1997:404-405).

Com grande peso teórico para esse movimento, em 1986, Joan W. Scott publicou nos Estados Unidos e na França o artigo que foi traduzido e publicado no Brasil duas vezes (em 1990 e em 1995), com o título “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. No texto, Joan Scott conceitua o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995:86).

As significativas mudanças epistemológicas no campo da historiografia, anteriormente mencionadas, abrem espaço para as temáticas transversais, e possibilita incluir as questões de gênero. As reflexões levantadas por Joan Scott já apontavam para a importância de associar as categorias raça, classe e gênero, entendidas por uma parte das feministas como determinantes para a escrita de uma nova história.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos. (SCOTT, 1995:73)

Sobre pensar as relações de gênero como categoria de análise, a filósofa Jane Flax orienta que “as relações de gênero entram em qualquer aspecto da experiência humana e são elementos constituintes dela” (FLAX, 1992:220-221). Para essa autora, pensar a estrutura de gênero como uma categoria social significa compreender que as experiências de gênero “são formadas pelas interações de relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça” (FLAX, 1992:220-221). Nesse sentido, assumimos que as relações de gênero não podem ser explicadas a partir de uma essência, mas considerando suas variações. As proposições de categorias como interseccionalidade e decolonialidade partem de prerrogativas semelhantes em suas abordagens.

1.3 Interseccionalidade e decolonialidade

As incessantes discussões acerca da definição da categoria de análise gênero têm ampliado cada vez mais esse campo de estudo, a ponto de incluir a interseccionalidade das categorias raça e classe como indispensável, na visão de algumas teóricas, para os estudos de gênero.

O uso do termo interseccionalidade é relativamente novo, mas sua origem remonta ao *Black Feminism*, movimento surgido nos anos 1970 “cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo” (HIRATA, 2004:62). Em uma reflexão acerca

de abordagens e contribuições para as teorias do *care*, a filósofa Helena Hirata nos apresenta uma definição sintetizada de interseccionalidade, que leva em conta as concepções de Kimberlé W. Crenshaw, sendo esta a primeira a cunhar o conceito, e de Sirma Bilge que o sintetiza da seguinte maneira:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE *apud* HIRATA, 2004:62-63)

Como exemplos de abordagens produzidas pela linha construcionista de interseccionalidade, Piscitelli (2008) menciona os trabalhos de Anne McKlinton e Avtar Brah. Para McKlinton, conforme explica a pesquisadora argentina, a análise interseccional leva em conta que “raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse um lego” (PISCITELLI, 2008:268). Ou seja, em sua abordagem as categorias se apresentam de forma articulada, apresentando-se em relações “íntimas, recíprocas e contraditórias”. Esse é um aspecto importante da abordagem construcionista, pois possibilita observar as “encruzilhadas” dessas contradições e encontrar estratégias de mudança.

A articulação seria perceptível ao considerar como, no âmbito imperial, gênero está vinculado à sexualidade, mas também ao trabalho subordinado e raça é uma questão que vai além da cor da pele, incluindo a força de trabalho, atravessada por gênero. Ao analisar as categorias articuladas, McKlinton explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta. (PISCITELLI, 2008:268)

Cristiano Rodrigues aponta que o conceito de interseccionalidade foi mais fortemente apropriado no contexto anglo-saxão ao longo das décadas de 1980 e 1990, chegando a ser considerado o conceito mais importante para a perspectiva dos *women's studies* (RODRIGUES, 2013:7). Essa adesão não se deu com a mesma intensidade no Brasil, que se apropriou mais tardiamente da interseccionalidade em suas pesquisas. Entre as razões para a resistência ao conceito, Rodrigues pontua:

[...] outro fator determinante para a falta de entusiasmo acadêmico por perspectivas interseccionais está relacionado à baixa participação de mulheres negras na academia brasileira, quer na condição de docentes/pesquisadoras ou de estudantes de pós-graduação. Esta baixa participação de mulheres negras nas universidades está relacionada, juntamente com constrangimentos de classe, raça e gênero, àquilo que Azeredo (1994) considera, a meu ver apropriadamente, tradição patrilinear da academia brasileira, que dificulta, quando não impede, a entrada de vozes dissonantes. (RODRIGUES, 2013:9)

Essa é uma realidade em lenta mudança nos últimos anos, mas que ainda deixa suas marcas principalmente pela ausência de continuidade nos trabalhos produzidos por essas pesquisas, a falta de diálogo entre as pesquisadoras e pesquisadores da temática e a circulação limitada desses trabalhos, que se encontram ainda em sua maioria em bancos de dissertações e teses, com baixa ressonância até mesmo no meio acadêmico. É urgente a necessidade de uma melhor difusão da interseccionalidade no Brasil, “um país marcado por profundas desigualdades raciais, de classe e de gênero, pois permite a consolidação de uma teoria feminista mais apropriada às especificidades locais” (RODRIGUES, 2013:10).

Com significativa importância no contexto das epistemologias que colocam em pauta as questões de gênero, raça e classe, inserem-se ao debate as críticas da pós-colonialidade e da decolonialidade. Em uma análise da literatura que produziu e foi produzida por essas vertentes, Divanize Carbonieri (2016) apresenta uma leitura dos principais autores/teóricos, suas propostas e críticas, considerando que o pensamento pós-colonial surge inicialmente “como parte de um empreendimento crítico que foi entendido

como as ‘teorias críticas dos discursos coloniais’” (CARBONIERI, 2016:282), com destaque para Frantz Fanon (psiquiatra caribenho de ascendência africana, que atuou na revolução argelina) e Mohandas Gandhi (advogado indiano e ativista político com forte atuação na África do Sul e na Índia).

Na concepção de Fanon a descolonização é sempre um fenômeno violento, mas uma violência considerada legítima, como uma resposta ao modo como os colonizadores exploraram as terras e a força de trabalho dos colonizados. No pensamento de Fanon, a ausência da violência expõe incoerência no processo de descolonização.

Fanon também critica a não-violência, que, para ele, não é mais do que um compromisso entre a elite nativa e a burguesia do país colonialista, da metrópole, em nome de interesses que são interesses de elite. A cooptação da elite intelectual do país colonizado serviria inclusive para manter a dominação por mais tempo e mais profundamente. (CARBONIERI, 2016:284)

Frantz Fanon compreende que o aspecto mais capcioso da colonização é o subjugamento dos valores culturais e intelectuais, pois “convence o intelectual colonizado de que sua cultura e epistemologia são inferiores às daquelas do povo que o oprime” (CARBONIERI, 2016:284). Desse modo, ainda que haja emancipação política, as amarras ainda permanecem na mente colonizada, que continua a aceitar a herança ocidental como proeminente. A proposta de Fanon seria o rompimento do intelectual nativo com a burguesia colonialista, como forma de se desfazer dos valores ocidentais inculcados pela educação colonial, para então restabelecer a conexão com os trabalhadores e camponeses nativos que considera como os únicos capazes de promover a verdadeira descolonização.

Se para Fanon o conceito base é o da descolonização, Gandhi desenvolve sua crítica ao discurso colonial com base no conceito de autogoverno (Swaraj) (CARBONIERI, 2016:284-285), ou seja, o problema da colonização da Índia estava na implantação da civilização moderna, processo pelo qual os indianos têm grande responsabilidade, na visão desse autor, pois:

para Gandhi, não foram os ingleses que tomaram a Índia, mas sim os indianos que a deram para eles, ao imitar seu modo de vida, ao adotar sua civilização. Antes de ser uma colônia administrativa da Inglaterra, a Índia havia sido uma espécie de colônia comercial, tendo sido controlada por companhias britânicas. Gandhi insiste que o comércio britânico só havia se implantado na Índia porque os indianos se acostumaram a comprar os produtos ingleses e, depois disso, para manter esse negócio lucrativo, os britânicos se instalaram ali com seus exércitos e aparato administrativo. De acordo com Gandhi, era lastimável que a Índia imitasse a Inglaterra porque a civilização indiana seria muito melhor, pois era uma civilização livre da civilização moderna e com valores espirituais elevados. (CARBONIERI, 2016:286-287)

A ideia do autogoverno expressa por Gandhi seria algo a se desenvolver internamente. Partindo da rejeição à civilização moderna e de suas “facilidades” seria possível praticar o verdadeiro Swaraj, através do qual uma nação de pessoas nunca seria dominada por outras.

As duas matrizes de pensamento do que veio a se tornar o pós-colonialismo apresentam profundas divergências: por um lado, a descolonização de Fanon que fundaria na violência legítima e no reconhecimento da cultura nativa; e por outro, o autogoverno de Gandhi estaria estruturada na rejeição pacífica da civilização moderna. Desse modo, as críticas pós-coloniais que se ramificam desses pensamentos também são carregadas de diferenças.

Em muitas das análises produzidas a partir da crítica pós-colonial ainda prevaleceram os discursos do colonizador homem europeu, por meio das literaturas canonizadas e amplamente difundidas na sociedade ocidental, sem levar em conta os discursos das mulheres e nem os argumentos contradiscursivos produzidos pela literatura pós-colonial (CARBONIERI, 2016:290-291). Ou seja, os discursos pautados na binaridade e na ambivalência entre colonizador/colonizado, ainda que tensionados, permanecem nessas pesquisas.

Nesse sentido, é importante destacar a questão da episteme nesse debate, conforme pautado pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, para quem o eurocentrismo é um elemento a ser questionado nos estudos pós-coloniais, pois direcionam suas críticas aos modelos de colonização francês

e britânico praticados na Ásia, África e Oceania a partir do século XIX, não levando em conta o processo de colonização ibérica nas Américas em prática desde o século XVI (CARBONIERI, 2016:295).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao desenvolver o conceito de colonialidade do poder, reflete sobre as relações de trabalho constituídas na América colonizada pelos europeus, que impuseram às pessoas indígenas e negras, raças consideradas como “inferiores”, os lugares periféricos da servidão e da escravidão (CARBONIERI, 2016:296). Em contrapeso, às pessoas brancas europeias ficou reservado o pressuposto da propriedade e do trabalho assalariado. Segundo essa prerrogativa, há uma continuidade no esquema de divisão racial e de controle do trabalho que persiste até a atualidade (colonialidade do poder) que impede a emancipação real dos povos colonizados.

Walter Dignolo (2014), importante referência nos estudos decoloniais da América Latina, no prefácio de um dos volumes da coleção *El Desprendimiento*, defende a importância do pensar e fazer decolonial, que considera não como um método isoladamente científico, mas um meio, uma forma de nos refazer na busca por outras maneiras de viver, de um modo em que não vivamos apenas para manter o ciclo trabalhar/produzir/consumir, mas que trabalhemos para conviver. Para este autor:

A modernidade produz feridas coloniais, patriarcais (regras e hierarquias que regulam o gênero e a sexualidade) e racistas (regras e hierarquias que regem a etnia), promove o entretenimento banal e narcotiza o pensamento. Portanto, a tarefa de fazer, pensar e ser decolonial é cicatrização das feridas e da viciosa compulsão pelo “querer ter”, e livrar-nos de hierarquias e padrões modernos é o primeiro passo para refazer-nos. Aprender a desaprender para reaprender de outra maneira, é o que nos ensinou a filosofia de Amawtay Wasi. (MIGNOLO, 2014:7)³

3. Tradução nossa do original: “La modernidad produce heridas coloniales, patriarcales (normas y jerarquías que regulen el género y la sexualidad) y racistas (normas y jerarquías que regulen la etnicidad), promueve el entretenimiento banal y narcotiza el pensamiento. Por ello, la tarea del hacer, pensar y estar siendo decolonial es la sanación de la herida y de la viciosa compulsión hacia el “querer tener” desprendernos de las normas y jerarquías modernas es el primer paso hacia el re-hacernos. Aprender a desaprender para re aprender de otra manera, es lo que nos enseñó la filosofía de Amawtay Wasi.”

Sendo assim, a crítica decolonial entende que a forma mais eficaz de combater a colonialidade é a partir da busca constante por uma diversidade epistêmica que contemple reflexões originadas das classes populares e valorize a sabedoria ancestral dos povos tradicionais. Em uma reflexão autocrítica desenvolvida por Divanize Carbonieri nas conclusões de sua análise sobre as críticas pós-coloniais e decoloniais, chama a atenção para o desafio da diversificação epistêmica presente na proposta decolonial: “É isso que deveria conduzir nossas atividades como docentes e discentes nas universidades brasileiras. Porém, não é certamente uma tarefa das mais simples, em virtude principalmente de nossa formação no cânone de pensamento ocidental” (CARBONIERI, 2016:297).

A obra intitulada *Género y Descolonialidad*, um dos volumes da coleção de Mignolo citada acima, apresenta estudos com diversos enfoques, sendo um deles de autoria da filósofa María Lugones, cujo objetivo é “entender a preocupante indiferença que os homens mostram diante das violências que se infringem sistematicamente sobre as mulheres de cor” (LUGONES, 2014:13)⁴. Nesse estudo, à luz das perspectivas interseccional e decolonial, a autora procura atender a algumas demandas do que chama de feminismo de mulheres “não-brancas”, que se distanciam muito das lutas que o feminismo tem realizado em nome da Mulher.

Assim, Lugones busca demonstrar o quanto a colonialidade do poder interfere nas concepções e relações de gênero das sociedades colonizadas das Américas e da África. Sendo um exemplo prático da aplicação dos diversos conceitos e teorizações abordadas neste capítulo, seu estudo nos mostra o quão abrangente pode se tornar o debate sobre gênero se considerarmos as intersecções e a crítica decolonial, um exercício importante para contribuir com a descolonização do gênero.

Todavia, estas reflexões permanecem ainda em lugar periférico entre preocupações da produção historiográfica e da formação docente e, por consequência, não adquirem visibilidade nos materiais didáticos e na prática de ensino de história na Educação Básica. A marginalização desses estudos se reflete nas distorções produzidas e reproduzidas sobre as questões de gênero

4. Tradução nossa do original: “entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color.”

na educação, na medida que as opiniões e o senso comum prevalecem nos discursos que visam cada vez mais limitar os espaços de debate.

2 Proposta de formação continuada

Ao explorar os debates produzidos em torno dessas categorias, questionamos o quanto os efeitos da historiografia eurocentrada que enaltece o homem branco colonizador são ainda hoje vistos nas narrativas históricas que ecoa nas salas de aula. Em muitos momentos o gênero feminino passa despercebido, ou seja, as relações de poder intrínsecas entre homens e mulheres são quase sempre negligenciadas. Ou então, como analisa Cristiane Bereta da Silva, quando há alguma investida no sentido de abordar estas questões, muitas vezes por demandas mercadológicas ou pressões acadêmicas por renovação nos debates, o resultado acaba mais problemático do que produtivo.

Ao incorporar temáticas que envolvem mulheres e relações de gênero como apêndices da história geral – através de textos complementares – expõem, paradoxalmente, permanências, ao invés de mudanças. [...] as mulheres parecem permanecer como um grupo desviante entre os saberes históricos escolares, ao passo que os homens ainda ocupam a “base da elaboração da regra”. A história das mulheres e, mesmo, as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporadas e abrigadas sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais. (SILVA, 2007:228-229)

Concluimos que as margens da história geral é também o lugar destinado tanto às questões da intersecção raça, classe e gênero, como às abordagens pós-colonial e decolonial. Tanto os estudos de gênero quanto as perspectivas social e cultural nos mostram o quanto a narrativa histórica trabalhou, e ainda trabalha, em prol da legitimação de dominações e submissões que permeiam as relações desiguais de gênero e de outros marcadores sociais de diferenças, como raça, classe, religião ou geração. Entretanto, não se pode mais ignorar as existências e resistências de uma diversidade de sujeitos marginalizados

por essa narrativa. É esta a história que carece de ser escrita e contada, “uma história que questiona as ‘verdades’ sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente” (PEDRO, 2005:92). As produções teórico-metodológicas sobre a interseccionalidade das categorias raça, classe e gênero, bem como as abordagens pós-coloniais e decoloniais mostram possíveis caminhos para esta escrita da história.

A proposta de formação continuada se apresenta como uma forma de contribuir com a divulgação dessas categorias, de maneira a abrandar os efeitos dessas permanências aqui exploradas. Na íntegra, está toda pormenorizada, contendo objetivos, metodologia e ementas. Exibimos aqui o quadro geral da proposta, no qual é possível acessar todas as referências propostas para o trabalho de formação. O propósito é oferecer oportunidade de acesso, leitura sistematizada e reflexão coletiva de produções que circulam no meio acadêmico, de forma a instrumentalizar a elaboração e aplicação de ferramentas na prática docente para a educação básica (planos de aula, projetos de intervenção, disciplinas optativas, cursos de extensão).

Esta formação tem como público alvo professoras/es da rede estadual de educação básica de Mato Grosso. Ainda que seja um curso pensado a partir do ensino de História, os temas e as abordagens não se limitam a essa disciplina, pois instrumentaliza a prática interdisciplinar e multidisciplinar a partir dos eixos propostos. A formação também envolve temas que podem contribuir com a atuação da gestão escolar, visto que aborda e provoca debates acerca das práticas escolares. É importante compreender que no processo educacional estão imbricadas as dimensões de ética, identidades, diversidade, sexualidade, cultura, relações de poder, sociais e raciais, entre tantas outras. Perceber e colocar em prática essas dimensões significa ultrapassar os limites impostos pelos conteúdos escolares ou temas transversais, atentando-se sobre os processos que constituem a formação humana (HENKIN; CATANANTE, 2015).

Um dos grandes desafios do ensino de história é superar o caráter elitista dessa disciplina, distante do universo das alunas e alunos. Se, para além de um conjunto de conhecimentos, a história pretende ser uma maneira de

pensar, seu ensino na educação básica deve se converter em ferramenta essencial para uma compreensão crítica do mundo.

Se as perspectivas de gênero e interseccionalidade não são privilegiadas na formação docente inicial, se torna ainda mais urgente uma formação continuada que as contemple, de modo que a ação docente se (re)construa em outros saberes menos excludentes e hierarquizantes. Desse modo, espera-se contribuir para um ensino de história comprometido com o desenvolvimento de novas formas de pensar o mundo. Para isso, a proposta contempla a abordagem dos estudos de gênero, considerando também as perspectivas da interseccionalidade e da decolonialidade, fomentando reflexões a partir dos aspectos teóricos e práticos. Sem ignorar os obstáculos impostos a esse caminho formativo, consideramos que iniciativas como esta, que problematizem as relações de poder produtoras e mantenedoras de desigualdades, trazem contribuições valiosas para o necessário exercício de se perceber, repensar e mudar práticas educativas.

Partindo dessa premissa, a presente proposta constitui um programa de curso, dividido por módulo/conteúdo, composto por material bibliográfico selecionado e assim esquematizado:

<i>Módulo I – Gênero, Interseccionalidade e Decolonialidade: percorrendo caminhos e entendendo conceitos</i>	
<i>Conteúdo</i>	<i>Material</i>
1. Introdução aos estudos feministas	<ul style="list-style-type: none">• Vídeo – Chimamanda Adichie: todos devemos ser feministas. (TEDxEuston, 2012).• Texto: PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWACO, José Eduardo (org.). <i>Diferenças, igualdade</i>. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.
2. As mulheres na História	<ul style="list-style-type: none">• SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). <i>Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia</i>. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

3. Gênero como categoria na historiografia	<ul style="list-style-type: none"> • PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. <i>Revista História</i>, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
4. Interseccionalidade: conceitos e aplicações	<ul style="list-style-type: none"> • HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. <i>Revista Mediações</i>, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.
5. Críticas pós-coloniais e decoloniais	<ul style="list-style-type: none"> • CARBONIERI, Divanize. Pós-colonialidade e Decolonialidade: rumos e trânsitos. <i>Revista Labirinto</i>, ano XVI, v. 24, n. 1, p. 280-300, jan-jun, 2016.

<i>Módulo II – Da invisibilidade ao destaque: interlocuções acadêmicas por histórias que importam</i>	
<i>Conteúdo</i>	<i>Material</i>
6. Inquietações por uma história múltipla	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo - Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história (TEDGlobal, 2009). • DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. <i>Revista de História</i>. n. 114, p. 31-45. 1983.
7. Relações de gênero no Brasil colonial: espaços de mulheres na sociedade mineira	<ul style="list-style-type: none"> • FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). <i>História das Mulheres no Brasil</i>. 10ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-188.
8. Mulheres negras: representações do corpo na sociedade brasileira	<ul style="list-style-type: none"> • CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. “Corpos negros no/do feminino em três movimentos: um exercício de (des) construção”. In: STEVENS, Cristina Maria T.; OLIVEIRA, Suzane R.; ZANELLO, Valeska. (org.). <i>Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas</i>. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 353-369.

<p>9. Mulheres indígenas: análise do gênero como prática discursiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> • BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. “Construção da Resistência de mulheres Xavante: um gênero discursivo”. In: STEVENS, Cristina Maria T.; OLIVEIRA, Suzane. R.; ZANELLO, Valeska. (org.). <i>Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas</i>. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 535-548.
<p>10. Gênero e imagem: representações de mulheres na arte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MARQUES, Ana Maria. Havia uma Rosa e uma Vitória na representação pictórica da história de Mato Grosso. <i>Fronteiras: Revista Catarinense de História</i>, v. 1, p. 63-79, 2017.

<p><i>Módulo III – Diálogos articulados: gênero, educação e ensino de história</i></p>	
<p><i>Conteúdo</i></p>	<p><i>Material</i></p>
<p>11. Questões do gênero: das diferenças e desigualdades no ambiente escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LOURO, Guacira Lopes. “A construção escolar das diferenças”. In: LOURO, Guacira Lopes. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i>. 6. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. p. 57-87.
<p>12. Questões do gênero: saber histórico e livros didáticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. <i>Caderno Espaço Feminino</i>, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 219-243, jan-jul 2007.
<p>13. Gênero e ensino de história: perspectiva escolar em foco</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Olhares de gênero na perspectiva escolar. <i>Opsis: Revista da Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais</i>, Catalão-GO, v. 15, n. 2, p. 344-355, 2015.

14. Interseção de gênero e raça: pesquisa no ensino de história	<ul style="list-style-type: none"> • SOUSA, Thaís Lima de. <i>Historicizando representações de gênero e raça no ensino de História: resultados de uma pesquisa-ação</i>. Trabalho de Conclusão de Curso (Lic. em História). Brasília: UNB, 2017.
15. Gênero na formação para o ensino de história	<ul style="list-style-type: none"> • ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. <i>Trilhas da História</i>, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 49-65, jan-jun. 2015.
16. Encerramento de curso	Exposição dos trabalhos finais e autoavaliação de aproveitamento do curso.

Carga horária proposta por aula: 3,5h. Carga horária proposta de leitura por aula: 1h. Carga horária proposta dedicada à elaboração do trabalho final: 8h. Total do curso: 80h.

Considerações finais

Este capítulo trouxe uma propositura de formação continuada para professoras e professores, sobretudo, de História, e também um debate sobre as categorias história de mulheres, gênero, interseccionalidade e decolonialidade. Com o propósito de contribuir para esse campo, cuja produção ainda é carente e as práticas docentes têm ignorado os saberes e formas de fazer no cotidiano das escolas, em todos os níveis, por essa razão enfatiza-se a necessidade de conhecer o caminho teórico dessa e de outras categorias de análise, mostrando-se um importante exercício.

Pensar o Gênero como categoria de análise é compreender que as relações de poder atravessam qualquer aspecto da experiência humana. Por enfatizar o caráter relacional o gênero alimenta a proposta de que as pesquisas sobre as mulheres devem propor uma transformação fundamental nos paradigmas da História, não apenas acrescentando novos temas, como também impondo uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente.

No entanto, a pesquisa que originou este capítulo evidenciou o que muitas historiadoras vêm denunciado há tempos: que a historiografia eurocentrada,

masculina, branca e da elite, por um longo tempo silenciou as mulheres, trabalhando em prol da legitimação de dominações e submissões percebidas nas relações desiguais de gênero, raça, classe, religião ou geração, produzindo e reproduzindo desigualdades. Pouco preocupada em refletir sobre as relações conflituosas, tensões e resistências que compõem o processo histórico, é essa a História que se instituiu como disciplina escolar, ecoando e perpetuando-se, produzindo “o perigo de história única”, como diz Chimamanda Adichie, no TEDGlobal gravado em 2009.

Aceitamos que na narrativa histórica, bem como no seu ensino como disciplina escolar e acadêmica, as relações de poder estão desvelados. As tentativas de criminalizar os Estudos de Gênero e o próprio ensino de história são exemplos disso. No entanto, como teoriza Foucault (1998:244-245), as relações de poder produzem intrinsecamente uma importante ferramenta na desconstrução de dispositivos: a resistência. Ao contrário da simples reação (que não incomoda e, portanto, não necessita ser tolhida), a resistência, enquanto criação, consiste na força do devir, da mudança, que busca na superação das estratégias de poder.

Desse modo, tanto a escola quanto o currículo e o ensino de história são espaços nos quais se manifestam as resistências que, ao contrário das reações, não se mostram de maneira aleatória e desordenada, previsíveis ao poder, mas se constroem a partir de reflexão e tomada de consciência. Propor uma formação de professoras/es de História que se comprometa em promover um ensino de história crítico, menos excludente e preocupado com as questões étnico-raciais, de classe e gênero, entre outras, que expõe e problematiza as desigualdades e respeito às diversidades, assume nos dias de hoje uma forma de resistência.

Os resultados que se materializam nas reflexões desenvolvidas neste capítulo, por meio dos debates e da proposta de formação continuada, não intentam representar ou mesmo pretende ser uma fórmula, nem pretende esgotar o debate ainda vivo e efervescente. Para além disso, o trabalho tem como propósito oferecer uma contribuição para a construção de um ensino de história comprometido com o desenvolvimento do necessário exercício de se perceber, repensar e mudar práticas educativas.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. *TEDGlobal* 2009. Julho de 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 06 ago. 2019.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Todos devemos ser feministas. *TEDxEuston*, 2012. Dezembro de 2012. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists?language=pt-br. Acesso em: 06 ago. 2019.
- BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. “Construção da Resistência de mulheres Xavante: um gênero discursivo”. In: STEVENS, Cristina Maria T.; OLIVEIRA, Suzane. R.; ZANELLO, Valeska. (org.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 535-548.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- CARBONIERI, Divanize. Pós-colonialidade e Decolonialidade: rumos e trânsitos. *Revista Labirinto*, ano XVI, v. 24, n. 1, p. 280-300, jan-jun. 2016.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. “Corpos negros no/do feminino em três movimentos: um exercício de (des)construção”. In: STEVENS, Cristina Maria T.; OLIVEIRA, Suzane R.; ZANELLO, Valeska. (org.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 353-369.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. *Revista de História*. n. 114, p. 31-45. 1983.
- FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-188.
- FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 217-250.
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 243-276.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Revista Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HENKIN, Rosana Monti; CATANANTE, Bartolina Ramalho. A formação docente em gênero e raça/etnia e a perspectiva de transformação social. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 63, p. 233-242, jun. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/dngJqx>. Acesso em: 30 abr. 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2004.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In V.V.A.A. *Enciclopédia Einaudi*. V.1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

LOURO, Guacira Lopes. “A construção escolar das diferenças”. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. p. 57-87.

LOWY, Ilana. “Ciências e gênero”. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 40-43.

LUGONES, María. “Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial”. In: MIGNOLO, Walter *et al.* *Género y descolonialidad*. 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MARQUES, Ana Maria. Havia uma Rosa e uma Vitória na representação pictórica da história de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 1, p. 63-79, 2017.

MIGNOLO, Walter [et al.]. *Género y descolonialidad*. 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*. Campinas, Unicamp, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: <https://goo.gl/Uz9r56>. Acesso em: 05 2010. 6.

- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.
- PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWACO, José Eduardo (rg.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.
- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 23-24.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar., 2017.
- RODRIGUES, Cristiano. A atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista do Brasil. In: *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, UFSC, Florianópolis, 2013. p. 1-12.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez., 1990.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Revista Caderno Espaço Feminino*. UFU-Uberlândia/MG, v. 17, n. 1, p. 219-246, jan-jul. 2007.
- SILVA, Cristiani B.; ROSSATO, Luciana; OLIVEIRA, Nucia A. S. A formação docente em história. Igualdade de gênero e diversidade. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 453-465, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/H8bR7z>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Olhares de gênero na perspectiva escolar. *Opsis: Revista da Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais*, Catalão-GO, v. 15, n. 2, p. 344-355, 2015.
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

SOUSA, Thaís Lima de. *Historicizando representações de gênero e raça no ensino de História: resultados de uma pesquisa-ação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Lic. em História). Brasília: UNB, 2017.

UMBELINO, Giseli Origuela. *“Aprender a desaprender para reaprender”:* *a perspectiva da descolonização do gênero no ensino de história*. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. *Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 49-65, jan-jun. 2015.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Ana Maria Marques (anamariamarques.ufmt@gmail.com) é professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4853-8200>.

Ana Rita Fonteles Duarte (anaritafonteles@uol.com.br) é professora Dra. do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2469-6044>.

Cintia Lima Crescêncio (cintia.crescencio@ufms.br) é professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas/MS – Brasil. Possui mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE) e realiza pesquisas no campo dos estudos de gênero, estudos feministas e humor. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2992-9417>.

Claudete Beise Ulrich (claudete@fuv.edu.br) é doutora em Teologia – Faculdades EST, pós-doutorado em História – UFSC; pós-doutoranda em Educação – UFES. Professora de Teologia na graduação e Ciências da Religião no Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida Vitória (FUV). Coordena o grupo de pesquisa Religião, Gênero, Violências: Direitos Humanos (REGEVI). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9830-3768>.

Claudia Regina Nichnig (claudianichnig@gmail.com) é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul, Brasil. É doutora no Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero, pós-doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), em Toulouse/França. É mestra em História, graduada em História/UFSC e Direito/Univali. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Produtividade do CNPq 1D. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), pós-doutorado pela Universidade de Rennes 2 (França, 2005 e 2018) e Universidade de Maryland (2011). Fullbright Chair of Brazilian Studies, Universidade de Massachusetts/Amhers, 2017. É uma das fundadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (REF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7315-1112>.

Dora Barrancos (barrancosconicet@gmail.com) es licenciada en Sociología (UB) y Doctora em Historia (UNICAMP). Profesora Consulta de la Universidad de Buenos Aires e Investigadora Principal del CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), organismo del que ha sido Directora en representación de las Ciencias Sociales y Humanas entre 2010 y 2019. Se ha especializado en historia de las mujeres, de las relaciones de géneros y de las sexualidades disidentes. Entre sus libros se encuentran, “Inclusión/Exclusión. Historia con mujeres” (Buenos Aires, FCE, 2002); “Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos” (Buenos Aires, Sudamericana, 2007); “Mujeres entre la casa y la plaza” (Buenos Aires, Sudamericana, 2008); con Adriana Valobra y Donna Guy compiló *Moralidades y comportamientos sexuales*” (Buenos Aires, Biblos, 2014). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1415-4310>.

Elias Ferreira Veras (eliashistoria@yahoo.com.br) é doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Curso de História, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde também coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL/CNPq). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Imprensa e das Relações de Gênero (Homossexualidades, Experiências trans, Queer). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7726-4475>.

Giseli Origuela Umbelino (giogi@outlook.com) é professora da Rede Estadual de Mato Grosso e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4079-7125>.

Jair Zandoná (jzandona@gmail.com) é doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Portugêses Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003). É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo LITERATUAL. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4301-9436>.

Janine Gomes da Silva (janine.gomesdasilva@gmail.com) é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2866-2981>.

Joana Maria Pedro (joanamaria.pedro@gmail.com) é doutora em História Social pela USP (1992), é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, dos Programas de Pós-Graduação em História e do Interdisciplinar em Ciências Humanas. É também pesquisadora do IEG – Instituto de Estudos de Gênero. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5690-4859>.

Karina Janz Woitowicz (karinajw@gmail.com) é professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pós-doutora

em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL/Equador). É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq/UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7644-8560>.

Lorena Zomer (lorenaazomer@hotmail.com) é professora no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (UEPG). Possui doutorado e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3435-6756>.

Luana Borges Lemes (lu__borges@hotmail.com) é mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Parte deste capítulo origina-se da dissertação de mestrado intitulada “Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma ‘Cientista Que Virou Mãe’”, que contou com bolsa CAPES e orientação da Profa. Dra. Joana Maria Pedro. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5690-4859>.

Mariana Joffily (mariana.joffily@gmail.com) é professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2332-672X>.

Maurício Cardoso (maucardoso@gmail.com) é professor do Departamento de História a Universidade de São Paulo. Membro do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7390>.

Olga Grau (ograu_2000@yahoo.com) é profesora de Estado en Filosofía. Doctora en Literatura Hispanoamericana y Chilena, Universidad de Chile. Diplomada en Filosofía para Niños, Montclair State College, Estados Unidos. Profesora Titular del Departamento de Filosofía y del Centro de Estudios de Género en América Latina. Directora en la Dirección de Género y Diversidad Sexual. Fue activa integrante y también Presidenta de la organización feminista La Morada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5987-3656>.

Roselane Neckel (roselane.neckel@ufsc.br) é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, desde abril de 1996. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e doutorado pela mesma instituição (2004). De 30 de julho de 2016 a 30 de julho 2017 realizou estágio pós doutoral na Universidade do Porto, em Portugal. Entre 2004 e 2008 foi vice-diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e de 2008 a 2012 foi diretora do mesmo centro. Entre 2012 e 2016 foi Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3133-0737>.

Silvana Maria Pereira (sil.pereira@gmail.com) é enfermeira, pesquisadora vinculada ao LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1925-3273>.

Soraia Carolina de Mello (soraiacarolina.ufsc@gmail.com) é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Contribui desde 2005 com as equipes de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, em ensino, extensão e com pesquisas focadas na história dos feminismos e do trabalho doméstico. Foi pós-doutoranda PNPd-CAPES do projeto Mulheres de Luta entre 2017 e 2018. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3647-2136>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Acervo do LEGH 153, 156, 160, 180, 353
- Acervos acadêmicos de pesquisa 148, 154, 162
- Alicia Moreau 10, 20
- Amalia Mallén de Ostolaza 10, 23
- Arquivos 148-154, 156, 160, 169, 215, 311, 315
- Asociación de Lucha por la Identidad Travesti (ALIT) 10, 25
- Asociación de Travestis, Transexuales y Transgéneros de Argentina (ATTTA) 10, 25
- Assédio sexual 80, 286
- Autoritarismo 57, 136, 172, 180, 244
- Avanço conservador 11, 70

B

- Brasil Mulher 130

C

- CAPES 123-125, 145, 165, 184, 350, 351
- Carmen da Silva 137, 138, 142, 253
- Censura 15, 68, 151, 169, 179, 246, 247, 248, 250, 251, 253, 254
- Centro de Letras do Paraná 184, 186, 200, 201
- Centro Paranaense Feminino de Cultura 184, 200
- Ciência e Feminismo 309
- Ciência jurídica 256, 257, 258
- Círculo Sufragista Independiente 23, 56, 110, 142, 181, 299
- Clair Castilhos Coelho 13, 127, 141
- Club Femenino 23
- Colonialidade 330, 333, 334
- Comissão de Familiares de Presos Políticos 129
- Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) 132
- Comunidad trans 25
- Cone Sul 13, 36, 125, 143, 144, 145, 147-163, 205, 207, 217, 220, 242-244, 263
- Conquista das mulheres 199

Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) 132
Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo 132, 133, 300
Conselho Municipal da Condição Feminina 127
Constituição Federal de 1988 133, 262, 243, 264, 262
Consuelo Montalvo de Frías 20
Contraconducta 39, 49, 50
Contracultura 39, 49, 51, 168
Corpo 16, 63, 79, 110, 115, 140, 141, 167, 174, 176, 178, 180, 194, 233, 245, 259, 265, 267, 275, 281, 299, 310-319, 338, 354
Corporeidade 111,319
Cristina Fernández de Kirchner 10, 30
Cultura escolar 72, 86, 90
Cultura Política 53, 54, 58, 59, 65, 84
Curitiba 6, 14, 65, 66, 84, 86, 106, 161, 183-190, 193, 198, 201, 203

D

Decolonialidade 323, 328, 330, 337, 340, 342
Democracia 4, 5, 9-11, 19-23, 26, 33-35, 37, 43-50, 54-57, 59, 60, 61, 64-66
Democracia Agonística 60
Democracia direta 98, 102
Democracia hedonista 5, 53, 54, 64
Democracia Liberal 56, 61
Democracia no Brasil 9, 63, 64, 67, 117, 139
Democracia radical 19, 35
Descolonizar o gênero 321
Desigualdades de gênero 214
Dilma Vana Rousseff 100, 131
Direitos Humanos 13, 70, 75, 116, 118, 113, 129, 131, 149, 151, 154, 263, 264, 295, 304, 324, 347, 354, 357
Disciplina cívica 247
Ditadura 247-249, 251, 253
Ditadura civil-militar 249, 253, 297
Ditadura militar 253, 254, 261, 297
Divisão de tarefas 31, 140, 263
Documentários 91, 90
Doutrina de Segurança Nacional 247, 249, 251

E

- Editora Brasiliense 135
- Educação 154, 162, 184-187, 190-192, 198, 200-203, 215, 221, 237, 247, 262, 265, 277, 287, 399, 300, 306, 310, 322, 323, 331, 334, 339, 343, 344, 347
- Educação Básica 140, 334, 336
- Emancipação 84, 9495, 110, 113, 116, 121, 137, 184, 252, 331, 333
- Enfermagem 295, 297, 303, 304
- Ensino Médio 72, 77, 78
- Epistemologia feminista 321, 344
- Escola pública 88, 90
- Escolas 88-90, 92-95, 98, 101-106, 184, 186, 188, 190-192, 303, 340
- Escrita Acadêmica 14, 15, 205, 207, 208, 211, 215-221
- Esquerdas 13, 124, 145, 149, 155161, 208
- Establishment 28, 32, 281
- Estatuto da Mulher Casada 140, 262
- Estatuto familiar igualitario 41
- Estereótipos 78, 192-194, 199, 208, 220, 271, 280, 282, 283, 286, 287
- Estratégia Narrativa 93, 207
- Estudos culturais 281, 282, 292, 293
- Estudos de gênero 15, 16, 71, 86, 124, 141, 142, 144, 145, 147, 161, 162, 166, 183, 205, 213, 219, 223, 228, 239, 255, 300, 305, 306, 309, 323, 328, 335, 337, 341, 347-349, 351
- Eva Alterman Blay 13, 132, 133, 141
- Experiência 23, 30, 40, 58, 88, 90, 94, 95, 100, 102-104, 110, 137, 157, 172, 201, 211-213, 228, 239, 251, 256, 282, 313, 322, 329, 340, 343, 348, 349
- Experiência das mulheres 110, 111, 212

F

- Feminismo 9, 10, 11, 13, 14, 17, 19, 21, 23, 26, 37, 44, 45-49, 67-69, 70-72, 74, 76, 82-86, 87, 93, 106, 107, 11, 119, 120, 123-135, 138, 142-145, 148, 149, 155, 158, 160, 161, 165, 172, 179, 189, 193-195, 201, 202, 207, 208, 212, 221, 240, 245, 246, 253, 254, 259, 260, 263, 272, 274, 275, 277, 279, 282, 287, 291, 295, 296, 302, 309, 315, 316, 319, 321-324, 328, 334, 347, 349, 350
- Feminismo contemporâneo 44, 134
- Feminismo no Brasil/brasileiro 17, 132, 135, 136, 141, 321, 324, 335, 336, 340, 341, 355
- Feminismos 9, 11, 13, 14, 17, 19-23, 27, 30, 43, 44, 47, 73, 74, 78, 1017, 124, 126, 133, 137-141, 143-145, 147-149, 152, 156-161, 183, 194, 215, 236, 238, 255, 259, 275, 351
- Formação continuada 17, 321, 324, 335, 336, 340, 341, 355

Fundação Carlos Chagas 72, 86

G

Gênero e Direito 255, 257, 275

Ginecologia e Obstetrícia 16, 304, 306, 308, 310, 311, 313, 315

Golpe (de 2016) 11, 57, 131, 140

H

Hermenêutica da suspeita 114

Hipatia Cárdenas de Bustamente (Aspacia) 21

História Ciência 206, 207, 219

História das Mulheres 15, 72, 154, 185, 202, 213, 223, 225, 236, 238, 240, 245, 322, 325, 326-338, 342-344, 349

História oral 126, 141, 152, 156, 159, 162, 207, 245, 254, 349

Historiadoras Amadoras 206, 214, 219

Historiografia 13, 17, 126, 134, 139, 147, 149, 159, 223, 225-229, 233, 236, 237, 240, 307, 322, 328, 335, 337, 340, 342

Homossexualidade 229, 233, 235, 237, 238

Horizontalidade 98, 99, 101

Humor 205-221, 347

Humor Feminista 14, 205, 207, 209, 211-220,

I

Identidad de género 26, 30, 41, 45

Identidade subjetiva 241

Identidades trans 10

Ideologia de Gênero 45, 48, 70, 84-86, 344

Interdisciplinaridade 295, 296, 300, 302, 317, 318

Interseccionalidade 113, 323, 328-330, 336-340, 343, 344

Interseccionalidades 132, 258, 344

Irmandade 245

Isabel Arrúa Vallejo 10, 24

J

Jogos de gênero 69, 239, 244
Jornalismo com perspectiva de gênero 16, 279, 280, 289
Julieta Lanteri 10, 20

L

Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) 124, 141, 142, 144, 145, 147, 161, 162, 166, 183, 205, 223, 295, 348, 349, 351
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica 140
Lei do Divórcio 140, 168, 263
Lei Maria da Penha 140, 264, 265, 269, 270, 272-275
LGBTTTTI 26
Liga Paraguaya Pro Derechos de la Mujer 10, 24
Liga Patriótica Sufragista 23
Ligia Mora de Stroessner 10, 24
Lobby do Batom 69, 133, 141
Lógica de afetos 243
Lohana Berkins 20, 25
Luta 11, 13-17, 34, 60, 36, 67-77, 83, 84, 87, 89-91, 94, 95, 97-105, 111, 113, 115, 117, 119, 120, 123-125, 129-137, 140-144, 145, 149, 155-161, 1668, 185, 188, 193-197, 200, 208, 215, 220, 238, 240, 242-244, 246, 254, 260, 262-264, 279, 280, 286-290, 296, 297, 299, 309, 313, 324, 351

M

Manifestações 11, 12, 67-69, 72, 73, 77, 78, 81, 87, 83, 94, 101, 104, 129, 126, 185, 199, 308
Marcha das Vadias 129, 141
María Abella Ramírez 10, 20
Maria Amélia de Almeida Teles 135, 137
María Collado 23, 24
Marielle Franco 75, 116, 120
Marlene Wayar 10, 25
Mato Grosso 14, 17, 124, 336, 339, 343, 345, 347, 349
Matrimonio igualitario 26, 30
Mayo feminista 40, 45
Memória 15, 35, 43, 46, 49, 50, 82, 101, 124-127, 184, 188, 142-145, 147, 149, 150, 152-163, 170, 176, 178, 186, 203, 205, 207, 220, 239, 240, 241, 245, 247, 253, 254, 317, 343, 349
Memórias divididas 245
Meninas 12-14, 21, 25, 28, 77, 87-94, 102, 104, 112, 117, 186-192, 174, 302

Mídia alternativa 74
Mídias digitais independentes 74
Milagro Sala 10, 31, 32, 33, 36
Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos 131
Misoginia 131, 212, 213, 270
Mobilizações do gênero 246, 247, 253
Monitoramento de mídia 282, 284, 285
Movimento de Humanização do Parto e Nascimento 304
Movimento de Luta por Creche 130
Movimento de Mulheres Negras 130
Movimento de Mulheres pela Anistia 68
Movimento estudantil 106, 127
Movimento Feminino pela Anistia 15, 82, 239, 240, 246, 253
Movimento Negro 130
Movimiento estudantil feminista 42
Mulheres de Luta 13, 14, 124, 125, 145, 149, 155, 161, 351
Mulheres e mídia 286
Mulheres no espaço público 257

N

Nadia Echazú 10, 25
National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS) 10, 22
NEIM/UFBA 124, 136
Neutralidade do Direito 258
Ni una menos 10, 28
Nilma Lino Gomes 13, 130
Núcleos de Estudos da Mulher 71

O

Observatorio Contra el Acoso Callejero (OCAC) 41
Ocupação 12, 77, 87, 88, 90-94, 98, 102, 104, 140, 152, 193, 197, 199, 249, 251, 265, 288, 289
OMS 140, 298, 318
Onda Rosa 100
ONU 4, 50, 68, 72, 75, 127, 132, 133, 140, 143
Operação historiográfica 15, 223, 226, 234, 235
Oposição binária 241,

P

Partido Demócrata Sufragista 23
Partido Nacional Feminista 23
Partido Nacional Sufragista 23
Partido Sufragista 23
PCdoB 127, 129
Performances de gênero 242
Perspectiva feminista 43, 157, 158, 207, 208, 211, 271, 277, 295
Piotécnico 224, 230, 235
Pluralidade 93, 104, 115-117, 226, 229, 282,
PMDB 69, 127, 132, 167
Polícia 22, 25, 80, 87, 89, 90, 96, 97, 99, 101, 102, 154, 175, 219, 232, 233, 246, 269
Políticas de Saúde 297, 300, 311, 317
Populismo 29, 34, 64,
Práticas educativas 324, 337, 341
Práxis revolucionária 77, 87, 94
Precarização 12, 73, 88, 102, 186
Primavera das Mulheres 11, 12, 67, 70, 72-86, 117, 138
Primeira Onda Feminista 185, 192, 193
Procesos de democratización 47
Professores/as 17, 100, 101, 124, 148, 186, 191, 195, 205, 230, 245, 255, 273, 283, 312, 321,
324, 336, 340-341, 345
Psicossocial 248
PUC-SP 132, 153

Q

Quarta Onda do Feminismo 67

R

Redemocratização 67, 69, 70, 71, 132, 150, 170, 161, 261, 297
Redes sociais 11, 16, 70, 72-77, 81, 83, 100, 120, 288
Religião 86, 107, 108, 115, 119, 120, 195, 213, 228, 235, 335, 341, 347
Representações midiáticas 16, 280, 290,
Representações simbólicas 241
Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia 306, 310, 311

Riso 15, 221
Rosa Borja de Icaza 21
Rosa Luxemburgo 22, 94, 97, 105
RSMLAC 127
Ruah 113, 116

S

Saberes localizados 256, 275
Saúde das Mulheres 127, 133, 240, 310
Saúde Pública 127, 295, 296
Saúde Reprodutiva 304
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres 72
Segunda Onda 68-71, 81, 125, 137, 148, 194, 287
SEPPIR 131
Silvia Pimentel 13, 132
Sistema Único de Saúde – SUS 296, 300, 318, 360
Sociologia Política 84, 295, 296, 300
Subjetividades 63, 157, 168, 205, 239, 256, 257, 258, 260, 313

T

Tecnologias 44, 258, 273, 283, 288, 304, 318, 319
Televisão 78, 138, 211, 248, 249, 250, 252, 287
Teologia 12, 13, 69, 107-121, 347
Teologia feminista da libertação 13, 107-109, 112-116
Teologia queer 13, 108, 115, 116
Teorias feministas 16, 131, 149, 255, 258, 259, 272, 279, 290
Trajetórias de vida 156, 239, 243, 245,
Trilogia da tortura 170
Tupac Amaru 10, 31, 32, 35
TV Mulher 138

U

UFMG 130, 220, 292
UFSC 9, 16, 78, 81, 83, 84, 87, 124, 127, 141-145, 147, 148, 152, 153, 155, 160-62, 166, 180,
223, 230, 255, 276, 295, 296, 318, 319, 344, 347-351, 360

UNILAB 131

Unión francesa para el Sufragio de las Mujeres (UFSF) 22

USP 133, 142, 316, 343, 349

USP MULHERES/ONU 133

V

Victoria Vásconez Cuví 21

Violencia de género 10, 38, 40, 44

W

Women's Social and Political Union (WSPU) 10, 21

Z

Zoila Rendó 21

FORMATO: 362 p.

TIPOLOGIAS: MINION PRO, MYRIAD PRO

EBOOK DOWNLOAD GRATUITO

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Marcela Paim

REVISÃO DE TEXTOS: Cláudia Rajão

CAPA: Rembrandt - A woman, reading, 1634 [Public domain]



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



Laboratório de Estudos de Gênero e História

